

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

ANO XXI - NÚMERO 49
JANEIRO 2012

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE
É PUBLICADA PELO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE é uma publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição: veja instruções na página 160.

Conselho Editorial Antônio Candido; Antônio Ponciano Bezerra; Carlos Eduardo Malhado Baldijão; Ciro Teixeira Correia; Décio Garcia Munhoz; Luiz Henrique Schuch; Luiz Carlos Gonçalves Lucas; Luiz Pinguelli Rosa; Márcio Antônio de Oliveira; Maria Cristina de Moraes; Maria José Feres Ribeiro; Marina Barbosa Pinto; Newton Lima Neto; Osvaldo de Oliveira Maciel (<i>in memoriam</i>); Paulo Marcos Borges Rizzo; Renato de Oliveira; Roberto Leher; Sadi Dal Rosso.	Coordenação GTCA Alexandre Galvão Carvalho; Luiz Henrique Schuch; Marcone Antônio Dutra; Ricardo Roberto Behr. Editoria Executiva deste número Arley José Silveira da Costa; Laura Souza Fonseca; Sonia Lucio Rodrigues de Lima; Kátia Lima (parecerista <i>ad hoc</i>); Vera Lúcia Jacob Chaves (parecerista <i>ad hoc</i>). Revisão metodológica e produção editorial Iara Yamamoto Revisão gramatical Michele Roberta da Rosa e Davi Cesar Leonart	Edição de Arte e Editoração Dmag Design (11) 5542.6745 Capa e Ilustrações Doriana Madeira (11) 9515.3530 Tiragem: 5.000 exemplares Impressão: HR Gráfica e Editora Redação ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros SÃO PAULO - SP, 05410-010 Fone (11) 3061-3442 - Fone/Fax: (11) 3061-0940 E-mail: andesregsp@uol.com.br
Encargatura de Imprensa e Divulgação Luiz Henrique Schuch		

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco "C"
CEP 70302-914 - Brasília-DF - Fone: (61) 3962-8400 e Fax: (61) 3224-9716
e-mail: secretaria@andes.org.br
www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano 1, nº 1 (fev. 1991)
Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
1991
v. ilust. 22cm

Títulos anteriores: O Sindicato, 1991

Semestral
ISSN 1517 - 1779

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos. I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

CDU 378 (05)

Editorial

A presente edição da revista *Universidade e Sociedade* do ANDES-SN possui como pauta central os temas: Ciência e Tecnologia, Autonomia Universitária e Trabalho Docente. Acolhemos, também, artigos concernentes a temáticas demandadas por Grupos de Trabalho do sindicato ou oriundos de palestras proferidas em eventos organizados pelo ANDES-SN e suas Seções Sindicais. A denúncia da expansão precarizada das IFES permanece na ordem do dia. Nesta edição apresentamos novo ensaio fotográfico retratando outras faces do REUNI. Por fim, uma poesia de Ademar Bogo (MST) em homenagem a Egídio Brunetto, morto em novembro de 2011.

Inicialmente, de acordo com o que foi deliberado na reunião de diretoria pós-56° CONAD, a chamada pública e os convites para este número tiveram como temática-eixo “Autonomia Universitária, Independência Sindical e Trabalho Docente”. No entanto, não recebemos artigos sobre Independência Sindical e aceitamos escritas sobre C&T – uma das questões em debate no sindicato no último semestre.

Artigos acolhidos, organizamos um primeiro bloco sobre C&T iniciando com o texto “Por um movimento *slow science*”, de Candau, um consistente alerta de que, em tempos de exigência produtivista, quantidade não necessariamente repercute em qualidade, e pelo qual nos instiga a criar um movimento pela *ciência lenta*; seguido da análise de Gonçalves sobre a historicidade da produção do conhecimento científico, que associa a relação saber/poder à crise de marco teórico inscrita na crise civilizatória, no artigo “Para além da crise de paradigmas: a ciência e seu contexto”. Depois, a escrita de Rieznik, “Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento”, base da palestra apresentada no Seminário de C&T do ANDES-SN, em Brasília (novembro de 2011), em que o autor parte da situação na Argentina para nos convidar à reflexão sobre o sentido da produção científica, quando esta tem seu eixo deslocado de C&T para CT&I, enfatizando o negócio e o lucro, em detrimento da criatividade e da humanidade. Continuamos o tema com o ensaio de Marques, “Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?”, que aborda o papel desempenhado pelo Estado brasileiro na conformação da Amazônia como região exportadora mineral. Fechamos o bloco com a análise de Mena-Barreto a respeito da repercussão da lógica mercantil de C&T nas universidades.

Adiante, o conjunto de artigos aborda Autonomia Universitária e Trabalho Docente, iniciando com o texto de Paula, que traz as interfaces desta relação nas “Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão”; a escrita de March analisa, neste contexto, a criação da EBSEH, “A empresa brasileira de serviços hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital”, no escopo da contrarreforma do Estado a serviço do capital e suas implicações na autonomia universitária e no *ethos* acadêmico. Já Oliveira expõe outra face desta tensão, as lutas travadas pelos Colégios de Aplicação, no ano de 2011, em “Reestruturação dos CAp e outras medidas governamentais”.

No artigo “Na periferia da periferia: história na Universidade Federal do Amapá”, Cavlak expõe particularidades da docência e da militância sindical em um curso de uma IFES na qual as consequências nefastas da implementação da lógica mercantil se dão de forma acentuada. Silva, em “Cenoura e chicote: o consórcio das universidades federais do Sul-Sudeste mineiro como modelo heteronômico”, discute o resultado da política do governo federal, quando impõe concessão financeira como controle acadêmico, exemplar no modelo do conglomerado de universidades federais em construção na região Sudeste. Concluindo o bloco, Guimarães problematiza o Exame Nacional de Ensino Médio em “O novo ENEM: – O que há de novo?”

O tema a seguir é Direitos Autorais, com a transcrição do debate “As controvérsias do direito autoral no Brasil” realizado na ADUFF-SSind do ANDES-SN e o artigo de Lunazzi “Sobre direitos autorais”.

Na sequência, mais uma contundente demonstração de ausência de democracia e qualidade na expansão das IFES via REUNI, através do ensaio fotográfico organizado por Fritz Nunes, jornalista da SEDUFMS.

Nos Debates Contemporâneos, trazemos três textos: o primeiro, de autoria de Rampinelli, “Fátima, o salazarismo e o colonialismo”; o segundo, “O Estado brasileiro e a barbárie que já dura séculos”, no qual Mattos evidencia a intencionalidade na concentração de terras e na inexistência de uma política de reforma agrária, para perpetuar o *modus economicus* de dependência e subalteridade à monocultura, ao agronegócio e à exploração sem limites da força de trabalho campesina, um modelo que se perpetua pela violência institucional e privada representadas na pistolagem, no extermínio e na impunidade. O terceiro texto, apresentado em mesa no I Seminário Nacional de Mulheres, em Fortaleza (jun/jul, 2011), por Messeder, “Quando as lésbicas entram na cena do cotidiano: uma breve análise dos relatos sobre mulheres com experiências amorosas/sexuais com outras mulheres na heterossexualidade compulsória”, em que ela analisa aspectos da violência implicada na normativa e na prescrição compulsória da sexualidade.

Finalizamos esta edição com a homenagem de Ademar Bogo a Egídio Brunetto, em forma de poesia.

Editoria Executiva

Sumário

- 3 **EDITORIAL**
- CIENCIA & TECNOLOGIA**
- 8 **Por um movimento slow science**
Joel Candau
- 10 **Para além da crise de paradigmas: a ciência e seu contexto.**
Carlos Walter Porto Gonçalves
- 24 **Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento**
Pablo Rieznik
- 32 **Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?**
Gilberto Marques
- 46 **Produtivismo além dos números**
Luiz Menna-Barreto
- AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E TRABALHO DOCENTE**
- 51 **Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão**
Maria de Fátima Costa de Paula
- 62 **A empresa brasileira de serviços hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital**
Cláudia March
- 71 **Reestruturação dos CAP e outras medidas governamentais**
Daniela Motta de Oliveira
- 82 **Na periferia da periferia: história na Universidade Federal do Amapá**
Iuri Cavlak
- 90 **Cenoura e chicote: o consórcio das universidades federais do Sul-Sudeste mineiro como modelo heteronômico.**
Wlamir Silva
- DIREITOS AUTORAIS**
- 102 **As controvérsias do direito autoral no Brasil**
Transcrição do debate na ADUFF-SSind. do ANDES-SN
- 116 **Sobre direitos autorais**
José J. Lunazzi
- 121 **ENSAIO FOTOGRÁFICO**, por Fritz Nunes
- DEBATES CONTEMPORÂNEOS**
- 127 **Fátima, o salazarismo e o colonialismo**
Waldir José Rampinelli
- 137 **O Estado brasileiro e a barbárie que já dura séculos**
Paulo Henrique Costa Mattos
- 152 **Quando as lésbicas entram na cena do cotidiano: uma breve análise dos relatos sobre mulheres com experiências amorosas /sexuais com outras mulheres na heterossexualidade compulsória.**
Suely Aldir Messeder
- POESIA**
- 158 **Ele preferiu só ser humano** - Ademar Bogo

Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN - Gestão 2010 - 2012

PRESIDENTE – Marina Barbosa Pinto (ADUFF SSIND)

1º VICE-PRESIDENTE – Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE – Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ SSIND)

3º VICE-PRESIDENTE – Osvaldo Luiz Angel Coggiola (ADUSP SSIND)

SECRETÁRIA GERAL – Márcio Antônio de Oliveira (APES JF SSIND)

1ª SECRETÁRIA – Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA)

2º SECRETÁRIO – César Augusto Minto (ADUSP SSIND)

3º SECRETÁRIO – Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP SSIND)

1º TESOUREIRO – Hélvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO SSIND)

2º TESOUREIRO – Almir Serra Martins Meneses Filho (ADURN SSIND)

3º TESOUREIRO – Maria Suely Soares (APUFPR SSIND)

REGIONAL NORTE I

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE I – Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (ADUNIR SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE I – Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE I – Ediraci Guedes Barros da Silveira (ADUA SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE I – Ricardo Lima Serudo (SIND-UEA)

1º TESOUREIRO REGIONAL NORTE I – Amecy Gonçalves Bentes de Souza (ADUA SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL NORTE I – Ana Fanny Benzi de Oliveira (ADUNIR SSIND)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE II – Sandra Bernadete da S. Moreira (ADUFPA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE II – Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP)

1º SECRETÁRIO REGIONAL NORTE – Arley José da Silveira da Costa (SINDUFAP)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE – Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL NORTE – José Queiroz Carneiro (ADUFPA SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL NORTE – Roberto Cezar Lobo da Costa (ADUFPA SSIND)

REGIONAL NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I – Marcone Antônio Dutra (APRUMA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I – Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE I – Raquel Dias Araújo (SINDUECE)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NE I – Daniel Vasconcelos Solon (ADCESP SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL NE I – Daniel Roberto S. Pessoa (ADUFC SSIND)

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE I – Lucnelma Silva Braga (APRUMA SSIND)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II – Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II – João Wanderley Rodrigues Pereira (ADURN SSIND)

1º SECRETÁRIO REGIONAL NE II – Marcos Aurélio Montenegro Batista (ADUFPB SSIND)

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II – Emerson Azevedo de Araújo (ADUFEPE SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL NE II – Levy Paes Barreto (ADUFERPE SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL NE II – Geraldo Marques Carneiro (ADUERN SSIND)

REGIONAL NORDESTE III

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III – Maria do Socorro Soares Ferreira (ADUNEB SSIND)

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III – Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE III – Maslowa Islowa Cavalcanti Freitas (ADUFS-Ba SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NE III – Maximiano Antônio C. Filho (ADUCSAL SSIND)

1ª TESOUREIRA REGIONAL NE III – Neilson Santos Meneses (ADUFS SSIND)

2ª TESOUREIRO REGIONAL NE III – Menandro Celso de Castro Ramos (APUB SSIND)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO – Maurício Alves da Silva (SESDUFT)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO – Wilson Mozena Leandro (ADUFG SSIND)

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO – Joel Moisés Silva Pinho (APUG SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL PLANALTO – Helvia Leite Cruz (ADUnB SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO – Cláudio Lopes Maia (ADCAC SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO – Enoch José da Mata (ADUFG SSIND)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL – Carlos Roberto Sanches (ADUFMAT SSIND)

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL – Maria José M. da Silva Calixto (ADUFDOURADOS SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL – Josete Maria Cangussu Ribeiro (ADUNEMAT SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL – Marina Evaristo Wenceslau (ADUEMS SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL – Pedro de Assis e Silva Filho (ADUFMAT SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL – Vítor Wagner Neto de Oliveira (ADLESTE SSIND)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE – Luís Antônio Rosa Seixas (ADUFOP SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE – Ricardo Roberto Behr (ADUFES SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL LESTE – Maria Alice Vieira (ADUFU SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL LESTE – Antônio Maria Pereira de Resende (ADUFLA SSIND)

1ª TESOUREIRA REGIONAL LESTE – Valéria Maria P. V. Gussen (ADFUNREI SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE – Francisco Mauri de C. Freitas (ADUFES SSIND)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ – Frederico José Falcão (ADUR-RJ SSIND)

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ – Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ – Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ – Wilson Paes de Macedo (ASDUERJ SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL RJ – Maria Luiza Testa Tambellini (ASDUERJ SSIND)

2ª TESOUREIRA REGIONAL RJ – José Glauco Ribeiro Tostes (SESDUENF)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP – Francisco Miraglia (ADUSP SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP – Marco Aurélio de C. Ribeiro (ADUNIMEP SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SP – João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL SP – Clelia Rejane Antonio-Bertoncini (ADUNIFESP SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL SP – Soraya Soubhi Smaili (ADUNIFESP SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL SP – Rubens Barbosa Camargo (ADUSP SSIND)

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL – Birtira C. Silveira Grandi (SSIND na UFSC)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL – Cláudio Antônio Tonegutti (APUFPR SSIND)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL – Sirley Laurindo Ramalho (SINDUTF-PR)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL – Carlos Henrique Lemos Soares (SSIND na UFSC)

1º TESOUREIRO REGIONAL SUL – Denny William da Silva (ADUNICENTRO SSIND)

2º TESOUREIRO REGIONAL SUL – João Francisco Ricardo K. Negrão (APUFPR SSIND)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS – Laura Souza Fonseca (SSIND na UFRGS)

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS – Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS)

1ª SECRETÁRIA REGIONAL RS – Billy Graeff Bastos (APROFURG SSIND)

2ª SECRETÁRIA REGIONAL RS – Elmo Swoboda (APROFURG SSIND)

1º TESOUREIRO REGIONAL RS – Cândido Silveira de Souza (SSIND na UFRGS)

2º TESOUREIRO REGIONAL RS – Sérgio Barum Cassal (ADUFPEL SSIND)

ENDEREÇO DA SEDE E DAS SECRETARIAS REGIONAIS

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco “C”, 70302-914, Brasília - DF.

Telefones: (61) 3962-8400 e Fax: (61) 3224-9716

E-mails:

Secretaria - secretaria@andes.org.br

Tesouraria - tesouraria@andes.org.br

Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Rua 7, casa 79, conj., 31 de março, bairro Japiim I, Manaus – AM, 69077-080

Fone: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@andes.org.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, nº 1 – Guamá, Campus Universitário da UFPA – Setor de Recreações – Altos, Caixa Postal 8603, Belém – PA, 66075-110

Fone/fax (91) 3259-8631

Fones: (91) 3082-0500 / 3269-2836

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, nº 2266, salas 105 e 106, Benfica, Fortaleza – CE, 60015-141

Fone/Fax: (85) 3283-8751

E-mail: andesne1@veloxmail.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125 – ap. 02, Espinheiro - Recife- PE, 52020-160

Fone/fax: (81) 3421-1636 /Fone: (81) 3037-6637

E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Presidente Vargas, 60, Sala 101/Barra Center – Salvador – BA, 40140-130

Fone/fax: (71) 3264-2955 / (71) 3264-3063

E-mail: andesne3@terra.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867 – salas 1012 a 1014, Belo Horizonte – MG, 30130-002

Fone: (31) 3224-8446 /Fax: (31) 3224-8982

E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 68, qd. A, It. 05, casa 03 – Centro- Goiânia - GO, 74030-020

Fone: (62) 3213-3880 /Fax: (62) 3213-1445

E-mail: andesrp@terra.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Av. Alziro Zarur, 338, sala 03- Cuiabá - MT, 78068-365

Fone/fax: (65) 3627-7304 e 3627-6777

E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros – São Paulo – SP, 05410-010

Fone (11) 3061-3442 - Fone/Fax: (11) 3061-0940

E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, sala 1306 – Centro- Rio de Janeiro - RJ, 20047-900

Fone: (21) 2510-4242

Fax: (21) 2510-3113

E-mail: andesrj@andes.org.br

ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emílio Pernet, 424, conj. 31, Edifício Top Center Executive – Centro - Curitiba - PR, 80420-080

Fone/Fax: (41) 3324-3719 e Fone (41) 3324-6164 e (41) 9941-9658

E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

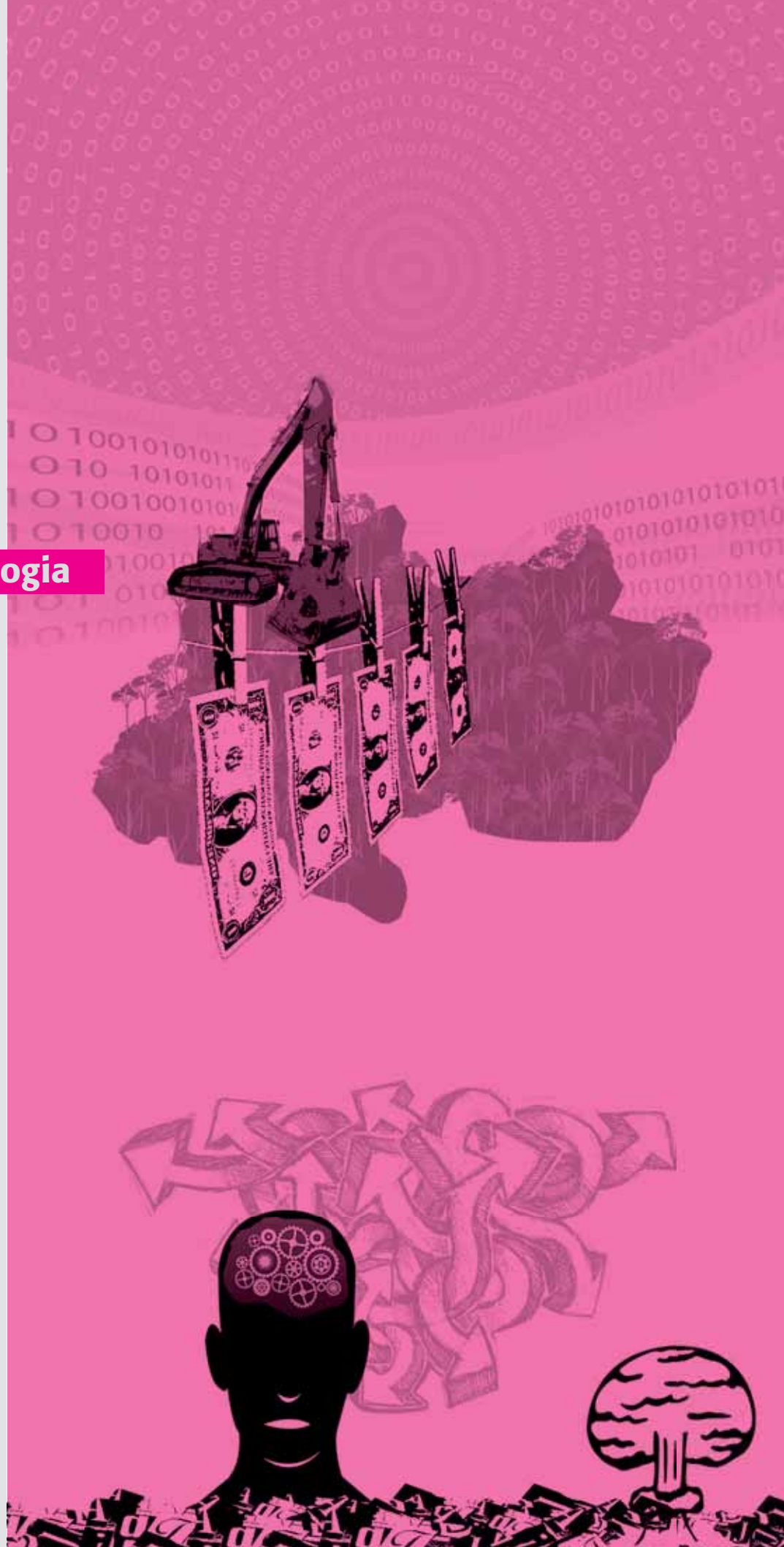
ANDES-SN/ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657 Sala 303 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre - RS, 90410-002

Fone: (51) 3061-5111

E-mail: andesrs@andes.org.br

Ciência & Tecnologia





Por um movimento *Slow Science*

Pesquisadores e docentes-pesquisadores, apressemo-nos em reduzir a velocidade! Libertemo-nos da Síndrome da Rainha Vermelha! Deixemos de querer correr sempre mais rápido para, afinal, não sair do lugar, quando não para dar um passo atrás! A exemplo dos movimentos *Slow Food*, *Slow City* ou *Slow Travel*, convidamos à criação do movimento *Slow Science*.

Pesquisar, refletir, ler, escrever, ensinar requer tempo. Esse tempo, nós não o temos mais ou temos cada vez menos. Nossas instituições e, ainda mais, a pressão social, promovem a cultura do imediato, do urgente, do tempo real, do fluxo intenso, dos projetos que se sucedem a um ritmo cada vez mais rápido. Tudo isso ocorre não somente em detrimento de nossas vidas – todo colega que não estiver sobrecarregado, estressado, “atolado em compromissos” passa hoje por excêntrico, abúlico ou preguiçoso –, mas também em detrimento da ciência. A *Fast Science*, assim como o *Fast Food*, prefere a quantidade à qualidade.

Multiplicamos os projetos de pesquisa para tentar reavivar nossos laboratórios que, muitas vezes, passam necessidade. Resultado: mal terminamos de elaborar um projeto e, por mérito ou por sorte, obter uma verba, já

devemos rapidamente pensar em responder aos próximos editais, em vez de nos consagrarmos inteiramente ao primeiro projeto.

Uma vez que os pareceristas e demais peritos estão, eles mesmos, sempre *com pressa*, nossos currículos são cada vez mais avaliados em função do número de linhas (*quantas* publicações, *quantas* comunicações, *quantos* projetos?), fenômeno que induz a uma obsessão pela quantidade na produção científica. Resultado: além da impossibilidade de se ler tudo, inclusive nas áreas mais de ponta e além do fato de que numerosos artigos não são jamais citados – nem sequer lidos, torna-se cada vez mais difícil identificar a publicação ou a comunicação que verdadeiramente tem valor (como aquela a que o colega ou a colega dedicou todo o seu tempo durante meses, às vezes durante anos) dentre os milhares de artigos duplicados, publicados a retalho, requeitados, quando eles não são mais ou menos “tomados de empréstimo”.

Claro, nossa oferta de formação deve ser sempre “inovadora”, obviamente “produtiva”, “construtiva” e adaptada à “evolução das profissões”, evolução cujos contornos, perpetuamente mutantes, temos dificuldade em apreender. Resultado: nessa corrida desenfreada rumo à “adaptação”, a questão dos saberes fundamentais

a transmitir – saberes que, por definição, só podem ser inscritos na duração – não está mais na ordem do dia. O que importa é estar no espírito do tempo e, sobretudo, mudar sem parar para seguir esse “espírito”, igualmente mutante.

Quando aceitamos responsabilidades administrativas (conselho universitário, direção de departamento ou de laboratório), como somos todos obrigados a fazer ao longo de uma carreira universitária, somos logo compelidos a continuamente preencher formulários, elaborar memoriais, planos, processos, dando “n” vezes as mesmas informações e os mesmos dados estatísticos. E, o que é bem mais grave, os efeitos de uma burocracia invasiva e da mania de reuniões – este fenômeno que permite salvar as aparências da colegialidade para, em geral, esvaziá-la de sua essência – fazem com que mais ninguém tenha tempo para nada: deve-se emitir pareceres sobre dossiês que nos são entregues no mesmo dia e que serão aplicados no dia seguinte! Claro, estamos aqui caricaturando um pouco as coisas, mas infelizmente não estamos muito longe disso.

Essa degenerescência de nossa profissão não tem nada de inevitável. Resistir à *Fast Science* é possível. Podemos promover a *Slow Science* priorizando alguns valores e princípios fundamentais:

Na universidade, é, sobretudo, a pesquisa que continua alimentando o ensino, malgrado as agressões repetidas de todos aqueles que sonham em tornar, em parte, secundária essa atividade basilar: a pesquisa. Torna-se imperativo, portanto, preservar ao menos 50% de nosso tempo para as atividades de pesquisa, que condicionam a qualidade de todo o resto. Muito concretamente, isso implica a recusa de toda a tarefa que avance sobre esses 50%.

Pesquisar e publicar privilegiando a qualidade requer que cada um possa dedicar-se exclusivamente a essas tarefas durante um tempo suficientemente longo. Com esse fim, reivindicamos o benefício, em intervalos regulares, de períodos sem tarefas de ensino ou de administração (um semestre de direito a cada quatro anos, por exemplo).

Deixemos de privilegiar a quantidade nos currículos. Certas universidades estrangeiras já dão o exemplo, limitando a cinco a quantidade de publicações que um candidato a um cargo ou a uma promoção pode mencionar (de acordo com TRIMBLE, S.W. “Reward qua-

lity not quantity”. *Nature*, nº 467, p. 789). Isso pressupõe que, de maneira colegial e transparente, dotemo-nos de métodos e de ferramentas para que nossos memoriais não sejam mais avaliados em função do número de publicações ou de comunicações, mas em função do conteúdo destas.

Alimentado pela pesquisa, o ensino é a missão por excelência dos docentes universitários: trata-se de transmitir saberes adquiridos. É preciso deixar os docentes-pesquisadores ensinar, melhorando suas condições de trabalho (quanto tempo é desperdiçado na resolução de problemas práticos e muitas vezes triviais que nada têm a ver com as suas missões?), tornando menos pesadas suas tarefas administrativas e reduzindo o tempo gasto com a “estruturação de novos currículos dos cursos”. Essas “estruturações” poderiam limitar-se a definir o quadro pedagógico próprio ao curso em causa, na universidade considerada, sem que seja necessário estruturar um novo currículo a cada quatro ou cinco anos, como é o caso atualmente na França.

Em nossas tarefas administrativas, exijamos o tempo necessário para estudar os processos que nos são enviados. De agora em diante, no interesse de todos, trabalhemos unicamente com os conteúdos e rejeitemos essa paródia de democracia ou de colegialidade, que consiste em avaliar processos que, nos melhores dos casos, não fizemos mais que folhear. Nada nos obriga a submetemo-nos à ideologia da urgência de que se vangloriam o Ministério da Educação e os administradores com “senso de responsabilidade”.

De forma mais geral, cabe lembrar que nossa vida não se limita à universidade e que é necessário guardar um tempo livre para nossas famílias, nossos amigos, nossos lazeres, ou... para o prazer de nada fazer.

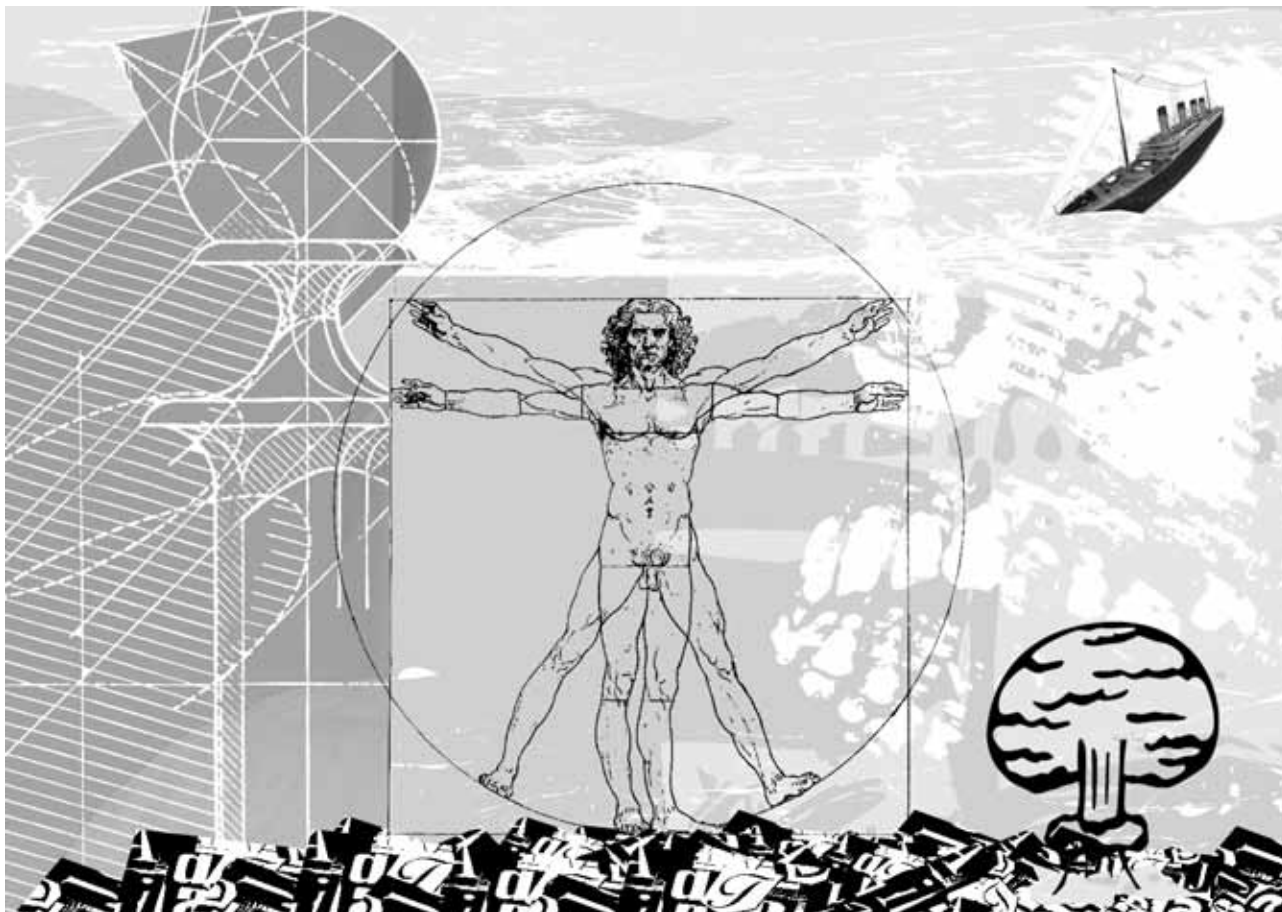
Se você está de acordo com esses princípios, assine o texto deste manifesto pela fundação do movimento *Slow Science*. Porém, e, sobretudo, não apresse a sua decisão de assiná-lo ou não.

JOËL CANDAU, 29 de outubro de 2010 (texto publicado em 17 de julho de 2011). Fonte do texto em francês: <http://slowsience.fr/>

(Traduzido do francês por Jorge Nóvoa e Rodrigo Lemos, revisado por Robert Ponge. A revista *Universidade e Sociedade* agradece a parceria, na tradução, da revista O Olho da História (www.oohodahistoria.ufba.br), que publicou este texto em seu nº 16).

NOTA

1. Referência a um episódio de *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll, em que Alice lança-se em uma corrida desabrida com a Rainha Vermelha e pergunta a esta última por que, apesar de correrem tanto, a paisagem à sua volta não muda, ao que a Rainha responde que elas correm para não sair do lugar (N. do T.).



Para além da crise de paradigmas: a ciência e seu contexto

Carlos Walter Porto Gonçalves

Prof. da Universidade Federal Fluminense -UFF

E-mail: cwpg@uol.com.br

Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro.

O que será necessário para desenvolver a Índia?

Mahatma Ghandi

Todos os meus meios são racionais.

Só meus objetivos são loucos.

Capitão Moby Dick

Personagem de Herman Melville

Resumo: Este artigo analisa a historicidade do conhecimento, particularmente do conhecimento científico da 2ª modernidade sob hegemonia da Europa Norte-ocidental e, depois de 1945, estadunidense. Analisa a imbricação saber e poder. Analisa as implicações da ciência e da tecnologia contemporâneas diante da crise civilizatória.

Palavras-chave: Historicidade da ciência. Saber e poder. Crise de paradigmas. Crise societária.

O médico e psicanalista Sigmund Freud nos alertara, ainda nos anos 20, sobre um certo ‘mal-estar da civilização’. Esse ‘mal-estar’, desde essa época, veio se ampliando como se a sociedade ocidental (burguesa, industrial, branca e machista) começasse, inconscientemente, a se dar conta dos pés de barro em que se assentavam os seus próprios mitos. Pouco antes dessa afirmação de Freud se deu, em 1912, o naufrágio do navio Titanic.

As repercussões do naufrágio do Titanic são mais amplas do que sugere a tragédia dos vitimados. Ainda hoje ele repercute, como demonstra o êxito das sucessivas versões de filmes que se reportam ao episódio.

Ora, o naufrágio do Titanic traz à reflexão todo o significado do mito moderno-colonial da dominação da natureza. Afinal, com aquele transatlântico estávamos diante de um moderníssimo artefato da ciência e da tecnologia destinado ao desfrute do bem-estar que a civilização moderno-colonial nos promete desde o século XVIII.

Todo um aparato de mídia fora montado para fazer repercutir mais uma afirmação do poder civilizatório do homem (europeu, burguês, macho e branco), assim como já vinha se tornando moda, desde o século XIX, as grandes feiras e exposições da indústria, cada vez mais o *locus* prático da modernidade técnico-científica. Logo após a partida da *moderna nave*, ainda sob os efeitos dos brindes de *champagne* e dos discursos saudando mais este feito da razão técnica, o Titanic se choca com a natureza, ali sob a forma de um *iceberg*, e naufraga. O espanto é geral! O mesmo aparato midiático que havia sido montado se vê obrigado, consternado, a repercutir uma tragédia com ingredientes pouco comuns como este, por estarem envolvidas pessoas não comumente implicadas em tragédias, como aqueles que ocupavam o andar de cima não só do navio, mas da sociedade.

Ainda na primeira guerra (1914 a 1918) pudemos observar modernas tecnologias recém inventadas, como a dos aviões, serem usadas, pela primeira vez de modo amplo, para bombardear campos, cidades e, menos se diz, pessoas. Avancemos um pouco no tempo e, numa outra guerra, a de 1939 a 1945, novamente envolvendo as populações dos países europeus, veremos, desta vez, cientistas responsáveis pe-

lo conhecimento de ponta da ciência moderna, diretamente implicados na construção de um artefato capaz de destruir todas as formas de vida no planeta – a bomba atômica. Lançada sobre Hiroshima e Nagasaki, o artefato nuclear passará a ser expressão do poder de uma nação, seja para se impor, seja para se defender.

Sem dúvida, podemos dizer que após 1945 passamos a viver sob o espectro da morte, sob a ameaça nuclear. Dentro dessa ordem de coisas não deixam de ter razão aqueles que propugnam pela construção da sua bomba atômica, como setores entre militares brasileiros, indianos, chineses e iraquianos, entre outros. Afinal, por que só as grandes potências haveriam de ter o direito de vida e de morte sobre quem quer que seja e sobre o que quer que seja!

O artefato nuclear é um produto daquilo que está no centro do imaginário da modernidade: a razão técnica e científica. Emerge na interface dos que detêm o poder de decisão hoje no mundo com a comunidade científica, que seria a responsável por realizar a emancipação humana através do conhecimento dos mistérios da natureza. O lançamento da bomba atômica, em Hiroshima e Nagasaki, nos foi apresentado como resultado de uma avaliação (quantitativa) de custos e benefícios de vidas humanas poupadas vis a vis as que seriam vitimadas, descontadas, obviamente, as vidas dos que eram próximos aos que calculavam. Não havia, por exemplo, nenhum japonês envolvido no projeto que elaborou e decidiu lançar a bomba atômica e, embora houvesse alemães, a principal potência militar contra a qual se lutava, não foi sobre a Alemanha que se lançou a bomba. Já sabemos dos cálculos de custos e benefícios e da eficácia dos investimentos para dizimar vidas nos campos de concentração nazistas. As câmaras de gás foram construídas para matar em escala industrial. Tudo feito em nome de uma racionalidade técnica e científica. A racionalidade instrumental calculista não poderia ter ido tão longe. A razão não está tão tranquilamente desprovida de *irrazão* como gostaria e se acredita. Com certeza, a razão técnica e científica (europeia, burguesa, branca e machista) levou longe demais a separação entre razão e emoção, entre fatos e valores. A *dominação da natureza*, ideia mestra instituinte da sociedade

moderna, pode nos levar à destruição de todas as formas de vida. A partir de então não será mais possível uma ciência sem consciência, uma ciência dissociada da filosofia, enfim, dissociar-se *atos* de *valores* ². Ciência e ética, ciência e política, ciência e arte devem voltar a se encontrar. É nesse contexto de um mundo marcado pelo espectro da morte que emerge, paradoxalmente, um forte movimento que luta pela vida.

O otimismo nos benefícios que a ciência e a técnica nos trariam já não mais goza da confiança que gozava. O início dos anos 50 nos anuncia, ainda, a contaminação de peixes por mercúrio na Baía de Minamata, no Japão, que matou homens, mulheres e crianças que deles se alimentavam, caso que se tornará emblemático e que nos alerta que estamos imersos em sistemas complexos, não redutíveis aos reducionismos disciplinares de corte cartesiano, a que nos havíamos habituado pela crença acrítica na razão instrumental. Enfim, os humanos não escapam das cadeias tróficas como um ingênuo antropocentrismo acredita.

Afinal, a moderno-colonialidade, com a ciência e a técnica, nos prometera progresso material e menor sofrimento, poupando-nos dos trabalhos pesados e enfadonhos e nos proporcionando uma saúde melhor numa vida prolongada. A ciência e a técnica, com o iluminismo, nos prometem a emancipação e, nisso, substituem a religião que, também, nos promete a libertação num mundo de paz e salvação – o paraíso. Não nos equivoquemos acreditando que uma nos promete o paraíso nos céus, a religião, e outra, na terra, a ciência e a técnica. A Teologia da Libertação, por exemplo, vai se inspirar em grande parte no Marxismo, que se quer uma visão científica da realidade, para fazer o paraíso aqui na terra, evitando a fome, a miséria e o sofrimento.

Muitas das certezas que permeavam as práticas da comunidade científica estavam fundadas na crença na existência de leis gerais, na redução do complexo ao simples (método analítico), no princípio de determinação ou de causalidade (causa e efeito), na certeza sensível, na separação entre razão e emoção

(paixão), do sujeito e o objeto, de natureza e homem (sociedade) e, conseqüentemente, na eficácia da separação entre as ciências naturais e as ciências humanas.

O grande êxito da ciência europeia moderna foi a simplificação da complexidade. O conhecimento abstrato, normalizado, dominou os particulares êxitos e processos naturais. Sabemos agora que por este êxito pagou-se um preço.

A crença dos fundadores da ciência moderna foi que a ignorância seria superada pelo poder da razão. A incerteza seria resultado das paixões humanas. A tarefa da ciência era a criação de um método que asseguraria a separação entre a razão e a paixão. Seu objetivo era descobrir os puros fatos ‘duros’, não contaminados por sistemas de valores ‘brandos’.

O incipiente método científico incluía os seguintes pressupostos: o sistema da natureza podia ser dividido em componentes isolados quase estáveis, e os objetos de estudo podiam ser separados do sujeito que os estudava. Isso deu como resultado uma ciência dividida em disciplinas (que é a base do sistema universitário) e ao mito de uma ciência neutra, livre de valores, que legitima os especialistas. Ao mesmo tempo em que a Europa conquistava novos mundos, a ciência moderna conquistava a natureza: ambas as conquistas estão relacionadas” (FUNTO-

WICZ Y DE MARCHI, 2000, p. 58).

E o êxito dessa ciência

[...]deu ao Estado moderno um modelo legitimador para a tomada de decisões ‘racionalis’. O descobrimento dos fatos verdadeiros levava a tomar as decisões corretas. Em outras palavras, o Verdadeiro conduzia ao Bem. A racionalidade se converteu em sinônimo de ‘racionalidade científica’ e o conhecimento foi sinônimo de ‘conhecimento científico’. Outras formas de conhecimento e outros apelos à racionalidade, como o conhecimento prático agrícola, medicinal ou artesanal, foram considerados de segunda categoria (Idem, *ibidem*: 59).

A certeza de que o conhecimento científico revelava as verdadeiras leis da natureza e, por isso, se constituía num conhecimento superior, legitimava a

A Teologia da Libertação, por exemplo, vai se inspirar em grande parte no Marxismo, que se quer uma visão científica da realidade, para fazer o paraíso aqui na terra, evitando a fome, a miséria e o sofrimento.

expansão pelo mundo dessa razão técnica e científica que, assim, estava autorizada a dominar a natureza, inclusive, outras culturas e outros povos assimilados à natureza.

Os avanços científicos foram abrindo novos domínios para a inovação tecnológica que, no entanto, trazem potenciais consequências para a saúde humana e do planeta. Estes avançados campos de conhecimento trazem consigo muitas esperanças para a humanidade, mas ao mesmo tempo,

[...] trazem novas ameaças à sociedade e novos desafios para assegurar a qualidade do processo de decisão acerca das inovações a adotar. Uma característica dos novos domínios das inovações científicas é sua intervenção em processos biológicos complexos e ecossistemas, onde é quase impossível assegurar a qualidade em termos de resultados. Esta dificuldade requer certa reflexão. Durante muito tempo se reconheceu que as atividades de produção industrial, consumo e agricultura intensiva podiam produzir efeitos indesejáveis ou negativos em ecossistemas e na qualidade ambiental. No entanto, mais recentemente se tem enfatizado que algumas dessas consequências adversas podem ter um horizonte temporal de muito longo prazo, efeitos irreversíveis e uma difícil gestão (Idem: 60).

As ações que se fazem, hoje, no campo nuclear deixarão seus efeitos por milhares de anos, com seu lixo radioativo. Deste modo, legamos às gerações futuras um problema que elas não criaram para si próprias. E, acrescenta-se, com uma diferença fundamental em relação ao passado na medida em que, hoje, sabemos os efeitos que provocaremos no futuro, o que não era o caso dos efeitos que sofreremos por decisões tomadas no passado como, por exemplo, a opção por uma matriz energética fossilista (carvão e petróleo), cujos gases de efeito estufa lançados à atmosfera sobrevivem por cerca de 80 a 100 anos. Afinal, essas opções foram tomadas sem que se soubessem dos seus efeitos e num clima de notável otimismo com relação aos seus benefícios. O caso do DDT nos dá um bom (ou mau?) indicador até porque à época em que deixaram seu uso para a guerra e a ser utilizado na agricultura não faltaram os que acusavam os efeitos que, no futuro, acabaram se

comprovando. Entretanto, seu uso foi amplamente disseminado acusando-se seus críticos de serem contra o progresso e o desenvolvimento.

Hoje, devemos aceitar e internalizar a preocupação de que as intervenções científicas em processos naturais complexos podem constituir, em si mesmas, uma fonte de geração de problemas que afetam não somente o meio natural senão, também, a saúde, o sustento da população e as perspectivas econômicas. Estes fatos são claramente observáveis nos riscos que trazem consigo a indústria nuclear e nas aplicações da biotecnologia baseadas na engenharia genética; fazendo-se, também, patente no complicado e frágil sistema de produção de alimentos e de comunicação de que dependem as sociedades modernas. Assim, muitos dos sucessos obtidos no processo de incremento da produtividade dentro da indústria agroalimentar dependem de uma permanente utilização de praguicidas químicos, fertilizantes, sementes híbridas ou geneticamente modificadas, assim como de outros *inputs* de capital. Estes desenvolvimentos tecnológicos podem afetar sobremaneira a vulnerabilidade dos sistemas de produção alimentar ante câmbios tecnológicos, naturais ou econômicos. A produção intensiva está ocasionando também, em muitas regiões, consequências negativas para a qualidade das águas e solos, vendo-se afetada sua produtividade a longo prazo” (Idem, *Ibidem*: 55-56).

Vemos, assim, que muitos dos riscos que hoje corremos vêm menos da natureza, que haveríamos de dominar, do que dos efeitos da própria relação de luta, de guerra, enfim, do *combate* que a ela fizemos. Hoje vemos cientistas, como Giddens e Beck (1995), que nos falam que vivemos numa ‘*sociedade de risco*’, riscos esses derivados exatamente do progresso técnico e científico que haviam prometido nos libertar dos perigos da natureza ao dominá-la. Chamam a isso de reflexividade.

Grande parte dos riscos que vivemos hoje, planetariamente, são produzidos pelo próprio complexo (social e de poder) tecnológico industrial moderno, como o efeito estufa, em parte derivado da matriz energética que tem como base os combustíveis fósseis; a “vaca louca”, a “gripe do frango”, a

“gripe suína” (H1N1) assim como a perda de solos e de biodiversidade, são diretamente derivados da industrialização da agricultura e da criação de animais, que se acreditava uma revolução eminentemente técnica e científica. O mesmo pode-se dizer do aumento do buraco na camada de ozônio, efeito, entre outros, dos gases CFC; além da perda de diversidade cultural, neste caso, consequência da própria moderno-colonialidade e sua presunção universalista avessa à diferença cultural. Aqui não faltam cientistas sociais para dizer que são povos atrasados e, com isso, aceita-se que tenham que ser atualizados nos parâmetros das sociedades avançadas, como se houvesse um tempo linear onde os povos estariam numa única sequência de desenvolvimento.

A análise que os pesquisadores vêm fazendo daqueles sistemas que consideram ‘de alto risco’, como, por exemplo, na aviação, na indústria nuclear e em plantas petroquímicas, nos indicam os limites do reducionismo e da crença que, sempre, haverá soluções técnicas para as diversas situações, inclusive, para os problemas criados pelo próprio uso das técnicas. Esclareça-se que essa crença se apoia numa única visão da técnica, a de matriz ocidental, como se houvesse algum povo ou cultura sem técnicas, uma impossibilidade histórica. Sendo a técnica um meio para se realizar determinados fins, não há sociedade que não as tenha desenvolvido para realizar seus fins próprios. Não há técnicas avançadas ou atrasadas, mas sim técnicas adequadas e, deste modo, temos sempre que considerar os fins que a elas estão associados. Milton Santos já havia nos alertado que um objeto técnico é, sempre, um objeto impregnado de intencionalidade e jamais um objeto em si.

O acompanhamento sistemático de ‘acidentes sistêmicos’ nas áreas de aviação, nuclear e de petroquímica tem proporcionado a inclusão de novas variáveis tornando, deste modo, esses sistemas cada vez mais complexos. Ora, os sistemas complexos, exatamente por envolver múltiplas variáveis e complexas relações, se tornam, por isso mesmo, sistemas altamente imprevisíveis. Não há como não nos lembrar aqui daquele personagem de Jorge Luis Borges que, tentando fazer um mapa que representasse o mundo tal como ele é, com o máximo de realismo, acabou por fazer um mapa do tamanho do império

tornando, assim, desnecessária a própria ideia do que seja um mapa, enfim, uma representação e não o mundo.

Não nos iludamos, todavia, posto que ainda é forte a crença de que a ciência e a técnica nos darão as soluções para os problemas gerados pela intervenção desse mesmo sistema técnico-científico. É só uma questão de tempo, nos dizem. Já vimos que o conhecimento é feito em instituições próprias, situadas em lugares próprios, por pessoas propriamente destinadas a esse labor de quem os não-cientistas, isto é, os cidadãos comuns devem esperar que venham as soluções. Aliás, se não for dessa fonte de conhecimento técnico e científico já estará, previamente, desqualificada seja como senso (de gente) comum, seja como saber tradicional. É bom lembrar que toda essa imaginária tecnocêntrica não é somente um sistema de crenças posto que ele é constituinte das práticas *naturalizadas* em instituições que, não sendo naturais, foram instituídas por processos históricos através de sujeitos de carne e osso. Fosse somente um sistema de crenças seria substituível por outro sistema de crenças e tudo se passaria no mundo sobrelunar das crenças, das ideias.

A ciência feita técnica se tornou uma poderosa força produtiva com que o capitalismo colonizou corações e mentes. Proporcionou uma enorme capacidade de transformação da natureza aumentando a produção de mercadorias. Acreditou-se até mesmo que seriam as técnicas mais produtivas que se afirmariam porque seriam mais produtivas, sem se interrogar por que as técnicas que se afirmam são mais produtivas. É o que se vê, por exemplo, na passagem da manufatura da maquinofatura, tão bem analisado por Karl Marx em *O Capital*. Na verdade, a maquinofatura se impôs não porque simplesmente era mais produtiva, mas era mais produtiva porque proporcionava um maior poder do capital sobre o trabalho, já que na manufatura o trabalhador com seu corpo, com sua mão, daí manufatura, detinha um maior controle sobre o processo de produção. Como se vê a técnica é parte das relações sociais e de poder e não pode ser vista como se fora uma mera mediação do homem com a natureza, mas fruto das relações dos homens entre si através das coisas, das técnicas. E mais, é preciso desconstruir

o fundamento individualista que emana da tradição cartesiana sintetizado na assertiva “(eu) penso, logo (eu) existo”. Afinal, os homens estão sempre inscritos em relações sociais e de poder e, por isso mesmo, estão inscritos em relações intersubjetivas de onde emana o conhecimento mesmo quando se imagina feito por um homem/uma mulher isolado. Afinal, só se pensa em uma língua, e a linguagem é, sempre, social, enfim algo que só faz sentido quando partilhado com outrem, algo que se dá em comum, daí comum+icação.

O sistema (de poder) técnico que inaugura o mundo do capital se construiu a partir da energia concentrada num átomo de carbono, de início com o carvão e depois com o petróleo, que foi fotossintetizado e mineralizado durante um longo tempo geológico que se conta em milhões de anos. Agora, num instante, num girar de alavanca de uma máquina a vapor, ou com um simples girar de uma chave de ignição, explode (motor a explosão), proporcionando um aumento antes inimaginável da capacidade de trabalho, de transformação da matéria, mas, ao mesmo tempo, devolvendo à atmosfera o (CO₂, por exemplo) que dela havia sido retirado pelo processo de fotossíntese há milhões de anos atrás.

Hoje sabemos que a ‘sociedade de consumo de massas’, fruto do pacto corporativo fordista fossilista (Altvater) do ‘welfare State’, não pode ser generalizado para todo o mundo. Com isso, um dos fundamentos políticos e culturais do mundo moderno, o de que os homens são iguais, se vê incompatível com o produtivismo que instiga o consumismo, por meio dessa crença de que somos felizes pelo que consumimos, ou pelo que temos, e não pelo que somos, pelo que fazemos ou realizamos.

Os dados já são conhecidos: cerca de 20% da população mundial consome 80% dos recursos energético-materiais explorados anualmente. O consumo de massas do ‘american way of life’ globalizado implica que aquele que faça parte desses 20%, more em Nova Iorque, Paris, Tóquio, Moscou, Caracas, México ou São Paulo, contribui com um impacto sobre o planeta equivalente a 170 etíopes ou 50 paquistaneses. Assim, quando nasce um bebê

numa família integrada a esse consumo de massas globalizado, em Londres ou Paris, o planeta está sendo mais ameaçado do que com o crescimento da população latino-americana, africana ou asiática. No entanto, encontramos nos fóruns internacionais, inclusive ambientalistas, mais preocupação com o crescimento da população humana da América Latina, da África ou da Ásia do que com o controle da *população*³ de bens de consumo dos 2/3 dos ricos dos países industrializados, ou por aqueles 1/5 dos ‘de cima’ dos chamados países pobres.

O antropocentrismo, que autoriza a dominação da natureza, está por toda a nossa geografia real e imaginária. A vida urbana, enquanto meio ambiente construído, espaço do mundo moderno-colonial por excelência, nos livraria dos perigos da natureza, do mundo rural. Daí o urbano ser visto como superior ao rural, assim como o país urbanizado passa a ser tomado como desenvolvido, em oposição aos países que seriam subdesenvolvidos porque ainda seriam predominantemente rurais.

O homem, ser racional, com o uso das mais sublimes das suas faculdades que, no mundo moderno-colonial já não mais é a política, como era para os gregos, mas sim a ciência e na técnica, é o centro do mundo e deve afirmar-se como tal submetendo a natureza aos

seus desígnios. Uma natureza povoada por deuses, com certeza, se colocava como um sério limite à sua dominação. Afinal, como dominar os deuses? Assim, para que a ideia de *dominação da natureza* pudesse se tornar natural, foi preciso dessacralizar a natureza, *despovoá-la* de deuses, torná-la um objeto, assim como enquanto se acreditou que corpo e espírito eram uma unidade indivisível não foi possível dissecar o corpo, como um cadáver, corpo feito objeto, pode ser dissecado pela anatomia. É a expulsão dos deuses da natureza, assim como a expulsão do espírito do corpo, que tornará possível esquarterar a natureza em partes, torturá-la mesmo, como sugere Francis Bacon (1561-1626), para obter a verdade sobre seus mistérios. Estamos, pois, imersos nos fundamentos do mundo moderno-colonial. Sem deuses, não há mais limites para a dominação da natureza. No lugar

A vida urbana, enquanto meio ambiente construído, espaço do mundo moderno-colonial por excelência, nos livraria dos perigos da natureza, do mundo rural.

do teocentrismo, passamos a ter o antropocentrismo. Deus não habita mais os céus e a ciência e a técnica, apesar de laicas, são vistas fazendo milagres aqui na terra.

Assim, o homem é o sujeito *ativo* e a natureza o objeto *passivo*. O urbano, fruto do humano, está, por essa lógica, autorizado a dominar o rural, domínio da natureza, assim como os países urbano-industrializados estariam autorizados a dominar os países rurais e agrários. Nessa ordem de significações, não à toa, as populações dos países não-industrializados são chamadas de selvagens (da selva, portanto, da natureza) e, assim, devem ser dominadas no contexto da imaginação da moderno-colonialidade da Europa renascentista.

Os *selvagens* são, ainda, tomados como indolentes e preguiçosos, isto é, condenados por, ainda, viverem ao sabor de um tempo natural, não fazendo seu próprio tempo, como o fazem os europeus que inventaram uma máquina só para controlar o tempo – o relógio – aliás, a primeira máquina digna de tal nome (MUMFORD, 1977). Por isso, esses povos são chamados de ‘sociedades naturais’, que vivem de uma ‘economia natural’, em oposição à sociedade ocidental (burguesa, branca e machista) que seria uma sociedade histórica. Assim, munidos de um relógio, a sociedade ocidental (burguesa, branca e machista) não só produz seu próprio tempo como, também, o impõe como parâmetro para o mundo inteiro. Ser *universal* é partilhar desse *universo* de significações que os europeus (burgueses, brancos e machistas) instituíram como parâmetro. Só assim podemos entender que se fale de países, povos ou regiões *atrasadas* ou *adiantadas* como se houvesse uma hora certa – e europeia – para a humanidade se medir.

Entretanto, experimentamos, as horas do mundo são referenciadas ao meridiano de Greenwich, subúrbio de Londres, que se coloca como o ponto zero do tempo, a partir de onde se passa a enquadrar o espaço nosso de cada dia em todo o mundo. A Europa torna-se o centro do mapa-múndi. Sua razão, sua concepção de espaço e de tempo se impõem como universal. Observe-se, aqui, um deslocamento na geografia imaginária, de enormes consequências práticas, do meridiano de Tordesilhas, marco geopolítico da cartografia da 1ª moderno-colonialidade sob hege-

monia Ibérica, para o meridiano de Greenwich, marco geopolítico da cartografia da 2ª moderno-colonialidade sob hegemonia da Europa Norte Ocidental e, após 1945, dos Estados Unidos.

A partir do Renascimento, o espaço passa a ser representado por um enquadramento abstrato de coordenadas – latitude e longitude. Essa cartografia foi inicialmente elaborada por Gustavo Krammer, com sua projeção conhecida como Mercator, nome que indica suas ligações com os mercadores, aqueles que estavam preocupados em controlar o espaço, porque estavam preocupados com o tempo. Afinal, tempo é dinheiro⁴. Não sem sentido o espaço é reduzido a medidas matemáticas de tempo abstrato – graus, e cada 15 graus de longitude corresponde a uma hora, a um fuso horário, em que cada grau se divide em minutos e estes em segundos.

Este tempo abstrato, matemático, medido em *quantidade* que, exatamente por ser abstrato e geral, escapa ao tempo de cada ente com sua temporalidade própria, com suas *qualidades* próprias, se impôs ao mundo no mesmo movimento histórico em que a riqueza deixa de estar referida a cada coisa concreta, com suas qualidades próprias, e passa a ser referida a uma expressão abstrata matemática – o dinheiro.

Que o dinheiro não é a riqueza, eis uma verdade que devemos levar mais a sério. Como nos sugere a mitologia grega, com seu Rei Midas, não se pode comer ou beber ouro para matar a sede ou a fome. A razão matemática é, assim, mais do que razão no sentido de uma forma de pensamento, posto que se inscreve a partir do Renascimento, e cada vez mais, no próprio tecido social como parte das relações sociais e de poder. Afinal, a partir daí, e cada vez mais, nossas relações cotidianas são atravessadas por uma lógica matemática, por uma lógica mercantil. Renascimento e Mercantilismo são partes de um mesmo ‘magma de significações imaginárias’ (CASTORIADIS, 1982) a partir do que a matematização surge como *linguagem natural* da *Physis* (Descartes, Galileu, Newton), como linguagem universal, na verdade, como linguagem *desse-mundo-que-aí-está* hoje em crise.

Não nos enganemos, pois, que a generalização do dinheiro como mediador universal das relações humanas seria impossível se não houvesse:

(1) a separação dos homens e mulheres da

natureza e a constituição de proprietários e não-proprietários dos meios de produção (natureza incluída);

(2) uma divisão do trabalho generalizada. Vejamos cada qual a seu tempo:

1- A primeira condição se coloca na medida em que os próprios homens e mulheres, desprovidos das condições para produzirem as suas vidas, inclusive de acesso à natureza cercada como propriedade privada mercantil, passam a ter que vender sua capacidade de trabalho a quem queira comprá-la. Assim, pautam as suas vidas pelo que podem receber em termos abstratos, isto é, monetários, porque disso dependem para comprar as coisas concretas necessárias para viver. Como a natureza é uma condição de existência de todos os seres vivos, inclusive dos humanos, manter uma parcela cada vez maior de homens e mulheres separada da natureza é tornar natural que eles e elas se assalariem e, assim e somente assim, o dinheiro se torna uma necessidade. Assim, os expulsos da terra, e mantidos nas cidades afastados dos meios necessários à produção de suas próprias vidas de um modo autônomo, se veem constrangidos a viver por meio do *salário* que, como o próprio nome diz, é o *sal* que precisam para conservar sua carne. Devem, também, reproduzir a *prole*, a carne de amanhã, *proletários* que são.

A proletarização generalizada configura um mundo geograficamente cada vez mais urbanizado, posto que a cidade é o *locus* por excelência da mercantilização generalizada. A cidade, afinal, exige o dinheiro como *media* das *media*. Burgueses e proletários contraditoriamente se movem em torno desse meio abstrato – o dinheiro – que se transforma nas coisas concretas. O dinheiro se torna, assim, o mediador generalizado da vida. Nasce o *Homo economicus*. Para os burgueses, o céu é o limite; para os proletários, é a subsistência que deve ser garantida através do trabalho assalariado. Observemos que o limite do dinheiro, *expressão quantitativa* – abstrata – da riqueza, é ilimitado e, aqui, se coloca um dos maiores desafios da sociedade mercantil para com a natureza e as outras culturas: o mundo do capital se

move em direção ao ilimitado dos números, mas a natureza e homens/mulheres, assim como as culturas que são fundadas em outras racionalidades, diferentes, têm suas próprias temporalidades.

Deste modo, se vê, mais uma vez, que não estamos somente diante de um paradigma que se dá no campo das ideias e que separa homem de natureza, separa ciências humanas das ciências da natureza, mas diante de uma separação prática e concreta de homens e mulheres da natureza e, ainda, de uma relação onde os que se tornam proprietários da natureza e de outros meios agem como se a natureza fosse, simplesmente, uma fonte inesgotável de riqueza. Assim, institui-se uma teia complexa de relações sociais e de poder dos homens entre si, entre homens e mulheres e entre os homens e mulheres com a natureza, das diferentes culturas e povos entre si, que atravessa o conjunto da sociedade e que dão suporte a esse paradigma.

Os paradigmas são instituídos e são parte das relações sociais e de poder que estão no mundo mundano. Superar os paradigmas em crise implica sair do mundo sobrelunar e se envolver com os processos mundanos de invenção de um futuro distinto da simples projeção linear do passado. O presente está grávido de novas e outras possibilidades, bastando que olhemos para os múltiplos movimentos sociais que põe em xeque a ordem que aí está.

São múltiplos os efeitos que daí decorrem, na medida em que dissolvida a vida comunitária a que, de algum modo, estavam submetidos nas sociedades que não eram *desenvolvidas* e, sim, envolvidas, qual seja, que detinham a prerrogativa de definir seus destinos por si mesmas, tornam-se, cada um e todos isolados, condicionados a se virar sozinhos, indivíduos. Como se pode ver, o individualismo não é só uma questão ideológica, posto que, com a dissolução das comunidades rurais e originárias, instaura-se uma competição generalizada de todos contra todos. Aquilo que o filósofo inglês Hobbes havia dito, equivocadamente, como característico do ser humano em geral, ‘o homem lobo do homem’ é, na verdade, característico da organização da sociedade burguesa que via nascer à sua

A proletarização generalizada configura um mundo geograficamente cada vez mais urbanizado, posto que a cidade é o *locus* por excelência da mercantilização generalizada.

frente. A competição, e não mais a solidariedade, passa a ser constitutiva das relações sociais e de poder cotidianas⁵.

Além disso, com a expulsão e dissolução das comunidades camponesas e originárias, cada um, isoladamente, perde a capacidade de decidir sobre o que fazer tendo, para poder se manter, que se submeter às ordens de quem o contratou.

Aqui reside uma das principais razões dos problemas de poluição e de uso generalizados de produtos nocivos à saúde humana. Dificilmente alguém usaria substâncias tóxicas ou nocivas à saúde humana, caso pudesse decidir sobre o *que*, o *quanto* e o *como* vai ser produzida cada mercadoria. Sabemos que a empresa é, ainda, uma instituição onde o poder do dono é maior do que o direito democrático de todos os diretamente implicados no trabalho decidirem sobre a qualidade e a quantidade do que vai ser produzido. Na empresa, ainda hoje, preside o princípio, inaceitável na vida pública, de que as pessoas decidam de acordo com a porcentagem de ações que cada um detém, com o lugar que ocupam nas relações de propriedade e de gestão. Sem dúvida, a democratização nas empresas seria fundamental para que começássemos a despoluir o mundo! Ainda reina na empresa o princípio medieval e oligárquico da propriedade absoluta, onde se pode demitir milhares de trabalhadores porque se encontrou máquinas ou procedimentos organizacionais mais eficazes, independentemente dos que são demitidos terem que dar de comer às suas famílias. Ou que se decida usar uma substância cujos efeitos possam causar danos à vida das pessoas ou do ambiente, pois o segredo comercial coloca o direito do proprietário acima do direito à vida. A decisão não é democraticamente partilhada. À sociedade cabe discutir os efeitos, seja ele o estufa ou outros, e não as causas. O poder econômico ainda não está subordinado à democracia, eis a razão de fundo da crise da política.

Assim, como nos alertara o historiador Thompson (1998), a produção de necessidades se desloca da família e da comunidade e as necessidades passam, cada vez mais, a serem determinadas pelas empresas e por seus ideólogos – publicitários, *marketingueiros*, pesquisadores, artistas, celebridades e jornalistas – encarregados de dizer o que deve e o

que não deve ser consumido. Toda uma máquina é, assim, forjada, o que levou Félix Guatarri a falar de ‘máquina de fabricação capitalística da subjetividade’ (GUATARRI, 1985). E, não nos espantemos: não existem necessidades *naturais* no sentido biológico do termo, posto que toda a pulsão da fome, assim como da sexualidade, é *resolvida* das mais diferentes e múltiplas formas através da cultura, conforme bem destacou Josué de Castro (CASTRO, 2003). Ninguém come qualquer coisa em qualquer lugar, e os regimes alimentares inventados por cada cultura são algumas das respostas criativas dadas por homens e mulheres de carne e osso a essa pulsão.

2- A segunda condição, a divisão do trabalho, por seu turno, dá fundamento à mediação generalizada do dinheiro, em primeiro lugar, porque não se compra aquilo que se tem. Ou, o que dá no mesmo, quando cada qual se especializa, compra tudo o que não é especializado. Assim, se todos pudessem produzir livremente o que necessitam, e na medida em que dispusessem das condições para tal, as trocas se dariam por razões outras do que por necessidade mercantil. A antropologia nos dá inúmeros exemplos de como diferentes sociedades se constituem instituindo as mais diferentes *razões* para o intercâmbio humano (POLANYI, 1980)⁶.

Cada empresa, sendo especializada, se vê na contingência de comprar tudo o que necessita, assim como cada um, não só por ser especializado, mas também por não ser dono do que produz, se vê obrigado a comprar tudo o que necessita. Até mesmo para aquele que é dono da mercadoria, pelo fato de cada coisa deixar de ser vista como uma coisa concreta que satisfaça necessidades concretas e, sim, tornar-se mercadoria, significa que já é produzida não para satisfazer as necessidades de quem a produziu⁷, ou mesmo para satisfazer as necessidades do seu dono, porque já são produzidas para vender (troca mercantil) e, assim, não visa direta e imediatamente ao seu uso. Nessa ordem de significações, não é nenhuma contradição alguém ser diabético e, ao mesmo tempo, ser proprietário de uma usina que produza açúcar.

Institui-se, assim, uma dissociação entre a razão pela qual se produz e o consumo. A produção não visa ao consumo a não ser mediatamente. Ainda,

recentemente, pudemos ver numa reportagem na televisão um produtor de tomates, em São Paulo, afirmar, sem nenhuma cerimônia, que borrifava o agrotóxico no seu produto porque era para vender e não para comer. E o tomate, como todo produto perecível, isto é, por estragar rapidamente, perde o valor de uso, e sem valor de uso, perde o valor de troca na medida em que, estragado, não será vendido. É por isso que a indústria de alimentos, de um modo geral, usa uma série de substâncias químicas para dar sobrevida ao valor de uso para proporcionar ao produto uma sobrevida por mais tempo nas prateleiras podendo, deste modo, esperar para ver ser realizado seu valor de troca. Como se vê, o valor de troca, medido pelo preço – *quantidade* – se sobrepõe ao valor de uso – a *qualidade*.

O princípio da especialização, como assinalara Adam Smith, proporciona uma simplificação do processo produtivo e, assim, que se aumente a produção. Um saber especializado proporciona um maior aprofundamento no conhecimento de uma determinada matéria específica e, assim, um maior domínio sobre ela. Proporciona assim, ganho de produtividade individual. Entretanto, o mesmo não se pode afirmar da produtividade social geral. É o que se pode constatar com o aumento dos custos de transportes, e do desperdício de combustíveis, com o deslocamento generalizado de mercadorias de um lado para o outro, como matérias primas que vão dos países (ou regiões no interior de um mesmo país) especializados em exportar matérias primas e que, depois, retornam como produtos industrializados. Sem dúvida, chega a ser patético observarmos caminhões frigoríficos transportando frangos de Chapecó, município de Santa Catarina no sul do Brasil, em plena rodovia Transamazônica, no Pará, como se não fosse possível produzir frangos naquela região. A irracionalidade do gasto de energia é espetacular.

Aqui, mais uma vez, podemos verificar que a especialização do conhecimento não é só uma questão de paradigma, embora também o seja. Uma sociedade fundada na busca do aumento máximo da

produtividade para a conquista do mercado demanda um conhecimento específico, subordinado a uma temporalidade própria, o tempo da concorrência, que tende a valorizar quem é pragmático e não quem fique filosofando. Não sem sentido, a filosofia mais disseminada é aquela filosofia que não se quer filosofia – o pragmatismo.

Assim, nessa ordem de significações, mas não em toda e qualquer ordem social, tempo é dinheiro. E, dinheiro, relembramos, implica uma lógica abstrata, quantitativa, comandando o mundo prático. Há, assim, uma pressão muito concreta por conhecimento especializado inscrita nas próprias relações sociais e de poder em que se assenta a sociedade capitalista. Mais uma vez, insistimos, os paradigmas são instituídos

(por um processo protagonizado por sujeitos instituintes) e não serão superados enquanto não visarmos à superação das relações sociais e de poder que lhes servem de suporte.

O conhecimento da natureza, independentemente do homem, ganha uma enorme importância nessa ordem de significações que empresta sentido às relações sociais e de poder burguesas. Assim, e mais uma vez, a separação das ciências naturais das ciências humanas não é só uma questão epistemológica ou paradigmática, embora também o

seja. Afinal, o conhecimento da natureza aumenta o poder de dominação, o que nos leva, com frequência, a confundir o fato de conhecermos a natureza com a ideia de que a produzimos. O carvão e o petróleo, por exemplo, são energia solar fotossintetizada há alguns milhões de anos e, não fora a existência desse *trabalho natural*, e a Revolução Industrial teria outros caminhos.

Aqui não procede o argumento de que se poderia obter a energia de uma *outra fonte*, o que seria possível. Pode-se, como sempre, colocar-se o acento na busca do homem por conhecimento, no caso para conhecer outra fonte de energia através da ciência e, aqui, e mais uma vez, o antropocentrismo nos cega, pois esquecemos que essa *outra* matéria estaria na mesma fonte, isto é, na natureza⁸, que a teria produzido pelo seu próprio trabalho.

O conhecimento da natureza, independentemente do homem, ganha uma enorme importância nessa ordem de significações que empresta sentido às relações sociais e de poder burguesas.

O fato de conhecermos a composição química do carvão ou do petróleo nos proporciona, sem dúvida, uma capacidade maior de explorarmos a sua natureza, mas, atenção!, esse conhecimento como tal não produz o carvão nem o petróleo propriamente ditos, assim como o conhecimento da água, enquanto tal, não mata a sede. Os investimentos maciços na pesquisa geológica de minérios e na formação de especialistas nessas áreas se fazem exatamente para que se tenha controle, pelo conhecimento, dos minerais e outros recursos naturais, posto que são estratégicos. Enfim, o conhecimento científico acerca da natureza, embora necessário, não é suficiente para garantir a sua dominação.

O conhecimento do petróleo não muda sua localização geográfica e, por isso, o Oriente Médio é, permanentemente, o que é, ou seja, além de um imenso barril de petróleo, um barril de pólvora. Afinal, se não existe trabalho sem energia, o Oriente Médio, pela grande concentração desse recurso energético, que é a base do complexo industrial atual, acaba por concentrar um recurso estratégico importante não só para o presente. Afinal, energia é a capacidade de realizar trabalho e o trabalho é a capacidade de transformar a matéria. Assim, a energia se torna uma matéria estratégica. Enfim, na falta de outra matriz energética, controlável pelas mesmas grandes corporações que controlam a matriz energética atual, o controle do Oriente Médio torna-se fundamental para o futuro imediato dessas mesmas grandes corporações, de sua matriz energética e do mundo tal e qual é na sua geografia política assimétrica.

Insistimos, o conhecimento sobre o petróleo não produz petróleo, proporciona, sim, uma maior capacidade de explorá-lo, e esta é a razão dos conflitos envolvendo o Oriente Médio e do desenvolvimento científico-tecnológico. O controle por forças militares permanentes do Oriente Médio, enfim, esse controle pela *força* é a melhor demonstração da *fragilidade* dos fundamentos do antropocentrismo. Não basta o argumento, nem tampouco o conhecimento, para que o petróleo chegue aos países industrializados alimentando com sua energia todo o estilo de desen-

volvimento que-aí-está colocando o planeta e a humanidade em risco. Afinal, quem detém o controle do conhecimento e de toda a logística capaz de explorar o petróleo, inclusive todo o complexo tecnológico, precisa controlar o território onde este está localizado. Aqui, sem dúvida, a geografia cobra o seu tributo. Enquanto o barril de petróleo estava a US\$ 25, em média, durante o ano de 2002, se despendia em forças militares na região o equivalente a US\$ 75 por barril, segundo a revista *Defense Monitor*⁹! Ou seja, para cada dólar que se pagava pelo petróleo do Oriente Médio se pagava mais 3 dólares pelo custo militar para garantir o seu suprimento!

A emergência da questão ambiental enquanto questão política, nos anos 60, trouxe consigo toda uma série de críticas aos paradigmas em que se assenta a moderna sociedade industrial. Passados cerca de 40 anos dessas críticas, observamos que a maior parte delas se manteve no plano das ideias, deixando de considerar que o paradigma em crise ainda se mantém, posto que ele não é só ideia, mas está institucionalizado em práticas sociais e de poder concretas e bem mundanas, seja nas universidades, com seus departamentos disciplinares, disciplinando corpos e mentes; seja em grupos ou classes sociais que se constituíram através desses mesmos sentidos e práticas que hoje se encontram em crise.

Afirmamos que é preciso ir além dessa crítica aos paradigmas, posto que os paradigmas não pairam no ar; ao contrário, estão ancorados em práticas sociais institucionalizadas. Há que se descer dos céus à terra, se queremos, efetivamente, romper barreiras.

Sabemos que essas ideias devem muito de sua existência a um tipo sociológico, a burguesia, de início mercantil e, depois, industrial, que ganha importância desde a Idade Média. Ao contrário da nobreza aristocrática que cultivava o ócio, a burguesia se caracteriza por um agir-com-vistas-a-um-fim, com um raciocínio prático de custos-e-benefícios, que nega-o-ócio, faz negócios, movendo-se em torno de uma riqueza móvel e abstrata: o dinheiro.

A hegemonia de uma determinada lógica abstrata -

É preciso ir além dessa crítica aos paradigmas, posto que os paradigmas não pairam no ar; ao contrário, estão ancorados em práticas sociais institucionalizadas.

matemática – é a afirmação dessa hegemonia burguesa sobre o conjunto das práticas sociais, inclusive de dominação da natureza. Com ela temos a instituição de uma sociedade que se move por uma lógica de acumulação de riqueza expressa nesse imaterial signo dos signos que é o dinheiro. O dinheiro, tal como os números e os deuses, na sua imaterialidade, não tem limites. Esse será um dos maiores desafios para a superação dos problemas socioambientais atuais, na medida em que estes sinalizam, exatamente, para os limites da relação da sociedade com a natureza.

O advento da máquina a vapor é, nesse sentido, emblemática. Ela se move a partir de uma energia de origem fóssil, cuja capacidade de trabalho na transformação da matéria, acreditou-se, não teria limites. Por meio do seu uso, a transformação da matéria se dará num ritmo cada vez mais intenso fazendo com que “tudo que é sólido se desmanche no ar” (MARX; ENGELS, 1848).

Observe-se que o ritmo com que bate a máquina, a vapor ou outra, é sempre igual, seja no verão, seja no inverno; seja dia, seja noite; esteja a máquina sendo manejada por trabalhadores ingleses, brasileiros, mexicanos ou indonésios; estejam eles tristes ou alegres; estejam essas máquinas operando no cerrado ou na caatinga. O tempo na modernidade – esse da máquina a vapor – não é mais o tempo dos entes concretos – dos bichos, das plantas, dos fluxos das águas dos rios ou dos humores dos homens e mulheres de carne e osso (THOMPSON, 1998). Ao contrário, é o tempo abstrato que bate sempre igual em qualquer lugar. O tic-tac do relógio é indiferente aos lugares. A essa indiferença aos lugares chama-se universal.

Na verdade, a máquina a vapor materializa uma prática que impõe ao espaço concreto do dia a dia a lógica de outra máquina, a máquina do tempo – o relógio. A máquina do tempo, todavia, havia sido uma invenção dos mosteiros da Idade Média para definir as horas canônicas, cujo resultado prático era reunir os homens e mulheres para rezar (PORTO-GONÇALVES, 1989). E a natureza, ali, ainda estava povoada de deuses.

A máquina a vapor, todavia, não se volta para os céus! A fé, que na Bíblia removia montanhas, com a máquina a vapor desce à terra e, manejada pelo novo-

senhor-todo-poderoso, o homem (burguês, branco e macho), remove, praticamente, e não mais só simbolicamente, montanhas, rios, florestas e, ainda, outros tempos, outras crenças, outras culturas.

Eis, novamente, um tempo próprio, abstrato, esse do relógio embutido na máquina a vapor e quem o controla dita o tempo. Foi essa ordem de significações que fez com que, junto com o relógio-máquina, a paisagem geográfica se visse povoada, também, por ferrovias cuja pontualidade de chegada e partida dos trens era admirada. Mussolini e os italianos de seu tempo se orgulhavam da sua pontualidade. Vê-se que o relógio atinge corações e mentes, torna-se *habitus* essencial para que todo o espaço geográfico fosse organizado, para que os habitantes de cada cidade ajustassem seus tempos, isto é, para que a sociedade como um todo pudesse organizar seu espaço-tempo, seu *habitat*, inclusive. *Habitat*, *habitus* e habitante formam, assim, uma unidade em movimento.

Vê-se, assim, que esse homem-senhor-todo-poderoso do Renascimento não é somente o homem enquanto uma espécie que se coloca acima de outras espécies, como uma crítica ingênua ao antropocentrismo quer fazer crer. É um homem que calcula os custos e benefícios; é um homem que visa, sempre, um *mais*. É o homem burguês que, cada vez mais, precisa mobilizar energias, todas as energias, para o trabalho (não há trabalho sem energia, nos ensinam os físicos). É aquele que nega o ócio¹⁰, é aquele que vive para o negócio, que chama os que se movem com outros ritmos, por outros tempos, de indolentes e preguiçosos, posto que, para ele, parecem estar sempre atrasados.

A ‘dominação da natureza’ se constitui na ideia-mestra do novo “magma de significações imaginárias”. A isso chama-se progresso e desenvolvimento e, mesmo, civilização.

Deste modo, esse homem-centro-do-mundo que ‘domina a natureza’ não é um homem homogêneo, onde todos são socialmente iguais para agir sobre a natureza, como uma sociologia ingênua, dominante entre os cientistas, acredita. Afinal, para dominar a natureza produziu-se, ao mesmo tempo, uma distinção entre os homens, posto que nem todos os homens têm igual acesso à natureza. A mesma propriedade privada, que é afirmada positivamente, é

uma propriedade que priva quem não é proprietário de ter acesso ao que, na prática, é (ou deve ser) comum a todos. É como se uns fossem mais humanos que outros. E esses outros, significados como sub-humanos, tal como a natureza, são, também, seres dominados. Assim, dominar a natureza pressupõe dominar outros homens. A espécie humana se vê, assim, cindida em classes sociais distintas, cujas contradições passam a comandar as práticas sociais. Essas práticas sociais não são naturais, aliás, como nenhuma prática social, mas sim históricas, na medida em que foram instituídas em determinadas circunstâncias e que são reproduzidas por meio de instituições historicamente criadas.

Resta-nos, assim, o desafio de vermos a natureza como implicada na relação dos homens entre si. O primeiro passo é considerar como as diferentes sociedades incorporam ao seu ‘magma de significações’ a diferença de gênero, a diferença biológica entre homens e mulheres. Como se vê, a questão ambiental requer um pensamento complexo que não antagonize a relação dos homens (e mulheres) entre si, de um lado, e a relação do homem com a natureza, de outro, posto que, entre os próprios humanos se instituem diferentes e complexos significados para processos que se desenvolvem à revelia dos humanos, naturalmente. A diferença biológica entre macho e fêmea é *significada socialmente de diferentes maneiras*, o que é uma riqueza da espécie humana, na medida em que cria diferentes significados para aquilo que um certo raciocínio, que se quer atemporal e aespacial, diz ser igual em todo lado como, por exemplo, a diferença biológica entre homem e mulher.

Por todo lado, é preciso um raciocínio mais complexo que não opere com as dicotomias bem características do pensamento europeu até aqui hegemônico. A nova física, por exemplo, cada vez mais se aproxima das ciências humanas na medida em que admite a inseparabilidade do sujeito e do objeto, pelo menos desde o princípio de incerteza de Heisenberg.

O pacto corporativo fordista, tão bem configurado no ‘welfare state’ – em que burgueses e operários

poderiam partilhar uma mesma lógica – onde na linha de montagem cada operário, especializado numa única tarefa, poderia produzir tanto e de modo tão barato que, ao final, cada operário poderia ter um carro – pressupunha uma matriz energética fóssil, uma natureza-despesa inesgotável como fonte de matéria prima e um planeta com uma capacidade de suporte e de resiliência capaz de mantê-lo vivo. A julgar pelo que nos dizem Giddens e Beck, com sua ‘*sociedade risco*’, Altvater, com sua análise do ‘*preço da riqueza*’ que nos mostrou que nossa sociedade está fundada na produção de bens oligárquicos¹¹, esse projeto se mostrou inviável, ainda que não tenha atingido mais do que 30% da população mundial.

Michel Serres começa seu instigante livro *Contrato Natural* analisando um quadro do espanhol Goya em que dois esgrimistas se movem lutando sobre um pântano. A esgrima tal como todo jogo tem suas regras, assim como toda sociedade. Assim, quando mais se movem para atingir o outro, segundo as regras do jogo de esgrima, mais se afundam no pântano, que não foi devidamente considerado nas regras do jogo. É uma bela metáfora das relações sociais e de poder reinantes que ignora nossa inscrição no mundo natural, no mundo mundano.

The dream is over. Há, no entanto, o convite de Lennon, *Imagine*. E, também, de Lenin que nos convida ao sonho, alertando-nos, todavia, para que procurássemos, cuidadosamente, levá-lo à prática.

NOTAS

1. Os europeus e os norte-americanos já mostraram não serem guardiões dignos de confiança, como se não bastassem os exemplos de serem os responsáveis diretos pelas maiores conflagrações do século passado e do início deste. Registre-se, ainda, que são os países que hoje constituem o Conselho de Segurança da ONU os maiores exportadores de armas do mundo. As guerras de 1914 e de 1939 só são consideradas *mundiais* pelo poder que os países hegemônicos têm sobre o mundo, porque, na verdade, do ponto de vista mais amplo, essas guerras foram regionais, pouco mais se estendendo para além das cercanias da geografia europeia ou do império japonês. Os países hegemônicos do sistema mundo mo-

Essas práticas sociais não são naturais, aliás, como nenhuma prática social, mas sim históricas, na medida em que foram instituídas em determinadas circunstâncias e que são reproduzidas por meio de instituições historicamente criadas.

derno-colonial, justamente por essa condição hegemônica, envolveram o mundo inteiro na sua guerra e só por essa razão são guerras consideradas como mundiais.

2. Se é que algum dia o foi, a não ser para aqueles que acreditaram numa verdade definitiva, que as matemáticas ajudariam a construir, com base numa linguagem exata. No entanto, o Fernando Pessoa já nos ensinara que “Navegar é preciso. Viver não é preciso”, deixando-nos entrever que sobre a navegação, que é técnica, cabe a precisão, mas a vida é, sempre, de viés (Caetano Veloso), enfim, não é precisa. A cultura é, sempre, um sem-sentido, se olhada de fora dos que nela vivem, mas que dá sentido àqueles que nela vivem.

3. Uso aqui, conscientemente, população no sentido conceitual da estatística, qual seja, como um conjunto de objetos que bem pode ser uma população de cadeiras, ou uma população de coelhos, ou população de homens e mulheres da espécie *Homo sapiens sapiens*.

4. O que não é o mesmo que dizer que dinheiro é riqueza como tentam, erroneamente, nos convencer, conforme esclareceremos mais adiante.

5. Os educadores, num segundo momento, sofrerão quando vão se ver instados a propalar uma educação para a solidariedade, quando a sociedade está fundada em instituições competitivas. Assim, vivemos uma sociedade que, pela porta da frente, nos convida a sermos competitivos e vencedores e, pela porta dos fundos, pede aos educadores que eduquem para a solidariedade.

6. Vide Karl Polanyi, em *A Grande Transformação*, ed. Campus, 1980.

7. E, já sabemos, a maior parte dos produtores, por ser assalariada, já está, de antemão, desvinculada do que produz e, assim, para estes, tudo, apesar de ser fruto do seu trabalho, lhe aparece como não lhe pertencendo. Ver ‘O Operário em Construção’ de Vinicius de Morais.

8. Tudo indica que, cada vez mais, os princípios da termodinâmica devam ser incorporados à análise sócio-histórica. Afinal, esses princípios nos colocam diante de questões que o otimismo tecnológico da crença no progresso nos impossibilitava de submeter à reflexão, como esse que se coloca, por exemplo, no caso de os homens terem que produzir, eles mesmos, a energia que vão utilizar no processo de trabalho (transformação), mas o trabalho de produzir essa energia já é, ele mesmo, trabalho e, portanto, dissipação de energia no processo de transformação da matéria.

9. Citado pelo engenheiro Fernando Siqueira em entrevista ao jornal PÚBLICO edição de nº de junho de 2002, página 18.

10. Negócio significa, rigorosamente, negar o ócio (neg+ócio).

11. Bens que só têm sentido se for para poucos. Se todos tiverem esses bens todos são prejudicados. O automóvel e o congestionamento são, talvez, a melhor expressão dos bens oligárquicos.

REFERÊNCIAS

BECK, U. *A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva*, 1997. In: BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FUNTOWICZ, S. y DE MARCHI, B. *Ciência Posnormal, Complejidad Reflexiva y Sustentabilidade*. In: Leff, E. (coord.). **La Complejidad Ambiental**. Mexico: Siglo XXI, 2000.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEFF, E. (coord.) **La Complejidad Ambiental**. México: Siglo XXI, 2000.


_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. H.; ENGELS, F. 1848. **O Manifesto Comunista**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 1997.

MUMFORD, L. **Técnica y Civilización**. Madrid: Alianza Universidad, 1977.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 



Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento

Pablo Rieznik

Professor Titular. Pesquisador do Instituto de Investigações Gino Germani,
Faculdade de Ciências Sociais. Universidade de Buenos Aires
E-mail: rieznik2002@yahoo.com.ar
Tradução: **Amanda G. F. Castillo**

Resumo: A pretensão de ter instaurado um novo modelo de política científica, segundo a versão dos governos progressistas da nossa região, deveria ser caracterizada como um disparate. O deslocamento do eixo de gravidade em matéria de C&T para uma chamada “inovação” transformou os afazeres dos investigadores e criadores em uma área submetida aos critérios do bom negócio e ao lucro capitalista, opostos a uma atividade livre e genuína em favor do progresso humano e social. Uma época de decadência civilizatória e uma excepcional crise global transformaram a equação “ciência, técnica e capitalismo” em termos incompatíveis. São os temas centrais da reflexão que se desenvolve na seguinte contribuição.

Palavras-chave: Ciência e Técnica. Inovação. Capitalismo. Crise.

Introdução

A tese de que o governo dos Kirchner teria direcionado um novo rumo em matéria de política científica é uma farsa; o mesmo pode ser dito do discurso similar que apresenta-se no Brasil e em outros países marcados por um signo político semelhante. São países cujas administrações pretendem ter aberto um ciclo oposto ao das administrações neoliberais, que as antecederam no poder. Isto também é uma farsa caso forem considerados os marcos decisivos do neoliberalismo que os “anti-neoliberais” mantêm em pé: privatização de patrimônio público, hipertrofia do negócio financeiro, emprego precário, submetimento da economia às exigências do grande capital financeiro, etc. A política científica não poderia fugir às exigências mais generalizadas deste sentido governamental, no extremo sul do continente, além dos matizes e diferenças que são próprias de cada experiência nacional.

Quid pro quo nac & pop

Falar sobre um novo modelo de política científica nacional na Argentina é nada mais que presunção. Não existe uma política nacional em matéria de ciência e técnica (C&T). Nem sequer um plano em conjunto, o que fica explícito com o fato de que os organismos de C&T dependem de sete ministérios diferentes, ou até oito, se considerarmos que as universidades dependem administrativamente do Ministério da Educação. Cristina Kirchner criou um ministério de Ciência e Técnica com uma ostentosa publicidade, sem embargo nada fez a respeito; vagou a respeito da fragmentação e inconsistência da política do setor de C&T de uma forma deliberada. Sua função é a de propor atividades isoladas, porém lucrativas para os interesses capitalistas, associados à exploração de alguns “nichos” da indústria científica denominada pelas corporações empresariais do ramo privado. Por este motivo lhe veio à cabeça Lino Barañao, um homem que acumulou experiência na Agência de Promoção Científica, criada por Carlos Menem nos anos noventa com este mesmo propósito e também para dividir as estáticas camarilhas do CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas), fundado meio século atrás. Portanto o “modelo”, que não é exatamente isso

– pois significaria uma análise integral de partes articuladas de uma política científica em conjunto – tampouco é “novo”, já que foi lançado pelo ex-presidente “neoliberal”. Em matéria de C&T, por isso mesmo, não há rupturas com o passado: “As políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia continuaram sustentando-se, essencialmente, no ato de articular empreendimentos produtivos nos setores privado e público, de acordo com as bases de projetos generalizados no setor privado e financiados ou subsidiados pelo setor público”. A caracterização corresponde a um grupo de cientistas críticos em relação à formulação oficial da política do governo (GRUPO DE GESTÃO, 2010).

O ministério de Ciência e Técnica priorizou a “inovação” que segundo a definição da Real Academia Espanhola de Letras é a “adaptação ou modificação de um produto e sua inserção no mercado; tendo em conta que é essencial sua aplicação comercial por parte das empresas”. Seu foco não é a ciência, mas sim os negócios. É por isso que os mencionados “nichos” tem privilégio, a fim de possibilidades de lucro: a prioridade do ministério de Ciência e Técnica é a biotecnologia, a nanotecnologia ou o software. Nesta área o ministro Barañao desenvolveu sua própria experiência profissional, já que aqui também funciona o “capitalismo de amigos”, que é peculiar da administração kirchnerista. O principal projeto no qual está envolvido o ministério de Ciência e Técnica em matéria de “inovação” pressupõe um gasto de catorze milhões de dólares (metade de origem público e metade privado ou de agências capitalistas internacionais) para medicamentos de alta complexidade e alto custo, que permitiriam diminuir esse custo para os laboratórios farmacêuticos ou economizar na importância sem alterar a negociação descomunal da medicina privada.

Não existem deliberações sobre nenhuma dessas iniciativas, não em âmbito popular, mas na própria comunidade científica. O CONICET mantém secularmente um funcionamento vertical e aristocrático, a Agência de Promoção Científica passou do domínio menemista ao kirchnerista sem solução de continuidade. A ciência aplicada que se estimula não releva de nenhum modo os interesses da população em massa, nem propende à atualização de

recursos existentes suscetíveis a serem utilizados em benefício da maioria da população. “Perguntamos – o questionador corresponde ao grupo de cientistas anteriormente citado – Quais são os problemas que não permitem aplicar, por exemplo; a produção pública de medicamentos, de vacinas, de produtos médicos, a eliminação dos mosquitos barbeiros para evitar e amenizar as ocorrências do mal de Chagas, eliminar arsênico de águas potáveis para consumo, o saneamento básico de poços fluviais, o controle de uso de agroquímicos, gerar pólos tecnológicos públicos onde se possa produzir, por exemplo, anticorpos monoclonais, proteínas recombinantes, produtos químicos de síntese, etc.? Todos eles são evoluções de aplicações múltiplas que permitiriam utilizar racionalmente o conhecimento existente e potencializar a capacidade que está subordinada aos organismos de C&T e às universidades nacionais”.

O governo atribui a ele mesmo ter incrementado o investimento em C&T, mas sua quantia aplicada atualmente é a de 0,6% do PIB, muito abaixo dos padrões internacionais e mesmo da América Latina, muito longe ainda do 1% estabelecido formalmente pelos diversos organismos de C&T. Algo parecido ocorre com a reivindicação oficial de aumento de investigadores no CONICET: em grande parte isto se deve a estagiários que encontram-se em situação laboral absolutamente instável: com remuneração que deixa a desejar, sem direitos trabalhistas, etc. O movimento nasceu junto com o kirchnerismo: dos “jovens cientistas em situação precária” que reclamam de suas condições de trabalho.

Resta como reflexão final algo que é óbvio: um governo que tem pagado uma dívida ao FMI como nunca antes visto, que por trás da desculpa do chamado desenvolvimento industrial transformou a indústria em uma montadora e a exportação de soja dependente e que tem transformado os recursos dos aposentados para auxiliar o capital financeiro e a agiotagem; pois para que promoveria uma política científica nacional? Não são os balões financeiros que tem que ser estourados, como estes que pelo kir-

chnerismo irão acabar derrubados por conta de sua própria inconsistência.

Artifício tropical

A situação da C&T não é muito diferente no Brasil, esta que é tão marcada quanto a argentina pela colossal distância que separa um discurso supostamente progressista da realidade. Um investigador que alia-se com o governo expos recentemente em um texto o completo fracasso da política oficial neste âmbito. Desta forma, segundo Renato Dagnino, ao longo dos anos da gestão do PT nunca se extinguiu esta possibilidade, que chama “conservadora”, de separar a C&T apelando ao ultrapassado recurso de vincular a Universidade e a investigação científica às empresas. Trata-se isto de uma rua sem saída, sendo questionado já há quatro décadas nos meios acadêmicos do Brasil e Argentina por intelectuais a fins de prezar pelo desenvolvimento nativo. Além disso, é um fracasso secular tendo-se em conta um estudo a respeito do ano de 2000, patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O trabalho até então detectou 80.000 empresas que pareciam ser “inovadoras” (em um amplo universo de cin-

co mil empresas de todo tipo e tamanho). A análise foi focada em 28.000 empresas por sua atividade inovadora. Resultado: 80% delas compravam e importavam máquinas sem nenhuma atividade própria em relação à investigação e desenvolvimento (ID). Não obstante, as poucas empresas “inovadoras” não eram propriamente inovadoras: menos de 1% das inovações que estas introduziram no mercado nacional eram também novidade no mercado mundial. E ainda mais surpreendente: tendo em vista o esforço feito, estas apenas utilizavam a estrutura da investigação pública e os investigadores formados pelo sistema de pós-graduação (DAGNINO, 2011).

O que é fundamental, sem embargo, é que nada mudou, dado que os neoliberais da década de 90 “foram embora”. No período de 2006-2008, enquanto formavam-se anualmente cerca de trinta mil mestres e doutores em “ciências duras”, que a política no âmbito de ciência e técnica (PCT) supõe ser

O governo atribui a ele mesmo ter incrementado o investimento em C&T, mas sua quantia aplicada atualmente é a de 0,6% do PIB, muito abaixo dos padrões internacionais e mesmo da América Latina.

os que as empresas precisam, o número que nelas aplicam ID passou de 4.330 a 4.398, um aumento de 68 investigadores em três anos. O que dá uma taxa de absorção anual de 0,07% (68/90.000), enquanto que 70% dos profissionais com pós-graduação nos Estados Unidos a cada ano são contratados pelas empresas. No mesmo período, apenas 10% das empresas inovadoras estabeleceram associações com universidades e institutos de investigação, e destas, 70% as considerou irrelevantes ou de baixa importância. A conclusão é que “a PCT brasileira não conseguiu mobilizar nosso potencial de geração de conhecimento tecno-científico para promover a ID empresarial. Também não conseguiu até hoje atender às demandas cognitivas da maioria da população”. A filiação do autor nos isenta de comentários adicionais.

Temos que aclarar, em função do supracitado, que se for contraposto ao desastre descrito por Dagnino, o “êxito” da associação “universidade – ciência – empresa” que é próprio dos países desenvolvidos, como seria o caso dos Estados Unidos, o “modelo” não deixaria de ser uma catástrofe. Não só porque a ID não pode injetar no capitalismo uma vacina a fins de acabar com o desabamento que neste momento se desenvolve frente a nós em tempo real. Também porque a captura e privatização da ID pelas empresas constitui em si mesmo um atentado à ciência e seu desenvolvimento em benefício de toda a sociedade. Disto é prova o “canônico” caso da Apple, exposto recentemente em primeira página em todos os jornais mundo afora, pela morte de seu mentor: Steve Jobs. Vale a pena considerar este caso em particular.

A maçã podre

Os numerosos laudatórios sobre o fundador da Apple regularmente tem omitido que todos os avanços da produção tecnológica da empresa não tiveram como base a investigação desenvolvida por Jobs, mas a que em seu devido momento foi concretizada em algumas universidades norte-americanas, como a de Stanford e o instituto Tecnológico de Massachusetts da década de 60.

Um filme conhecido sobre a origem das empresas nas quais nasceu a indústria da computação teria por isto o sugestivo título de “Piratas de Sillicon Valley” (O lugar onde ser erradicou e desenvolveu o ramo

informático). Não é errado considerar Jobs como um dos maiores inovadores tecnológicos da época, caso o conceito de inovação for desvinculado da auréola que encobre sua definição literal, a qual foi citada anteriormente, como “adaptação ou modificação de um produto e sua inserção no mercado”. Mas quando o produto científico converte-se em mercadoria, um produto privado está submetido às leis gerais: não só se pode comprar ou vender, mas também roubar e adulterar.

A “inovação” implica em um monopólio que ao mesmo tempo paralisa o progresso técnico, sua difusão e a aplicação ao serviço de bem-estar humano. Todos os programas que servem para por em prática os dispositivos digitais da Apple estão “patenteados”, quer dizer, privatizados. Mas um “programa” é, na verdade, uma série de sequencias de operações e cálculos matemáticos que são subtraídos da possibilidade de sua utilização pela comunidade científica, de especialistas e usuários. Portanto, a tese de que com a difusão universal dos produtos comercializados a partir da iniciativa de Jobs ganhamos a “liberdade” e possibilidades “individuais” porque disponibiliza para milhões de usuários uma tecnologia que antes era utilizada somente por especialistas é um conto de fadas.

Os defensores do “software livre” trouxeram à tona o caráter ditatorial do monopólio de Steve Jobs em relação aos produtos que deveriam ser patrimônio de todos. E que, também, não fosse fonte de escassez para o cidadão comum, de incapacitação para os “analfabetos” digitais, de negócios e subsídios hiper milionários para o “bigbussiness” da informática. Sob o controle dos serviços de segurança, os Iphones de Jobs transformaram-se também na possibilidade de estabelecer não um universo de homens livres, mas um “Big Brother” que controla a comunicação e a localização de cada um de nós.

Se na época de Newton o registro de patentes tivesse crescido ao tamanho dos limites que conhecemos hoje em dia, a fórmula da lei da gravidade seria: privada. E estamos falando de ciência e não de técnica de programação. Jobs, em contrapartida, deixou a Apple com mais de trezentas patentes. Ainda assim não se sabe se isto irá lhe garantir estabilidade diante dos monopólios que são rivais, pois agora foi

desenvolvida o que um comentarista denominou recentemente com sendo uma “louca corrida de patentes”, que inundam as estradas judiciais de diversos países. O caráter parasitário deste assunto revela-se no comentário de um analista desta indústria, que afirma que se as coisas continuarem neste rumo, as empresas como a Apple (ou Google, ou Samsung e outras) terão como empregados “mais adogados que engenheiros”.

Com certa razão, tem se comparado Jobs com Edison, que se mantém no topo dos “patenteadores” yankees de todos os tempos, omitindo que Thomas Alva é conhecido porque sua profissão também foi sua fraude: não inventou a lâmpada, nem o gramofone, nem o projetor de imagens, citando algumas de suas “invenções” mais conhecidas. Ele somente as “patenteou”. Os obituários de Jobs também o comparam com Henry Ford. Neste caso estes esquecem seu caráter notório como fascista e anti-semita. A pretensão generalizada dos obituários de dizer que Jobs e a Apple representam um capitalismo honesto e inovador e produtivo, diferente dos que caem com a bancarrota dos bancos é, portanto, uma invenção. Nada mais que uma fuga diante desta barbárie de um capitalismo em estado de decomposição, que os negócios de Steve Jobs não puderam deixar de revelar. Os computadores modernos da Apple são fabricados na China em regime semi-escravo de centenas de milhares de trabalhadores (sim, centenas de milhares). Suas filiais neste país “comunista” foram investigadas há algum tempo atrás por causa da tendência de suicídios que tornava-se comum entre seus trabalhadores, angustiados por fazer um trabalho que somente era interrompido para alimentar-se e dormir, por um salário de cem dólares por mês e sob uma doutrina ditatorial. As empresas que fabricam milhões de aparelhos informáticos da Apple estão no topo, mas também lideram os rankings dos maiores agressores do meio-ambiente. Apple, a maçã de Jobs, certamente não era muito saudável.

É claro que não se trata somente da indústria da informática. A indústria petrolífera possui uma longa lista de aquisições de patentes para evitar que certos

produtos nunca cheguem ao mercado, sem falar de sua responsabilidade nas mais diversas catástrofes ambientais. Os monopólios de automóveis têm sabotado de todas as formas as investigações a respeito da alternativa de um “carro elétrico”, que limitaria os males da anárquica e destrutiva produção de veículos com motores que funcionam a base de combustão. Os avanços no conhecimento da evolução humana tem se revelado bloqueados pela extensa privatização de: fósseis. Os monopólios farmacêuticos impedem a produção em massa de medicamentos baratos, etc. (PALACEK, 2010).

Discurso, vulgaridade e encobrimento

Contra o que esgrime uma sorte de discurso uniforme na nossa região a respeito das políticas de C&T supostamente renovadas, o que nos permitiria avançar para uma “sociedade de conhecimento”, que foi dito até aqui, evidencia a vulgaridade do questionamento. Não iremos em direção a uma “sociedade de conhecimento”, mas ao contrário, a uma incapacitação intelectual crescente da humanidade, a uma miséria social mais extensa e inclusive à possibilidade de um retrocesso civilizatório; tudo isto em função da explosiva combinação de capitalismo, educação e ciência. Isto não impede que a afirmação oposta seja incluída e repetida sistematicamente nos discursos governamentais da Argentina, Brasil e do chamado progressismo intelectual destas latitudes.

O relato oficial em matéria de C&T retomou sem nenhuma originalidade os lugares comuns da ideologia liberal do século XIX, a mesma que surgiu com pretensões de “aggiornamento” na segunda metade do século XX. A tese de que a educação e a ciência “per se” transformar-se-iam em um fator de elevação do homem a uma nova etapa da civilização levou consigo em seus momentos as ilusões de que a “democracia”, a “liberdade” e a “fraternidade” poderiam impor-se no contexto da sociedade capitalista avançando em direção a um igualitarismo crescente. Nestes nossos países tratou-se, sem embargo, de uma ilusão tardia ou de uma cobertura ideológica das oligarquias que dominavam o processo de integração de nossa região

Os avanços no conhecimento da evolução humana tem se revelado bloqueados pela extensa privatização de: fósseis.

como semi-colônias da capital metropolitana.

Na pós-guerra a valorização da atividade dos cientistas ganhou asas por diferentes razões. Depois de meio século de barbárie bélica, a ordem de Yalta e Postdam apresentava-se como a fundação de um mundo de paz e de convergência entre sistemas opostos (que já sabemos como terminou). A apelação a uma irreversível “revolução científica-técnica” (RCT), que hoje se repete, era desde então a fórmula que anunciava um suposto novo horizonte das mãos dos homens do conhecimento, na ordem existente. A RCT era a apelação chave na linguagem dos auto-reformadores do Stalinismo nas décadas de 60/70’, ou seja, nas vésperas de sua extinção. A intelectualidade fazia um culto abstrato à ciência e tecnologia, pois no âmbito da cultura stalinista – e também da esquerda liberal norte-americana – era o estopim para demandar uma “convergência” entre o capitalismo e o socialismo. Um dos ícones deste questionamento foi Daniel Bell, recentemente falecido, quem difundiu a tese de uma sociedade “pós-industrial”, baseada na informação e no conhecimento (RIEZNIK, 2005). A história não avançava por meio da revolução, mas por meio da técnica e o conhecimento científico. Não pela luta de classes, mas pelo laboratório e a academia; não pela classe operária, mas pelos cientistas. Mas, em vez de um capitalismo que se superava a cada dia por meios do conhecimento, o que obtivemos foi sua degradação a um cassino universal que agora exala “urbi et orbe”. Nunca um cientista social interpretou tão erroneamente seu momento histórico, nem fez previsões tão míopes que tenham sido refutadas em um prazo tão curto (PETRAS, 2011).

A ideologia “cientificista”, nos anos setenta, foi apresentada aqui em nossas latitudes como uma ciência “rebelde”, segundo a denominação de Oscar Varsavsky, sob a aparência de representar uma alternativa, inclusive “revolucionária”. Também com a possibilidade de uma prática tecnológica “autônoma”, tomando-se em conta alguns questionamentos de Jorge Sábato ou Amílcar Herrera na Argentina. O assunto nunca saiu do papel para a ação. Também nem haveria podido, pois nem sequer a ciência nem

sua forma aplicada podem superar por si só os limites do regime político que as condiciona. É necessário lembrar que até então, na Argentina, Perón havia retornado ao país não para abrir caminhos para a liberação das forças criativas da nação, mas para impor Isabelita e López Rega?

No Brasil, uma análise similar ocorria até então por conta de Celso Furtado, ou inclusive de Severo Gomes, um ministro “desenvolvedor” que defendia, na época, modernizar a ditadura inaugurada por Castello Branco em 1964. O antigo cientificismo defendia a invasão do capital estrangeiro na esfera industrial, como a primeira fase do capitalismo nos países atrasados, uma formulação que brevemente já havia proposto o aprismo no Peru, sob a liderança de Haya de La Torre; uma variante de direita do movimento emergente da reforma universitária que estourou na Argentina na segunda década do século passado.

Muito depois, o cientificismo tardio, com Fernando Henrique Cardoso, como chave principal, demandou a superação de antagonismo entre “dependência e desenvolvimento” para justificar uma política de adaptação ao capital financeiro (imperialismo) que mais tarde trataria de executar. “Dependência e Desenvolvimento” era o título de um célebre livro de cabeceira da intelectualidade da época, vendido como água na academia progressista nos anos setenta. Quando o progressismo kirchnerista ou lulista de nossos tempos repete as fórmulas do passado, não oferece outra coisa senão o prato requeitado de uma apologia “démodé”. Nada novo debaixo deste céu.

As coisas às claras

A ciência aprendeu com o capitalismo um desenvolvimento sem precedentes. Foi a consequência de uma revolução social: com o crescimento da burguesia, o monopólio da cultura e do conhecimento foi direcionado para a nobreza e, definitivamente, ao clero. Com uma nova forma de conhecimento, a ciência chamada de experimental ajudou decisivamente a forjar o mundo moderno e a revolucionar nossa concepção sobre o homem e o universo. A ciência foi incorporada na sociedade

Quando o progressismo kirchnerista ou lulista de nossos tempos repete as fórmulas do passado, não oferece outra coisa senão o prato requeitado de uma apologia “démodé”.

capitalista no processo de produção como um fator autônomo e ajudou a desenvolver uma elevação excepcional na produtividade de trabalho. O capital, apropriando-se da conquista da ciência, fez da humanidade um ateliê social universal e criou a possibilidade de evoluir de nossa espécie a uma nova era histórica, do reino da necessidade ao reino da liberdade, para assim dizer com célebres palavras. Mas só a possibilidade, uma sorte de promessa não cumprida e inclusive cada vez mais distante em função das limitações insuperáveis do próprio capital. No somente porque todo o avanço do metabolismo produtivo é simultâneo, sob o capitalismo um desenvolvimento da exploração e da alienação do homem no seu labor. Também porque tem trazido a ciência aos acasos da evolução histórica do capital, que tende a uma decadência também insuperável, invertendo as formidáveis forças que ele ergueu, ou seja, desenvolvendo forças destrutivas, mas também formidáveis. No século XX, a ciência revelou os segredos do mundo atômico, mas o capitalismo os conduziu a Hiroshima. A “revolução verde” possibilitou um incremento da capacidade de produção alimentar capaz de alimentar o dobro da população mundial, a não ser pelo capitalismo “globalizado”. A metade da população mundial não come, ou apenas consegue tomar café da manhã, almoçar e jantar. A indústria farmacêutica consegue fabricar antibióticos de uso massivo para prevenir infecções que afetam os que têm menos condições financeiras no mundo, mas não concretiza isto, pois não é lucrativo. Os computadores mais modernos, como vimos, são fabricados em galpões que agrupam centenas de milhares de pessoas na China, em condições laborais de semi-escravidão. Os hardwares e os softwares mais avançados do planeta encontram-se sob o controle dos organismos de “segurança” e/ou ao serviço da grande especulação capitalista, mas agora em uma bancarrota generalizada. É realmente necessário continuar a lista?

A atividade científica não se pode separar, agora, de um cenário de crise mundial que domina o presente momento com um alcance sem igual na era capitalista.

A indústria farmacêutica consegue fabricar antibióticos de uso massivo para prevenir infecções que afetam os que têm menos condições financeiras no mundo, mas não concretiza isto, pois não é lucrativo.

Os orçamentos se cortam, os cientistas entram na fila do desemprego, a mão de obra qualificada se desgasta, a investigação se paralisa, a educação e a cultura se degradam. Mas a crise não é um raio em um céu sereno, é a explosão de contradições escondidas ao longo do tempo de uma comprida decomposição. Em primeiro lugar porque muito antecipadamente no século XX a produção científica transformou-se numa sorte de um sub-setor de complexo industrial militar, relegando os estudos e aplicações relativas à saúde, moradia, educação; um âmbito marcado por crescentes desigualdades que não tem parado de crescer. A conversa a respeito da “big science” em um ramo da industrial para matar e destruir teve sua marca original no emblemático “Projeto Manhattan”, no qual chegaram a trabalhar cerca de 130.000 pessoas, com os melhores recursos científicos e materiais em um empreendimento gigantes que acabou na: bomba nuclear.

Em segundo lugar porque desde os anos setenta há muitas manifestações e “alarmantes”, os indicadores de uma decadência generalizada no âmbito da C&T. O diagnóstico foi formulado no momento em questão por Mario Bunge (BUNGE, 1993), um observador privilegiado da longa e destacada atuação nos meios universitários anglo-saxônicos, representante de uma das variantes do positivismo acadêmico. Os indicadores de uma crise, que, segundo o próprio Bunge, poderia tornar-se “irreversível” e nos fazer regressar a uma nova era de obscurantismo próprio do medievo. Estes são múltiplos e variados: 1) Os cortes sistemáticos dos fundos dedicados à investigação; 2) A crescente privatização da atividade científica, a decadência do comunismo epistêmico, que se concretiza em uma aversão cada vez maior por parte dos homens de ciências experimentais, trocando dados, ideias e materiais, em função da competência exacerbada e da pressão comercial; 3) O número cada vez maior de casos de fraude e plágio, particularmente nas ciências biomédicas como resultado da implacável competência para conseguir subsídios e empregos; 4) O declive do número de homens da ciência e estudantes de ciências nos Esta-

dos Unidos e Grã Bretanha; 5) A prosperidade das doutrinas e movimentos anti e pseudo-científicos e filosofias irracionais nos países industrializados, etc.. Em conjunto assistimos a uma degradação científica e a uma “decadência epistêmica” (RUSH, 1998) que, agora, cobra os contornos mais explosivos com as conseqüências ainda sem conclusão da atual crise mundial. Pode ser dito que mesma sociedade vem à tona como expressão de sua organização contrária à ciência, à racionalidade, às potências criadas pelo capitalismo e que ele mesmo está no seu dever de destruir. Os meios coletivos de alcance universal postos em prática pelo capital enfrentam a privatização crescente desses mesmos meios. Meios de produção que somente podem ser mobilizados sem render benefícios que tendem a escassear como resultado da própria desapropriação da população trabalhadora. Uma centésima parte de um por cento da população presidiária na atualidade e o 40% dos ativos econômicos no planeta. A produção que pode crescer como se não houvesse limites, recusa-se como resultado de uma exploração que reduz a milhões de homens a uma situação de absoluta desumanidade, ao desemprego crônico e massivo, ao trabalho indigno, à completa precarização de SUS condições de existência. Uma insolúvel contradição que estoura com a força de um tsunami diante de nossos próprios olhos. Até ontem, em términos históricos, o neoliberalismo, o capital, proclamava que havia sido imposto definitivamente com a colonização dos países nos quais havia sido desapropriado, superando definitivamente essas crises, o famoso “fim da história”. A ilusão veio abaixo, todos agora falam agora de uma espécie de “história do fim”. A Europa treme, o “século norte-americano” está se esgotando, a rebelião popular se expande “indignadamente” como nunca antes. São novos tempos.

Novos tempos, caso for considerado o desenvolvimento da ciência e tecnologia na atualidade fica claro, em contrapartida, que existem fundamentos materiais para a emancipação do trabalho compulsivo e alienante, vulnerável a ser substituído por uma máquina, pelo processo automático, pela informação transmitida instantaneamente “urbi et orbe”; em síntese, por uma produtividade sem antecedentes de esforço humanos potencializado ao infinito pelas

conquistas de uma civilização inteira.

Nenhum cientista pode ignorar que foram criadas condições únicas para superar, inclusive, a mais antiga das divisões de trabalho, a que se faz entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Sem embargo, contraditoriamente, tendo em vista estas reais possibilidades, o que prevalece são os abismos sociais planetários, as catástrofes econômicas e também a barbárie do belicismo; tudo isto alcançando níveis impensados no passado. Não se pode, nem se trata, de elevar o homem por meio da ciência e tecnologia, mas de proporcionar a ambos um metabolismo social historicamente esgotado. Educação, ciência e capitalismo transformaram-se definitivamente em termos incompatíveis. Tiremos então as conclusões disto.

REFERÊNCIAS

- DAGNINO, Renato. Para una nueva Política de Ciencia y Tecnología: contribuciones a partir de la experiencia brasileña, **Revista Voces** n. 9, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.vocesenelfenix.com>>.
- GRUPO DE GESTIÓN DE POLÍTICAS DE ESTADO EN CIENCIA Y TECNOLOGÍA. Disponível em: <www.grupogestionpoliticas.blogspot.com, nov. 2010>. Acesso em: 22 nov. 2011.
- PALACEK, Mike. **Capitalismo vs Ciencia**. Disponível em: <www.marxists.com>. Acesso em: 22 set. 2010.
- PETRAS, James. **El imperio pierde a un publicista: epitafio de un ideólogo**. Disponível em: <www.rebelión.org>. Acesso em: 26 fev.2011.
- RIEZNIK, Marina. La objetividad en la ciencia. En RIEZNIK, Pablo. **El mundo no empezó en el 4004 antes de Cristo –Marx Darwin y la ciencia moderna**. Editorial Biblos, Buenos Aires, dez.2005.
- RUSH, Alan. Ciencia y capitalismo “posmoderno” en **Revista Herramienta** n.8, Buenos Aires, 1998. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-8/ciencia-y-capitalismo-posmoderno>>. Acesso em: 9 dez. 2011. In BUNGE, Mario. **Sociología de la ciencia**. Ed Siglo Veinte, Buenos Aires, 1993. 



Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?

Gilberto Marques

Professor da Universidade Federal do Pará
E-mail: gilsmarques@bol.com.br

Resumo: A Amazônia, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, constitui-se como uma economia primária, sustentada no extrativismo de seus recursos naturais. No final dos anos 1970, esse perfil foi aprofundado, definindo à sua porção oriental a função de região exportadora mineral. O papel desempenhado pelo Estado brasileiro foi fundamental no sentido de estabelecer as bases necessárias para tal. Tem-se conformado uma sociedade com fortes características de colônia mineral, presenciando modernas técnicas de extração das riquezas naturais com uma realidade caótica do ponto de vista ambiental e social.

Palavras-chave: Amazônia. Acumulação capitalista. Estado. Colônia energético-mineral.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da Amazônia a partir de sua conformação como uma economia primária e extrativista. Destacamos o processo de apropriação dos recursos naturais regionais e o papel desenvolvido pelo Estado brasileiro na associação entre capital estatal e grande capital privado nacional e internacional. Conclui-se que a região vem sendo constituída como uma moderna colônia energético-mineral. Colônia porque sua produção está submissa à lógica da reprodução ampliada de capital na escala nacional e mundial. Moderna pelo fato de os projetos-enclaves de exploração mineral utilizarem técnicas avançadas de apropriação intensiva da natureza. A grande questão que fica é pensar criticamente o lado nada moderno da degradação ambiental e social imposta pelo capital.

Para alcançar os nossos objetivos, reconstituímos brevemente a economia regional, desde a colonização portuguesa e a produção da borracha até a fase dos grandes projetos minerais, procedendo a uma análise evolutiva desde a decisão de implantá-los até o momento atual em que o Estado se apresenta secundariamente na produção - ainda que criando as condições necessárias (infraestruturais, institucionais e financeiras) para a operação dos mesmos.

A formação de uma economia primária e extrativista

A colonização portuguesa da Amazônia brasileira ocorreu sustentada na conformação de um modelo extrativista, produzindo um verdadeiro genocídio indígena e uma economia primário-exportadora, com baixa agregação de valor e apropriação bruta da natureza (sem grande incorporação tecnológica). Este modelo refletia a nobreza e a burguesia portuguesas, relativamente mais atrasadas, se comparadas às de outros países europeus, particularmente à da Inglaterra.

Esta configuração imposta pelos portugueses foi mantida mesmo quando o Brasil declarou sua independência da metrópole lusitana. Nas últimas décadas do século XIX, o aumento da demanda industrial pelo látex (matéria prima da borracha) fez as atenções internacionais se voltarem para a Amazônia pelo fato

de a *Hevea brasiliensis* (seringueira amazônica) ser a espécie vegetal que melhor respondia às necessidades da indústria.

Um grande fluxo de renda se formou na Amazônia. Em sua base estava o trabalhador direto, o seringueiro, que se embrenhava na mata colhendo o látex que era comercializado por uma cadeia de atravessadores. Como não dispunha de recursos mínimos para realizar a produção, o seringueiro endividava-se junto ao seringalista (controlador do seringal) comprando mercadorias “fiado” para poder extrair o produto. Os preços eram muito elevados. Por outro lado, era o seringalista quem comprava o látex, estabelecendo um preço bastante rebaixado. Resultado: o trabalhador direto era preso numa cadeia de endividamento. Produzia riquezas, alimentando as camadas sociais superiores (seringalistas, comerciantes, exportadores, banqueiros), mas ficava na miséria. A massa de mais-valia produzida era enorme.

Essa forma de organização da produção, o aviaamento, foi o meio encontrado pela dinâmica capitalista para gerar, a baixo custo, um montante significativo de riquezas, em grande parte fluindo para a Europa e EUA. A expansão da produção dependia do aumento da força de trabalho, conseguida principalmente através da imigração nordestina. A massa de capital imobilizada na produção era pequena quando comparada ao volume da força de trabalho, conformando uma pequena composição orgânica de capital (relação entre capital constante e capital variável). Do ponto de vista do capital constante (matérias primas, insumos, máquinas, instalações, equipamentos etc.), sua parcela fixa (máquinas, equipamentos e instalações) era bastante resumida, limitando-se ao barracão (espaço de comercialização dentro do seringal) e similares. Outras partes do capital fixo (como facas, cuias e os demais equipamentos da extração) eram pagas pelo próprio trabalhador. Também não havia processo de industrialização. O látex tinha um beneficiamento mínimo. As bolas de látex eram feitas artesanalmente pelo seringueiro a partir da defumação do produto ainda na mata.

Essa produção era dominada pelo capital comercial. Este se remunera na esfera da circulação (compra e venda de mercadorias), de modo que não estimulava

o investimento em outros processos. Interessava a apropriação e comercialização primária da natureza local. Esses elementos que interligam a realidade regional à dinâmica da acumulação capitalista no mundo ajudam a explicar o reduzido processo de industrialização amazônica e a permanência de uma economia sustentada no extrativismo tradicional.

Quando os preços do látex caíram no mercado internacional¹ a partir de 1911, a economia amazônica entrou em profunda crise, prolongada nas décadas seguintes. Essa realidade sofreria alteração no decorrer dos anos 1950 e particularmente com o estabelecimento da ditadura militar em 1964. No final da década de 1950, o governo federal iniciou a construção da rodovia Belém-Brasília, que, além de abrir novo mercado de terras e atrair outros proprietários, tinha como objetivo integrar a região à economia nacional como consumidora de produtos de indústrias do Sudeste brasileiro e ao mesmo tempo lhe fornecer matérias-primas².

A dinâmica do capitalismo internacional também estabeleceria relações com a economia amazônica. Após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma nova divisão internacional do trabalho (DIT) em que alguns países do 3º mundo, em processo de industrialização, passavam a receber filiais de multinacionais. Estas buscavam explorar uma força de trabalho barata e com baixo grau de organização. Aproveitavam-se ainda da proximidade com as fontes de matérias-primas e dos favores distribuídos pelos governos locais. Com isso, garantiam o controle dos mercados destes países e se apropriavam de significativa massa de mais-valia, em grande parte enviada aos seus países de origem por meio da remessa de lucro às matrizes. No caso do Brasil, esse novo papel na DIT seria cumprido inicial e principalmente pelo Sudeste. A Amazônia só consolidaria uma função destacada, e com especificidades, no decorrer dos anos 1970, com os grandes projetos minerais.

A ditadura militar brasileira impulsionou na Amazônia projetos para a exploração mineral em escala industrial, voltados para o exterior. Mas a primeira experiência deste tipo de extração ocorreu no Amapá. Em 1945, na Serra do Navio, foram desco-

bertas as reservas de manganês, mineral usado na indústria siderúrgica. O mineral foi explorado pela mineradora Icomi, que na prática representava os interesses da multinacional norte-americana Bethlehem Steel (LEAL, 2011; MARQUES, 2009).

As reservas minerais foram estimadas para exploração por 50 anos, tempo de concessão da mina. A primeira exportação ocorreu em 1957 e no final dos anos 1970 o manganês de alto teor já havia se esgotado. A exploração do manganês ainda permaneceu nos anos 1980, mas em ritmo descendente, sendo encerrada na década seguinte, deixando um dano ambiental e social de enormes proporções.

A Icomi formalmente pertencia ao Grupo Caemi, do empresário Azevedo Antunes, um dos empresários envolvidos nas articulações com os militares golpistas de 1964. Isso lhe rendeu diversos frutos, entre os quais a propriedade do projeto Jari (como sócio majoritário), quando este foi nacionalizado.

A ditadura militar brasileira impulsionou na Amazônia projetos para a exploração mineral em escala industrial, voltados para o exterior.

A atuação da ditadura militar

O estadunidense Daniel Ludwig adquiriu grandes extensões de terra (3,7 milhões de hectares, segundo suas próprias informações) na fronteira entre os estados do Pará e Amapá (rio Jari), nas quais dispunha de controle absoluto, numa área de terras devolutas na União.

O empresário, com o apoio do presidente-ditador Castelo Branco e os incentivos governamentais, montou uma grande plantação de arroz, pinus para a produção de celulose (sobre área de floresta alta), pecuária e ainda uma mineradora para a extração de bauxita refratária. Logo depois, o complexo Jari passou a explorar caulim.

O projeto Jari encontrou muitas dificuldades financeiras e o questionamento de um setor dos militares. O governo militar nacionalizou o empreendimento, assumiu as dívidas pendentes e ainda injetou US\$ 180 milhões, entregando o complexo a um consórcio de empresários, cujo comando ficou a cargo de Azevedo Antunes, sócio de Ludwig em outros empreendimentos. A atuação de Antunes e Ludwig na Amazônia deixa claro que importantes interesses estavam em jogo e a ditadura militar brasileira se submetia a eles.³

Em 1966, o governo Castelo Branco lançou a Operação Amazônia, um conjunto de instituições e legislação criada para redefinir a atuação do governo federal na região. A SPVEA foi substituída pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e fundou-se o BASA (Banco da Amazônia) e a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Os incentivos fiscais foram expandidos, incorporando-se fortemente a agropecuária. Outras mudanças, de cunho nacional, também tiveram forte impacto sobre o espaço regional, foi o caso do Estatuto da Terra e do novo Código de Mineração, consolidando a separação entre a propriedade da terra e do subsolo - além de abrir o setor mineral à exploração direta das empresas multinacionais. As mudanças em curso sedimentavam um papel que a região cumpriria particularmente a partir da segunda metade dos anos 1970 no processo de acumulação de capital no Brasil e na divisão internacional do trabalho: ser exportadora de produtos minerais. Uma das definições que subsidiaram a redefinição do papel do Estado na Amazônia sob a ditadura militar era a compreensão de que a região representava um imenso “espaço vazio” que deveria ser ocupado para que o Brasil não sofresse questionamento quanto à sua soberania sobre a mesma.

Mas a interpretação do espaço vazio servia aos interesses do grande capital (nacional e internacional), que se associava ao Estado brasileiro para explorar as riquezas naturais amazônicas. Assim, a ocupação dos espaços vazios significava antes de tudo a ocupação das possibilidades de transformar a natureza em mercadoria e, como tal, obter lucro. Isso ficou evidente durante o seminário de lançamento da Operação Amazônia, realizado a bordo do navio Rosa da Fonseca no trajeto entre Belém e Manaus, sobre o rio Amazonas. Sérgio Cardoso de Almeida, empresário, latifundiário e deputado paulista, foi claro nos objetivos da burguesia nacional em relação à Amazônia: “ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro para ganhar mais dinheiro, pois essa é a maneira de atender à patriótica convocação de ocupação brasileira na Amazônia”

(FOLHA DE SÃO PAULO, 16/04/1967). O Estado brasileiro respondeu com enormes somas de dinheiro e infraestrutura, distribuindo recursos públicos (e se endividando), que se transformavam gratuitamente em capital privado, grosso modo a fundo perdido. Assim, consolidava-se a associação entre Estado e capital privado para a “ocupação” da Amazônia.

Produção mineral em larga escala: os grandes projetos

Essa associação se aprofundaria com as descobertas minerais. Desde o golpe militar de 1964, haviam sido intensificadas as pesquisas geológicas na Amazônia, especialmente na sua porção oriental⁴. Importantes reservas minerais foram localizadas.

Em 1966, a Codim, subsidiária da Union Carbide, descobriu reservas de manganês na serra do Sereno (Marabá) e, em 1967, a United States Steel, através da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração, detectou as reservas de ferro da serra Arqueada (Carajás, com 18 bilhões de toneladas) e de manganês em Buritama. Desde 1968, a região de Carajás vinha sendo estudada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Em 1970, os estudos passaram

a ser efetuados pela Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (com 49,1% das ações). Em 1969, foram descobertas as reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná, com 1,1 bilhão de toneladas⁵ (BENTES, 1992; MARQUES, 2007; MONTEIRO, 2005).

A Constituição de 1967 estabeleceu que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituíam propriedade distinta do solo quando se tratasse de exploração ou aproveitamento industrial. Com isso, possibilitou-se a aprovação do novo Código de Minas (1967), que implantou o *regime res nullius*, em que o subsolo não teria dono. Esta medida foi acompanhada de outras que criaram a figura da empresa de mineração (sociedade organizada no país, independente da origem do capital) e garantiram o predomínio do setor privado, deixando ao Estado o papel suplementar.

A interpretação do espaço vazio servia aos interesses do grande capital (nacional e internacional), que se associava ao Estado brasileiro para explorar as riquezas naturais amazônicas.

O governo golpista, ainda que sob um discurso de segurança nacional, colocava descaradamente os recursos minerais brasileiros à disposição dos capitais internacionais⁶.

No caso da Amazônia, a mudança na legislação mineral somar-se-ia a outras medidas, como o Estatuto da Terra e o estabelecimento dos incentivos fiscais, para sedimentar as bases de um novo e importante papel que a região cumpriria na acumulação capitalista brasileira, em sua concordância com a dinâmica de capital em nível mundial: ser fornecedora de produtos naturais, particularmente minerais e/ou intensivos em energia.

As descobertas minerais exigiam o controle direto da região por parte do executivo federal. Não se aceitariam contestações. Era exatamente isso que se propunha a fazer um grupo de guerrilheiros que no final dos anos 1960 passou a se instalar no vale do Araguaia-Tocantins. Mas essa era a área de descoberta das principais jazidas minerais e também do mais importante fluxo de entrada dos novos grandes proprietários na Amazônia.⁷ A ditadura resolveu dizimá-los e aproveitar o fato para “limpar” a região para o capital (mineral e agropecuário) que se propunha a instalar-se na região.

No plano internacional, o início da década de 1970 foi marcado pelo choque do petróleo e a crise da economia internacional. Neste cenário, o governo brasileiro elaborou II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento). O plano partia da constatação de que a industrialização pesada almejada pelo governo Juscelino Kubitschek não atingira plenamente seu objetivo. Buscava-se implantar o núcleo mais pesado do setor I da economia, aquele que produz meios de produção, segundo a definição de Marx (2005). A indústria produtora de maquinário e matérias-primas pesadas fora apenas parcialmente implementada.

Quando eclodiu a crise nos anos 1970, o governo militar decidiu que não seguiria uma política econômica ortodoxa cortando gastos e adotando medidas recessivas. O objetivo seria completar o ciclo da industrialização pesada, na definição de Mello (1998), iniciada nos anos 1950. Com isso, impunha-

se uma marcha forçada à economia nacional (CASTRO, 1985). Essa intenção era reforçada e dificultada pelo fato de os principais governos do capitalismo central buscarem transferir o peso da crise para as demais nações. No final da década de 1970, os EUA adotaram políticas de proteção de sua economia e do dólar, elevando as taxas de juros, e provocando uma subida em cascata das taxas de juros no mercado internacional. O resultado foi a explosão do endividamento dos países que, como o Brasil, haviam tomado empréstimos para tocar em frente a industrialização retardatária. Pagava-se um preço elevado pela valorização artificial do capital em nível mundial. Uma parte significativa do capital não percorria o ciclo D-M-D’, aquele que produz

mercadoria, mas D-D’, em que dinheiro produz artificialmente mais dinheiro.

A intensificação do endividamento externo brasileiro gerava maiores problemas à economia regional, provocando um estrangulamento cambial. O governo militar buscava então estimular a exportação de mercadorias de modo a obter saldos positivos na balança comercial e com isso pagar as parcelas que venciam da dívida externa.⁸

A opção por impulsionar o setor produtor de meios de produção pesados, substituindo importações, redefiniu o papel que a Amazônia deveria cumprir na reprodução capitalista brasileira. Determinou-se que a região (em particular a porção oriental) teria a função de ser exportadora de produtos minerais. Assim, o II PND assumiu de fato e definitivamente a Amazônia como “fronteira de recursos naturais”, destacadamente minerais; ou seja, colônia fornecedora de matéria-prima bruta aos países imperialistas. Essa mudança, já esboçada desde meados dos anos 1960, agora ganhava mais importância e concretude.⁹

Um programa referência dessa nova postura foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia (1974), destinado a ocupar os “espaços vazios e à utilização dos eixos viários articulando-se aos projetos de desenvolvimento setorial nas áreas preferenciais” (SUDAM, 1976, p. 46). Entre estes polos, o de Carajás (em torno das reservas

O governo golpista, ainda que sob um discurso de segurança nacional, colocava descaradamente os recursos minerais brasileiros à disposição dos capitais internacionais.

de ferro da Serra dos Carajás, Sudeste do Pará) foi o que recebeu mais atenção do governo federal, o que significou concentração de investimentos e, posteriormente, uma vida própria conformando o Programa Grande Carajás.

Os grandes investimentos do II PDA/II PND se concentravam em transportes, mineração e energia. Os recursos para mineração se localizavam principalmente na exploração do ferro de Carajás e, secundariamente, na bauxita de Trombetas (município de Oriximiná-PA). Somente o investimento em Carajás era equivalente ao montante que o plano havia programado para todo o programa de indústria e serviço. Os investimentos em energia priorizavam a hidrelétrica de Tucuruí. Esta concentração de recursos respondia aos “interesses nacionais” na Amazônia, particularmente à busca de divisas internacionais via exploração de seus recursos naturais¹⁰.

Além da crise econômica brasileira, diversos fatores externos pesaram na definição do papel mineral da Amazônia, destacadamente a disputa interimperialista. A corrida pelo controle de novas reservas minerais; o aumento da pressão ambiental nos países industrializados, fazendo com que plantas industriais muito poluentes passassem a ser transferidas para regiões onde a legislação de proteção ao meio ambiente fosse mais branda; a crise econômica mundial e a subida dos preços do petróleo, encarecendo os custos da geração de energia elétrica, levando alguns países monopolistas a voltarem suas atenções para as regiões com enorme potencial energético e mineral; a subida dos juros internacionais e do endividamento dos países desenvolvimentistas, estimulando atividades exportadoras nestes países. O II PND refletiu esta situação: buscou substituir importações e abrir novas frentes de exportação.

Delineou-se assim um processo de ocupação na Amazônia por meio de grandes projetos governamentais e privados: empreendimentos de porte considerável, tecnologia avançada e implementados por complexos empresariais entre Estado¹¹ e capital privado nacional e estrangeiro. Com os grandes projetos energético-minerais, a região foi efetivamente inserida na estratégia econômica imperialista¹².

Assim, em meados dos anos de 1970, vários projetos de grande dimensão começaram a ser implan-

tados na Amazônia Oriental, tais como: projeto Ferro-Carajás e projetos de alumínio (Trombetas e Albrás/Alunorte). Naquele momento o mercado mundial de alumínio estava sob o controle de um cartel formado por 6 empresas: Alcoa (USA), Alcan (Canadá), Alusuisse (Suíça), Kaiser Aluminium (USA), Pechiney (França) e Reynolds (USA). Algumas dessas empresas haviam começado a promover pesquisas na Amazônia no final dos anos 1950 – foi o caso da Alcan (1963) – procurando detectar bauxita. Logo após a descoberta de bauxita no rio Trombetas (município de Oriximiná/PA), a Alcan criou uma subsidiária: a Mineração Rio do Norte (MRN). Nesse mesmo ano (1969) foi iniciado o Projeto Trombetas. Esse empreendimento teve um refluxo em 1972, retomando o nível de produção em 1976/77. Nesse intervalo de tempo, mas precisamente em 1973/74, essa empresa foi reorganizada a partir de um acordo entre Alcan/CVRD, o que levou à incorporação de várias empresas como acionistas – sendo que apenas três eram nacionais, as demais eram estrangeiras. O Ferro-Carajás ficou sob a responsabilidade exclusiva da CVRD a partir de 1977, quando essa empresa adquiriu as ações da US Steel, com “apoio” do Banco Mundial e do Tesouro Nacional (LOBO, 1996; MARQUES, 2007; LEAL, 2010).

No caso da Albrás/Alunorte, o projeto foi fruto de um acordo firmado em 1976 entre empresários japoneses do ramo da indústria de alumínio e os governos do Pará e do Brasil, resultando na criação do Complexo Industrial de Barcarena/PA. O governo brasileiro encarregou-se de oferecer a infra-estrutura necessária ao projeto, ficando o governo do Japão responsável pela tecnologia e parcela do financiamento. Esse projeto foi empreendido por um consórcio formado pela CVRD, através de sua subsidiária Valenorte, e a NAAC (Nippon Alumínio Company Ltda.), que era uma associação de 33 entidades em que o maior acionista era o OECEF (Overseas Economic Fund), órgão do governo japonês (BENTES, 1992). Para o funcionamento das duas fábricas, era necessário um grande volume de energia elétrica. Isso levou o governo militar a construir uma mega-hidrelétrica, a de Tucuruí (fundando a estatal Eletronorte para tal), assumindo os custos para si e fornecendo a energia ao empreendimento com uma

tarifa subsidiada (também fornecida para a Alumar no Maranhão), que retirava dos cofres públicos até US\$ 200 milhões anuais.

O projeto Albrás iniciou sua produção em 1985. Naquele período, sua plena capacidade de produção era esperada para a ordem de 320mil t/ano, no ano de 1989. Já a Alunorte teve postergada a conclusão da sua construção em função de disputas entre a ALCAN (canadenses), ALCOA e japoneses. Afora isso, a implantação do empreendimento interessava muito mais à CVRD do que à NAAC (japoneses), uma vez que esta última objetivava centralmente a produção do alumínio primário. Isto foi evidenciado, na prática, com a saída da NAAC do projeto Alunorte em janeiro de 1987.¹³ Paralelo a isso, a ALCOA, junto com a SHELL e a construtora Camargo Corrêa montaram uma planta industrial (Alumar) para produzir aquilo que a Alunorte produziria. O capital que a construtora incorporou na empreitada foi exatamente o lucro que ela obtivera na construção da hidrelétrica de Tucuruí – US\$ 2 bilhões, segundo Leal (2011).

O aprofundamento da crise econômica brasileira no final dos anos 1970 reforçou mais ainda os propósitos do governo federal para a Amazônia, culminando na criação do Programa Grande Carajás (PGC) em 24 de novembro de 1980. O Programa instituiu um regime especial de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos localizados na sua área de atuação. Sua direção administrativa coube a um conselho interministerial. A área de influência direta do PGC alcançou 10,6% do território brasileiro e mais de 240 municípios do Maranhão, Pará e Tocantins. A província mineral de Carajás e outras áreas do PGC registram grande incidência de ferro, bauxita, ouro, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não-metálicos (COTA, 2007; LÔBO, 1996).

Segundo Hall (1991), o PGC originalmente estava estimado em US\$ 62 bilhões e tinha como eixo de suas atividades a mineração. O complexo da mina de Carajás (CVRD) formava a espinha dorsal do PGC. No início da década de 1990, o PGC já tinha obtido

empréstimo estrangeiro de aproximadamente 1,8 bilhões de dólares do investimento inicial de US\$ 4,9 bilhões de dólares até 1990. Loureiro (2004) afirma que o governo brasileiro aceitou a imposição do Banco Mundial e assumiu os grandes volumes do financiamento, de modo que 68% dos investimentos foram decorrentes de recursos diretos do governo ou de suas instituições financeiras. Como retorno aos empréstimos tomados no exterior, o governo brasileiro ofereceu aos “empresários” estrangeiros os investimentos na implantação da infraestrutura: estrada de ferro, barragens etc.

O PGC representou não apenas a perda de controle sobre a área por parte dos governos estaduais da Amazônia, mas também a redução do poder de intervenção das instituições tradicionais. SUDAM, SUFRAMA e BASA não tinham poder de decisão sobre o programa. Esta forma de ocupação, com os grandes projetos, foi característica da ocupação do capital monopolista internacional, tornado possível por conta dos interesses comuns entre a burguesia brasileira e a estrangeira com aval e estímulo do Estado brasileiro.

Os projetos em torno da grande mineração envolviam interesses e capitais que extrapolavam em muito a capacidade de intervenção da burguesia regional amazônica e tinham como objetivo pilhar os recursos naturais.

Podemos perceber que a partir dos

anos 1950, mas particularmente no decorrer da década de 1970, desde a Transamazônica até os grandes projetos, ocorre uma significativa ampliação do papel do governo federal na região amazônica. Para isso, usou-se de diversos instrumentos como, por exemplo, os meandros do combate à guerrilha do Araguaia e o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), criado em 1980, reprimindo movimentos sociais e recolhendo terras. Não é demais constatar a coincidência da área de atuação do GETAT (Sudeste do Pará) com a área de incidência mineral do Programa Grande Carajás e com a área de maior procura por latifundiários do Sul e Sudeste do país. Também neste período a

Os projetos em torno da grande mineração envolviam interesses e capitais que extrapolavam em muito a capacidade de intervenção da burguesia regional amazônica e tinham como objetivo pilhar os recursos naturais.

internacionalização econômica da região ganhou novo impulso, colocando seus recursos naturais no mercado internacional, aceitando a “colaboração” dos capitais multinacionais.

Do ponto de vista da economia regional, com os grandes projetos ocorreu uma reconfiguração produtiva e relação com o exterior, mas confirmando sua condição de região semicolonial. Excluindo a produção do manganês amapaense, que entrara em comercialização em 1957, a pauta de exportação amazônica até os anos 1960 sustentava-se em produtos extrativos tradicionais: pescado, castanha-do-pará, madeira, óleos, etc. No decorrer dos anos 1980, de forma efetiva, isso mudou radicalmente consolidando uma divisão de papéis delineada desde a ditadura militar. A Amazônia ocidental¹⁴ teve sua economia hegemonizada pela produção da Zona Franca de Manaus – com componentes importados, montando mercadorias eletro-eletrônicas voltadas para o mercado interno brasileiro. Na Amazônia oriental a pauta de exportação foi dominada pelos produtos minerais.

Visualizando a forma de capital predominante na Amazônia, podemos destacar que até os anos 1950 pelo menos o capital mercantil/comercial foi a face que se sobressaiu – e pouco exigiu em investimento na produção. A economia regional centrava-se em produtos extrativos tradicionais. A partir desta década, ganha mais visibilidade, consolidando-se posteriormente com os grandes projetos. O capital industrial/financeiro é impulsionado pelo Estado, o que exige um montante de investimento produtivo bastante significativo (seja em infraestrutura ou em montagens de unidades produtivas). Para essa nova fase, a presença estatal foi decisiva e extrapolou em muito as fronteiras da SUDAM. Aqui entendemos a tomada de grandes extensões de terras pelo governo federal (processo de federalização das terras), até então sob o controle dos governos estaduais.

É possível perceber que tanto a burguesia regional quanto a burocracia ficaram marginais na definição da nova fase de desenvolvimento da Amazônia. Não é que a classe dominante local deixasse de compor o bloco no poder, particularmente quanto à composição dos governos estaduais, mas relativamente ela perdeu parte do espaço de poder que dispunha. A decisão de

ter como centro a mineração (baseada principalmente em Tucuruí-Albrás-Carajás) e alguns poucos produtos exportáveis foi tomada fora da região e levando em consideração os interesses dos grandes capitais, incluindo acentuadamente os interesses multinacionais¹⁵.

Apesar dos numerosos e significativos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, o interesse maior do governo federal para a Amazônia não tomava como centro a agropecuária, mas a mineração. Isso poderia até não estar tão claro no final da década de 1960, apesar das indicações já presentes, mas ficou no decorrer dos anos 1970. Contraditoriamente, a fase da mineração, que passa a atrair mais atenção e investimentos do governo federal e entra em produção na década de 1980, enfraquece relativamente o principal órgão federal de desenvolvimento regional: há um esvaziamento político e econômico-financeiro da SUDAM¹⁶.

Nos anos 1970, aparentemente no auge da SUDAM, gestou-se um projeto no qual a Amazônia integrou-se de forma decisiva no processo de acumulação capitalista brasileira (em suas associações com a divisão internacional do trabalho) como fornecedora de produtos naturais, principalmente minerais.¹⁷ Gestou-se um projeto impulsionado pelo Estado brasileiro em que a Superintendência (e mesmo a SUFRAMA) seria coadjuvante, de modo que o projeto teria que permanecer vivo e fortalecido, mas ela não necessariamente.

Ao mobilizar recursos para a “integração” da Amazônia, o Estado garantiu a inserção de capitais nesta região. Mais que isso: proporcionou a acumulação ampliada do capital respondendo aos interesses da burguesia nacional e multinacional. A própria burguesia regional aceitou um papel subordinado nessa nova fase, contente com as terras recebidas e os resíduos (não pequenos se comparados ao capital regional) dos incentivos fiscais.

Intensificação da apropriação privada dos recursos naturais

Nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's), a Amazônia foi entendida como “fonte de recursos naturais” e a natureza restringiu-se, de um lado, à matéria-prima e, de outro, à mercadoria na

forma de terras para comercialização e acumulação. Seguindo a concepção estritamente economicista e que entende a natureza como um obstáculo ao progresso, documentos e discursos oficiais chamaram a se lutar para vencer as forças da natureza e conquistar os “espaços vazios” amazônicos; “homens de negócio, vitoriosos em outras partes do Brasil, [...] estais, outrossim, como brasileiros, motivados pelo dever de criar riquezas numa região que hoje representa para todos nós desafio de proporções colossais” (SUDAM apud NAHUM, 1999, p. 37)¹⁸.

A natureza amazônica, artificialmente separada do homem e compreendida como a-histórica, transformou-se tão somente em fonte de recursos naturais, fator de produção (destacando apenas sua dimensão física) – daí a grande preocupação em desenvolver pesquisas para mensurar o tamanho dos “estoques de matérias-primas” a serem explorados, “ocupação dos espaços vazios” e “avanço da fronteira”. Isso traria consequências terríveis para o(s) ecossistema(s) amazônico(s). Para ocupar áreas mais rapidamente, chegou-se, inclusive, a utilizar o “agente laranja” (produto químico usado pelos EUA na Guerra do Vietnam) para desflorestar a mata. O discurso governamental e empresarial pressupunham (ou procuravam fazer crer) que não havia ninguém. E o índio e o caboclo que lá habitavam? Estes, não por acaso, desapareceram no discurso e planos oficiais¹⁹.

Após os anos 1980, abriu-se um período de forte aplicação das políticas neoliberais no Brasil. Collor de Mello foi derrubado a partir das imensas mobilizações populares que desestabilizaram as bases de sustentação de seu governo. Seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência do país e constituiu as condições necessárias à eleição de Fernando Henrique Cardoso. Em coincidência com Collor estava a adoção do neoliberalismo, que tinha como uma de suas diretrizes principais a privatização das empresas estatais e a abertura da economia brasileira ao capital imperialista multinacional.

Dentre as “reformas” que a bancada parlamentar do governo aprovou, e que aprofundaram o saque sobre a Amazônia, estavam o fim do monopólio

brasileiro sobre o subsolo (e suas riquezas), sobre as telecomunicações e a aprovação da lei de patentes, através da qual o Brasil se comprometeu a pagar pela utilização de uma tecnologia ou procedimento que tenha sido patenteado por uma empresa em outro país. Com isso, se um laboratório multinacional patentear a substância ativa de uma planta amazônica, teremos que pagar para usá-las. Alguns desses laboratórios mantêm ONGs e “pesquisadores” na Amazônia e usam o conhecimento das comunidades locais para saber a utilização de determinada planta e depois patentear. É uma das formas da chamada biopirataria.

A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997 pelo preço de R\$ 3,3 bilhões. Somente em reservas de ferro em Minas Gerais e na Serra dos Carajás a empresa contava com 12,9 bilhões de toneladas.

Disponha ainda de R\$ 700 milhões em caixa e já dava um lucro anual superior a R\$ 500 milhões – valor que cresceria exponencialmente em decorrência do enorme investimento que havia sido feito na companhia pouco antes da privatização. Em condições normais, o preço pago pela empresa representa atualmente pouco mais que o lucro de um mês da mesma.

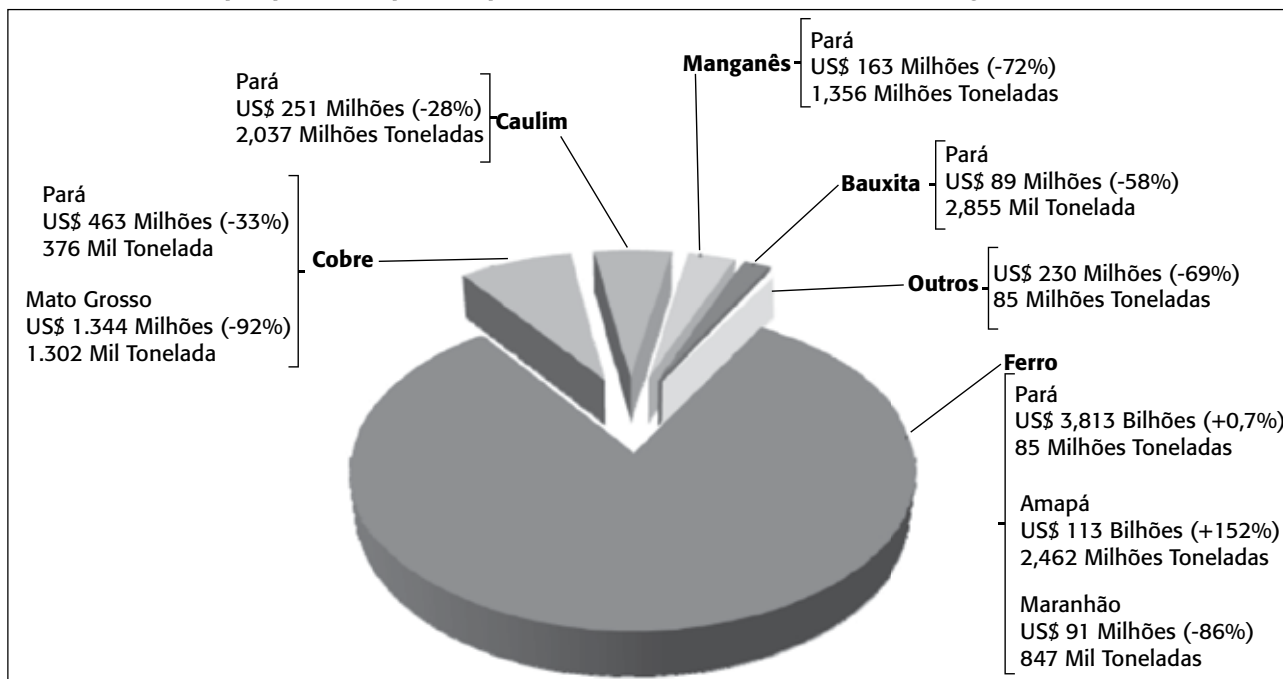
A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no final de 2001, diferente do que se poderia esperar, manteve as linhas gerais da política econômica anterior. Ademais, as privatizações não foram questionadas e ainda se abriu sucessivas linhas de crédito do BNDES à Vale para que ela ampliasse sua produção e também adquirisse outras empresas no exterior.

Apesar de toda a diversidade mineral da Amazônia, sua pauta de exportação sustenta-se basicamente em cinco minerais, tendo um amplo predomínio do ferro sobre os demais. A China tornou-se o principal consumidor do minério amazônico, seguida por Japão, EUA e países europeus.

Com o apoio governamental, que se mantém no governo Dilma Rousseff, ampliou-se a pilhagem das riquezas minerais, sociais e biogenéticas. Grandes mineradoras multinacionais estão instaladas em diversos pontos da região, particularmente em sua porção oriental. É destacadamente o caso do Pará,

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no final de 2001, diferente do que se poderia esperar, manteve as linhas gerais da política econômica anterior.

Principais produtos exportados pela indústria extrativa mineral da Amazônia Legal, 2008/2009



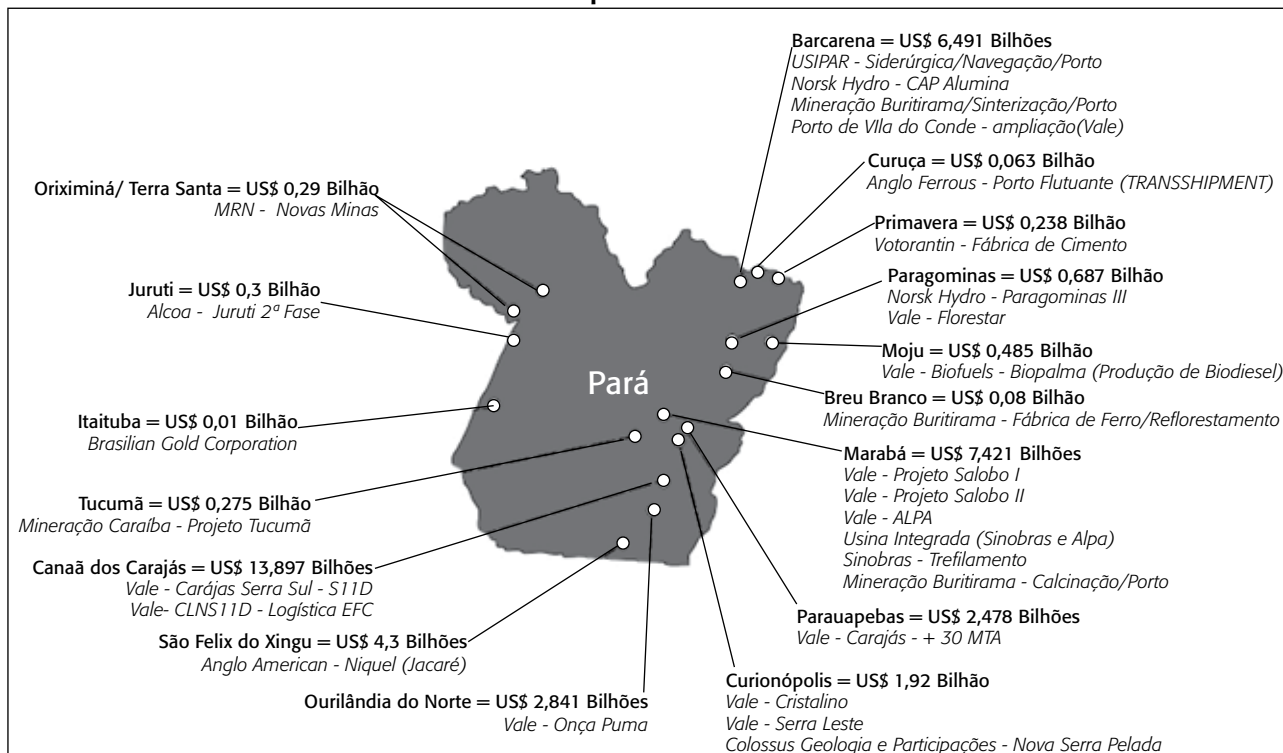
Fonte: MDIC/SECEX – IBRAM (2010)

mas isso ocorre em toda a região como, por exemplo, o Amapá, de onde se extrai ouro, ferro e diversos outros minerais, inclusive urânio (comercializado ilegalmente no mercado internacional).

O interesse das mineradoras é a extração mineral

simples; ou seja, sem beneficiamento, confirmando o papel da região como uma colônia bio-energético-mineral²¹. É o caso do ferro de Carajás, que é extraído lavado e colocado nos trens que o levam ao porto no Maranhão para ser embarcado nos navios para o

Previsão de investimentos pela indústria mineral no Pará até 2015

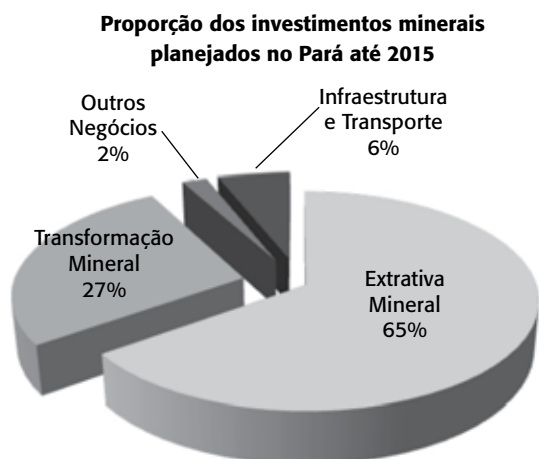


Fonte: Sinmineral (2011).

exterior. Essa é a função da Amazônia na atual DIT imposta pela acumulação de capital na lógica da globalização do saque, ditada pelas multinacionais, incluída a Vale. A possibilidade de alguma transformação mineral depende da oferta pública de energia barata; por isso a pressão pela construção de hidrelétricas pelo governo²².

Projetava-se, até 2014, um investimento na Amazônia Legal de US\$ 25,67 bilhões para aumentar a extração mineral e US\$ 6,77 bilhões para fazer transformação mineral (beneficiamento). Diante dos incentivos públicos e da construção da infraestrutura de apoio pelo governo, a projeção dos investimentos no beneficiamento foi expandida – o que não significa necessariamente que estas promessas sejam concretizadas pelas multinacionais.

Assim, pelos levantamentos feitos no início de 2011, os investimentos previstos até 2015 somente no estado do Pará totalizam US\$ 27,031 bilhões na extração mineral. A esse montante se somam US\$ 2,704 bilhões em infraestrutura e transporte, que significam investimento em portos e na estrada de ferro de Carajás, respondendo aos interesses imediatos da apropriação bruta de nossas riquezas naturais. A transformação mineral soma US\$ 11,356 bilhões previstos. Os investimentos na extração mineral e em infraestrutura totalizam 71% do que se planeja até 2015. O minério extraído *in natura* da Amazônia se transforma em geração de mais riqueza e emprego nos países para onde se exporta.

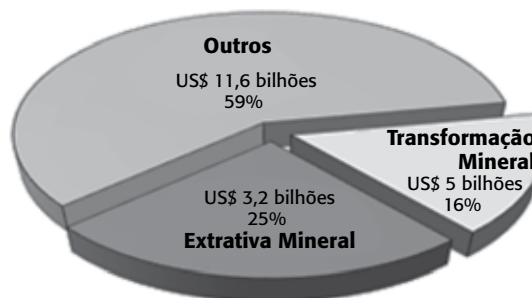


Fonte: Sinmineral (2011).

Ainda que em 2009 a economia regional tivesse sofrido forte redução nos preços dos minérios (re-

duzindo conjuntamente sua participação relativa na economia regional), a pauta de exportação da região manteve a produção mineral como principal setor.

Participação da indústria mineral no total da exportação da Amazônia Legal em 2009.



Fonte: MDIC/SECEX – IBRAM (2010)

No caso do Pará, essa proporção é muito maior. Em 2010, de tudo que este estado exportou 86% decorreu da produção mineral. Toda essa massa de riqueza produzida poderia ser muito maior se tivesse outra destinação social, e não apenas o lucro e interesse das multinacionais monopolistas. Como não é assim, ela reforça gritantemente a contradição que opõe riqueza para poucos e miséria para muitos.

Participação da indústria mineral no total da exportação do Pará em 2010.



Fonte: Sinmineral (2011).

Além dos interesses eleitorais imediatos da oligarquia local e de outros setores, como os latifundiários, a proposta de divisão territorial do Pará, criando outros dois estados (Carajás e Tapajós), interessa diretamente às grandes mineradoras (assim como às multinacionais dos grãos), que terão controle mais imediato e amplo das riquezas naturais, negociando com uma burguesia regional ainda mais frágil e vendida.

Considerações finais

As políticas estatais tomaram o progresso como decorrência do capital. Modernizar era capitalizar a região, romper o seu “atraso”, integrá-la ao restante do país. Aos setores oprimidos não coube perguntar qual era o sentido do progresso que lhes interessava. Mais que isso: não se acreditou, ou não se quis fazer crer, que eles tivessem a capacidade de contribuir efetivamente para a construção de um projeto de desenvolvimento regional. Eles deveriam ser passivos em um duplo sentido: primeiro, recebendo e assimilando as políticas elaboradas por outros; segundo, não reagindo frente a elas, mesmo quando se chocassem com seus interesses.

Neste cenário, a Amazônia, que historicamente se constituiu como uma economia primária e extrativista, ganhou novos contornos na segunda metade da década de 1970, tornando-se um centro exportador de minérios. Para tal foi introduzida uma moderna tecnologia de extração, mas desvinculada dos interesses da população local que tanto almeja um verdadeiro desenvolvimento. A tecnologia dos grandes projetos minerais respondeu e continua a responder aos interesses do grande capital nacional e internacional. A outra face da moeda é a permanência e aceleração da degradação ambiental e social.

A ação do Estado brasileiro foi fundamental na conformação do novo papel que a Amazônia passou a cumprir na reprodução capitalista nacional. A partir da década de 1990, cujo destaque foi a privatização da CVRD, a apropriação dos recursos minerais amazônicos foi intensificada. A diferença em relação aos anos 1970 e 1980 é que nestas décadas o Estado brasileiro, ainda que servindo aos interesses do grande capital, se apresentava como produtor. Atualmente, a participação estatal é secundária na exploração dos recursos naturais regionais, deixando nossas riquezas diretamente, e sem intermediários, nas mãos das grandes multinacionais, ainda que pintadas de verde e amarelo, como é o caso da Vale.

Ainda que a realidade amazônica possa nos levar a certo pessimismo, não podemos deixar de ver que os movimentos sociais, apesar de todas as limitações, nunca deixaram de se mostrar presentes e em muitos casos passaram a ter mais visibilidade. Ademais: esta-

mos diante do desafio histórico de mudar o rumo das políticas públicas sociais e econômicas e construir um projeto alternativo que atribua ao desenvolvimento um sentido social e diametralmente oposto ao que foi presenciado até aqui. Isso pressupõe lutar contra a dominação do capital.

NOTAS

1. Em decorrência da disputa interimperialista que levou a Inglaterra a comandar o plantio da seringueira amazônica em larga escala no Sudeste Asiático.
2. Esse sentido expresso na construção de rodovia nos ajuda a entender o insucesso da política proposta pela SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, que se propôs a implementar uma política de industrialização regional por meio da substituição de importações, incluindo os produtos do Sudeste brasileiro. Essa última era o polo dinâmico da economia brasileira. Mas apesar de sua força, o processo de acumulação de capital no país não estava tão sedimentado a ponto de impulsionar, apoiar o aceitar a industrialização em outras regiões. Naquele momento, a dinâmica capitalista exigia o contrário: concentrar e centralizar capital no núcleo central da produção burguesa do Brasil.
3. Gaspari (2002) fez uma reconstrução da ditadura onde, em alguns momentos, parece que várias lideranças golpistas não queriam ou não arquitetaram o golpe. Diferentemente, Alves (2005) afirma que a tomada do poder estatal foi precedida de um bem orquestrado movimento de desestabilização do governo Goulart, impulsionado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e sustentado no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), envolvendo corporações multinacionais, capital brasileiro associado-dependente, governo estadunidense e militares brasileiros. Para Silva (2003) a ESG cumpriu papel central na construção da Doutrina de Segurança Nacional, base necessária para o estabelecimento da ditadura.
4. Amazônia oriental: Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.
5. Em Carajás as estimativas iniciais giravam entre 14 e 18 bilhões de tonelada de ferro. Nestes projetos minerais, a exploração ou demonstrou que as reservas eram maiores ou levou (e ainda leva) a descobertas de novas minas.
6. Vale registrar que em 1965 o presidente-ditador Castelo Branco autorizou que parte do levantamento aerofotogramétrico do país fosse feito, sem concorrência pública, pela força aérea dos EUA (USAF), de modo que o *Bureau of Mines* de Washington teve acesso privilegiado das jazidas minerais brasileiras (OLIVEIRA, 1988).

7. Incluindo aqui o Mato Grosso, também cruzado pelo mesmo vale.

8. Uma análise interessante do endividamento externo brasileiro e de sua estatização pode ser encontrada em Cruz (1984; 1995).

9. A adequação regional ao II PND foi feita pelo II PDA (II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1974-1979). A autonomia da SUDAM e das demais instituições locais pa-ra elaborar políticas a partir dos reclames regionais ficava definitivamente comprometida.

10. Afora isso, mas associado à concentração citada, ainda permaneceu elevado o montante destinado à agropecuária, mas localizado em áreas selecionadas (com destaque aos grandes empreendimentos do Sul do Pará), que totalizaram Cr\$ 5 bilhões.

11. O governo federal atuou diretamente na condução de atividades de levantamento e prospecção. Em 1970, fundouse a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a fim de produzir conhecimento mineralógico e colocá-lo à disposição das empresas mineradoras. Entre os programas criados, destacamos o Radam (Radar da Amazônia), para fazer o levantamento aeroradarmétrico de 1,5 milhões de quilômetros quadrados da região, visando à ocorrência de minérios.

12. O interesse primeiro do capitalismo monopolista em entrar em projetos como os que foram implantados na Amazônia não é necessariamente a lucratividade dos mesmos, mas sim o controle da produção de matérias-primas vendidas a preços baixos às multinacionais, favorecendo a acumulação de capital na sede dessas empresas. Pode-se obter lucro reduzido ou mesmo prejuízo no local da extração mineral, desde que isso signifique a elevação dos lucros na indústria sediada no país imperialista.

13. A retomada da implantação da Alunorte em 1993 foi comandada pela CVRD sob um esquema de financiamento e facilidades fiscais concedidos pelo governo paraense. Montouse uma nova estrutura acionária, composta pela CVRD com 44,8%, MRN com 24,6%, NAAC com 16,1%, CBA com 5,7% e outros participantes. O projeto teve sua capacidade ampliada para 1,1 milhão tpa, das quais 700 mil tpa foram destinadas a Albrás. O total dos investimentos foi estimado em torno de US\$ 875,6 milhões.

14. Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia.

15. Bentes afirma que o Programa Grande Carajás foi gestado no exterior via estudos da Amza e, sobretudo, da JICA (Japan International Cooperation Agency).

16. Isso também coincide no decorrer dos anos 1980 com a diminuição dos incentivos fiscais para a agropecuária, levando muitos pesquisadores a equivocadamente localizar a crise

da SUDAM e do desenvolvimento regional amazônico nos anos 1980 e na redução dos incentivos fiscais. Cometem esse erro por compreenderem a realidade regional dissociada da lógica de reprodução ampliada do grande capital nacional e multinacional – nesse último, impulsionada pela estratégia de seus respectivos imperialismos.

17. Evidentemente estamos nos referindo particularmente à Amazônia oriental, objeto por excelência destas políticas e da atuação da Superintendência.

18. Essa compreensão já estava presente desde a colonização portuguesa, passando pelo discurso de Getúlio Vargas no Amazonas, mas foi com a ditadura militar que ele foi materializado mais a fundo.

19. A Amazônia carregava assim a noção de atraso, o que expressava uma determinada concepção de progresso como modernidade e industrialização. A integração seria a forma de romper com o que se concebia como atrasado. Essa esperança foi carregada pela própria burguesia regional em relação ao capital nacional.

20. Fernando Henrique também contratou a Raytheon Company (EUA), por R\$ 1,4 bilhão, para montar um Serviço de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Usando satélites, aeronaves e outros recursos, a empresa faz o levantamento de nossas riquezas. O governo ainda impôs a chamada Lei Kandir, que exonera do ICMS a exportação de produtos minerais, barateando o preço e com isso aumentando a competitividade artificialmente, mas sangrando ainda mais a arrecadação pública e os recursos.

21. Incluímos no “bio” a produção do agronegócio (soja, gado, dendê, celulose, etc.), que se apropria da natureza via derrubada da floresta e exploração do solo, mas também a exploração descontrolada da biodiversidade amazônica. Ademais, além da extração madeireira ilegal, a biopirataria permanece na impunidade: plantas, animais e recursos hídricos saqueados em grande escala. Chega-se ao extremo de haver denúncias de contrabando de água. Grandes navios cargueiros internacionais que transportam mercadorias para a região estariam voltando a seus países carregados com água captada na bacia amazônica.

22. Para estimular a produção mineral (e outros setores em outras regiões do país), o governo federal tem planejado a construção de dezenas de mega-hidrelétricas nos rios amazônicos, algumas já em implementação, como é o caso das localizadas no rio Madeira (Jirau e Santo Antonio - Rondônia) e a hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, no Pará (cujas estimativas de custo da construção chegam a R\$ 30 bilhões – é a farra das construtoras).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP, p. 89-114, 1992.

CASTRO, Antonio de Barros. Ajustamento x transformação. A economia Brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antonio B. e SOUZA, Francisco E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COTA, Raimundo G. **Carajás: a invasão desarmada**. Cametá-PA: Novo Tempo, 2007.

CRUZ, Paulo R. D. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, v. 5, n. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO, 16/04/1967.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALL, Anthony. O programa Grande Carajás – gênese e evolução. In: Jean Hebette (org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM. **Balança comercial mineral da Amazônia Legal 2009**. Belém: IBRAM, 2010.

LEAL, Aluizio. **Sinopse histórica da Amazônia: uma visão política**. In: Belém: IDESP, 2010.

_____. **Grandes projetos amazônicos II: o caso ICOMI**. Belém, 2011 (inédito).

LÔBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da ALBRÁS-**

ALUNORTE. Belém: NAEA, 1996.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.

MARQUES, Gilberto. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2007 (Tese de Doutorado).

MARQUES, Indira. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de Doutorado).

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Centauro, 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MONTEIRO, Maurílio. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 1, jun 2005. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

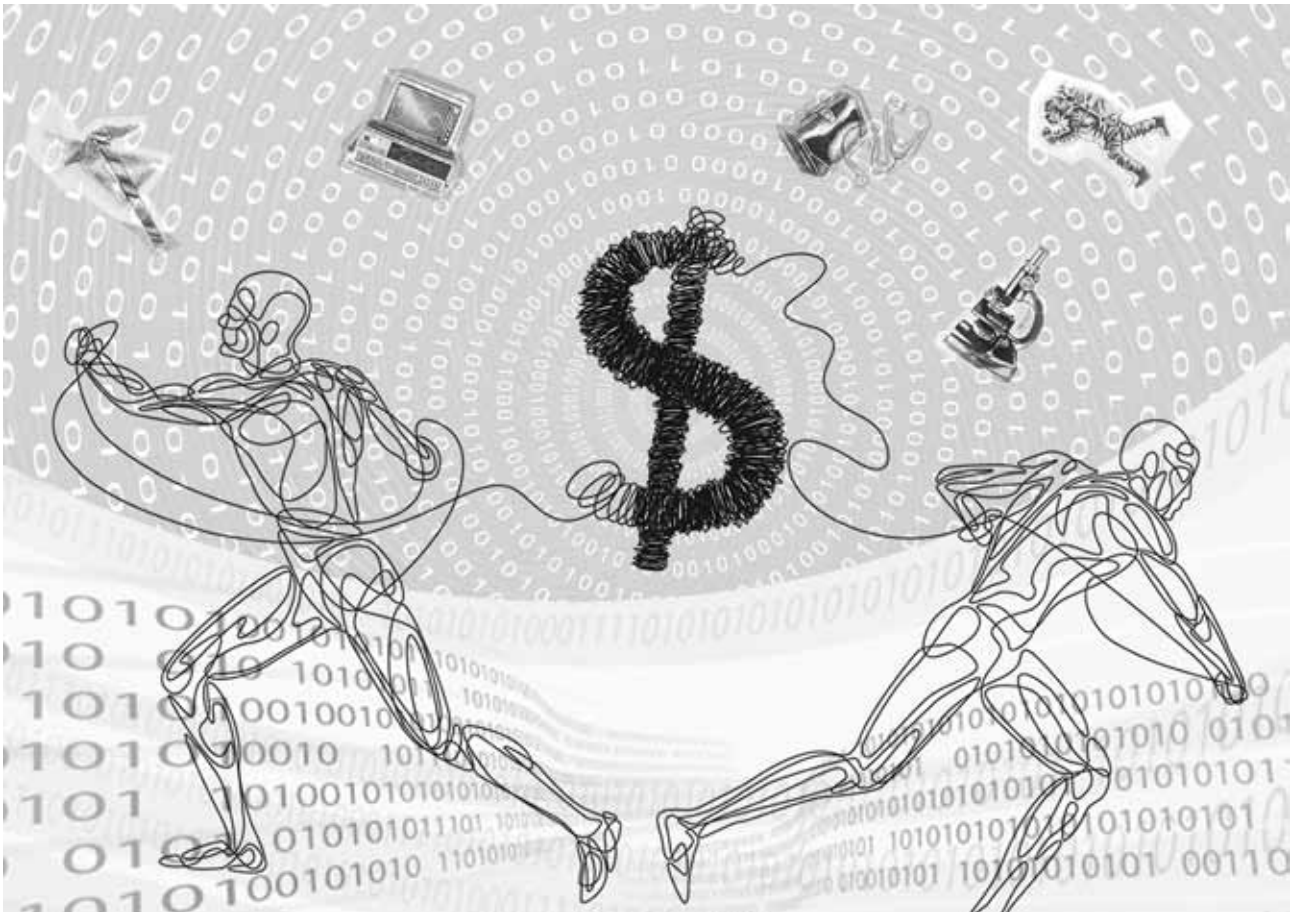
NAHUM, João S. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** Belém: UFPA/NAEA, 1999 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Arioaldo U. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP: Papirus, 1988.

SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil republicano, vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINMINERAL - Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará. **Balanço mineral do Estado do Pará 2010**. Belém: SINMINERAL, 2011.

SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)**. Belém: SUDAM, 1976. **US**



Produtivismo além dos números

Luiz Menna-Barreto

Professor da Universidade de São Paulo

E-mail: menna@usp.br

Resumo: Neste artigo comento alguns aspectos das relações humanas no cenário da academia, com foco na cobrança de produção; discuto a inflexão atual na qual a inovação tecnológica vem sendo prestigiada e concluo com um conjunto de propostas para reflexão entre colegas.

Palavras-chave: Produtivismo. Relações acadêmicas. Avaliação docente. Tecnologia. Inovação.

A escavação necessária

Neste artigo pretendo explorar alguns aspectos dos impactos do produtivismo¹ no ambiente acadêmico. A expressão “Números, meu negócio são os números”, apareceu em programas humorísticos durante a ditadura como uma caricatura do modelo econômico que se implantava (afirmava) então. Ao lado do provável endosso dessa política

pela grande mídia da época, podemos ler ali uma ponta de ironia à redução das atividades humanas a números. O fato de os números serem referências a aspectos da realidade, recortes, não podemos nos sentir autorizados a considerá-los como isentos de datação, autoria e implicações ideológicas. Números revelam muito, disso não se pode duvidar, mas também escondem muito ao reduzir a realidade a um

de seus aspectos. Essas considerações remetem-se à cultura dominante em geral; tratarei agora de propor reflexões sobre a expressão dessa cultura no ambiente acadêmico.

Uma vertente atual e relevante da crítica ao produtivismo está centrada nas consequências das pressões produtivistas sobre a saúde, identificando o cenário acadêmico como fonte direta ou indireta de vários impactos negativos na saúde física e mental do corpo docente². Não me ocuparei aqui destas consequências, até por entender que são bastante familiares aos leitores de “Universidade e Sociedade”.

Muito do que tenho escutado nos corredores da academia é uma crítica aos números da produção acadêmica, mas sem propostas alternativas que favoreçam sua superação. Números são sim superficiais, mas a denúncia dessa superficialidade deve ser acompanhada, por um lado, por uma escavação em profundidade das relações sociais que fundamentam essa numerologia e, por outro lado, de propostas concretas de superação dessa forma de avaliação da academia.

A arqueologia necessária

O pressuposto básico da numerologia no ambiente acadêmico está apoiado em uma crença cega na imparcialidade dos julgamentos de editores de revistas e assessores de agências de financiamento. No primeiro caso, o prestígio da publicação autoriza e sacramenta julgamentos de mérito, criando um cenário do que pode e, sobretudo, do que não pode ser publicado. No segundo caso, anonimatos uni ou bilaterais são oferecidos como garantia da imparcialidade. Os mecanismos de sigilo me parecem particularmente perversos, especialmente naqueles nos quais o sigilo é unilateral, o avaliado não deve saber quem o está avaliando, ao passo que a identificação do avaliado supõe-se necessária; estranha lógica... Mesmo o sigilo bilateral, aparentemente mais democrático, esbarra em uma contradição: um bom avaliador é alguém que conhece bem a área de atuação do avaliado; assim, dificilmente não identificamos avaliadores e avaliados “protegidos” pelo sigilo.

Tanto as editorias quanto as assessorias acabam construindo um conjunto de valores que dita os rumos da produção de conhecimento na academia.

Proteção necessária, argumentam alguns, contra as hordas bárbaras³ que estão rondando os campi e que devem ser mantidas não só a distância mas em plena ignorância. Será mesmo real essa ameaça à pureza da academia? Será de fato o conhecimento domesticado assim tão relevante que mereça invasão? Muito do que venho assistindo em minha relativamente longa trajetória pela universidade pública – são mais de 30 anos de USP – constitui evidência de que o veneno que nos intoxica é o que está dentro de nós e não o da prateleira. E certamente não são muros que nos protegerão, mas sim uma séria e profunda revisão das relações humanas vigentes dentro e fora da academia.

Parece-me que temos nos dedicado a polir os elos das correntes que nos aprisionam, convencidos de que o eventual brilho resultante tenha um efeito revigorante. O efeito quer me parecer ser mais anestesiante do que revigorante, sobretudo nesses tempos atuais em que os mercados são chamados a justificar a produção científica. Saindo da torre de marfim o conhecimento científico se abre para a sociedade pelo caminho fácil dos interesses privados, afastando-se do compromisso com os interesses da maioria da população. Inovação é a palavra de moda no Brasil de hoje, onde, mais uma vez, o poder público vai fazer a lição de casa do mundo empresarial. A campanha de estímulo à inovação na USP produziu recentemente um cartaz que sintetiza muito claramente a concepção do papel social do pesquisador, que só “faz acontecer” quando sua ciência vira negócio.

O que antontem era ciência, ontem virou ciência e tecnologia e hoje passa a atender por ciência, tecnologia e inovação, curiosa expansão de denominação para significar estreitamento de objetivos. Digna de atenção (e reparo) é a contradição representada pela defesa do modelo privatista/ produtivista aliada a uma constante afirmação da liberdade do cientista. A propalada liberdade me faz lembrar do “dia em que as ovelhas comeram os homens”⁴, as fábricas no caso constituindo-se em opção de liberdade para os camponeses expulsos de suas terras nos primórdios da revolução industrial. Creio não se tratar de mera coincidência o fato de esses defensores da submissão aos mercados e da “liberdade acadêmica” levantarem também a bandeira da neutralidade do conhecimento. No limite, esses

Figura 1 – cartaz de divulgação da Agência USP de Inovação, I semestre de 2011



Fonte: trata-se de uma foto feita pelo autor em agosto 2011, de cartaz exposto na universidade.

argumentos convergem para uma supostamente imutável “natureza humana” que constituiria a base ideológica sobre a qual se assentaria a defesa da privatização do conhecimento; ou seja, algo que não depende da vontade momentânea dos povos, mas sim de sua eterna carga genética. Imperialismos de todos os tipos bebem dessa fonte, protegidos pela aparente solidez do conhecimento biológico. Ora, de sólida essa “biologia” só tem o fato de ser rígida; de resto é um amontoado de asneiras travestidas de seriedade acadêmica⁵.

Produzimos, cada vez mais, muito do mesmo: artigos que poucos chegarão a ler, quando muito praticarão aquele esporte tão atual, a leitura em diagonal⁶. Criamos confrarias com jargões próprios nas quais o domínio da linguagem cifrada confere pertencimento e autoriza expulsões. Resulta disso um aumento crescente do número de confrarias cada vez menores. É curioso, ou paradoxal, que muitas dessas

confrarias hoje bradem pela necessidade de integração multi ou interdisciplinar, como se essas novas palavras se constituíssem magicamente em pontes entre as ilhas do conhecimento contemporâneo.

A constatação da superficialidade da vertente produtivista acadêmica não pode se contentar com sua simples negação; temos que ir além e criar debates que permitam trazer à tona o jogo de interesses que sustenta a academia atual. Isso se faz com propostas concretas que exijam reflexão sobre nossas práticas.

Propostas

Proponho que passemos todos a utilizar a primeira pessoa do singular (ou do plural, conforme o caso) em todos os nossos escritos, de modo a abalar o mito da impessoalidade do conhecimento científico. Nossas teses e dissertações estão cheias de pérolas do tipo “os fatos demonstram”, óbvias atribuições de sujeitos a coisas, aberração lógica (personalização) que aparece na constatação de que “o mercado anda nervoso”. Se essas pérolas se limitassem a imprecisões de ordem filosófica, o estrago seria menor; o mais grave é o que elas revelam: a opção pelo anonimato e descompromisso do autor com o conhecimento produzido.

Proponho que todo julgamento de mérito acadêmico seja aberto e com identificação clara de avaliadores e avaliados; além disso, deve incluir declarações de ausência de conflitos de interesse entre as partes. A gritaria resultante da implementação dessa proposta por si só terá o efeito pedagógico de gerar reflexões sobre como avaliamos e somos avaliados. Numa etapa seguinte, revisores com conflitos de interesse seriam convidados a participar de avaliações, desde que declarassem a natureza do conflito, o que pode ser lido como forma de estímulo à honestidade intelectual, embora isso contrarie a tal “natureza humana”, tão fragilmente propensa ao crime.

Proponho que toda publicação acadêmica esteja acompanhada de revisão crítica por parte dos editores e revisores, oferecendo-se aos autores a possibilidade de publicação de réplica. Essa medida, além de revelar aos leitores o embate surdo que precede uma publicação, talvez tivesse o efeito colateral benéfico de desestimular revisões superficiais ou mal informadas. A leitura de cada trabalho acadêmico passará

a ser um mergulho revelador no processo de produção e difusão do conhecimento. Mais uma vez, os oponentes dessa proposta invocarão a imutável “natureza humana”; paciência, um dia eles compreenderão que a ciência é feita por seres humanos.

Proponho eventos científicos centrados em debates sobre perspectivas de desenvolvimento das áreas do conhecimento, contemplando visões distintas desse processo. Nesses eventos, a participação de jovens iniciantes deve ser estimulada ao máximo, talvez um convite a diminuir ou pelo menos relativizar o peso dos nomes consagrados da área. Uma revisão profunda deve ser feita pelas sociedades cultas sobre a mesmice dos congressos nos últimos tempos, nos quais poucas novidades e debates relevantes têm ocorrido. Uma das razões invocadas para a falta de originalidade nos congressos tem sido o receio de sermos vítimas de “ladrões de ideias”, outra incursão do gene do banditismo.

Proponho que todos os autores de uma publicação sejam identificados quanto à natureza de sua participação, desde aqueles que formularam as ideias centrais até aqueles que participaram das várias etapas do trabalho. A decisão sobre essas atribuições pode gerar certa turbulência interna, mas quem sabe aprendamos com isso a nadar nesse mar agitado. Os nomes de colegas que cederam equipamentos ou espaço físico podem e devem ser citados, mas não como coautores, proposta cuja consequência seja o desgaste de prática infelizmente frequente no meio acadêmico.


Proponho que todo acadêmico seja periodicamente avaliado por seus pares, seus alunos e funcionários e que essas avaliações façam do material a ser exigido em concursos de promoção na carreira. A par do reconhecimento da importância das atividades de ensino e extensão, essas avaliações múltiplas acabarão com a hegemonia (quando não exclusividade) da atividade de pesquisa. Os concursos devem se constituir em processos de avaliação de competências e nisso precisam se fazer presentes os princípios e objetivos gerais da universidade e da unidade. A consequência

Uma revisão profunda deve ser feita pelas sociedades cultas sobre a mesmice dos congressos nos últimos tempos, nos quais poucas novidades e debates relevantes têm ocorrido.

desse procedimento será a de tornar mais claras as exigências da instituição e, no limite, contribuirá para atenuar ilusões de superioridade entre colegas.

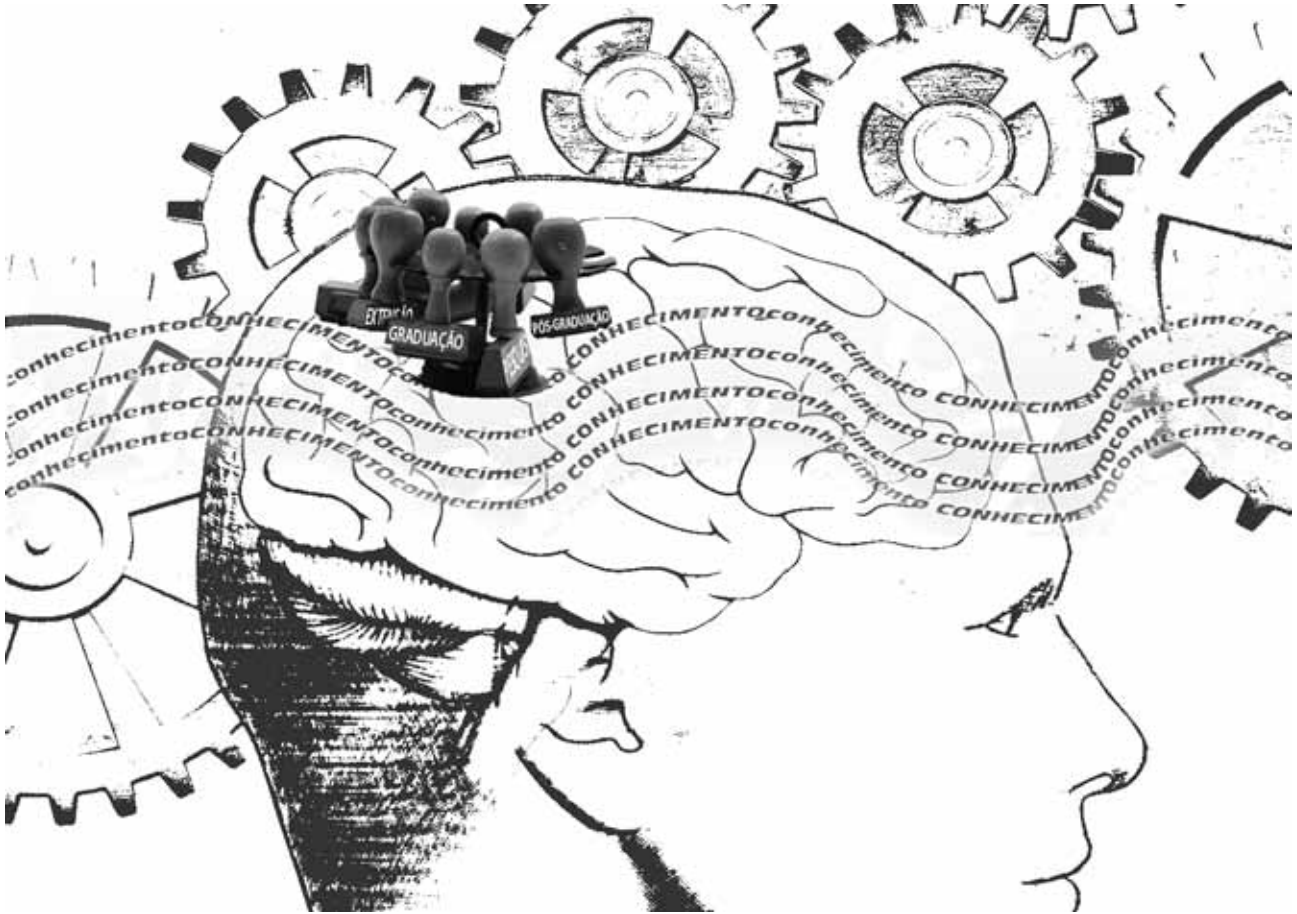
Concluindo, esperando ter contribuído para a superação do que considero alguns problemas do produtivismo reinante, convido os leitores a aprofundar esse debate, construindo propostas novas e oferecendo o combustível essencial para uma universidade que carece de reformulação profunda.

NOTAS

1. O termo produtivismo é um neologismo interessante que caracteriza uma distinção com as palavras-raízes: produto, produção, produtor, produtivo, produtividade, etc. O traço distintivo do neologismo está na identificação de uma ideologia associada, que me parece residir na ênfase (senão exclusividade) dos números.
2. Ver edição de setembro de 2010 (no. 48) da Revista da ADUSP sobre o tema “Produtivismo acadêmico, estresse laboral e distúrbios afins”.
3. O uso da expressão “hordas bárbaras” é figurado, proposto aqui como alegoria ao fosso ideológico (elitista) que pretende separar a academia da sociedade. A construção do extenso muro que separa o campus Butantã da USP em São Paulo da favela de São Remo no bairro do Jaguaré (aliás, local onde residem muitos dos funcionários da mesma universidade) talvez se constitua em exemplo claro desse separatismo inócuo.
4. “As tropas inumeráveis de carneiros que se espalham atualmente por toda a Inglaterra, constituídas por animais tão doces, tão sóbrios mas (que) são, no entanto, tão vorazes e ferozes que comem até pessoas e despovoam os campos, as casas e as aldeias. Com efeito, em todas as partes do reino, onde se produzem as mais finas e preciosas lãs, acorrem, para disputar a terra, os nobres, os ricos, e mesmo os santos abades.” O texto, extraído do livro *A Utopia*, de Thomas Morus, publicado em 1516.
5. Ver Lewontin, em “Biologia como ideologia”, especialmente no texto “O sonho do genoma humano”.
6. Sim, ouvi falar do teu artigo, sei do que se trata, parece ser interessante, um dia leio com mais tempo. 



Autonomia Universitária e Trabalho Docente



Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: **a autonomia universitária em questão**

Maria de Fátima Costa de Paula

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense
E-mail: mfatimadepaula@terra.com.br

Resumo: O texto trata da influência das políticas de avaliação da educação superior sobre o trabalho docente universitário, políticas estas que têm comprometido a autonomia do campo intelectual, gerando dicotomias, hierarquias e assimetrias entre ensino, pesquisa e extensão, graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores, ocasionando uma mudança no perfil da profissão acadêmica, na atualidade. A análise enfatiza o papel do controle burocrático das agências de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq, na conformação do trabalho universitário, crescentemente refém de uma lógica produtivista, que valoriza muito mais os produtos, sobretudo publicações, do que os processos e a qualidade propriamente dita do trabalho desenvolvido na universidade. Nas considerações finais, são apontadas possibilidades de construção de políticas e práticas mais democráticas na universidade, com maior articulação entre graduação e pós-graduação, entre ensino, pesquisa e extensão, no sentido de atenuar as dicotomias, hierarquias e assimetrias existentes no campo universitário.

Palavras-chave: Avaliação da educação superior. Trabalho docente. Autonomia universitária. Dicotomias, assimetrias e relações de poder. Campo universitário.

1. Introdução

O texto traz uma discussão acerca da influência das políticas de avaliação da educação superior sobre o trabalho docente universitário, comprometendo a autonomia intelectual e ocasionando uma mudança no perfil da profissão acadêmica, na atualidade. Aponta as relações de poder, hierarquias e dicotomias criadas no ambiente universitário em virtude destas políticas, entre elas, destacam-se as assimetrias entre ensino, pesquisa e extensão, graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores, dificultando a formação crítica e criativa dos atores envolvidos no processo educativo e a democratização do conhecimento científico.

A avaliação do trabalho universitário pelas agências de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq, é tomada como base para o financiamento de projetos e pesquisas e tem conformado em grande medida o trabalho intelectual, crescentemente refém de uma lógica produtivista, que valoriza muito mais os produtos, sobretudo publicações, do que os processos e a qualidade propriamente dita do trabalho desenvolvido na universidade. Neste sentido, a pesquisa e a pós-graduação assumem um papel de destaque neste cenário, sendo mais valorizadas do que o ensino de graduação e a extensão, inclusive pelos próprios atores universitários.

Como consequência, tem se delineado um novo perfil para a profissão acadêmica, pressionada pelos processos de avaliação e pelas políticas para a educação superior, com uma intensificação e precarização das condições de trabalho nas universidades, que, no limite, tem levado a um processo de alienação e subtração dos desejos e interesses acadêmicos e pessoais em função de exigências externas ao trabalho intelectual. Nesse sentido, a autonomia da produção e do trabalho acadêmico tem sido crescentemente atingida pelo controle burocrático relativo aos processos de avaliação e financiamento das agências de fomento à pesquisa e do MEC.

Como considerações finais, serão apontadas possibilidades de construção de políticas mais democráticas para a universidade, com maior articulação entre graduação e pós-graduação, entre ensino, pesquisa e extensão, no sentido de atenuar as dicotomias, hierarquias e assimetrias existentes no campo

universitário hoje. Isto depende da transformação das suas relações de poder interna e externamente, no sentido da construção de práticas mais coletivas e solidárias em seu interior e de um diálogo mais estreito com a sociedade. Diálogo este que não pode prescindir de uma postura propositiva e autônoma da universidade, resistindo às pressões burocráticas instituídas pelas políticas de avaliação da educação superior.

2. A avaliação da educação superior conformando o trabalho intelectual e comprometendo a autonomia universitária

Dando um mergulho na história da existência da universidade, vemos que desde a criação das primeiras universidades, nos séculos XII e XIII, na Idade Média, como a Universidade de Bolonha, a Universidade de Oxford e a Universidade de Paris, esta instituição social vem tentando conquistar a sua autonomia, primeiramente, diante do poder da Igreja, pois a universidade medieval se estruturou fundamentalmente como uma corporação sob o controle da Igreja.

A partir do século XV, com a emergência dos estados nacionais, a universidade passou a ser controlada pelo poder do Estado. Neste sentido, a universidade emancipa-se da Igreja, mas torna-se refém dos príncipes, soberanos e do Estado moderno.

A multiplicação das universidades nos séculos XV e XVI conduziu a uma regionalização desconhecida anteriormente. Somente as grandes universidades – Paris, Bolonha, Oxford e Salamanca, as mais prestigiadas e famosas – continuaram a efetuar um recrutamento internacional, sendo as únicas a contar com milhares de estudantes. A regionalização fez com que o próprio recrutamento se desse localmente, destruindo a tradição da *peregrinatio accademica*, típica dos séculos anteriores, tornando as universidades atreladas aos interesses locais, especialmente de príncipes e soberanos (ROSSATO, 2005, p. 35).

Nesse sentido, desde os seus primórdios, a história da universidade confunde-se com a sua luta pela conquista da autonomia intelectual diante da Igreja e do Estado.

No final do século XVIII, a universidade iluminista foi sacudida pela Revolução de 1789, antiuniversitária

por excelência, pois condenou a instituição universitária como sendo um aparelho ideológico do antigo regime, colocando em seu lugar escolas profissionais de ensino superior. Da França e da Prússia emergiram, no início do século XIX, as primeiras universidades modernas e laicas: a napoleônica, para formar quadros para o Estado, e a de Berlim, com ênfase na integração entre ensino e pesquisa e na busca da autonomia intelectual diante do Estado e da Igreja, embora financiada pelo primeiro, o que gerava uma tensão insolúvel entre ambos.

O padrão francês napoleônico influenciou as universidades tradicionais da América Espanhola e inspirou a formação tardia das primeiras faculdades profissionais no Brasil, no século XIX. A universidade propriamente dita, no Brasil, se formou na primeira metade do século XX, sob influência dos modelos francês e alemão de universidade, como foi o caso da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920 e da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, embora antes tivessem sido criadas universidades privadas efêmeras, tais como a de Manaus, criada em 1909 e extinta em 1926, a de São Paulo, originada em 1911 e extinta em 1917 e a do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915 (CUNHA, 1986).

A criação da Universidade de Berlim, em 1810, representou um marco fundamental para a concepção moderna de universidade. Foi precedida por uma reflexão teórica da qual fizeram parte filósofos, como Fichte, Schelling e Schleiermacher e filólogos, com Wolf e Guillermo de Humboldt, o verdadeiro fundador da Universidade de Berlim. Em seu texto intitulado *Sobre a organização interna e externa dos estabelecimentos científicos superiores em Berlim*, Humboldt destaca a importância da pesquisa como função primordial da universidade, ao lado do ensino, concebendo a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da formação como característica essencial da universidade, ao lado da universalidade de campos de conhecimento, garantida pela centralidade do papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão articulador, por excelência, dos diversos campos do saber. Além disto, Humboldt, em seus escritos, concebe o trabalho científico como livre de quaisquer tipos de injunções e pressões, tais como do Estado, da Igreja e de outras demandas externas

ao campo acadêmico universitário (HUMBOLDT, 1959).

Isto é, segundo a concepção alemã do século XIX, para que a universidade desempenhe plenamente o seu papel, ela deve ser autônoma, embora sua existência dependa economicamente do Estado. Nesse sentido, num estado que limite a liberdade de ensino e de pesquisa, que impeça a busca e a transmissão incessante do conhecimento, não será possível a existência de uma autêntica universidade. Ainda segundo esta concepção alemã de universidade, existe uma preocupação fundamental com a formação integral e humanista do homem, ao invés da formação meramente profissional e instrumental, voltada para o mercado de trabalho.

Apesar do cunho idealista e pouco pragmático da concepção alemã de universidade surgida no século XIX, e embora ela seja criticada por alguns como elitista, podendo tornar-se distanciada das demandas externas ao campo acadêmico, temos ainda muito que aprender com os idealizadores da Universidade de Berlim, sobretudo no que diz respeito à sua concepção de autonomia. Entretanto, hoje devemos reivindicar e lutar não apenas pela autonomia da universidade em relação ao Estado e à Igreja, como no contexto histórico alemão do século XIX, mas também contra as pressões e demandas externas do mercado, da mídia, das agências de fomento à pesquisa e do próprio MEC, instâncias que ditam como deve se comportar e se conformar a universidade e seus atores, definindo o que e como deve ser o trabalho intelectual universitário, pressionado cada vez mais pelo sistema de avaliação da educação superior, que toma corpo, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1980.

A Lei 5.540, que instituiu a Reforma Universitária de 1968, no Brasil, propôs a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como característica definidora das universidades, decretou o fim da cátedra vitalícia, substituindo-a pelo sistema departamental e criou uma carreira universitária aberta e o regime de dedicação exclusiva para o corpo docente universitário. Assim, desde então, o ingresso de docentes nas universidades tem se dado com base em concursos públicos de títulos e provas, com a valorização da titulação e do desempenho acadêmi-

co dos profissionais universitários. Podemos dizer, ainda, que a Lei 5.540 institucionalizou a pesquisa na universidade brasileira, tendo como base a implantação da pós-graduação, considerada o terreno propício para a formação dos pesquisadores, em todas as áreas do conhecimento científico.

A pós-graduação foi considerada matéria de extrema relevância pelo Relatório do Grupo de Trabalho que elaborou a Reforma de 68, sendo concebida para transformar a universidade em centro criador de ciência e de tecnologia. Nesse sentido, a pós-graduação foi institucionalizada com o intuito da formação de quadros qualificados e da produção de pesquisas que pudessem contribuir para o desenvolvimento nacional, sobretudo via produção de novas tecnologias aplicadas à indústria brasileira em expansão (PAULA, 2002, p. 136-137). O Grupo de Trabalho coloca a pós-graduação como matéria de interesse nacional, que transcende o âmbito de cada universidade em particular, daí a necessidade de se promover uma política nacional de pós-graduação, de iniciativa do próprio governo federal, que delegou amplos poderes ao Conselho Federal de Educação para isto.

Uma das diferenças fundamentais entre as medidas adotadas pelos governos autoritários militares e pelos recentes governos neoliberais reside num maior investimento na educação superior por parte dos primeiros, o que possibilitou a expansão do sistema como um todo nas décadas de 1960 e 1970. Foi neste contexto que o nosso sistema de pós-graduação desenvolveu-se, tornando-se o mais abrangente da América Latina e qualificando os nossos mestres e doutores com padrões de excelência. Muitas universidades brasileiras, particularmente as públicas, alcançaram padrões internacionais de qualidade. Somos referência entre os países em desenvolvimento na área de pesquisa e pós-graduação no âmbito da América Latina, graças a uma política de Estado executada com rigor via agências de fomento à pesquisa, como CAPES (1) e CNPq (2), ao longo de várias décadas. A CAPES tornou-se, desde a segunda

metade dos anos 1970, a agência avaliadora por excelência dos programas de pós-graduação.

Desde o início da década de 1980, a então Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), hoje Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), concebeu o trabalho docente como parte do seu projeto de universidade, sustentando que a carreira é condição para uma docência plena e para garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os então 42 mil docentes das universidades federais não possuíam uma carreira nacional, havendo significativas diferenças entre os que atuavam nas federais autárquicas e nas federais fundacionais, como as implementadas pela ditadura militar (3) (LEHER; LOPES, 2008).

O movimento docente organizado, a partir da consolidação da ANDES, criada em 1981, conquistou, com uma greve nacional em 1985, a implantação da carreira única para as dezesseis IFES constituídas como fundações. Este foi o primeiro instrumento legal que firmou os direitos e os salários dos professores envolvidos. O passo foi decisivo, para que, dois anos depois, já em clima de constituinte e com base em grande mobilização nacional, tenha sido possível conquistar a carreira única

para todas as universidades federais autárquicas e fundacionais. Assim, o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE – passou a vigorar desde 1987 (Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987) e representou a vitória política de um projeto de universidade organizado sobre valores contidos na Constituição de 1988, tais como: autonomia de gestão, democracia, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, financiamento estatal, regime jurídico único, isonomia com salário integral, estabilidade, paridade na aposentadoria, regime preferencial de dedicação exclusiva, significando a derrota dos que defendiam que as universidades federais deveriam assumir estatuto jurídico privado, que os docentes deveriam ser contratados pela CLT e que os salários fossem compostos por

O movimento docente organizado, a partir da consolidação da ANDES, criada em 1981, conquistou, com uma greve nacional em 1985, a implantação da carreira única para as dezesseis IFES constituídas como fundações.

uma série de gratificações (ANDES, 2010, p. 7-8).

A avaliação por produtividade, que entrou com força no campo universitário, principalmente a partir dos anos 1990, instaurou uma diferenciação salarial na carreira acadêmica, rompendo com o princípio da isonomia salarial, antiga bandeira de luta da esquerda universitária. Pois, em tese, quanto mais “produtivo” o professor/pesquisador, maior o seu salário. Os mais “produtivos” podem adquirir bolsas de produtividade em pesquisa (4), têm mais habilidade para captar recursos junto às agências de fomento à pesquisa, para fazer parcerias com organizações/empresas públicas e privadas, possuindo um espírito mais empreendedor. Aliás, o que se espera dos acadêmicos hoje é que eles sejam empreendedores e se espelhem nas características dos empresários e das empresas: produtividade, eficácia, eficiência, relação custo-benefício lucrativa, etc.

O antigo perfil acadêmico do intelectual humboldtiano, vinculado ao modelo alemão de universidade do século XIX, sozinho com o silêncio de sua biblioteca ou laboratório, é hoje espécie em extinção. Na atualidade, é necessário pertencermos a um ou vários grupos de pesquisa, a redes de pesquisa e publicações, e a participação em congressos, encontros, seminários nacionais e internacionais faz parte intrínseca do cotidiano da vida acadêmica, como um elemento motivador do processo de produção científica. O que importa é publicar mais e mais, não necessariamente textos inéditos, criativos e originais, mas ser lido, citado e (re) conhecido nacional e internacionalmente.

Dentro deste contexto, as políticas de avaliação da produtividade acadêmica, que começam a ser articuladas na segunda metade dos anos 1980 e se fortalecem nos anos 1990, passam a ocupar papel central, pois delas depende o salário do pesquisador, o financiamento das suas pesquisas e viagens, assim como o seu *status* na carreira. Instaura-se, a partir deste período, o Estado avaliador, representado pelas comissões de “alto nível” nomeadas pelo Ministério da Educação, pela CAPES e demais agências nacionais e regionais de fomento à pesquisa. No interior das universidades instalam-se as comissões internas de avaliação, em parte como iniciativas delas próprias, em parte como respostas às demandas de

avaliação vindas de fora.

Nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando era ministro da educação Paulo Renato Souza, o Estado avaliador se concretiza de forma mais intensa. É a época da instituição do Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como Provão, que, à revelia das resistências e críticas formuladas pelas instituições e especialmente pelos estudantes, foi consolidado pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995, sendo regulamentado pela Portaria nº 249, de 18 de março de 1996, do Ministério da Educação e do Desporto, que instituiu sistemática para a realização do exame, anualmente, como um elemento necessário para a avaliação periódica das instituições e dos cursos de nível superior de graduação. O Decreto 2.026, de 10/10/1996, da Presidência da República, estabeleceu procedimentos para a avaliação dos cursos e instituições, determinou critérios quantitativos e qualitativos de avaliação, mencionou a avaliação interna, a externa e a autoavaliação, tudo isso centralizado pelo poder executivo, ao qual cabia designar a comissão externa de especialistas para tal fim (PAULA, 2003, p. 62).

Ainda no governo FHC, foi instituída a Lei nº 9.678, de 03/07/1998, específica para as instituições federais de ensino superior. Através desta lei, o governo criou a Gratificação de Estímulo à Docência – GED, associando resultados individuais de avaliação dos docentes com uma gratificação financeira não-incorporada ao salário (5). Com isto, introduziu uma “nova” política salarial da qual esperava maior “produtividade” por parte dos docentes, responsabilizando-os, individualmente, por possíveis resultados negativos. A “produtividade” dos professores era avaliada segundo critérios fundamentalmente quantitativos, que não avaliavam a qualidade do trabalho realizado. Fomos submetidos e induzidos a contabilizar nossas horas-aula na graduação e na pós-graduação, o número de trabalhos, artigos e capítulos de livros publicados a cada ano, o número de monografias, dissertações e teses concluídas anualmente por nossos orientandos, o número de atividades de extensão que realizávamos, sendo os produtos reificados em detrimento dos processos e da própria qualidade do trabalho executado

(PAULA, 2003, p. 63).

O ENC foi extinto pela Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, assinada pelo presidente Lula e pelo ex-ministro da Educação Cristovam Buarque. Foi, então, instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. No que diz respeito à avaliação dos cursos de graduação, o ENC foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado em dois momentos do curso, no primeiro e no último ano, podendo ser realizado por amostragem, em todos os cursos de graduação. No caso do ENC, os estudantes realizavam uma prova de conteúdos ao final do curso de graduação; portanto, avaliava-se, fundamentalmente, produto e não processo. O ENADE, sendo aplicado no início e no final do curso, pretende avaliar o processo, embora reproduza em grande medida a lógica avaliativa e punitiva do ENC, criando, do mesmo modo que este, um ranqueamento entre instituições e cursos.

Uma avaliação realmente preocupada com o caráter diagnóstico da educação, com vistas à melhoria da formação, da pesquisa e da extensão, papéis centrais a serem desempenhados pelas universidades, não pode ser punitiva nem criar divisões no campo universitário. Deve valorizar os processos, mais do que os produtos, a qualidade, mais do que a quantidade, a lógica da emancipação, e não a lógica da regulação, deve servir como processo de construção da autonomia e não como contrapartida para a autonomia (DIAS SOBRINHO, 2000 e 2002).

O interessante a ser destacado é que o Estado avaliador, no Brasil, não serviu de instrumento de controle para a proliferação indiscriminada das instituições privadas e de seus cursos, muitos deles sem um nível mínimo aceitável de qualidade, guiados por uma visão estritamente mercadológica e empresarial, multiplicando-se nos governos de FHC como nunca na história da educação superior brasileira.

O governo Lula, eleito em 2003, aprovou uma

Reforma da Previdência extremamente perversa para o funcionalismo público federal, enfrentando os movimentos sociais, impondo uma cobrança previdenciária aos aposentados, extinguindo a aposentadoria com vencimento integral para os servidores públicos, aumentando o tempo de serviço para fins de aposentadoria e retirando direitos trabalhistas conquistados através de lutas sociais acumuladas há décadas.

Além disto, aprofundou-se a precarização das condições de trabalho nas universidades públicas, com aumento do número de estudantes nas salas de aula dos cursos de graduação e um processo de interiorização realizado de forma apressada, sem garantia de condições de trabalho adequadas, sobretudo nos *campi* do interior – REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Decreto 6096 de 2007).

Houve, ainda, o incremento de um sistema de avaliação que vincula parte do salário ao atendimento de metas quantitativas fixadas de fora para dentro, sendo o salário dos professores universitários composto de uma série de gratificações, e o vencimento básico, em alguns casos, representando apenas 25% do total contido no contracheque. Ao lado da

precarização das condições salariais e de trabalho, assiste-se a uma intensificação do trabalho docente que tem levado, em muitos casos, a um processo de adoecimento, acompanhado do sequestro da subjetividade dos professores universitários (SGUIS-SARDI; SILVA JÚNIOR, 2009).

No período de 1996 a 2006, o número das matrículas na graduação cresceu 52%, apresentando incremento considerável na pós-graduação: dados apontam para um crescimento de 71% para o mestrado e 179% para o doutorado. Estatísticas que registram a evolução do número de funções docentes, contudo, apresentam crescimento bem mais modesto para o mesmo período: 23% para a graduação e 68% para a pós-graduação, o que significa que os docentes credenciados na pós-graduação tiveram

Uma avaliação realmente preocupada com o caráter diagnóstico da educação, com vistas à melhoria da formação, da pesquisa e da extensão, papéis centrais a serem desempenhados pelas universidades, não pode ser punitiva nem criar divisões no campo universitário.

uma intensificação extraordinária de sua jornada de trabalho, visto que não há contrato para docentes da pós-graduação. O indicador de crescimento real é o dos novos professores para a graduação, pouco superior a 20% na última década (LEHER; LOPES, 2008).

A avaliação da CAPES, que outrora desempenhou papel relevante na organização do sistema de pós-graduação brasileiro, incorporou uma lógica produtivista, pragmática e utilitarista, situação que alcança o seu auge no Plano Nacional de Pós-Graduação de 2005-2010. Em lugar de avaliar o programa de pós-graduação, suas dificuldades, potencialidades e relevância para a instituição e para a região, o resultado da avaliação depende de indicadores que têm como foco cada professor credenciado na pós-graduação: inicialmente, exigindo um padrão produtivista; depois, restringindo o campo possível deste produtivismo, impondo que as publicações, para serem pontuadas, sejam limitadas a um conjunto de veículos/periódicos qualificados (sistema *qualis*), indexadas ao *scielo* e outras bases de dados reconhecidas internacionalmente e que a produção do conhecimento gere produtos úteis, utilidade essa que os conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), também composto por representantes das empresas, aferirão conforme a eficácia das pesquisas para o mercado.

Nesse sentido, temos perdido, nas últimas décadas, a autonomia do trabalho intelectual, conformado cada vez mais pelas agências avaliadoras e financiadoras, como a CAPES, o CNPq, as agências regionais de fomento à pesquisa e o próprio MEC. Além da perda da autonomia, associada à intensificação e alienação do nosso trabalho, temos perdido direitos conquistados há décadas, tais como: a remuneração por tempo de exercício da docência, pois houve a extinção dos anuênios; a perspectiva de evolução na carreira em decorrência da formação continuada, pois a parcela remuneratória referente à titulação foi retirada do corpo do salário e a grande maioria dos concursos têm sido abertos para professor adjunto; a isonomia salarial; o compromisso com a valorização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e exten-

são como atividades acadêmicas próprias do pessoal docente, pois ao contrário estamos sendo submetidos a um processo que segmenta as atribuições e a correspondente remuneração; a condição de avaliação institucional e, como parte dela, a avaliação do trabalho docente, pois a Medida Provisória 431 (depois transformada em Lei) estabeleceu critérios gerais para avaliação de todos os servidores públicos, de cunho produtivista, vinculando uma parcela da remuneração ao cumprimento de metas quantitativas fixadas de fora para dentro; o padrão salarial na aposentadoria, pois as várias contrarreformas da previdência romperam com o direito à paridade e integralidade, especialmente para aqueles docentes que ingressaram no serviço público após 2003; o nível salarial em comparação com outras categorias do serviço público federal, tidas como “típicas de Estado”, pois temos enfrentado uma política de sub-valorização dos servidores encarregados de realizar as políticas sociais, classificadas por Bresser Pereira como “serviços competitivos” (ANDES, 2010, p. 10-11).

A avaliação vinda do Ministério da Educação (MEC) e das agências de fomento à pesquisa foi imposta sobre nós, sendo em grande medida absorvida como “natural” no meio acadêmico e transformando-se num instrumento político de controle do Estado sobre o trabalho desenvolvido na universidade, ferindo a sua autonomia. Através de uma política cada vez mais agressiva de avaliação externa, as instituições universitárias e seus agentes são submetidos cada vez mais a um poder burocrático que asfixia o trabalho intelectual na universidade. Somos obrigados mais e mais a demonstrar a nossa “produtividade e eficiência” através de relatórios que contêm muita informação e pouca reflexão. Assim, a burocracia é um dos venenos mortais que destrói o que há de mais autêntico e criativo, na universidade, hoje.

É importante ressaltar que a burocracia não vem apenas de fora, do MEC e das agências de fomento à pesquisa, mas é, em grande parte, reproduzida e internalizada pelas instituições universitárias e por seus agentes. Estes também produzem burocracia,

Somos obrigados mais e mais a demonstrar a nossa “produtividade e eficiência” através de relatórios que contêm muita informação e pouca reflexão.

vinda das instâncias superiores, como reitorias e pró-reitorias, e das instâncias intermediárias e inferiores, como centros, faculdades e departamentos, que nos asfixiam mais e mais com cobranças burocráticas que avaliam muito pouco a qualidade do trabalho realizado na universidade. Este poder burocrático que toma conta da universidade, na atualidade, substituiu em grande parte o patrulhamento ideológico do qual fomos vítimas, nas décadas de 60 e 70, auge da ditadura militar. O poder burocrático, por ser mais sutil e por entrar sorrateiramente na universidade, via decretos, medidas provisórias, estatutos, leis, regimentos, etc., é mais eficaz na sua atuação, oferecendo poucas possibilidades de resistências. Nesse sentido, as múltiplas formas de burocracia tornam-se elementos contínuos e permanentes que intervêm sobre o trabalho intelectual, sendo internalizadas, naturalizadas e banalizadas por todos nós (PAULA, 2003, p. 64).

Podemos dizer, portanto, que, a partir dos anos 1990, há uma crescente expansão da razão instrumental por fora e por dentro da universidade. É o pensamento posto a serviço do desenvolvimento de instrumentos para a produção do controle social e de novas formas de subjetividade. Essa razão instrumental, imediatista, essa burocratização exacerbada da universidade está comprometendo cada vez mais a cultura, a autonomia, a liberdade do pensamento. O pensamento universitário tem sido cada vez mais submetido ao primado da calculabilidade; o conhecimento tem sido medido mais e mais por sua eficácia produtiva, e a razão instrumentalizada torna-se o fundamento do poder. É a capitulação do pensamento à mercadoria, a introdução da cultura no domínio da administração, a coisificação do pensamento, que perde a capacidade de reflexão crítica, como diriam Adorno e Horkheimer (1985).

Na nova estrutura hierárquica concebida para a universidade, a pós-graduação e a pesquisa ocupam posição privilegiada, ficando a graduação responsável, sobretudo, pelo ensino massificado e a pós-graduação *stricto sensu* pela pesquisa e pela qua-

lificação de alto nível. Este mecanismo acabou por criar um fosso entre a pós-graduação *stricto sensu* e a graduação, entre ensino de graduação e pesquisa, o que contradiz a própria ideia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa presente na Lei 5.540, que instituiu a Reforma Universitária de 1968.

Parafraseando Dilvo Ristoff, poderíamos dizer que coexistem, hoje, nas universidades federais, a universidade do MEC, ou seja, a universidade da graduação, a universidade da CAPES e do CNPq; isto é, a universidade da pós-graduação e a universidade das fundações de apoio - dos cursos de especialização, dos cursos a distância, das consultorias, dos mestrados oferecidos fora da sede, etc. “*A primeira imagina-se pública, grande e gratuita, a segunda imagina-se pequena e de elite e a terceira está virada para si própria e para o mercado*” (RISTOFF, 2002). Este quadro encontra-se presente, também, nas estaduais paulistas, demarcando a crise e a fragmentação da universidade, na atualidade.

Esta fragmentação gera várias segregações e hierarquias no ambiente acadêmico: entre graduação e pós-graduação; ensino, pesquisa e extensão; professores e pesquisadores; acadêmicos e prestadores de serviços; entre cursos de longa duração e cursos de curta duração; cursos gratuitos e cursos pagos; entre uma formação mais sólida e acadêmica e uma formação mais aligeirada e diluída, entre outras.

O perfil desejável do acadêmico, na atualidade, é aquele que tenha elevada titulação (no mínimo doutorado) e seja muito produtivo. Esta produtividade é avaliada com base na realização de pesquisas, muito mais do que na docência ou nas atividades de extensão; mais ainda, o que se valoriza fundamentalmente são as publicações, originadas das pesquisas. Este acadêmico deve estar vinculado a um programa de pós-graduação, a determinadas linhas de pesquisas, formando mestres e doutores ligados as suas linhas de pesquisa. Deve participar de congressos, seminários, encontros nacionais e sobretudo internacionais e estar conectado a redes acadêmicas de investigação e publicação.

O poder burocrático, por ser mais sutil e por entrar sorrateiramente na universidade, via decretos, medidas provisórias, estatutos, leis, regimentos etc., é mais eficaz na sua atuação, oferecendo poucas possibilidades de resistências.

O ensino massificado de graduação, que forma e profissionaliza contingentes enormes de estudantes, e as atividades de extensão universitária, voltadas para a sociedade em geral, ocupam lugar absolutamente secundário neste novo perfil de profissão acadêmica conformado pelas redes acadêmicas nacionais e internacionais, pelas políticas públicas vindas do Ministério da Educação, das comissões de avaliação de “alto nível” formadas por especialistas, das agências de fomento à pesquisa e das próprias universidades e seus programas de pós-graduação.

Neste sentido, criam-se hierarquias, dicotomias e assimetrias cada vez mais nítidas no ambiente universitário. Hierarquias estas baseadas fundamentalmente na produtividade dos acadêmicos, provocando uma divisão e uma disputa acirrada no campo universitário por verbas para pesquisa, publicações, entre outros fatores. As disputas travadas no campo científico traduzem-se na busca por acúmulo de capital e autoridade científica, conferindo um maior poder simbólico aos pesquisadores que atuam na pós-graduação (BOURDIEU, 1983, 1989). Instaura-se a concorrência no lugar da cooperação, a fragmentação do conhecimento e da produção acadêmica e a busca de soluções individuais para problemas que são coletivos.

Cabe ressaltar a relação deste novo perfil da profissão acadêmica com as políticas públicas direcionadas para a educação superior e, em especial, com aquelas relacionadas à avaliação, em âmbito nacional e internacional. Nas novas políticas para a educação superior, criaram-se hierarquias entre a pesquisa e a docência, sendo a primeira mais valorizada, pois é fonte de publicações, de viagens a congressos e encontros nacionais e internacionais, permitindo a captação de recursos em forma de bolsas e financiamentos adicionais para além do simples salário de professor universitário, sendo fonte de maior prestígio na hierarquia acadêmica. Em uma palavra, a pesquisa confere mais **poder** do que a docência, daí a sua maior valorização no campo universitário, hoje.

Cabe-nos perguntar e refletir sobre as repercussões

do trabalho acadêmico na ponta do sistema, ou seja, na formação dos nossos estudantes de graduação e pós-graduação e sobre os reflexos sociais mais amplos que ele deve possuir. Os nossos estudantes têm saído mais bem formados, os nossos cursos têm melhorado de qualidade, as nossas pesquisas têm contribuído para a nossa atuação como docentes? As pesquisas têm sido qualitativamente melhores e voltadas para as demandas sociais mais prementes? Temos levado os resultados dos nossos trabalhos acadêmicos para a sala de aula e para a sociedade, através das nossas atividades de extensão?

3. Considerações finais

Para a democratização da universidade, as dicotomias e assimetrias entre graduação e pós-graduação; ensino, pesquisa e extensão; cientista/pesquisador e professor/divulgador; universidade e escola básica; universidade e sociedade precisam ser superadas, ou, no mínimo, atenuadas.

Neste sentido, cabe-nos construir equipes de pesquisa constituídas por profissionais que atuam na graduação e na pós-graduação, que contenham alunos de graduação e de pós-graduação, articulados em torno de interesses comuns.

Os professores pesquisadores mais experientes, que atuam na pós-graduação, devem atuar também na graduação. Os professores pesquisadores

mais jovens, recém-doutores, devem fazer parte de grupos de pesquisa ligados à pós-graduação, tendo uma atuação também no ensino de pós-graduação (mestrado e doutorado). Esta articulação / interação, além de romper com dicotomias e hierarquias cristalizadas e fossilizadas, certamente representa uma forma saudável de oxigenar e arejar espaços muitas vezes obstruídos por relações de poder enrijecidas.

Democracia se faz na prática e não no discurso. Portanto, é preciso construirmos cotidianamente espaços abertos e democráticos na universidade, tendo como parâmetros o respeito pelo outro, a solidariedade no trabalho e um espírito de coletividade acima dos interesses pessoais e individuais de cada um. Isto é o

É preciso construirmos cotidianamente espaços abertos e democráticos na universidade, tendo como parâmetros o respeito pelo outro, a solidariedade no trabalho e um espírito de coletividade acima dos interesses pessoais e individuais de cada um.

que se entende aqui por democracia, que se constrói com a participação de todos os segmentos e atores envolvidos no processo educacional, articulando os vários setores da universidade.

A democratização da universidade não se realiza apenas com o aumento dos níveis de cobertura e acesso na educação superior, mas depende também da transformação das suas relações de poder interna e externamente, no sentido de práticas mais coletivas e solidárias em seu interior e de um diálogo mais estreito com a sociedade.

Alguns princípios poderiam nortear a construção de uma universidade menos fragmentada e mais democrática, entre eles:

a) A garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como característica definidora das universidades;

b) A valorização dos cursos de graduação, dando mais oportunidades de iniciação à pesquisa aos estudantes de graduação. Só assim, formaremos uma massa crítica e diminuiremos o fosso atualmente existente entre graduação e pós-graduação *stricto sensu*;

c) A ampliação da autonomia didática, acadêmica, administrativa e de gestão da universidade, que não pode ser confundida com autonomia financeira diante do Estado;

d) A substituição crescente dos procedimentos de avaliação externa quantitativa por procedimentos internos qualitativos de avaliação institucional. Havendo, por parte das universidades, um empenho em elaborar as suas próprias políticas de avaliação;

e) A valorização do trabalho docente e do regime de dedicação exclusiva, com isonomia salarial, incorporação das gratificações ao salário, paridade e integralidade na aposentadoria e desenvolvimento da carreira docente dissociado de avaliação produtivista;

f) A crítica permanente e resistência contra o poder burocrático proveniente das instâncias externas e internas à universidade, com a transformação desse poder burocrático em poder democrático;

g) A definição de linhas de pesquisa e atuação em conjunto com a escola básica, para a atualização e formação continuada dos professores;

h) A definição com transparência e publicidade das formas de parcerias das pesquisas universitárias com órgãos financiadores, de modo que os trabalhos

universitários sejam socializados e democratizados;

i) A construção de formas de cooperação e de convênios com órgãos públicos para que pesquisas universitárias possam tornar-se políticas públicas;

j) A elaboração de projetos de extensão a partir do levantamento das necessidades e demandas sociais.

NOTAS

1. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi criada em 1951, a partir de iniciativa de Anísio Teixeira. A fundação da CAPES, desse modo, resultou da ação de uma burocracia de corte intelectual, atuante no segundo governo Vargas.

2. O Conselho Nacional de Pesquisas, posteriormente transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi criado também em 1951, a partir de iniciativas militares. Questões ligadas à segurança e ao desenvolvimento nacionais estão na base da fundação do CNPq. A CAPES e o CNPq introduzem a gestão direta do Estado na formação pós-graduada e o estímulo à pesquisa por parte das agências governamentais.

3. Todas as novas instituições criadas pela ditadura foram fundacionais, mais atraentes em termos salariais, mas com menos direitos previdenciários e de estabilidade do que as autárquicas. As fundacionais possuíam docentes regidos pela CLT, por isso a luta dos professores pela unificação jurídica das IFES e, por consequência, para a consolidação de uma carreira unificada para todos os professores das federais colidia com as perspectivas do governo ditatorial (LEHER e LOPES, 2008).

4. As bolsas de produtividade em pesquisa e em desenvolvimento científico e inovação tecnológica oferecidas pelo CNPq passaram a ter uma relevância jamais vista, não apenas pela complementação salarial, mas sobretudo por representar um signo de prestígio do docente / pesquisador no sistema de C&T, abrindo caminho para bolsas de iniciação científica adicionais, apoio a viagens internacionais, etc.

5. A GED foi extinta no governo Lula, por pressão do movimento docente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ANDES. **Carreira em debate**: valorização do professor ou retirada de direitos? Brasília, 2010.

BRASIL, Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo (2007). **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais – REUNI.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: da colônia à era de Vargas**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. **Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação**. Trabalho publicado nos Anais do VII Seminário REDESTRADO – Novas Regulações na América Latina. Buenos Aires, julho de 2008.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A modernização da universidade e a transformação do perfil da *intelligentzia* universitária: casos USP e UFRJ**. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Avaliação, Revista da Rede da Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, 8 (4), 53- 67, 2003.

RISTOFF, Dilvo. **Avaliação da educação superior: flexibilização e regulação**. Conferência apresentada no I Simpósio de Estudos e Pesquisas de Educação Superior, Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. Goiânia, UFG, NEDESC, 20/06/2002.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. 2.ed. rev. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009. **US**



A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital

Claudia March

Professora da Universidade Federal Fluminense

E-mail: cmarch62@yahoo.com.br

Resumo: No presente texto, desenvolvemos uma análise preliminar da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH – e de suas repercussões para o *ethos* acadêmico, abordando em particular a autonomia universitária. Partimos do pressuposto de que a EBSEH faz parte de um conjunto de proposições e medidas adotadas desde o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva até o atual governo de Dilma Rousseff que operam a contrarreforma do Estado em sua dimensão administrativa e que guardam elementos de continuidade com o governo de Fernando Henrique Cardoso, em particular com o Plano Diretor da Reforma do Estado do então ministro de Estado Bresser Pereira.

Palavras-chave: Contrarreforma do Estado. Educação Superior. Autonomia Universitária. Hospitais Universitários.

De Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff: social-liberalismo e novo-desenvolvimentismo como expressão de uma estratégia da supremacia neoliberal

O processo de recomposição burguesa para o enfrentamento da crise capitalista do último quarto do século XX se deu a partir da retomada de premissas já desenvolvidas por Friedrich Hayek na década de 1940, num movimento contra-hegemônico em um período em que o keynesianismo exercia a hegemonia nos países capitalistas. Segundo Castelo, “foram anos no ostracismo intelectual, pacientemente maturando ideias e projetos políticos de fortalecimento de um capitalismo livre de constrangimentos da democratização da política, resultado da ação da classe trabalhadora em todo o mundo” (2011, p. 224).

Na década de 1970, a emergência da crise capitalista e a derrocada do socialismo real permitiram a retomada da ideologia neoliberal e sua aplicação, inicialmente no Chile, Inglaterra e Estados Unidos, combinando hegemonia e ditadura, consenso e coerção, configurando-se em uma estratégia de supremacia, conforme a concepção gramsciana (CASTELO, 2011).

Nas palavras de Netto (1993, p. 77), a essência do neoliberalismo combina “o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável” e “o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”.

A aplicação do receituário neoliberal mostrou que não seria possível o resgate do “Estado guarda-noturno”, apontando para alternativas de um mesmo programa como é o caso do social-liberalismo¹.

“Diante do transformismo e cooptação das forças progressistas, o neoliberalismo passou a atuar como um centrismo conservador, ditando os mesmos objetivos às suas alas da esquerda e da direita, embora cada uma delas tenha métodos ligeiramente diferenciados de dirigir o projeto neoliberal” (CASTELO, 2011, p. 273).

Nessa conjuntura, a contrarreforma do Estado operada nos países combinou desregulamentação e liberalização financeira com a redução do Estado social a um patamar de garantia do controle da pobreza a níveis toleráveis ao capital, e a garantia máxima dos direitos de propriedade, configurando-se no Estado mínimo para o social e máximo para o capital ou, como nos dizeres de Fontes (2010), um Estado *pitbul*².

No Brasil, esse processo se inicia na virada da década de 1980 para a década de 1990, período de transição da ditadura para um novo arranjo democrático-burguês e marcado pela ascensão das lutas e movimentos populares. Apesar dessa conjuntura, a hegemonia burguesa garantiu a vitória do *outsider* Collor de Melo, cuja passagem pelo governo, ainda que curta e desastrosa, deu início às chamadas reformas estruturais (BEHRING, 2003).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso houve a continuidade, consolidação e aprofundamento do processo de contrarreforma, incluindo mudanças constitucionais que reverteram direitos conquistados na Constituição de 1988 e viabilizaram a implantação da denominada “reforma administrativa”, dentre outras.

Partindo do pressuposto de que a crise dos anos 1970 teve como causa fundamental a crise do Estado – do Estado de bem-estar social dos países desenvolvidos, do Estado desenvolvimentista e protecionista dos países em desenvolvimento e do estatismo dos países comunistas, Bresser Pereira (1997) identificou três dimensões da crise – a crise fiscal do Estado, a crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social e a crise da forma burocrática de administrar o Estado.

Para o autor, a resposta à crise se deu de forma distinta para a “esquerda tradicional, arcaica e populista”, para o setor de “centro-direita pragmática”, de “centro-esquerda pragmática” ou “social-democrática” ou “social-liberal” e para a “direita neoliberal”.

Entretanto, a análise das teses do social-liberalismo a partir da formulação de seus intelectuais orgânicos desenvolvida por Castelo (2011) nos mostra que não se tratam de dois projetos distintos – o neoliberal e o social-liberal –, mas de um mesmo programa implementado por forças políticas distintas em termos de bases sociais e históricas que, em tempos de supremacia neoliberal, se articularam em um bloco histórico.

Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, foi responsável pela implementação de mecanismos em sintonia com os elementos centrais do

ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais. A liberalização comercial e financeira, os subsequentes superávits primários, a partir de uma redução dos gastos, sobretudo com políticas sociais, a manutenção de altas taxas de juros, a privatização de instituições estatais – produtivas e bancárias – e a flexibilização de direitos trabalhistas.³

Segundo Castelo (2011), o impacto gerado pela aplicação do receituário neoliberal explicaria a inflexão ideológica do neoliberalismo que gerou as proposições do social-liberalismo. Na década de 1990, marcada por crises conjunturais, houve deterioração das condições da classe trabalhadora, crises financeiras e acirramento das lutas de classes em diferentes cantos no centro e na periferia, que demandaram uma resposta do capital.

O social-liberalismo é, portanto, teorizado como uma unidade eclética dos postulados neoliberais com a consciência crítica acrítica da social-democracia contemporânea, que entrou irremediavelmente em mais uma etapa do seu antigo processo de decadência ideológica. A resultante é a gestação de um novo ‘conservadorismo reformista temperado’ (CASTELO, 2011, p. 274).

Para Bresser Pereira, o Estado social-liberal possui três áreas de atuação, a saber: atividades exclusivas do Estado – incluindo o núcleo estratégico, os serviços sociais e científicos do Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, previstas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Bresser Pereira, 1997; BRASIL, 1995). Tais áreas diferem entre si pelos **tipos de propriedade⁴, formas de administração⁵, formas de controle⁶ e a gestão do trabalho no serviço público⁷.**

Para o então ministro de Estado, as atividades não exclusivas do Estado, tais como educação, saúde, previdência, meio ambiente, ciência e tecnologia e arte e cultura, seja pelo argumento econômico, seja pelo argumento ético, devem ser subsidiadas pelo Estado, mas não necessariamente desenvolvidas pelo poder público, ou ainda, por instituições públicas

estatais. Como consequência, propôs a criação de Organizações Sociais – OS, um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades “publicizáveis” mediante qualificação específica. Segundo a proposta, trata-se de uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. (BRASIL, 1997, p. 13)

De forma resumida, os elementos da proposição de contrarreforma administrativa seriam a flexibilização dos direitos dos trabalhadores do serviço público; a transferência da execução das políticas sociais para instituições de direito privado, incluindo a transferência de patrimônio público; a possibilidade de captação de recursos por parte das instituições a partir da mercantilização dos serviços públicos e da financeirização dos recursos públicos; e a relação público-privada a partir dos denominados contratos de gestão.

Houve, entretanto, durante os anos 1990 movimentos de resistência à contrarreforma, protagonizados por trabalhadores e suas organizações ligados ao Partido dos Trabalhadores e à Central Única dos Trabalhadores, que impediram um maior avanço de sua implementação (ASSIS, 2006).

Não obstante, essa também foi uma década em que esses instrumentos de luta da classe começaram a passar por processos de transformismo, que impactaram a luta dos trabalhadores (COELHO, 2005; MARCH, 2008).

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva: elementos de continuidade

A manutenção e, por vezes, o aprofundamento da implementação das políticas neoliberais por parte do governo do Partido dos Trabalhadores não pode ser considerada grande surpresa, posto que o processo de transformismo pelo qual o PT passou, levado a cabo por suas tendências hegemônicas, já vem sendo analisado por intelectuais e militantes de esquerda

Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, foi responsável pela implementação de mecanismos em sintonia com os elementos centrais do ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais.

(COELHO, 2005).

Algumas características dos governos Lula possibilitam sua adesão às políticas de ajuste estrutural características do neoliberalismo. A adesão ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional a partir das altas taxas de juros básicos da economia, de liberalização do fluxo de capitais e de continuidade da privatização, com destaque para o marco inaugural do governo que foi a reforma da previdência; por último, mas não menos importante, a política social baseada nas políticas compensatórias de renda⁸. Nesse mesmo sentido, inserem-se as parcerias público-privadas e as novas formas de privatização dos serviços públicos – FEDP e EBSEH (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007; CARCANHOLO, 2010; FILGUEIRAS et al., 2010; GONÇALVES, 2010).

A polêmica sobre a chegada de sua versão social-liberal ao Brasil, se já por ocasião dos governos de Fernando Henrique Cardoso, se torna menos importante diante da “força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia neoliberal” (CASTELO, 2011, p. 332).

Conforme apontado anteriormente, o capital operou uma mudança em seu projeto como forma de manter sua supremacia, incorporando setores outrora socialistas e comunistas, em um amplo processo de transformismo, cujos casos mais emblemáticos, segundo Castelo (2011), seriam o Novo Trabalhismo inglês, o Partido dos Trabalhadores no Brasil e o Congresso Nacional Africano.

Segundo Coutinho (2007), o conceito de transformismo elaborado por Gramsci, intrinsecamente relacionado ao conceito de revolução passiva, aplica-se ao período mais recente de nossa história, de contrarreforma, em que não há ganhos ou concessões para as classes subalternas, predominando o momento da restauração, e vitórias da economia política do capital sobre a economia política do trabalho, a partir da destruição dos direitos conquistados pelos trabalhadores.

“Não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países euro-

peus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país de periferia capitalista” (COUTINHO, 2007, p. 6).

Em termos de política econômica, desde a campanha eleitoral para 2002 houve o compromisso explícito de manutenção da política econômica e com os acordos e contratos firmados, expressa na “*Carta aos Brasileiros*”, que melhor seria se intitulada “Carta ao capital”.

Sob o argumento thatcheriano do “TINA” – “There is no alternative” – manteve-se o essencial da política econômica – ajuste fiscal duro com o objetivo de manutenção e, por vezes, o aumento dos superávits; política monetária contracionista atrelada às metas inflacionárias; política cambial comandada pelo próprio mercado; e livre movimentação de capitais.

Apremiados vários autores que analisam de forma crítica os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva é que houve mudanças conjunturais e não estruturais, tanto se compararmos o primeiro mandato de Lula com os dois de Fernando Henrique Cardoso quanto se compararmos o segundo mandato de Lula com o período anterior. As mudanças em vários indicadores econômicos que orientam as análises otimistas e promissoras concentram-se nos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural, resultantes de elementos conjunturais positivos da economia internacional e de nossa realidade e da forma retrógrada e subordinada de inserção internacional do país, com destaque para o processo de reprimarização da economia, sobretudo das exportações, de desindustrialização e de liberalização comercial e financeira (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007; PAULANI, 2008; CARCANHOLO, 2010; FILGUEIRAS et al., 2010; GONÇALVES, 2010).

Em sua análise do período entre 2002 e 2006, quando a situação econômica internacional esteve favorável, gerando impactos positivos para as economias internas dos países, dentre os quais o Brasil, o pressuposto de Filgueiras e Gonçalves era o de que “durante o governo Lula a melhora foi determinada exogenamente; em termos comparativos, não se alterou a vulnerabilidade externa do país” (2007, p. 34).

Diversos indicadores analisados pelos autores⁹ de forma comparada não mostram tendência de evolução favorável durante o primeiro governo Lula.

Segundo os autores, “quando se descontam os efeitos da conjuntura internacional extraordinariamente favorável, chega-se à conclusão que a vulnerabilidade externa da economia brasileira no período 2003-2006 não é menor do que no período 1995-2002” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.49).

Os dois mandatos de Lula foram marcados por uma inserção do Brasil na economia mundial que manteve e aprofundou as formas pretéritas de adaptação passiva e regressiva do país à economia mundial e, em particular, ao comércio mundial. As evidências empíricas apontam para uma reprimarização da economia, principalmente das exportações, e uma desindustrialização da economia brasileira.

Os crescentes superávits na balança comercial resultaram principalmente da conjuntura internacional no referido período quando houve crescente aumento da demanda por matérias-primas e produtos agrícolas, os denominados *commodities*, setor onde o Brasil tem apresentado produtividade e competitividade e do forte crescimento de algumas economias, como, por exemplo, a chinesa e da relação produtiva e comercial que estabelecemos em nível internacional.

Outro dado importante refere-se à conjuntura nacional, em que o baixo crescimento econômico, decorrente da manutenção das altas taxas de lucros e dos superávits primários, gera um baixo dinamismo do mercado interno, empurrando o setor produtivo para a saída exportadora. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007; CARCANHOLO, 2010; FILGUEIRAS et al., 2010; GONÇALVES, 2010; GONÇALVES, 2011)

Os dados referentes às exportações indicam não só a crescente participação dos produtos primários, dentre os quais combustíveis e minérios, mas também a queda da exportação de manufaturados e semimanufaturados.

Também os dados sobre os produtos exportados segundo sua intensidade tecnológica apontam para o padrão regressivo da inserção do país e o aprofundamento desse padrão entre 2003 e 2006 com queda em particular dos produtos que incorporam Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, por exemplo.

Essa especialização retrógrada das exportações brasileiras decorre, em grande medida, do retrocesso do setor industrial do país, resultado dos processos de abertura comercial deflagrados e do câmbio sobrevalorizado, características da adesão às premissas neoliberais.

A qualidade da pauta de exportações possui baixa capacidade de articulação produtiva com outras atividades internas.

“Há perda de dinamismo da indústria de transformação, com a especialização em setores intensivos em recursos naturais e desarticulação de cadeias produtivas” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 94).

Aliado ao processo de especialização retrógrada de nossa economia no âmbito das exportações houve um retrocesso do setor industrial do país, denominado por muitos de desindustrialização, que não foi resultado da destruição da indústria, mas da redução de sua

participação relativa no conjunto do PIB, que já vinha ocorrendo desde a década de 1990 e se acentua no governo Lula. Quando comparado aos demais países emergentes, o país apresentou um atraso nesse setor da economia, com desestruturação e perda de segmentos e cadeias produtivas mais especializadas e centralização em setores intensivos de recursos naturais.

As evidências empíricas apontam para uma reprimarização da economia, principalmente das exportações, e uma desindustrialização da economia brasileira.

Das Fundações Estatais de Direito Privado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – um projeto do capital para a saúde e educação

Já no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, particularmente no que se refere à reforma administrativa do Estado, à não reversão de instrumentos inaugurados pela gestão anterior, soma-se uma agenda para a gestão pública que reproduz elementos da agenda do governo anterior, com destaque para as proposições que impactam as políticas sociais, como saúde e educação – Fundações Estatais de Direito Privado e mais recentemente a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH (MARCH, 2011a; TEIXEIRA, 2010)

Em 2007, já no segundo governo Lula, foi apresentado ao Congresso Nacional pelo poder executivo um Projeto de Lei (PL92/2007) que criava as

Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP.

Uma análise da proposição permite identificar que o **tipo de propriedade**, a **forma de administração**, a **forma de controle** e a **gestão do trabalho no serviço público** reproduzem a mesma lógica da área de atuação denominada de **serviços sociais e científicos do Estado** previstas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado a ser desempenhada na época pelas organizações sociais e, no governo Lula, pelas fundações estatais de direito privado (MARCH, 2011a; MARCH, 2011b).

Cabe ressaltar que a proposição de fundações tem no setor saúde a maior mobilização, sendo que a maior parte das leis estaduais aprovadas refere-se à área da saúde. Segundo Santos (2009), a reintrodução do debate sobre as instituições de direito privado no serviço público, iniciada com a edição do Decreto-Lei 200 de 1967 e retomada com a reforma administrativa de Bresser Pereira¹⁰, se dá a partir da crise dos hospitais públicos federais do Rio de Janeiro e a necessidade de encontrar soluções para a área da saúde.

Se por ocasião de nossa primeira abordagem do tema (March, 2009) já havia a informação da aprovação de leis estaduais criando as Fundações Estatais de Direito Privado em cinco estados – Acre, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe –, a situação hoje é de avanço da implementação das fundações nos estados e de iniciativas similares em municípios desses estados e de outros estados da União.

Não hesitaremos em caracterizar sua essência privatista, pois como ressalta Leher:

genericamente, o termo privatização designa as iniciativas que ampliam o papel do mercado em áreas anteriormente consideradas privativas do Estado. Isto inclui não apenas a venda de bens e serviços de propriedade ou de prerrogativa exclusiva do Estado, mas, também, a liberalização de serviços até então de responsabilidade do Estado como a educação, saúde e meio ambiente, pela desregulamentação e estabelecimento de contratos de gestão de serviços públicos por provedores privados (2003, p. 8).

Sobre a empresa brasileira de serviços hospitalares e a autonomia universitária

Em 31 de dezembro de 2011, no apagar das luzes, o governo Lula envia para o Congresso Nacional a

Medida Provisória 520, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Sociedade Anônima – EBSEH S.A.

Resgatando o movimento inaugurado em 2007, quando o governo propôs a criação das Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP –, o Ministério da Educação apresenta a proposta de criação de uma empresa de direito privado para gerir os Hospitais Universitários Federais.

Consideramos que a proposta reapresenta a proposição anterior adicionada de alguns elementos que só aprofundam e explicitam a essência privatista, a saber, sua caracterização como sociedade anônima e a possibilidade de patrocinar entidade fechada de previdência privada.

Trata-se de reeditar uma formulação que tem como princípios os mesmos já identificados nas Fundações Estatais de Direito Privado e nas Organizações Sociais, ou seja, transferência de patrimônio público, flexibilização dos direitos dos trabalhadores do serviço público, estabelecimento de financiamento das políticas sociais mediante a celebração de contratos de gestão, possibilidade de captar recursos com a venda de serviços e consequente mercantilização das políticas e direitos sociais, dentre outros.

Passado o período máximo para tramitação e aprovação no Congresso Nacional, a Medida foi derrubada por obstrução de votação no Senado em junho de 2011, movimento da bancada de oposição ao governo federal.

Como já era previsto, em julho o governo reapresenta proposta ao Congresso Nacional agora sob a forma de Projeto de Lei, ainda que em regime de urgência. Poucas mudanças foram inseridas, dentre as quais a menção muito genérica à autonomia universitária e a mais significativa, a saber, a autorização para a EBSEH receber diretamente o ressarcimento de serviços prestados aos usuários do SUS portadores de planos de saúde, prevista na legislação para ocorrer por o Sistema Único de Saúde, segundo a Lei¹¹ 9656 de 3 de junho de 1998.

Outras mudanças foram inseridas pelo relator da proposta na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, deputado Danilo Forte. Sob o argumento de afastar qualquer possibilidade de privatização, foi retirada a denominação de sociedade anônima. Con-

sideramos, entretanto, que os demais elementos da proposta mantêm o caráter privatista e de criação de espaços para valorização do capital, pois permanece a possibilidade de obtenção de recursos outros¹², que não os orçamentários oriundos dos contratos de gestão, e a menção clara à possibilidade de obtenção de “lucros líquidos”, prevista em novo parágrafo inserido pelo relator.

Na área educacional, a criação de condições legais para o livre fornecimento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, por meio de fundações privadas, contratos, convênios com o setor empresarial, é tão ou mais importante do que a venda da participação estatal de um determinado setor. Com efeito, nessas instituições, outros métodos de privatização são experimentados (LEHER, 2003, p. 8).

De forma resumida, a possibilidade de captação de recursos outros para execução de suas finalidades – ensino, pesquisa e assistência –, dentre os quais destacamos o ressarcimento pela saúde suplementar do atendimento prestado aos usuários do SUS que têm plano de saúde¹³, aliada ao expresso objetivo de “obtenção de lucros líquidos”, se aprovado o projeto de lei, legalizam, reafirmam e aprofundam a privatização já em curso no serviço público e, em particular, nas instituições federais de ensino a partir das fundações privadas ditas de apoio.

Também não parece significativa a introdução, feita pelo relator, de um parágrafo que concede aos estados, mediante aprovação do projeto de lei, a prerrogativa de criar empresas públicas de serviços hospitalares, viabilizando assim o conteúdo do PL 97 de 2007, não aprovado em grande parte pela resistência e pressão dos movimentos populares.

E a autonomia?

A refuncionalização do Estado em curso na atual fase do capitalismo implica um rearranjo nas relações público-privadas que incide diretamente sobre a autonomia universitária das instituições públicas tal como foi pensada no pensamento moderno, cujo objetivo era obter independência da igreja, dos governos e dos imperativos do mercado.

Desde então, a autonomia universitária tem sido

defendida como autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Essas premissas têm como objetivo garantir a plena liberdade para que trabalhadores docentes e técnico-administrativos e estudantes possam exercer sem constrangimentos suas funções sociais – o ensino, a pesquisa e a extensão – e a gestão universitária, desde que garantidas as condições para tal, incluindo o financiamento público (LEHER, 2003; ANDES-SN, 2003).

Se em um determinado momento da história a centralidade era lutar contra a tutela da igreja e do Estado, nas últimas décadas, com a retomada das premissas liberais, em particular do enxugamento do Estado e da ampliação de sua subordinação aos ditames do capital e de sua valorização, torna-se central analisar as relações entre o mercado e a universidade.

As políticas de ajuste estrutural prescritas pelos organismos internacionais sob a forma de condicionalidades incluem um conjunto de reformas, dentre as quais a educacional. Uma ferramenta central para a contrarreforma do ensino superior refere-se à autonomia universitária, não como da forma aqui resgatada anteriormente, mas a autonomia perante o Estado, ou melhor, perante o financiamento público, livre para captar no mercado a diversificação de recursos. Em análise dos documentos do Banco Mundial, Leher (2003) identifica os princípios norteadores da política educacional dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e destaca que “à autonomia constitucional, o governo brasileiro ante-pôs a autonomia neoliberal”. Como uma forma de caracterizar a postura do governo federal em relação às instituições de ensino superior e à autonomia, vale recuperar a expressão de Fontes (2010) – *Estado pitbull* – um Estado cujas “gorduras”, leia-se o financiamento público para o ensino, pesquisa e a extensão, devem ser eliminadas e que deve se tornar *musculoso e sarado* para defender o capital. Essa foi a marca dos anos FHC. Em relação ao financiamento público do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades, tratou de enxugar e redirecionar para os fins de uma economia de mercado de inserção subordinada e especialização retrógrada, tal como a economia brasileira se tornou nas duas últimas décadas. Na impossibilidade de implantar a contrarreforma administrativa de Bresser Pereira na sua

integralidade, ampliou os mecanismos de flexibilização da gestão com o objetivo de viabilizar a captação de recursos privados e públicos e a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, tendo como instrumento central as fundações privadas ditas de apoio e as políticas de ciência e tecnologia. Por outro lado, quando houve a necessidade de defender os interesses do capital, o fez através de instrumentos que afrontam a autonomia universitária, como, por exemplo, a Lei 9.192 de 1995 que regulamentou a escolha de dirigentes das IFES, a Lei 9.131 de 1995 que criou o Exame Nacional de Cursos, a Lei 9.394 de 1996 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o Decreto 2308/97 que regulamenta os Centros Universitários e os Cursos Normais Superiores, dentre outros.

O governo Lula, por sua vez, não só não alterou os mecanismos implementados pelos governos anteriores, como os aprofundou, ampliando a heteronomia. A principal ferramenta nesse sentido tem sido o REUNI, que estabeleceu os contratos de gestão conforme proposição de Bresser Pereira.

“Os recursos para a reestruturação somente são liberados após o MEC aprovar o plano de metas da instituição que adere ao seu edital, e a continuidade dos repasses depende do cumprimento das referidas metas” (LEHER, 2010, p. 396).

O subfinanciamento crônico das duas últimas décadas, associado aos instrumentos heteronômicos na área de pesquisa e de pós-graduação das universidades públicas, via organismos de avaliação e fomento externos e, mais recentemente, o REUNI resultam em um enorme impacto no ethos acadêmico.

Consolidam a lógica heteronômica que subordina o ensino e a pesquisa públicos universitários a uma ampliação precarizada e aligeirada, funcionalmente integrados à política econômica marcada pela especialização retrógrada, pela reprimarização das exportações e pela desindustrialização.

Sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a existência por si só de uma instituição de direito privado externa à universidade e centralizada pelo Ministério da Educação, que possibilitará o estabelecimento de convênios, contratos e outras relações mercantis com entidades privadas para execução de sua competência, ou seja, “apoio” às fina-

lidades universitárias – ensino pesquisa e extensão – já impede que a autonomia universitária seja exercida na forma como pensada na modernidade.

Trata-se de uma dupla interferência na universidade – Estado e mercado – submetendo à lógica mercantilista o ethos acadêmico, consolidando a lógica heteronômica e privada já introduzida pelas fundações ditas de apoio.

NOTAS

1. Para uma análise do social-liberalismo e de seus intelectuais orgânicos, sugerimos Castelo (2011).
2. “Quanto ao Estado, é verdade que o chamado período neoliberal envolveu profundas modificações. Porém, contrariamente ao apregoado, não para reduzi-lo, e sim para ‘enxugar suas gorduras’ (leia-se, eliminar direitos sociais) e remusculá-lo, torná-lo sarado e enxuto, em ‘Estado **pitbull**’, com o fito de defender o capital frente a eventuais ameaças da população. Tratou-se, portanto, de fortalecer o Estado para sustentar o capital, reduzindo todas as adiposidades que representavam as conquistas populares” (FONTES, 2010, p. 17).
3. Como exemplos, podemos citar a Desvinculação de Receitas da União; a Lei de Responsabilidade Fiscal; Reforma da Previdência; Contratos Temporários; Banco de Horas; Jornada Parcial; Comissões de Conciliação Prévia e Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista (MARCOSIN, 2009).
4. Os serviços sociais e científicos serão geridos por organizações sociais, instituições de direito privado, mediante processo de “publicização”.
5. A relação entre o poder público e as OS se dará via “contratos de gestão”, com o repasse do financiamento vinculado à obtenção de indicadores, sobretudo quantitativos, definidos externamente com forte impacto para os trabalhadores contratados e cedidos para as OS.
6. “No centro do ‘controle’ estão os instrumentos de gestão típicos dos negócios da iniciativa privada” (GRANEMANN, 2008, p. 39)
7. Os trabalhadores serão regidos pela CLT.
8. “Não por acaso, o criador e maior defensor da ideia da renda mínima é justamente Milton Friedman” (PAULANI, 2008, p. 71).
9. Os dados analisados pelos autores permitem analisar a economia em suas dimensões produtiva – variação percentual do PIB, de investimentos na economia e de investimento externo direto -, comercial - variação percentual do comércio mundial de bens e dos preços internacionais - e monetário-financeira – déficit na conta corrente de pagamentos expresso e percentual do PIB, reservas internacionais, dentre outros.
10. Não por acaso a autora não menciona a reforma administrativa de Bresser Pereira, que, ainda que seja parte desse processo, não figura entre as argumentações dos defensores da proposta de FEDP.
11. § 3º É assegurado à EBSEH o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde, na forma

estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

12. O artigo 8º do substitutivo aprovado na Câmara prevê como recursos da EBSEH receitas decorrentes “a) da prestação de serviços compreendidos em seu objeto; b) da alienação de bens e direitos; c) das aplicações financeiras que realizar; [...] e) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais; [...] parágrafo único. O lucro líquido da EBSEH será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência”.

13. O ressarcimento, previsto em lei, agora diretamente à instituição prestadora da assistência ao usuário, viabilizará, sob o argumento de captação de recursos para a melhoria do atendimento geral, a tão conhecida “dupla porta de entrada”, onde usuários do SUS que têm planos de saúde acabam por ter acesso diferenciado ao conjunto de procedimentos disponíveis na unidade hospitalar.

REFERÊNCIAS

ANDES SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (Brasília). **Cadernos ANDES 2: Proposta do ANDES Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira**. 3. ed. atualizada e revisada, DF, 2003.

ASSIS, S. S. **O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2006. 242 p.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. 304 p.

BRASIL. Presidência da república. Câmara da reforma do estado. **Plano diretor do aparelho da reforma do Estado**. Brasília: MARE, 1995. 68 p.

BRASIL. MARE. Secretaria da reforma do estado. **Organizações sociais**. Brasília: MARE, 1997. 74 p. (Cadernos MARE da Reforma do Estado; v. 2)

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 1.)

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico: 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Garamont, 2010. 423 p.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: a ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudanças dos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

COUTINHO, C. N. **A época neoliberal**. 2007. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=790>. Acesso em: 31 jul. 2008.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico: 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Garamont, 2010. 423 p.

GONÇALVES, R. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010). In **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico: 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Garamont, 2010. 423 p.

FONTES, V. **Novas encruzilhadas e velhos fantasmas**. Prefácio. In: CASTELO, RODRIGO (org.) **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. 211 p.

GRANEMANN, S. **Fundações Estatais: Projeto de Estado do Capital**. In: BRAVO, MARIA INÊS SOUZA et al (org.) **Modelos de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: Rede Sirius – ADUFRJ SSind, 2008, 48 p.

LEHER, R. **Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas**. **Revista da ADUEL**: set. 2003, p.7-20.

_____. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico: 2003 – 2010. Rio de Janeiro: Garamont, 2010. 423 p.

MARCH, C. **A contra-reforma e a retomada da proposição de privatização das políticas públicas de saúde: notas sobre transformismo, o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula**. Rio de Janeiro, 2008. Trabalho apresentado à disciplina Teoria Política I, no primeiro semestre de 2008, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ.

_____. **A contra-reforma do Estado e o trabalho nos serviços públicos: uma análise da realidade brasileira**. In: XI Congresso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva; 2009; Bogotá; Colombia. Disponível em: <<http://www.alames.org.br/EJE02-72.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2010.

_____. A contra-reforma do Estado Brasileiro e seus efeitos no trabalho em saúde nos serviços públicos. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n.1, p. 175-186, 2011a.

_____. **Fundações de Direito Privado e Organizações Sociais: o controle social do SUS em debate**. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia; 2011; Recife; Brasil Disponível em: <http://www.sistemasmartcom.br/alias/arquivos/alias_GT13_Claudia_March.pdf>. Acesso em 24 out. 2011b.

MARCOSIN, C. **Cerco aos direitos trabalhistas e crise no movimento sindical no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, L. (org.) **Fundações Estatais: estudos e parecer**. Campinas: Saberes Editora, 2009. 387 p.

TEIXEIRA, M. J.O. **A política nacional de saúde na contemporaneidade: as fundações estatais de direito privado como estratégia de direcionamento do fundo público**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2010. 301 p. **US**



Reestruturação dos CAp e outras medidas governamentais¹

Daniela Motta de Oliveira

Professora do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

E-mail: danimotta@acessa.com

Resumo: Vinculados às universidades públicas federais, os Colégios de Aplicação (CAp) foram criados inicialmente como campo de estágio curricular para os cursos de licenciatura. Com o tempo, houve um alargamento dessa vocação, tornado as escolas referência para as redes públicas municipais e estaduais nas regiões onde se situam enquanto espaço de pesquisa, ensino e extensão, e enquanto espaço de formação inicial e continuada de professores. Embora esse papel tenha se consolidado no âmbito da autonomia das universidades, os colégios permanecem à margem das políticas para a educação superior e os professores se mantêm numa carreira também diferenciada. A proposta de regulamentação dos CAp, apresentada pelo MEC, não apenas fere a autonomia das universidades, como desconhece o papel social e a contribuição dessas instituições para uma educação pública de qualidade. Paralelamente, a reconfiguração das escolas soluciona o “esquecimento” dos CAp no projeto de contrarreforma universitária. Neste texto, defendemos que os CAp devem ser regulamentados no âmbito da sua IFES e permanecerem na Secretaria de Educação Superior (SESU), concluindo que os professores devem ter a mesma carreira que os do magistério superior, conforme aprovamos nas instâncias do ANDES-SN.

Palavras-chave: Colégios de Aplicação. Autonomia universitária. Reestruturação dos colégios.

1. A construção da identidade dos Colégios de Aplicação e sua inserção em cada universidade

O Decreto 9.053/1946 criou, no âmbito das universidades federais, os chamados Ginásios de Aplicação, como parte integrante das faculdades de filosofia, *locus* inicial da formação dos professores. De modo geral, foram criados como campo de estágio curricular para os cursos de licenciatura, ampliando o escopo de atuação ao longo dos anos, na medida em que essas escolas foram conquistando espaço político e acadêmico nas suas instituições, tornando-se referência para as redes públicas municipais e estaduais nas regiões onde se localizam.

Os Colégios de Aplicação (CAp), vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), se integraram à vida universitária, constituindo-se enquanto espaço de modificação e renovação da prática pedagógica, assumindo sua responsabilidade com o tripé ensino, pesquisa e extensão, sustentáculos do compromisso ético-político e social das universidades. Assim, os colégios aprofundaram e consolidaram seu compromisso com a formação inicial e continuada de professores, papel que extrapola a sua vinculação inicial como campo de estágio (OLIVEIRA, 2011). Para o Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Básicas vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP), a formação docente tornou-se, para os CAp, “finalidade indelével que marca a sua identidade” (CONDICAP, 2011a, p.2).

Saviani (2009) destacou, em texto recente, que a formação de professores tem como um de seus dilemas mais relevantes o modelo de formação docente habitualmente adotado: o domínio dos conteúdos específicos é, em geral, atribuído aos institutos ou faculdades específicas e o preparo pedagógico-didático fica a cargo das faculdades de educação, dissociando forma e conteúdo, teoria e prática, não obstante acreditarmos que esses aspectos são indissociáveis da formação do futuro professor. Essa dissociação, em nossa percepção, no âmbito das IFES, pode ser claramente resolvida quando o projeto político-pedagógico das faculdades se coaduna com o dos CAp. (OLIVEIRA, 2011)

Compreendemos, dessa forma, que há um duplo

papel dos colégios na formação de docente: enquanto campo de estágio curricular para as licenciaturas e na formação continuada de professores, através da oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização *lato sensu*, seminários. É dessa forma que assinalamos a nossa contribuição para a superação desses dilemas a que nos referimos. Além dessas ações diretas, podemos destacar, também, a participação dos professores dos CAp, de forma geral, na pós-graduação *stricto e lato sensu* oferecidas pelas faculdades de educação ou outros institutos de suas universidades.

A articulação entre os CAp e as universidades permitiram também o seu fortalecimento político interno, pois, malgrado as especificidades de cada instituição, várias escolas se tornaram unidades acadêmicas, ocupando espaços institucionais importantes no âmbito das suas IFES, fortalecendo e investindo na formação do seu quadro.

Entretanto, quando falamos em Colégios de Aplicação, reconhecemos que há diferenças entre as escolas, tanto do ponto de vista do nível de ensino que ministram quanto do ponto de vista da sua organização e autonomia em cada IFES. Assim, temos CAp com direção autônoma, com status de unidade acadêmica, outros vinculados diretamente às faculdades de educação, entre outras formas. Também há escolas que oferecem educação básica, outros somente ensino fundamental ou médio e até mesmo aqueles que se destinam à educação infantil. Estas particularidades, que à primeira vista sugerem uma diversidade grande no que se refere a uma clara definição do conceito de Colégio de Aplicação, são, na verdade, resultantes dos processos históricos e autônomos de cada IFES.

Sendo assim, podemos estabelecer um traço comum entre todos, permitindo uma compreensão alargada dessas instituições e seu papel, hoje, nas universidades: são instituições educacionais que atuam nos níveis de ensino básico, de graduação e de pós-graduação e com a formação inicial e continuada de professores. Têm, portanto, perfil compatível com o tripé ensino, pesquisa e extensão que caracteriza a universidade.

O CONDICAP reconhece, hoje, dezesseis IFES que têm, em seu quadro, unidades de educação básica claramente definidas como Colégios de Aplicação:

Figura 1. Colégios de Aplicação, segundo o CONDICAP:

IFES	UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA VINCULADAS AO CONDICAP
UFPA	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFRN	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
UFPE	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFJF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII
UFV	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFU	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ESEBA
UFRJ	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFRGS	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFSC	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFSC	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - NDI
UFG	CEPAE
UFMG	CENTRO PEDAGÓGICO - CP
UFMA	COLÉGIO UNIVERSITÁRIO - COLUN
UFRR	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFF	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
UFAC	COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Fonte: CONDICAP, 2011a.

Essas considerações reforçam nossa afirmação inicial, ou seja, ao longo de sua história, os CAP se consolidaram e se constituíram no âmbito de suas universidades, tendo como respaldo a autonomia universitária, nos termos da Constituição Federal de 1988. Sob o argumento de que não havia legislação que amparasse o funcionamento dos Colégios, o Ministério da Educação (MEC), em março de 2011, propôs uma minuta de reestruturação dessas escolas, num claro desrespeito não apenas a essas instituições e aos seus propósitos, como também à autonomia das universidades.

2. Colégios de Aplicação: aspectos legais

O MEC utilizou-se, basicamente, de dois argumentos para propor a regulamentação dos CAP: o primeiro, de que não haveria amparo legal que assegurasse o funcionamento dos colégios nas universidades; o segundo, que algumas escolas não estariam cumprindo a sua finalidade de formação de professores, além de algumas terem, em seus quadros, professores das redes estadual e/ou municipal de ensino.

Para responder ao primeiro argumento, podemos destacar alguns marcos legais importantes, em que pese a autonomia universitária e a sua autoaplicabilidade, garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Ressaltamos que, nestes documentos, a responsabilidade sobre os colégios situa-se nos marcos da instituição federal de ensino à qual estão vinculados, o que nos permite inferir que, mesmo em documentos anteriores à Constituição, o funcionamento, fiscalização e avaliação dessas escolas se inicia e se encerra no âmbito dos estatutos das universidades. Senão vejamos:

Os colégios foram criados pelo Decreto 9053, de 22 de março de 1946. Neste decreto, estabeleceu-se a finalidade das escolas, bem como a sua localização nas faculdades de filosofia, responsabilizando-se pela sua fiscalização o diretor da faculdade. A vocação para a formação inicial de professores também ficou definida neste decreto, como se vê:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática. (BRASIL, 1946).

Em que pese a edição de legislação posterior, portanto, modificando e alterando os dispositivos desse Decreto de 1946, podemos sinalizar novos parâmetros normativos nos quais os CAP se enquadram.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96 – define quais seriam os entes que integram o sistema federal de ensino:

Art. 16: O sistema federal de ensino compreende:
I. As instituições de ensino mantidas pela União;
II. As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
III. Os órgãos federais de educação. (BRASIL, 1996)

Ora, se os CAP são unidades das universidades, o inciso I os inclui entre os integrantes do sistema federal de ensino. Essa compreensão foi corroborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2002, que, em parecer da Câmara de Educação Básica (CEB), reafirmou que os CAP das universidades federais são de nível e dependência administrativa federal. Além disso, reforçou a nossa compreensão

do relacionamento e dependência dos CAP à universidade à qual se vincula, reportando-se à autonomia universitária, constitucional e legalmente garantida (Constituição Federal, art. 207; Lei nº 9394/51, artigos 53 e 54 e normatizações) para apoiar os argumentos (BRASIL, 2002).

O parecer reforça, ainda, o papel dessas instituições na formação de professores:

Neste quadro e como orientação final, importa referir que a condição de autonomia universitária garantida constitucional e legalmente se aplica ao desenvolvimento das atividades dos Colégios de Aplicação que, embora sua ação seja diretamente voltada para a Educação Básica, tem como objetivo fundamental a formação dos professores em capacitação dos cursos próprios para a sua formação voltada para o Magistério e demais ações, específicas da educação. É na verdade, o campo experimental e de formação na prática do ensino e da educação (BRASIL, 2002, p. 2).

Finalmente, o mesmo parecer responsabiliza os colégios pela elaboração de sua proposta político-pedagógica, de acordo com os artigos 10 e 12 da LDB.

Esses documentos legais, como verificamos, invalidam a primeira observação do MEC para a regulamentação dos CAP, posto que há suficientes elementos, do ponto de vista dos marcos legais, para o funcionamento das escolas.

Por outro lado, resta-nos o argumento de que há escolas que não cumprem a sua função de formação de professores, e que, em alguns CAP, há docentes dos quadros municipal e estadual. A precarização dos Colégios de Aplicação, a não contratação de quadros em virtude de aposentadorias ou da sua expansão (tais como criação de novas disciplinas e aumento do número de anos de escolaridade por força de lei, aumento da demanda de estágios, oferecimento de cursos de formação continuada de professores, incluindo especialização *lato sensu*, entre outros) não podem ser creditados às instituições. Lembramos, ainda, que a contratação de docentes da carreira municipal ou estadual pode ser imputada ao próprio go-

verno federal exatamente pela dificuldade de as instituições recomporem seus quadros. Registra-se que a proposta de regulamentação do MEC, como veremos, abre espaço para que essa exceção se torne regra, permitindo que numa mesma instituição estejam presentes professores em regime de trabalho e em carreiras totalmente diferenciados.

Assim, a resposta do MEC para resolver a precarização do quadro dos CAP, até o momento, ou se expressa nessa possibilidade, amplamente rejeitada pelas escolas, ou na “pactuação de metas” de forma a viabilizar a composição do banco de professor equivalente para os CAP, como ocorre hoje no ensino superior.

3. A versão preliminar (minuta) de Portaria do MEC para os Colégios de Aplicação – março 2011

Em março de 2011, os reitores e o CONDICAP tomaram conhecimento da minuta de portaria que regulamenta os Colégios de Aplicação. As reações dos professores e das seções sindicais às propostas não foram pequenas, dado o entendimento que esse documento representa clara afronta à autonomia das universidades e dos próprios Colégios de Aplicação, sendo este o destaque geral ao projeto.

Dessa forma, a proposta de minuta desconsidera que os CAP das universidades federais, por sua natureza e origem, devem ter suas normas de funcionamento, avaliação, acesso e financiamento definidos no âmbito dos estatutos e regulamentação geral das universidades, conforme abordamos anteriormente. Além disso, ao vincular os colégios às “Unidades Acadêmicas das Universidades Federais”, conforme prevê o artigo 2º, desrespeita as instituições que, nos estatutos das IFES, tornaram-se unidades acadêmicas autônomas.

Paralelamente, o documento estabelece diretrizes e normas gerais com o objetivo de subordinar estas unidades a esferas externas, seja de âmbito federal, estadual e municipal, como se vê nos artigos 4º e 5º:

At. 4º. Os Colégios de Aplicação em funcionamento

Ao vincular os colégios às “Unidades Acadêmicas das Universidades Federais”, conforme prevê o artigo 2º, desrespeita as instituições que, nos estatutos das IFES, tornaram-se unidades acadêmicas autônomas.

no espaço físico das Universidades Federais, mantidos e/ou administrados, mesmo que mediante convênio, integram o respectivo Sistema de Ensino Municipal, Estadual e/ou Distrito Federal, devendo seu funcionamento ser orientado e autorizado pelo Conselho de Educação do respectivo sistema.

Art. 5º. Dada sua característica de integração dos Sistemas Municipais, Estaduais e/ou do Distrito Federal, **poderão por meio de convênios utilizar-se de recursos humanos e materiais oriundos dessas redes para seu pleno funcionamento** (BRASIL, 2011a).

Dessa forma, como observamos anteriormente, fica claro o objetivo, inclusive, de contratação de pessoal para garantir o funcionamento dos colégios, descomprometendo o governo federal com a recomposição dos quadros docentes das instituições. Além desses aspectos, a abertura de novos colégios nas universidades federais também fica subordinada aos conselhos de educação dos sistemas de ensino, bem como reforça a submissão dos existentes à autorização dos conselhos, mais uma vez ferindo claramente a autonomia das IFES:

Artigo 9º, parágrafo único. A criação de novos Colégios de Aplicação e/ou a ampliação de novas modalidades de ensino, nos já em funcionamento, está condicionada a:

- I – aprovação no Conselho Superior da Universidade;
- II – autorização do Conselho de Educação do respectivo sistema;
- III – aprovação pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2011a)

O documento estabelece, também, metas quantitativas incompatíveis com a natureza e concepção dos CAP, bem como estabelece uma Relação Aluno Professor (RAP) ainda maior que a existente nas redes públicas de ensino, inviabilizando a função institucional dos CAP:

Art. 8º. Deverão as Universidades Federais adotar as medidas necessárias para que os Colégios de Aplicação cumpram as metas a seguir, até o término do exercício de 2012:

- a) Participação de 100% dos estudantes nos sistemas

de avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação;

- b) obtenção de IDEB institucional igual ou superior a 50% acima da média nacional em todos os períodos;

- c) relação Aluno Professor – RAP de 20 para 1;

- d) oferta de 100% das vagas dos Colégios de Aplicação de forma aberta à sociedade (BRASIL, 2011a).

Não é irrelevante que o estabelecimento de uma RAP seja incompatível com a responsabilidade dos colégios com a formação dos professores e até mesmo com a proposta político-pedagógica das instituições. Inequivocamente, ao se estabelecer essa relação, aliado à meta estabelecida de obtenção de IDEB 50% acima da média nacional, o MEC trabalha com a ideia de expansão numérica e dados quantitativos, em detrimento do aspecto qualitativo da educação que é oferecida nos CAP. Fica explícito o desconhecimento de que a relação existente entre o número de alunos e a qualidade da educação básica são faces de uma mesma moeda. Na realidade, o grande número de alunos nas salas de aulas da rede pública é um dos fatores explicativos para as dificuldades em se superar os problemas da educação pública nacional (ADUFRJ/SSIND, 2011). Finalmente, destacamos que este artigo aponta para a precarização e intensificação do trabalho docente nos CAP, tornando os professores aulistas, negando a sua contribuição para a pesquisa e a extensão.

Relevante explicitar o caráter intimidatório e as retaliações aos que não cumprirem as metas definidas anteriormente, explícitas nos artigos 10 e 11:

Art. 10. Os Colégios de Aplicação que não cumprirem o disposto no art. 3º desta Portaria deixarão de contar com as ações de financiamento de recursos orçamentários, bem como terão seus quadros de pessoal redimensionados. ²

Art. 11. O não cumprimento das metas que trata o art.8º, desta Portaria, acarretará na redução proporcional dos recursos da Matriz de OCC e do quadro de pessoal (BRASIL, 2011a).

Ademais, esse artigo, segundo documento de análise da Portaria, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seção Sin-

dical (ADUFRJ/SSIND), pressupõe a existência de desvinculação administrativa e financeira dos CAP em relação à universidade (ADUFERJ/SSIND, 2011).

4. Ações/Reações à Minuta de Portaria: a Comissão MEC/ANDIFES/CONDICAP

À divulgação da minuta de portaria, em março de 2011, sucederam-se diferentes ações/reações no âmbito do CONDICAP e entre os Colégios de Aplicação, envolvendo também suas seções sindicais. Resguardados os diferentes “lugares” dos envolvidos, a tônica foi a mesma, ou seja, houve amplo e generalizado consenso sobre a afronta à autonomia universitária e dos próprios CAP, resultando posicionamentos tanto de rejeição (como foi o caso dos professores dos CAP de Belém, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Uberlândia, para citar alguns, além de manifestações no mesmo sentido das suas seções sindicais) quanto de busca de diálogo e discussão da minuta, como foi o caso do CONDICAP.

O MEC constituiu, em abril de 2011, uma comissão para a discussão da Versão Preliminar de Portaria, que envolvia a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o CONDICAP e o próprio MEC, formalizada através da Portaria 580, de 20 de maio de 2011.

Em documento entregue à Secretaria de Educação Superior (SESu), os diretores de Colégios de Aplicação manifestaram seu entendimento de que a versão preliminar e o estabelecimento da comissão representavam

momento de abertura política do diálogo por parte da SESu, pois esta iniciativa vem ao encontro de um anseio antigo do CONDICAP de que as demandas dos Colégios de Aplicação, elaboradas no interior das Universidades, sejam trabalhadas a partir das iniciativas dos Reitores/ Andifes junto a SESU. (CONDICAP, 2011a, p.1)

Apesar do tom conciliatório, os diretores apontaram os problemas que percebiam no documento, destacando a “fragilização” da autonomia, a perda de avanços históricos das instituições e a precarização do trabalho docente, além de reforçarem a existência de legislação que amparasse o funcionamento dos CAP.

Assim, apresentaram um conjunto de princípios que pudessem orientar a discussão para adequar a minuta de portaria aos anseios representados pelo CONDICAP. Registra-se que esse documento foi elaborado a partir das discussões que ocorreram internamente nos Colégios de Aplicação, discussões que também tiveram um caráter diferenciado em cada instituição, de acordo com o encaminhamento particular de cada dirigente. Assim, podemos afirmar que muitos CAP viram com estranhamento esse documento, dado que nem mesmo haviam tomado ciência do documento do MEC.

Além dos princípios acima referidos, o CONDICAP apresentou uma pauta de reivindicações contendo os seguintes pontos: (i) Contratação de professores substitutos, com a inclusão dos CAPs das IFEs no Decreto que regulamenta a existência do professor substituto no ensino superior e a regularização funcional dos docentes substitutos contratados em 2011; constituição das respectivas matrículas SIAPE e pagamento dos salários atrasados nos marcos da regularização contratual dos substitutos (na forma do edital) com a devida correção; (ii) Contratação de professor efetivo em regime de dedicação exclusiva e de servidores técnico-administrativos; (iii) A inclusão dos professores dos CAP nos programas de qualificação da CAPES; (iv) criação de uma Coordenação de Políticas e Programas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na estrutura da Secretaria de Educação Superior (SESu); (v) A regulamentação da progressão funcional docente; (vi) criação de Funções Gratificadas (FG) e Cargos de Direção (CD) nos CAP onde não houvesse e, finalmente, (vii) a criação de uma Matriz CONDICAP (CONDICAP, 2011a, p. 6-7).

É preciso registrar, ainda, o funcionamento precário de vários CAP em face da não contratação de substitutos. Embora constasse da pauta de reivindicações do CONDICAP, no dia 18 de maio foi publicado o Decreto nº 7.485, que tratava do banco de professor equivalente nas IFES, excluindo os Colégios de Aplicação. Da mesma forma, a Portaria Interministerial nº149, de 10 de junho, deixou de fora os colégios, impossibilitando a contratação de professores. Nota-se que, em duas audiências com o ANDES-SN, uma ocorrida em maio e outra em

junho, a questão da contratação de substitutos para os CAp foi abordada e o MEC informou tratar-se de questão urgente e imediata. A solução para o problema só ocorreria em 27 de julho, com a publicação da Portaria Interministerial nº 253, contemplando: I- Universidade Tecnológica do Paraná; II - Universidade Federal do Paraná – Campos Litoral; III- Colégios de Aplicação; IV- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; V- Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); VI- Instituto Benjamin Constant (IBC); VII- Colégio Pedro II; VIII- CEFET-MG; IX- CEFET-RIO.

Em sucessivas reuniões com a comissão constituída para a elaboração da minuta, o MEC apresentou uma proposta que foi intitulada de “RAP qualificada”, incluindo aspectos que, aos diretores dos Colégios de Aplicação, atenderia às suas expectativas, pois se baseava nos dados sobre os CAp entregues pelos dirigentes à SESu. De acordo com o CONDICAP (2011b), na terceira reunião da comissão, ocorrida no dia 13 de junho, a SESU surpreendeu os dirigentes com uma proposta de Simulador da Matriz para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)/CAp. Os representantes do CONDICAP fizeram questionamentos e sugeriram alterações nos dados que contemplavam, na matriz, os Estágios Curriculares Obrigatórios, além de incluírem “bônus” para determinados critérios a serem contemplados no cálculo da RAP, bem como o estabelecimento de RAP diferenciada considerando-se o nível de ensino (de 15X1 para Educação Infantil e Anos Iniciais e 18X1 para os Anos Finais e Ensino Médio). Ainda de acordo com o documento do CONDICAP, estas observações foram acatadas pela comissão, ficando ao encargo da representante do MEC repassar ao secretário geral da SESU para apreciação e definição do documento junto ao ministro, uma vez que isso significava a elaboração de um novo simulador. De acordo com o CONDICAP, finalmente, o conteúdo da minuta de portaria foi discutido e alterado com base nas reuniões anteriores e com base no documento da entidade, ficando em aberto somente a questão da RAP.

Assim, parece-nos acertado o posicionamento de rejeição à portaria que alguns colégios e conselhos superiores das IFES encaminharam, a partir do debate travado no âmbito das seções sindicais.

Em 15 de agosto de 2011, em nova reunião, MEC, ANDIFES, CONDICAP, com o novo simulador já elaborado e até mesmo divulgado em vários CAp, os diretores são informados pelo secretário da SESu, Luiz Claudio, que a proposta daquele simulador era inegociável junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o que representou, para os dirigentes, um grave recuo nas negociações. O secretário sinalizou ainda o aumento de matrículas e expansão do estágio curricular obrigatório e o retorno à proposta original de RAP 20/1. Somente a partir dessas metas, escalonadas até 2016, seriam asseguradas a contratação de novos professores. No limite, aceitou a possibilidade de discutir uma RAP 18/1.

Para os diretores, essa posição representou um duro golpe, já que entendiam que haviam estabelecido, de fato, um diálogo com o MEC. Na prática, o que podemos inferir é que mesmo os pontos ditos consensuais entre os membros da comissão e divulgados pelos diretores nos CAp como avanços nas negociações também são “inegociáveis”, significando, portanto, que a portaria pode ser publicada nos termos em que se apresentou em março.

É preciso referir, ainda, que um dos aspectos esperados pelo CONDICAP em relação à reestruturação dos CAp diz respeito à criação do “banco de professor-equivalente”, já que os colégios foram excluídos do Decreto nº 7485/2011. Para os diretores, o “banco” resolveria, de imediato, o problema criado pela impossibilidade de contratação de professores substitutos para completar o quadro docente, que, em muitos casos, inviabiliza o funcionamento das escolas.

Assim, parece-nos acertado o posicionamento de rejeição à portaria que alguns colégios e conselhos superiores das IFES encaminharam, a partir do debate travado no âmbito das seções sindicais do ANDES-SN, como a ADUFRJ/SSIND, ASPUV/SSIND, APESJF/SSIND, entre outras.

A realização do Seminário Nacional, organizado pelo ANDES/SN, nos dias 21 e 22 de agosto de 2011, trouxe novos elementos para a pauta do Setor

das IFES, constituindo-se em mais um importante espaço, no nosso Sindicato Nacional, para trazer à tona mais um ataque à autonomia das IFES, agora traduzido pelo ataque e desmonte dos CAP.

5. Reestruturação dos CAP no âmbito da contrarreforma universitária

A contrarreforma universitária, que ocorreu a partir de um amplo aparato jurídico-normativo³, deixou de lado os CAP, num claro “esquecimento” que, a nosso juízo, o MEC busca agora resolver. Dessa forma, a proposta de reestruturação dos CAP traz em seu bojo o “espírito” da contrarreforma universitária, buscando, no REUNI e no banco de professor-equivalente, mecanismos que, de um lado, precarizam a formação oferecida aos nossos alunos, através do estabelecimento da RAP; de outro, intensificam o trabalho docente ao aplicar o “banco de professor-equivalente”. Em várias situações, o banco inviabiliza o projeto político-pedagógico dos CAP, sem mencionar o estímulo à contratação de professores em regime de trabalho de 20h, implicando o esvaziamento da dedicação exclusiva.

Não sem polêmicas, a implantação do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto nº 6.096/2007, durante o governo Lula da Silva, marcou a desconfiguração das IES públicas

Por meio da criação de dois modelos institucionais distintos – a universidade do ensino e a universidade da pesquisa; a intensificação e precarização do trabalho docente e prejuízos à garantia de padrões de qualidade e excelência acadêmica, na medida em que a expansão das vagas ocorrerá sem a necessária proporcionalidade de investimentos financeiros (CHAVES; ARAÚJO, 2011, p.67).

Em que pesem as críticas ao programa, o REUNI se consolidou no âmbito das universidades, defendido por aqueles que acreditam “que os aportes de mais recursos e mais vagas para docentes e técnicos, sinalizados pelo MEC, representam um novo fôlego para as ações da universidade, historicamente sacrificada pela racionalização de gastos” (CHAVES; ARAÚJO, 2011, p.67).

Não obstante os CAP não terem sido contem-

plados com as “vantagens” do REUNI, todas as 16 universidades federais que os possuem utilizaram os dados das escolas para estabelecer seus planos e projetos de adequação às metas do programa. Com efeito, nas Diretrizes do REUNI se lê:

[...] Além disso, há aspectos dispostos no mesmo diploma legal, que são altamente oportunos para o atual momento da educação superior brasileira e que devem ser tratados prioritariamente pelas universidades. Entre eles, destacam-se:

[...] A oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; [...] (BRASIL, 2007, p.10).

Não é inoportuno pensar que os aspectos ligados à formação docente e à utilização de novas práticas pedagógicas estão diretamente relacionados à finalidade e ao papel dos CAP, tanto no que se refere à formação de professores quanto no desenvolvimento de novas metodologias para a educação básica. Esta observação se complementa ao verificarmos, ainda, que as diretrizes do REUNI foram estruturadas em seis dimensões, dentre as quais se destaca:

- (C) Renovação Pedagógica da Educação Superior
1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
 2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
 3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo (BRASIL, 2007, p. 11).

Dessa forma, ainda que “esquecidos” num primeiro momento, os CAP têm um papel a desempenhar na implementação da reestruturação da universidade, razão pela qual verificamos uma aproximação e uma articulação entre a proposta de reestruturação dos colégios e o REUNI.

Vale dizer, ainda, que a reestruturação dos CAP, tal qual o REUNI, baseia-se no estabelecimento de metas, muitas delas incompatíveis com a qualidade do ensino promovido nos colégios. Conforme analisaram Chaves e Araújo (2011, p. 68), mecanismos como “a pactuação de metas, de indicadores de de-

sempenho e eficiência, o estabelecimento de prazos e instrumentos de acompanhamento e avaliação compõem a conformação político-institucional na qual as universidades são inseridas”. Esses mecanismos, portanto, ao serem utilizados também nos CAP, concretizam as ações de homogeneização e adequação das escolas ao projeto para as universidades. Dessa forma, a perspectiva de aumento do número de alunos por professor somada ao horizonte de expansão (desejável) do horário escolar e à contratação de professores de 20h levarão os CAP a se transformarem, num curto espaço de tempo, em grandes e – provavelmente – bons colégios de educação básica, mas totalmente desvinculados da pesquisa e da extensão, não atendendo ao tripé que justifica sua inserção nas universidades.

Uma das características das políticas neoliberais para a educação pública é a articulação de vários projetos que, sem um olhar mais atento, passam despercebidos. Assim, embora a minuta de portaria do MEC para a reestruturação dos CAP ainda esteja em “debate”, verificamos que, de forma tortuosa, alguns mecanismos previstos no documento já estão em vigor através de outros mecanismos legais. É o caso, por exemplo, da subordinação dos CAP aos sistemas de ensino estaduais. A Portaria INEP nº 235, de 4 agosto de 2011, que tem como finalidade estabelecer parâmetros para a validação e a publicação das informações declaradas ao Censo Escolar da Educação Básica, definiu as atribuições dos responsáveis pela declaração das informações.

§3º- São atribuições das Secretarias de Educação Estaduais e do Distrito Federal:

I - verificar e corrigir as inconsistências encontradas nas informações da rede estadual de ensino, da rede privada e instituições de ensino federais não vinculadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/ MEC (BRASIL, 2011b).

Assim, o governo federal subordina a universidade à fiscalização do sistema estadual, mais uma vez afrontando a autonomia das IFES e mesmo dos CAP.

Além dessa medida, a questão da carreira dos pro-

fessores dos CAP, incluídos na carreira de EBTT, trouxe distorções que vão desde o ingresso dos novos docentes num patamar absolutamente inferior do ponto de vista salarial, como trouxe problemas também para a progressão funcional dos novos docentes.

Considerações finais

Sabemos que a educação, como um fenômeno próprio do homem e, enquanto tal, síntese das determinações e relações sociais, é um espaço de disputa de concepções e projetos. Sabemos também que para se responder a uma educação segundo os objetivos burgueses neste início de século, delineou-se uma nova pedagogia e um outro perfil de professor. Assim, as reformas educacionais dos anos 90 foram bastante amplas e envolveram todos os aspectos da

escola: a estrutura administrativa e pedagógica, a formação de professores, as diretrizes curriculares e o aporte teórico para a construção das mesmas, a gestão da escola, entre outros. As reformas apoiaram-se, ainda, na tese da modernização da sociedade e da escola, da urgência de ajustes e avanços em direção ao novo consenso mundial. A reforma da educação superior, neste cenário,

ocorreu sem que os Colégios de Aplicação fossem diretamente afetados, já que foram “esquecidos” nas formulações até o momento. Parece-nos, assim, que a reestruturação dos CAP é também parte da reforma universitária em curso.

Recentemente, destacamos que “o papel dos CAP na formação docente está diretamente relacionado tanto à articulação entre as licenciaturas quanto entre as licenciaturas e os colégios” (OLIVEIRA, 2011, p. 96). Afirmamos ainda que essa articulação com as licenciaturas fortalece o tripé ensino, pesquisa e extensão nos colégios. Entretanto, a desarticulação entre as escolas e as licenciaturas, quando ocorrem, não pode ser creditada exclusivamente aos CAP, posto que essa relação é uma via de mão dupla. Ademais, a discussão sobre a relação entre os diversos cursos de graduação, entre as licenciaturas e as faculdades de educação, por exemplo, são problemas que devem ser analisados institucionalmente, em respeito

Uma das características das políticas neoliberais para a educação pública é a articulação de vários projetos que, sem um olhar mais atento, passam despercebidos.

à autonomia universitária. Não há porque tratar o trabalho dos colégios descolado do contexto das IFES.

Fundamental resgatar a decisão dos docentes dos Colégios de Aplicação, que, tão logo o ANDES-SN tornou-se Sindicato Nacional, decidiram permanecer na base desta entidade, representativa dos professores das universidades federais. Com efeito, ao longo da trajetória de nosso Sindicato, a luta em defesa também dos CAP e dos professores dessas escolas sempre foi intransigente. Esse entendimento ajudou a construir, e tornar-se nossa pauta de reivindicação, e na proposta de carreira única, que compreendemos ser um caminho possível para unificar a luta dos docentes das IFES, resolvendo também as distorções criadas pela carreira de EBTT. A carreira diferenciada, como temos até o momento, é um fator de divisão em nossa categoria; diferencia-nos pelo grau de ensino, esquecendo-se que a natureza do trabalho dos professores dos CAP, comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão, só é possível porque estas escolas estão inseridas nas universidades.

Os professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (COLUNI), ao rejeitarem a Minuta do MEC, lembram, com propriedade, que os CAP são espaços de experimentação educacional, figurando como parte integrante da dinâmica de formação docente. Mostraram ainda que a desarticulação dos colégios, conforme propõe o MEC, contradiz o propósito de valorização e promoção da carreira docente que consta em diferentes documentos oficiais. E enfatizam que “promover uma formação docente de qualidade implica valorizar a APLICAÇÃO que dá nome a esses colégios” (COLUNI, 2011).

Evidentemente, o debate está aberto em todos os CAP, com maior ou menor intensidade, dependendo da forma como os diretores encaminharam a discussão nas instituições. Em vários, segundo os relatos dos professores presentes ao Seminário Nacional promovido pelo ANDES-SN, há um desconhecimento quase total da minuta e de suas implicações para os CAP e para o trabalho dos docentes que neles atuam. A responsabilidade política do ANDES-SN e das seções sindicais, como afirmamos, é importantíssima e não pode ser secundarizada.

É fundamental, portanto, exigir do governo federal a valorização dos Colégios de Aplicação e o respeito à autonomia das universidades; o estabelecimento de um espaço específico na SESU para tratar das especificidades dos CAP; a reposição de pessoal, de acordo com a proposta político-pedagógica dos colégios, com a contratação de substitutos que se fizerem necessários e a carreira única dos docentes das universidades federais.

NOTAS

1. Este texto foi escrito, originalmente, para a mesa redonda do seminário “Em defesa da autonomia universitária: colégios de aplicação, formação docente e educação pública de qualidade”, promovido pelo ANDES/SN em 21 e 22 de agosto de 2011. Nesta versão, foram incorporadas contribuições que surgiram durante o debate no evento e nos debates promovidos pela APESJF-SSIND.

2. O Artigo 3º da Minuta prevê as competências dos colégios, envolvendo condições de acesso e permanência dos alunos, proibição de cobrança de taxas, reafirmando o papel de articulação entre as licenciaturas e enquanto espaço de prática a docência, articulação em programas do MEC e a obrigatoriedade de participação nas coletas e validação de dados educacionais do MEC, como o Censo da Educação elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2011).

3. (i) Lei nº 10.861/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes); (ii) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado (iii) a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004), que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; (iv) o Projeto de Lei nº 3.627/2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; (v) os projetos de lei e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica; (vi) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) (Lei nº 11.079/2004), que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais; (vii) o Programa Universidade para Todos (ProUni) – Lei nº 11.096/2005; (viii) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil e, mais recentemente (2007), (ix) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e (x) o Banco de Professor-Equivalente (LIMA, 2009).

REFERÊNCIAS

ADUFRJ/SSIND. *Análise da Adufrj-Ssind*. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <www.adufrj.org.br>.
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria de

março de 2011 (versão preliminar). Brasília, 2011a (mimeo).

_____. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Portaria INEP nº 235 de 4 ago. 2011. Estabelece parâmetros para a validação e a publicação das informações declaradas ao Censo Escolar da Educação Básica com vistas ao controle de qualidade e define as atribuições dos responsáveis pela declaração das informações. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=05/08/2011&jornal=1&pagina=57&totalArquivos=268>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Diretrizes Gerais. Documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília: 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> Acesso em: 24 nov.2011.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB, nº 26/2002**. Consulta Relativa aos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais. Brasília, DF, 2002.

_____. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, In: Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n. 248, de 23.12.96, pp. 27.833 -27.841, 1996.

_____. **Decreto nº 9.053**, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Disponível em: <<http://www.uel.br/aplicacao/pages/o-aplicacao/historico.php>>. Acesso em: 22 set. 2011.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob.; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Paraná. **Universidade e Sociedade**. Brasília: n.48, jul. 2011, p. 64-75.


COLUNI. Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa. **Moção de rejeição e repúdio à versão preliminar da Portaria do Ministério da Educação que visa regulamentar os Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais**. Viçosa, 2011 (mimeo).

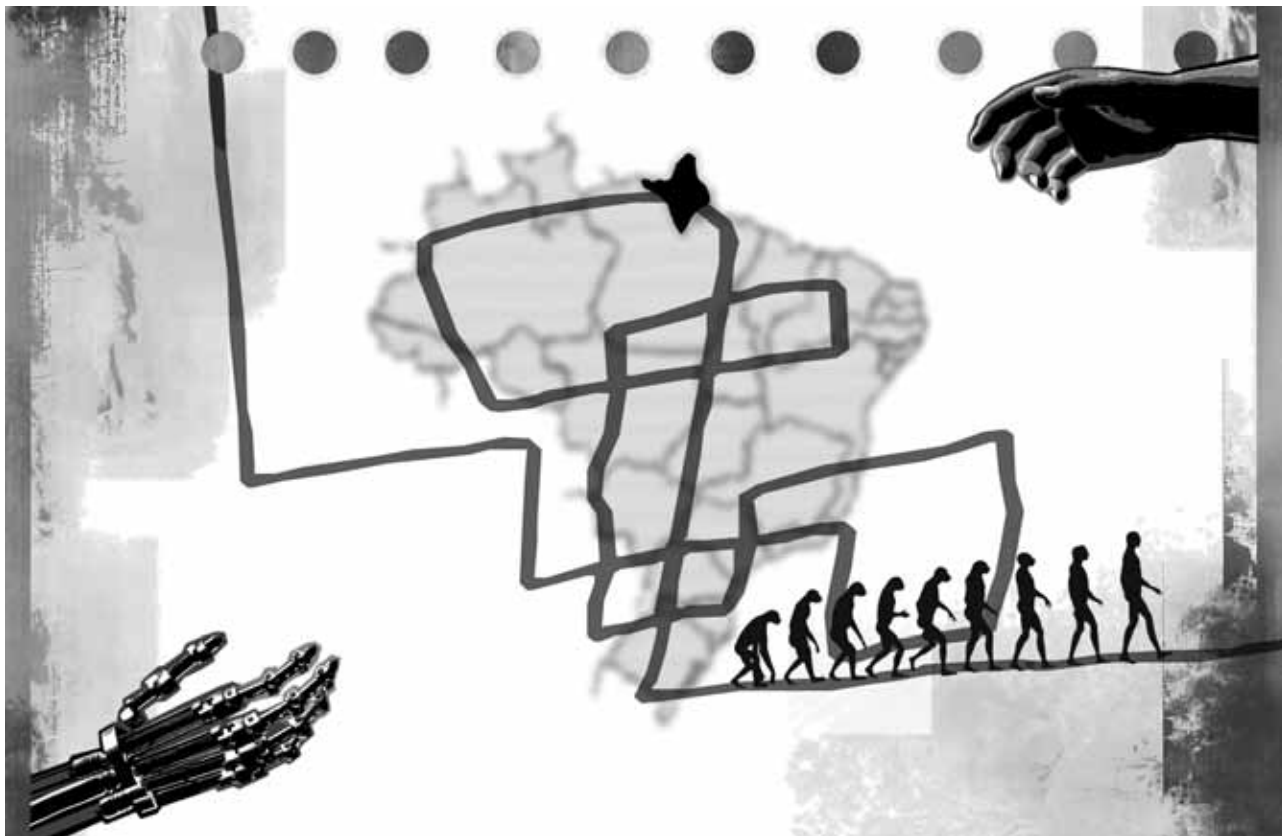
CONDICAP. Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Básicas vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior. **Os Colégios de Aplicação das IFEs no Âmbito da SESU/MEC**. 2011a (mimeo).

_____. Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Básicas vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior. **Relato do CONDICAP acerca das ações da Comissão de Regulamentação dos Colégios de Aplicação**. 2011b (mimeo).

LIMA, Kátia R.S. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Universidade e Sociedade. n. 44, 2009, p. 147-157

OLIVEIRA, Daniela Motta de. O papel dos colégios de aplicação na formação de professores. **Instrumento: Revista de estudo e pesquisa em Educação**, vol. 13, n.1, jan.- jun. 2011, p. 95-102.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. vol. 14, n. 40, 2009, p. 143-155. 



Na periferia da periferia: história na Universidade Federal do Amapá

Iuri Cavlak

Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo visa apontar alguns problemas vivenciados diariamente pelo docente do colegiado de História da UNIFAP, preocupando-se em contextualizar essa realidade tendo em vista a situação mais ampla da universidade pública brasileira e a militância no Sindicato dos Docentes da UNIFAP (SINDUFAP – Sessão Sindical do ANDES-SN).

Palavras-chave: Ensino. Trabalho. Luta. Sindicalismo.

1. Periferia

Se você me perguntar como é a gente daqui, serei forçado a responder: “A mesma de toda parte”. Como a espécie humana é uniforme! A maioria sofre durante quase todo o seu tempo, apenas para poder viver, e os poucos lazeres que lhe restam são tão cheios de preocupações que ela procura todos os meios de aliviá-las. Oh, destino do homem! (GOETHE, 2000. p. 225).

O texto que se segue tem em mira refletir brevemente sobre as condições de trabalho no curso de História na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O termo periferia remeteria a dois aspectos: objetivamente, estaríamos afastados duplamente do centro do sistema econômico; no Brasil, país periférico do capitalismo mundial, e no Amapá, Estado periférico do capitalismo brasileiro; subjetivamente, estaríamos igualmente distantes do nascedouro de paradigmas, ideias e valores que circunscrevem o *métier* do historiador.

Sem negar essa caracterização *in totum*, temos que relativizá-la, condição para entendermos as peculiaridades locais e as possibilidades de rupturas e progressos reais. Longe demais das capitais, estamos em dificuldades para avançar dentro da lógica produtivista do sistema, haja vista que o núcleo duro encontra-se alhures¹. Por outro lado, há espaço para trabalhos novos e questionadores, até pela própria dificuldade de galgar posições dentro da ordem. Tudo depende e dependerá, obviamente, da correlação de força de cada momento.

A reflexão buscará contemplar essa dupla face, tendo como ponto de partida a constatação de que as condições da universidade pública brasileira vêm se degradando progressivamente nessa primeira década do século XXI. Correndo o risco de sermos repetitivos, pretendemos destacar o que nos faz diferente e o que nos faz similar – no Amapá –, com demais cursos superiores periféricos de História, e quiçá até mesmo com relação às mais prestigiosas universidades do sul/sudeste, igualmente inseridas na lógica destrutiva da forma mercadoria.

Assim sendo, faz-se necessário, mesmo que sumariamente, articular nossa questão com as características da reforma que o Estado brasileiro vem sofrendo nas últimas décadas, com impactos diretos sobre as universidades e o financiamento da educação.

De acordo com Antunes (1999, p.61-95), a configuração atual em processo remonta à crise mundial dos anos 1970. Passados mais de trinta anos da “era de ouro” do capitalismo, em que a reconstrução europeia no após-guerra dinamizou a esfera produtiva do sistema, chegou-se a um patamar de acirramento da competição intrafirmas e dificuldade de reprodução da taxa de lucro de outrora. O tamanho

da composição orgânica do capital e a dificuldade de conquista de novos mercados levaram a uma diminuição do reinvestimento na esfera produtiva e, conseqüentemente, a um aumento, cada vez mais galopante, da inserção de recursos no setor financeiro. Tentando driblar a dificuldade da reprodução ampliada do capital, $D - M - D'$, buscou-se o fortalecimento de $D - D'$, ou seja, cambiando o processo de dispêndio de dinheiro na aquisição de equipamentos e força de trabalho, mais gasto com distribuição e *marketing* para realização da mais-valia na venda final do produto, para o aparentemente mais cômodo empréstimo na esfera rentista, onde dinheiro geraria dinheiro, sem necessidade do “salto mortal da mercadoria”²(MARX, 2010, p. 57-105).

Tanto países centrais quanto os periféricos foram tensionados por esse campo de força. Governos comprometidos com a desestruturação do setor produtivo – enxugamento de pessoal e corte de direitos – e reestruturação do setor financeiro foram eleitos mundo afora.³ Exemplos mais evidentes: Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), Margaret Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e Helmut Kohl na Alemanha (1982-1998). Na periferia, onde essa política se fez presente um decênio mais tarde: Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, de forma equívoca, Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010). No restante da América Latina dos anos 1990 exemplos não faltaram: Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Salinas de Gortari no México etc. Para nossos propósitos, salientamos que esses governos pavimentaram a transferência de riqueza para os bancos e grandes investidores, tomando vultuosos empréstimos dessa esfera financeira em expansão e garantindo o pagamento dos juros estratosféricos com os recursos de seus respectivos orçamentos. No Brasil, o montante dos empréstimos escoou basicamente em quatro tipos de despesas: 1) na sustentação da âncora cambial, já que o fim da hiperinflação também era uma condição *sine qua non* para que o setor financeiro pudesse auferir mais lucros (num contexto de desvalorização contínua da moeda e diversos planos econômicos em sequência isso seria inviável); 2) na rolagem de antigas dívidas e

nos juros das recém-adquiridas; 3) no pagamento do déficit comercial advindo da inserção subordinada à mundialização; 4) no novo patamar de corrupção, fruto do aumento da interdependência do Estado com o setor privado (salvamento de bancos, financiamento de privatizações, compra de votos para reeleição etc.) (GOMES, 2002, p. 92).

O pagamento de toda essa conta envolvera aumento dos impostos sobre a classe trabalhadora, arrocho salarial, desinvestimento na indústria nacional e cortes permanentes no custeio da máquina pública, especialmente no que tange aos serviços de que dependem os trabalhadores, como saúde, educação e transporte. A universidade pública teve seu *status* atrelado à ideia de “serviço competitivo”, ou seja, inserida na lógica da financeirização e no jogo do mercado, acarretando não só diminuição de verbas, como também uma mudança em suas próprias bases históricas, qual seja, de produtora e questionadora de práticas e saberes para instrumento de alavancagem da valorização do capital em crise. Nessa passagem, os cursos de ciências humanas pioraram, distantes que estão da instrumentalização para o lucro, donde objetivamente e subjetivamente vilipendiados, e as universidades privadas se multiplicaram. Inflacionou o número de avaliação institucional promovida pelo Ministério da Educação, justamente com o fim de demonstrar ao governo (e ao capital) onde estão as melhores possibilidades de ganhar dinheiro com a educação e onde se pode rebaixar à míngua setores não lucrativos. No bojo dessa mais recente fase do capitalismo se insere a UNIFAP, fundada em 1990.

2. Condições periféricas

Em Macapá parece haver ainda um interesse significativo dos adolescentes no curso de História. Na UNIFAP ocorre a entrada média de oitenta novos alunos por ano, numa relação candidato/vaga em torno de 16/1 (no ano de 2008, chegou-se a 32/1). Ao menos dois dos maiores centros particulares de ensino superior da cidade, a Universidade Vale do

Acaráu (UVA) e a Faculdade de Macapá (FAMA) também possuem cursos de graduação em História. No Oiapoque tramita-se atualmente a abertura de um novo *campi* federal onde, segundo interesse da população local, existe a demanda para a abertura de um curso de História. Frente às leis da oferta e da procura, constata-se assim que, ao término do último ano do ensino médio, não são poucos os amapaenses que vão em busca do ofício de historiador.

Não obstante, as condições de ensino e pesquisa dessa atividade são terríveis. Em nossa unidade, os professores que compõe o colegiado atualmente são em número de quinze, o que força a todos a ministrarem quatro disciplinas por semestre (cerca de trezentos alunos e nove turmas). Para os que estão des-familiarizados com a especificidade da área, esse número praticamente inviabiliza a qualidade do ensino. Trata-se de uma universidade federal, onde o trabalho docente é mais complexo e que reclama maior reflexão e profundidade em relação ao ensino fundamental e médio, em que não se está formando historiadores e sim transmitindo e problematizando noções históricas gerais. Longe do escopo deste artigo postular que o professor de História do ensino superior é mais “trabalhador” que seu congênere do fundamental e médio. Por diversos motivos, o estranhamento e a intensificação de trabalho muitas vezes têm maior destaque neste último. O que

se está querendo ressaltar é que a particularidade que compõe uma licenciatura/bacharelado em História é antagonica a essa carga de trabalho. Não consta que universidades que se mantêm em destaque, no nosso campo, possuam como regra o docente com quatro turmas semestrais na graduação.

Consequência dessa situação é o problema que envolve a preparação das aulas. A maioria dos docentes ministra aulas fora de sua especialidade, elevando assim a necessidade de tempo disponível para a leitura e formação. Ao passo que a biblioteca dispõe de um acervo diminuto de livros e os professores não possuem salas próprias, o que nos força a estudar com poucas obras no salão geral entre os

Inflacionou o número de avaliação institucional promovida pelo Ministério da Educação, justamente com o fim de demonstrar ao governo (e ao capital) onde estão as melhores possibilidades de ganhar dinheiro com a educação e onde se pode rebaixar à míngua setores não lucrativos.

alunos, sujeitos às frequentes interrupções – nem todas pertinentes aquele momento de concentração. Ainda não há restaurante universitário, aumentando assim a penalização da vida do professor quando dentro da instituição, que está localizada fora do centro urbano.

A questão da pós-graduação se vê truncada por essa realidade. Com docentes assoberbados de aulas, não há tempo e energia para a construção de linhas de pesquisas sólidas que constituiriam cursos de mestrado e doutorado. O curso de História na UNIFAP sequer possui especialização, revista eletrônica ou mesmo uma página *online* contendo informações sobre o curso, fatores danosos para a evolução intelectual dos alunos. A distância de Macapá de outras universidades que possuem pós-graduação em alguma área de História permite que poucos tenham acesso a melhora na qualificação. Por isso, entra-se no conhecido círculo vicioso na lógica da CAPES/CNPq: se não há livros e linhas de pesquisa, não há produção significativa, vedando a vinda de recursos estatais que sanariam a situação. Instituído como direito e dever, o tripé ensino – pesquisa – extensão se desvirtua na ordem competitiva, os dois últimos não existiriam sem dinheiro público, que não é liberado por que pressupõe aquilo que deveria ajudar a construir em primeiro lugar.

Como esboçamos no início deste trabalho, há de se ressaltar as condições globais em que repousa o problema das ciências humanas. Pelas demandas atuais da economia brasileira, o governo central se desinteressa pelo desenvolvimento de polos de pesquisa e de ensino de qualidade fora dos grandes centros. Além da maior parte do orçamento estar engessado na composição do superávit primário, condição para a rolagem dos juros da dívida, o mercado de trabalho no Brasil pouco cresce, inexistindo um processo pujante de distribuição de renda que dinamize o consumo e o incremento do emprego (COGGIOLA, 2011). Assim, a elevação nominal de alunos no ensino superior dispensa o avanço qualitativo e convive muito bem com a degradação mesma da base antiga e atual. Mão de obra qualificada em humanidades – professores doutores – chega a estar em sobra nas regiões mais desenvolvidas. Sem embargo, se a saída fosse a migração desses doutores

para os Estados mais pobres da Federação, nem assim o problema estaria perto de uma solução, pois se sabe que os concursos públicos nas universidades federais estão sendo enxugados até a inexpressividade, fruto dos citados cortes de investimentos. O ensino superior vai se constituindo cada vez mais de professores precarizados, substitutos ou temporários, irrelevantes se possuidores ou não de titulação. Ao cabo, a universidade se torna um “escolão” de ensino, no máximo importando pesquisa e conhecimento quando necessário.

Pelos dados recentes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009) percebe-se mais a fundo a problemática do conhecimento acadêmico no país. De dez nações analisadas, o Brasil encontra-se em penúltimo lugar no que se refere à relação entre PIB e investimento em pesquisa e desenvolvimento⁴. Se as ciências exatas e biológicas, mais talhadas para serem instrumentalizadas pelo capital, não recebem aportes de verbas condizentes com suas potencialidades nesse país continental, o que dirá das ciências humanas, configuradas em sua essência por um tempo próprio de reflexão, demora do pensamento e crítica da realidade. Ora, justamente numa economia subdesenvolvida, ciência e tecnologia deveriam estar no topo das prioridades municinando o combate ao atraso.

A economia de mercado periférica não interessa uma universidade onde a docência e a pesquisa caminhe em direção ao questionamento ininterrupto da vida social contemporânea, donde carreiras como História e congêneres estarem em crescente desvalorização. Embora trate-se aqui de um contexto mundial, no Brasil estaríamos com o problema potencializado, na medida em que o escandaloso abismo entre ricos e pobres se articula com a onipresença dos meios de comunicação de massa, gerando uma resultante de injustiça social com desinformação e alienação. Daí a necessidade do fortalecimento dos ramos do conhecimento que operam com o desvelar dos pressupostos da desigualdade e as possibilidades de sua superação. Em outras palavras, utilizando do jargão do “nunca antes nesse país”, o estudo da História nunca se fez tão premente, ao mesmo tempo em que nunca se achou tão vilipendiado.

Certamente isso rebate nos alunos. Como disse-

mos, embora exista a procura pelo curso de História em Macapá, não há condições, objetivas e subjetivas, de se concluir minimamente de forma satisfatória todo o período que engloba a graduação. Sendo diminuto o número de bolsa de estudos para a pesquisa, os livros são escassos, a fotocópia é cara e os discentes sabem que mesmo o diploma não faz muita diferença na busca por emprego, tanto na rede pública quanto na privada. Nos últimos tempos, sequer são constituídas turmas significativas de formatura, já que o número de formandos fica em torno de cinco ou dez (para oitenta que entram no primeiro ano). Apenas quando há um concurso público para outra área, em que o certificado de ensino superior é exigido, o aluno se empenha em finalizar as disciplinas pendentes e defender seu TCC (trabalho de conclusão de curso), que pode inclusive ser escrito em grupo de quatro discentes. Não há jubilação, facilitando ainda mais o desleixo no compromisso com as disciplinas.

Completam esse quadro sombrio as próprias características específicas da formação social macapaense. Mais da metade da população é formada de migrantes de primeira geração acicatados ao permanente trabalho material na difícil realidade nortista, com escasso tempo disponível para a leitura e o acesso à alta cultura. Esse sentimento de “recém-chegados” conspira, a princípio, contra a atividade de problematizar e entender a realidade local, pois ainda se consideram pertencentes a uma outra comunidade simbólica. Entrementes, tendo em vista a juventude do Estado, o tipo de alfabetização que englobou grande parte dos nativos já foi neoliberal, rápida, flexível e descartável, com apelo ao formal em detrimento do conteúdo. Assim, o curso de História, dependente do hábito livresco e do tirocínio psicomotor que essa atividade exige, se vê composto muitas vezes de alunos que ou não identificam a realidade imediata composta de um processo histórico-mundial, ou percebem essa realidade mas esbarram na angustiante carência de formação⁵. Ambos os vetores perfeitamente sanáveis, se estivéssemos tratando aqui de uma universidade

verdadeiramente crítica e comprometida com a formação intelectual de seus estudantes.

Mesmo nos primórdios do Estado, na década de 1940, o Amapá já padecia dessas dificuldades. O historiador Sidney Lobato, analisando esse período, entende que o costume do autóctone prejudicava o apego ao ensino: “ao aferir os ganhos que teria com a educação e os que poderia obter por meio de trabalhos que não exigiam aperfeiçoamento técnico e nem letramento, esta segunda opção sempre parecia estar mais próxima e ser mais factível para o homem local” (LOBATO, 2009. p. 156). A maioria dos primeiros alunos das primeiras escolas do Amapá eram filhos de pais analfabetos, ou seja,

desprovidos do capital cultural exigido pela escola – aquele que os filhos de pais altamente escolarizados possuem... os filhos de lavradores tinham maior dificuldade de adaptação às exigências do ensino primário. O ambiente social em que a maioria dos alunos vivia era marcado pelo predomínio da oralidade. Não havia no convívio familiar mecanismos de reforço da aprendizagem escolar. (Idem, p. 157-158)

Tendo em vista que a realidade de setenta anos atrás não é a mesma que hoje, algumas barreiras bem ou mal permaneceram, como “as errâncias do cotidiano amapaense (o estilo de vida marcado pelo provisório, pelo improvisado, pelos fluxos e refluxos da natureza)” (Idem, p. 24).

As exigências do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) formam a “cereja do bolo” desse contexto. O número de alunos aumenta em progressão geométrica, enquanto as instalações físicas se expandem – quando expandem – em progressão aritmética. Os professores, deveras sobrecarregados, são ainda mais exigidos, num patamar absurdo de intensificação do trabalho. Atualmente, na UNIFAP, praticamente todos os serviços estão a beira do saturamento, como a fotocópia e a cantina, onde se enfrentam diariamente enormes filas para lograr atendimen-

Embora exista a procura pelo curso de História em Macapá, não há condições, objetivas e subjetivas, de se concluir minimamente de forma satisfatória todo o período que engloba a graduação.

to. No período noturno já está impossível encontrar vaga para estacionar o veículo – dado importante pela distância do *campus* da cidade e as poucas e precárias linhas de ônibus disponíveis. O sistema de ventilação da biblioteca frequentemente entra em colapso, ocasionando o seu fechamento até o demorado concerto e a próxima quebra (lembrando que estamos na linha do Equador). A rede elétrica, amiúde, também entra em pane, deixando as dependências de História sem energia. Falta cadeira para os alunos, pois dois novos cursos recém-inaugurados constituíram sua estrutura física aparentemente confiscando de cinco a dez assentos de cada uma das salas antigas. Não raro se assiste aula em pé ou mesmo sentado no chão. Com novos cursos e novos alunos exigidos pelo governo, dentro da atual estrutura espacial, o resultado ficará perto do colapso.

Causa e consequência dessas mazelas tem sido a forma da administração atual conduzir a relação com os técnicos-administrativos, docentes e discentes. Imbuídos pela lógica de que, antes de serem representantes da comunidade acadêmica local, são acima de tudo gestores do capital e correias de transmissão do Ministério da Educação e do Governo Federal, fazem com que práticas autoritárias e antidemocráticas grassem. Mesmo admitindo que em toda universidade pública brasileira o desrespeito e o arbítrio da relação entre a reitoria e a comunidade acadêmica seja a regra e não a exceção, aqui temos certa especificidade do problema, dado a precariedade em que a UNIFAP vem funcionando desde a sua criação, em 1990. Décadas de fraudes, corrupção e nepotismo descarado forjaram uma cultura institucional mesquinha, que desconhece o papel dos sindicatos e do diretório central dos estudantes, tratados não como atores legítimos do processo, senão como criminosos e arruaceiros que desmerecem qualquer tipo de diálogo. Para se ter uma ideia, há anos que não se tinha acesso ao orçamento da universidade, planejado e executado nos tetricos gabinetes do al-

to escalão, e que as mais importantes decisões envolvendo a comunidade universitária, como o projeto da criação do campus binacional na fronteira com a Guiana Francesa, não passa pela consulta sequer do Conselho Superior Universitário.

O reitor é figura desconhecida dos alunos e dos professores novos, pois passa grande parte do mês fora do Estado. Os diretores de centro ainda são nomeados, embora há muito vigorem condições para a execução de eleições como reza o estatuto.

3. No centro da periferia

Dessas circunstâncias apenas resumidas acima, visto que poderíamos apontar muitos outros contrastes, se impulsiona uma prática quase esquecida nos dias de hoje, a solidariedade e o espírito de luta coletiva.

Seguindo as reflexões de Mauro Luis Iasi, temos em mente que a consciência de classe não é estática, dada *a priori*, ou cientificamente demarcada. Ela é o movimento que transita entre a apatia e o conformismo e o outro extremo, a rebeldia e a busca por um novo horizonte societal (IASI, 2011, p. 126). Com efeito, numa sociedade burguesa os modos de vida e as formas de consciência deverão ser, evidentemente,

burguesas. Apenas com a mediação da teoria e da prática pode-se evoluir em direção das percepções de que problemas tidos como individuais e singulares são de muitos, propiciando o deslocando da consciência contingente para a classe. Quando o sujeito adentra na docência universitária, a primeira expressão tende a ser de contentamento e satisfação, considerando que o salário percebido é muito superior em relação ao que cabe à maioria da população brasileira. Com o passar do tempo, no entanto, a “teimosia dos fatos” vai demonstrando que a carga de trabalho e o desgaste psicológico e físico ultrapassam as vantagens materiais adquiridas. Para além disso, a crescente cobrança de

metas de produtividade vai tornando cada vez mais dificultosa uma progressão funcional convincente.

Por outro lado, com a ausência de linhas de pesquisa

**Décadas de fraudes,
corrupção e nepotismo
descarado forjaram
uma cultura institucional
mesquinha, que
desconhece o papel dos
sindicatos e do diretório
central dos estudantes,
tratados não como
atores legítimos do
processo, senão como
criminosos e arruaceiros
que desmerecem
qualquer tipo de diálogo.**

tradicionais, notamos uma menor competição entre os docentes do colegiado de História pela captação de recursos da CAPES/CNPq, atenuando a quebra da isonomia e o arrivismo acadêmico, tão presente em universidades maiores. Nas reuniões periódicas e no dia a dia do trabalho, tem aparecido a concórdia de que apenas unidos podemos realizar algum contraponto à lógica destrutiva vigente na educação brasileira.

Destacamos reuniões que o colegiado vem organizando aos sábados, no horário que seria de descanso para uma semana estafante. Desses encontros estamos articulando uma nova matriz para o curso, que contemple a demanda dos alunos dentro de nossas reais possibilidades. Avançamos largos passos no final de 2010 para, a partir do segundo semestre de 2011, instalarmos um programa permanente de especialização, com o escopo de viabilizarmos, dentro de alguns anos, o mestrado *strictu sensu*. Além disso, refundamos a seção amapaense da ANPUH (Associação Nacional de História), que antes só existia virtualmente. Com todos os professores envolvidos, temos grandes possibilidades de organizar encontros, mesas-redondas e colóquios com importantes professores de outras regiões, elevando assim o *stock* crítico local. Igualmente estamos reformando as questões ligadas aos TCCs e à jubilação.

Alguns docentes, com muito trabalho e dedicação, lograram a guarda, para a universidade, de documentos do judiciário, até hoje intocados por pesquisadores, correspondentes ao final do século XIX, quando Macapá não passava de pequena comarca da província do Pará, até grande parte do século XX. Fontes primárias para o historiador, que gerará dezenas de projetos e perspectivas de bolsas de estudo para os alunos.

Dentro disso, a conjuntura econômico corporativa da atividade sindical e sua articulação com o momento ético e político em construção pela nossa Seção do ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional) tem sido fundamental. Quase todo o colegiado está sindicalizado.

A consciência de classe só existe na luta, e ela vem crescendo na medida em que a militância dos docentes de História contagia e é contagiada pelo SINDUFAP (Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá). Do ponto de vista estritamente do campo do historiador, batalhamos por todo tipo de melhoria no ensino, na pesquisa e na extensão. Mas isso seria só uma parte e, enquanto parte, limitada e fragilizada, se desacompanhada da generalização dos esforços e da atividade reivindicativa. Tomando como exemplo apenas o primeiro semestre de 2011, chama a atenção o progressivo entrosamento entre o sindicato docente, o sindicato dos técnicos-administrativos e o diretório central dos estudantes, envoltos em atividades conjuntas a fim de revolver e agitar o marasmo político/ideológico característico do nosso tempo. Durante as paralisações tem havido a participação substantiva da comunidade acadêmica

e extra-acadêmica, com atividades culturais e de conscientização. Chegamos a receber, inclusive, doações espontâneas de refeições, advindas de comerciantes simpatizantes da causa.

O contato com a realidade expandida da educação brasileira faz com que nos inteiremos de nossas limitações e possibilidades. Em outras palavras, sabemos que o curso de História da UNIFAP não estará entre os *tops* nacionais. Porém, temos plenas condições de nos fazermos referência regional na historiografia, passo importantíssimo, tendo em vista a precária situação da qual estamos partindo (apartados da peleja pela melhoria de

toda a universidade, sequer as conquistas pontuais serão garantidas).

Na união interna de nossos docentes com os demais, barganhamos condições mais humanas e, no limite, freamos e retardamos o avanço da barbarização do ensino superior nacional. Para além disso, nossa vida pessoal e profissional se enche de sentido, escapando da jaula da vida privada contemporânea em favor da atividade humana genérica na esfera pública.

Chama a atenção o progressivo entrosamento entre o sindicato docente, o sindicato dos técnicos-administrativos e o diretório central dos estudantes, envoltos em atividades conjuntas a fim de revolver e agitar o marasmo político/ideológico característico do nosso tempo.

NOTAS

1. “Longe demais das capitais” é o título de uma canção dos Engenheiros do Hawaii, escrita por Humberto Gessinger, que trata da Porto Alegre dos anos 1980, metrópole distante de outras que até pareceria pequena pela suas idiossincrasias, uma delas justamente o fato contraditório de, ao mesmo tempo valorizar e lamentar seu afastamento em relação ao eixo Rio – São Paulo.


2. A letra D significa dinheiro (quantia financeira para abertura de qualquer empresa), M, mercadoria (força de trabalho somada a máquinas, equipamentos e matérias-primas.) e D’ o lucro final, dinheiro acrescido de mais-valia, portanto capital. No circuito D-D’, tem-se dinheiro e posteriormente dinheiro acrescido de juros, isto é, montante que se valoriza e se torna capital na esfera financeira.

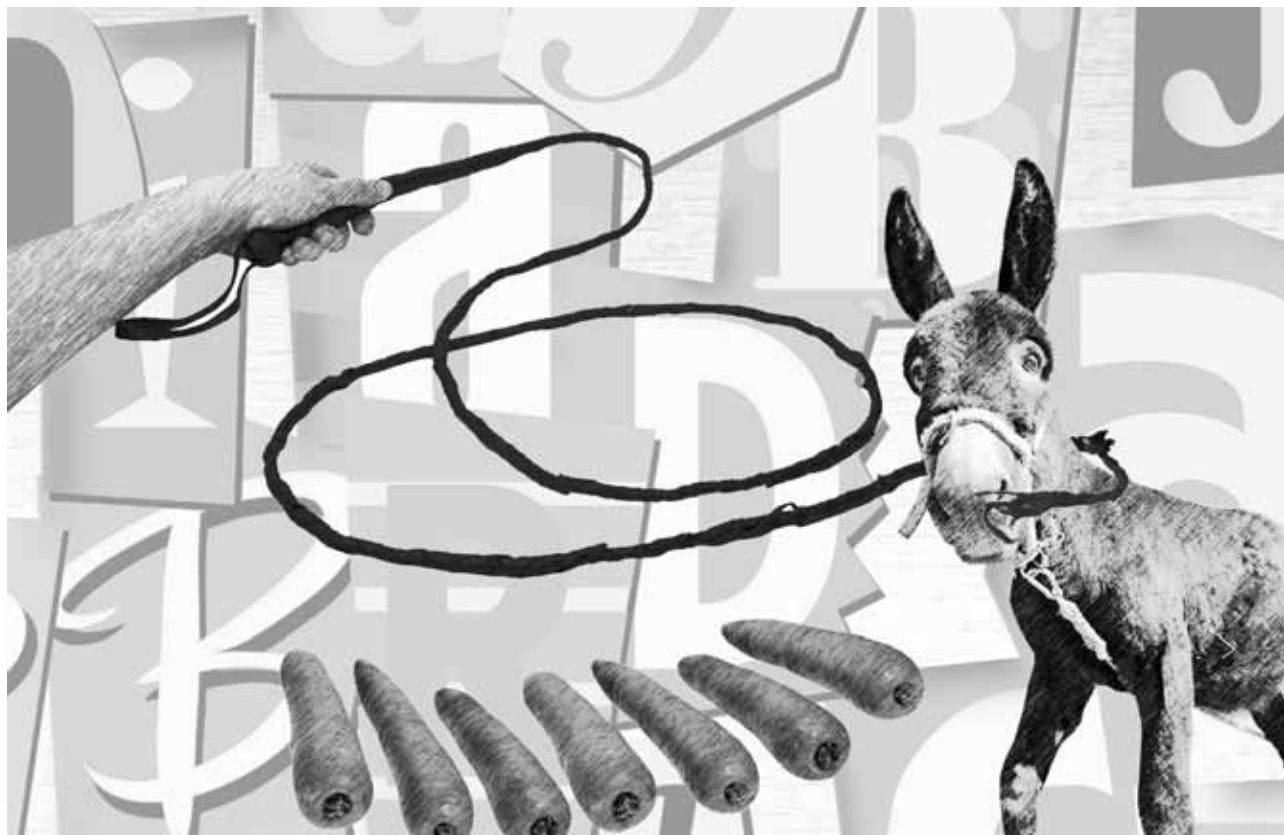
3. Processo também conhecido como reestruturação produtiva.

4. Idem, p. 232. Os dez países analisados são: Alemanha, Brasil, Canadá, China, Coréia, Espanha, Estados Unidos, França, México e Portugal. O Brasil só se encontra à frente do México.

5. Indispensável assinalar que em todas as turmas existem sempre brilhantes exceções.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Crise do Capitalismo Mundial**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2011.
- GOMES, José Menezes. Âncora cambial nos anos 1990. In: **Entre Passado e Futuro. Revista de História Contemporânea**. São Paulo: Editora Xamã, n. 1, maio de 2002.
- IASI, Mauro Luis. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. In: **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: ano XXI, n. 48, julho de 2011.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na Fronteira da Modernização: A política educacional no Amapá (1944-1956)**. Belém: Editora Paka Tatu, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**. livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (São Paulo). **Anuário dos Trabalhadores 2009**. SP: Dieese, 2009.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto & Werther**. São Paulo: Nova Cultural. Trad. Alberto Maximiliano. 2000. p. 225. (coleção obras-primas). 



Cenoura e chicote: o consórcio das universidades federais do Sul-Sudeste mineiro como modelo heteronômico

Wlamir Silva

Professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

E-mail: wlamir-silva@uol.com.br

Resumo: O artigo discute a criação do Consórcio das Universidades Federais do Sul-Sudeste de Minas Gerais como um modelo sub-reptício de relação entre o governo e as universidades federais. Um modelo que se caracteriza pelo binômio de concessão financeira e controle acadêmico, e aponta para a quebra da autonomia universitária e a afirmação de uma relação de heteronomia.

Palavras-chave: Consórcio de universidades. Autonomia. Heteronomia. Financiamento.

Introdução

Em meados de 2010 vazou na imprensa brasileira a proposta do Consórcio de sete universidades do estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade

Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal de Viçosa (UFV)¹. A

intenção, tratada pela imprensa de superuniversidade ou megauniversidade, era integrar e potencializar aquelas instituições.

O prazo dado para a sua criação era, então, o dia de 15 de outubro, que foi abandonado após algumas reações nas universidades. Passado este momento inicial, o assunto refluíu e foi retomado a partir de meados de 2011, com reuniões esparsas e arremedos de debates, finalmente conseguindo a sua aprovação nos conselhos universitários das instituições envolvidas². A estratégia para a sua aprovação passou pela simplificação da ideia, com argumentos de que esse consórcio é apenas um convênio em aberto, com a desconstrução da percepção do processo como uma fusão que insiste em correr pela sociedade³ e asseverações de que não põe em risco a autonomia universitária.

A origem da ideia é controversa, pois, embora a versão oficial seja a de que ela surgiu da experiência dos dirigentes mineiros, há indícios de um protagonismo do Ministério da Educação. Assim, um histórico mostrado no portal da Universidade Federal de Viçosa, com aparência oficial e de chancela do MEC, afirma que, em 19 de julho de 2010, “reitores das sete universidades mineiras aceitam a sugestão do Ministro Fernando Haddad para que seja criado um consórcio”⁴. E em matéria do portal da Universidade Federal de São João del-Rei, baseada em informações da Assessoria de Comunicação do MEC, o reitor desta universidade “vê a integração proposta pelo Ministério como positiva”⁵.

É inegável, no entanto, o entusiasmo do governo com o projeto, demonstrado com a escolha do reitor da Universidade Federal de Viçosa, Luiz Cláudio Costa, entusiasta e coordenador do projeto, para a Secretaria de Ensino Superior do MEC e a sinalização de um orçamento de R\$ 20 milhões para o referido Consórcio⁶. E também a indicação da nova forma como um modelo, como já afirmou o mesmo Luiz Cláudio Costa, então reitor da Universidade Federal de Viçosa, em novembro de 2010, de que já despertava o interesse de outras universidades, e, também o reitor Helvécio Luiz Reis, da Universidade Federal de São João del-Rei, de que “[as] universidades federais gaúchas e as do nordeste decidiram apresentar ao Ministro Fernando Haddad interesse de formarem-

-se consórcio à semelhança do nosso”⁷.

As verbas acenadas não fazem parte dos orçamentos das universidades, fato comemorado por seus defensores como “dinheiro extra” e, portanto, são submetidas a uma lógica diversa do financiamento corrente das universidades. E não só das universidades envolvidas no Consórcio, posto que o interesse seja exatamente o privilégio das associadas quanto a verbas, que são estranhas ao montante comum do financiamento das federais. Logo se imporá às demais instituições o risco da exclusão de um novo e incerto manancial de recursos, cujos critérios de distribuição serão definidos por acordos com o MEC e o governo federal. Parte da sedução da proposta para segmentos da comunidade está em obter verbas aproveitando-se da receptividade do governo.

A relação proposta lembra o controle sobre as universidades esboçado nos primeiros documentos da Reforma do Ensino Superior frustrada do governo Lula, como no documento *Reafirmando diretrizes da reforma da educação superior*, em que foram sugeridas relações de contrato entre o governo e as universidades e se afirmava: “Caberá ao MEC a análise, aprovação e o acompanhamento da execução do plano acordado, assim como garantir o devido financiamento e oferecer os instrumentos adequados para propiciar mecanismos inovadores de gestão”⁸. Desse modo, a reforma rechaçada pode infiltrar-se despercebidamente por meio de verbas concedidas de forma arbitrária e condicionada, fincando uma cunha na autonomia universitária pelo binômio de concessão financeira e controle acadêmico, num novo modelo, sub-reptício, de relação entre governo e universidade.

A ambiguidade jurídica do Consórcio

A primeira posição tomada pelo MEC, em relação ao Consórcio, foi a de que o modelo, aparentado ao dos consórcios municipais, não era possível às universidades federais e, portanto, seria necessária a promulgação de uma lei. Embora não tenha sido esclarecido o motivo exato, inferimos que isso se deve à contradição com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)⁹ no que tange à autonomia universitária. Isso porque o Consórcio poderia ter personalidade jurídica, o que conflita com a de suas consorciadas e suas respectivas autonomias universitárias. Assim,

foi feita a minuta de um Projeto de Lei – de setembro/outubro de 2010¹⁰ – que estabelecia o Consórcio como tendo “personalidade jurídica própria” (Art. 1º, § 1º)¹¹, detendo “no que couber, as prerrogativas da autonomia universitária elencadas nos art. 53 e 54 da LDB”(Caput do Art. 3º). Buscava-se resolver o conflito com a LDB e as atribuições da autonomia universitária nela dispostas, uma vez que o Consórcio assumia prerrogativas de autonomia.

O Projeto de Lei sofreu duras críticas na Universidade Federal de São João del-Rei e, ainda em outubro de 2010, foi abandonado¹². O MEC teria, então, orientado os reitores para uma forma mais simples. O Projeto de Lei é, então, passado? Creemos que não, pois as contradições que o motivavam não foram dirimidas por não terem sido tratadas, persistindo as antinomias quanto à sua personalidade jurídica e às prerrogativas de autonomia. E, ainda, se o PL se originou do MEC, ele dá pistas de como o Ministério pensa o Consórcio, e as relações que ele estabelecerá com o governo, diante de tantas incertezas e vazios existentes nos poucos documentos reconhecidos.

É duvidoso que a Lei então rascunhada resolvesse a contradição entre as personalidades jurídicas de universidades e Consórcio, tendo em vista que o Consórcio assumiria atribuições que a LDB confere, com base na Constituição Federal em seu Art. 207, à autonomia universitária, tais como: “organizar e coordenar a criação ou extinção de cursos e programas” (Art. 3º, § Parágrafo Único, Inciso I) ou constituir “cursos integrados, em nível de graduação e pós-graduação” (Art. 18, § 1º), e ainda “organizar e coordenar planos e projetos integrados de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão” (Art. 3º, § 1º, Inciso IV), assim como pela previsão de um Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio (PDIC) integrado (Art. 4º, § 2º, Inciso I), que conviveria, ou conflitaria, com os PDIs de cada consorciada.

É interessante observar que uma ressalva quanto

à ambiguidade presente entre a autonomia universitária e a do Consórcio foi retirada na segunda versão do PL, alterada pelos proponentes: “[a]s prerrogativas da autonomia concedidas ao consórcio não interferem nem se sobrepõe à autonomia universitária de cada uma das consorciadas” (Art. 3º, § 2º). A declaração de intenções se mantém na minuta do PDI disponível na Universidade Federal de Lavras. Essa declaração não resolve a tensão, mas o ir e vir nos diz algo sobre as dificuldades dessa relação¹³, cuja solução poderá ser contornada pelos documentos para a aprovação junto aos conselhos universitários das potenciais consorciadas.

Em vista do acima exposto, recorreremos em nosso trabalho não só aos documentos oficiais encaminhados aos conselhos, como também ao Projeto de Lei decaído, e até de seus rascunhos, e a manifestações de imprensa, sempre que isso puder esclarecer o tema, pois as lacunas evidentes da proposta são em parte esclarecidas pelo tortuoso caminho percorrido pelo intento, cuja precedência entre MEC e reitores já não tem importância, dada a convergência demonstrada por eles ao encontro do mesmo objetivo.

A realização da ambiguidade: complicações e simplificações do Consórcio mineiro

O Termo de Convênio e o Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio arrolam, entre objetivos e metas, mais de sessenta ações pretendidas¹⁴. Para evitar qualquer risco de área livre da ação do Consórcio, o item 62 do Termo de Convênio indica “[o]utras ações relacionadas”. Todas as áreas estão na mira. O Plano, que se diz definitivo, e o Termo de Convênio pretendem “[e]stabelecer procedimentos integrados de planejamento e gestão¹⁵. Como o Consórcio não precisaria integrar a si mesmo, é evidente que ele pretende impactar o planejamento e a gestão dessas universidades, unificando-os, pondo em questão a suposição de uma ação específica e parcial.

É significativo que ele seja propagandeado como a soma das consorciadas e não um convênio de ações

É duvidoso que a Lei então rascunhada resolvesse a contradição entre as personalidades jurídicas de universidades e Consórcio, tendo em vista que o Consórcio assumiria atribuições que a LDB confere, com base na Constituição Federal em seu Art. 207, à autonomia universitária.

particulares: “O Consórcio reunirá 239 cursos de graduação, oferece (*sic*) mais de 13 mil vagas e atender (*sic*) a mais de 48 mil alunos matriculados na graduação presencial. Na pós-graduação, oferecerá 45 programas [...]. São mais de 3 mil alunos de mestrado e 1.700 de doutorado”¹⁶. Incompreensível é o estranhamento dos seus propositores com relação à leitura corrente de uma fusão e de uma superuniversidade. A imagem e a percepção vendidas orientam não apenas como a sociedade verá a associação, mas também como as próprias comunidades universitárias se verão neste conjunto institucional híbrido.

Alguns objetivos deixam clara a intenção de ingerência nas estruturas universitárias. Como as que preveem “[e]stabelecer estruturas organizacionais equivalentes, entre as consorciadas”, com relação à assistência estudantil e relações internacionais. E, sobretudo, o de criar “procedimentos compartilhados [...] no âmbito das Universidades consorciadas”, quanto ao “recrutamento [e] seleção [...] de pessoal, avaliação de desempenho, capacitação, qualificação e dimensionamento de pessoal”, como dizem o Termo de Convênio e o Plano de Desenvolvimento do Consórcio¹⁷. Essas ações se referem às estruturas organizativas das consorciadas, e não às do Consórcio, e a segunda atinge pontos nevrálgicos da composição e desenvolvimento dos profissionais da educação, além de apontarem para ações administrativas que sequer exigiriam um posicionamento de órgãos colegiados, tais como controles de presença e aferimento de eficiência.

O Termo de Convênio, em sua cláusula primeira, e o Plano de Desenvolvimento Institucional, na *Apresentação*, apontam para uma “maior eficiência na captação e aplicação de recursos”. Se os recursos do Consórcio lhes são especialmente designados, é evidente que isso diz respeito a outros recursos, junto ao governo ou à iniciativa privada. Posta essa relação, cria-se um polo de atração e um conseqüente fluxo de investimentos via Consórcio. E como evitar que os recursos “facilitados” não venham competir com os orçamentos e a captação de recursos de cada universidade, como anunciam o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Termo de Convênio e o Termo de Convênio¹⁸? É lógico que serão subtraídos dos orçamentos, inclusive de outras universidades,

sob o talante do MEC, e competirão com a expansão e o REUNI inacabados, ou seja, com a capacidade instalada e suas demandas. Além disso, prioridades e ações orientadas pelo governo atrairão outros recursos, de ministérios, emendas parlamentares e privados.

Ainda que a imagem criada seja a de injeção de recursos, o que fora disposto no Projeto de Lei retirado estabelecia meios de transferência de recursos das consorciadas para o Consórcio, sem exigências. Assim, “[a]s instalações das universidades consorciadas poderão ser utilizadas para as atividades do consórcio no limite de suas possibilidades”, e ainda estava previsto que as consorciadas “entregarão recursos ao consórcio universitário mediante contrato de rateio” (Art. 25). No sentido oposto, são firmadas condições. Na primeira versão do PL, portanto a do MEC, dizia-se que “dotações financeiras que forem atribuídas ao consórcio”, só “poderão ser repassadas às universidades consorciadas para execução de projetos conjuntos aprovados pelo Conselho Executivo do consórcio” (Art. 29).

Na segunda versão do PL, mantinha-se a aprovação pelo Conselho Executivo e o fato de serem projetos conjuntos como condição para o repasse de recursos para as consorciadas (Art. 28). Isso foi reafirmado numa versão inicial de minuta de Plano de Desenvolvimento, pela qual a infraestrutura do Consórcio “[s]erá constituída pela infraestrutura das Universidades Consorciadas”¹⁹. Em sua versão final, afirma-se que “[a] infraestrutura das Universidades consorciadas será compartilhada nos projetos do Consórcio, sem prejuízo para as suas atividades”²⁰. As filigranas verbais resolvem a sobreposição de estruturas? O Consórcio apoia-se no existente. Não competirá com suas atividades originais, numa dança das cadeiras de investimentos de difícil discernimento?

Se a captação de recursos via Consórcio ganhar espaço, isso se fará na direção das áreas estratégicas ou prioritárias apontadas: “nanotecnologia, bioenergia, biodiversidade, meio ambiente, sustentabilidade, saúde, educação, biotecnologia e fármacos”. Assim, “a indução de programas de pesquisa, inovação tecnológica e empreendedorismo”, de acordo com o Termo de Convênio e com o Plano de Desenvolvimento do Consórcio²¹, adquirirá foros de

sobrevivência para pesquisadores dessas universidades, pondo em risco a liberdade de pesquisa. Essas prioridades seriam marcadas por “programas e ações consorciadas de interação Universidade-Sector Empresarial”, segundo o Termo de Convênio e o Plano de Desenvolvimento Institucional²², orientadas pelo Consórcio. Projetos “de interesse do Consórcio”, e não desenvolvidos por ele, destaque-se, teriam bolsas, mereceriam “a mobilidade de servidores, docentes e técnico-administrativos”, “e a contratação de pesquisadores”²³. E áreas estratégicas, definidas pelo crivo propositivo de governo e reitores aproximados, serão estratégicas também para outros setores do governo, setores privados e interesses políticos.

A atração e a dispersão de recursos prometem ser até mesmo regionais. Em notícia publicada no Portal do MEC, em 23 de maio, aponta-se o município mineiro de Caxambu como provável sede administrativa do Consórcio, além de receber um centro de excelência internacional em pesquisa²⁴, sendo a materialização, talvez, do *Centro de Altos Estudos* previsto no Plano de Desenvolvimento do Consórcio²⁵. O curioso é que a integração de sete universidades, com sedes em sete municípios e espalhadas por outros tantos, busque um município excêntrico tanto a suas administrações quanto a suas capacidades instaladas de pesquisa. Parecem “ciúmes” de que uma das universidades seja a sede do Consórcio, mais do que a integração alardeada, e uma dispersão de esforços e duplicidade de investimentos, mais do que a cooperação e a eficiência acadêmicas propagandeadas e, mais ainda, o uso político-eleitoral de verbas públicas do ensino superior e das universidades, como demonstram as relações entre um deputado federal e a prefeitura de Caxambu²⁶. A circulação de verbas sob uma orientação que escapa ao labor acadêmico cotidiano é um manancial de relações políticas inesitimável.

Projetos de interesse do governo e de impacto político tendem a galvanizar investimentos. É o caso da educação à distância, que já se dá nas universidades, tem um grande significado estatístico e estende polos por áreas remotas, e será impulsionada pelo interesse do Consórcio²⁷. Também são apontadas “ações de cunho social e educativo em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que

englobam o raio de localização das universidades”. Ações como o “Corredor Cultural” ou uma “rede de extensão cultural”, com corais e festival de bandas²⁸, pondo no horizonte dessas universidades a execução de políticas públicas numa lógica que não necessariamente se originará de sua dinâmica acadêmica, na qual a extensão universitária surge articulada à pesquisa e é de cunho crítico e transformador, e não pelo atendimento de demandas imediatas da população e do governo. A Universidade dos mutirões e da realização de políticas públicas de governo se tornará um meio de suprir ausências e amearhar prestígio político para seus dirigentes, o governo e aqueles que de alguma forma gravitarão em torno dela.

No campo da extensão, o interesse do Consórcio é bem explícito: “[c]riar Programas de Extensão em consonância com Políticas Públicas”, reforçando o papel de intermediação e pressão, por meio de sua *expertise* de captação de recursos, entre o governo e essas universidades. Intermediação evidente no fito de “[e]stabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para viabilizar recursos para programas e projetos de extensão e cultura”, dizem o Termo de Convênio e o Plano de Desenvolvimento Institucional²⁹. É claro que essas relações não se restringirão às atividades do Consórcio, e que as parcerias público-privadas carrearão esforços independentes da dinâmica existente. No âmbito do Ensino de Graduação, outros objetivos impactam profundamente essas universidades. É o caso do “Núcleo de Estudos Pedagógicos”, que discutirá metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem, desenhos curriculares, retenção e evasão, sistema de avaliação da graduação, normas e controle acadêmico, como apontam o Termo de Convênio e Plano de Desenvolvimento Institucional³⁰. A criação de “cursos consorciados de graduação, de pós-graduação e de formação continuada” implicam em estruturas difíceis de serem desfeitas e impossíveis de serem exclusivas do Consórcio.

Aspectos práticos de vantagens acenadas, que têm implicações didático-científicas, e que opõem as estruturas do Consórcio e das consorciadas, simplesmente foram evitados. É válido comentar a mobilidade estudantil; como prevista no Projeto de Lei abandonado, ela envolveria um vínculo institucional diferente para cada momento dessa mobilidade: “O

aluno em mobilidade terá vínculo temporário com a consorciada receptora pelo período que nela permanecer” (*Caput* do Art. 12). O que envolveria inclusive a garantia de vaga para o retorno à instituição de origem (Art. 12, § 2º). Da primeira versão do PL para a segunda há uma mudança sutil, a retirada de uma palavra. Na primeira versão, a utilização dos créditos pelo aluno é peremptória: “[q]uando do retorno do aluno, a universidade de origem concederá, obrigatoriamente, equivalência e o aproveitamento de créditos ao aluno aprovado nas disciplinas cursadas na universidade receptora” (Art. 13, Parágrafo Único).

Na segunda versão do PL, já no *Caput* do Art. 13, é retirado o vocábulo “obrigatoriamente”. A sutileza aponta para outra tensão, que inviabilizou o projeto de mobilidade entre as federais da ANDIFES: os perfis, ementas, pré-requisitos e ementas dos cursos de origem. A retirada de um vocábulo não extingue a divergência entre a dinâmica dos cursos, e das consorciadas, e uma concepção hipervalorizada da experiência da mobilidade dos promotores do Consórcio. A minuta de Plano de Desenvolvimento que circulou na Universidade Federal de São João del-Rei mantinha essa ambiguidade, chamando a mobilidade discente de “matrícula interinstitucional”. Como isso se resolverá no contexto de imbricação de autonomias? A solução do enigma foi exígua: tudo fica para se resolver depois. Em especial com a criação do Núcleo de Estudos Pedagógicos, com pretensões de intervenção no âmbito dos desenhos curriculares e da avaliação, além de normas e controle acadêmico³¹. Avizinha-se uma intervenção nos cursos de graduação, isso num contexto de pressões do MEC para a opção pelo ENEM, os 90% de aprovação discente exigida pelo REUNI, a relação de dezoito alunos por professor e as ações afirmativas.

A intenção de “[c]riar centros de pesquisa [...] com [...] localização diferente [das] Universidades consorciadas”, firmada no Termo de Convênio e no Plano de Desenvolvimento Institucional³², constitui, além da dispersão e superposição de esforços, uma herança de quase impossível partilha. Ela aponta para

uma a interpenetração das atividades, uma vez que “[a] infraestrutura das Universidades consorciadas será compartilhada nos projetos do Consórcio” e os docentes serão estimulados a instalarem-se em espaços do Consórcio. Situação que envolverá laços mais ou menos perenes de cursos, laboratórios e, mesmo, estruturas burocráticas. Somemos a isso a já demonstrada não previsão de contratação de técnicos-administrativos ou de professores, em que pese prever o aumento de atividades e de cursos.

Fala-se apenas em contratar pesquisadores, provavelmente com vínculo precário³³. Os recursos humanos são, sem dúvida, a questão mais espinhosa do financiamento das universidades, pois é aquela que impõe investimentos não só pesados como permanentes, e ao que o governo certamente tem que tomar decisões mais difíceis. O Projeto de Lei previa a possibilidade de cada consorciada “ceder pessoal docente e técnico-administrativo ao consórcio universitário” (*Caput* do Art. 6º), e não era definida nenhuma forma de contratação específica para as atividades do Consórcio, fazendo crer que o quadro técnico existente suportaria as atividades do Consórcio. Já quanto à demanda de docentes – previstos “cursos integrados” – ele estabelecia, em seu Artigo 21, que as “disciplinas de cursos integrados serão lecionadas pelos docentes dos quadros das consorciadas e, em havendo necessidade, por docentes contratados pelo consórcio, nos termos da legislação vigente e em função dos recursos disponíveis”.

Como se vê, havia uma referência a contratações “nos termos da lei”, e não da forma usual do vínculo do servidor público. Isso porque os recursos do Consórcio são contratuais, e não parte do orçamento perene das universidades (recursos disponíveis), pois o próprio Consórcio pode ser desfeito. Assim, supõe-se um professor temporário, provavelmente contratado pela CLT, criando dois regimes de trabalho nas universidades e indo ao encontro de uma antiga demanda de flexibilização do regime de trabalho, recentemente reafirmada na MP acerca dos hospitais universitários (MP 520/10). A minuta que circulou na

Os recursos humanos são, sem dúvida, a questão mais espinhosa do financiamento das universidades, pois é aquela que impõe investimentos não só pesados como permanentes, e ao que o governo certamente tem que tomar decisões mais difíceis.

Universidade Federal de São João del-Rei ignorava a questão de recursos humanos, quanto aos dois segmentos, o que não a resolvia e sugeria um incômodo com a questão.

O Termo de Convênio e o Plano de Desenvolvimento Institucional finais dizem “viabilizando a mobilidade de servidores docentes e técnico-administrativos e a contratação de pesquisadores para atuação em projetos de interesse do Consórcio”, ou seja, não toca na contratação de técnicos e esquiva-se da contratação de professores. Quanto aos docentes, vale também recorrer ao Projeto de Lei elaborado pelo *staff* do MEC, ainda que retirado por pressões quanto à excessiva pormenorização, visto ser ele talvez o único documento que indique as intenções oficiais³⁴. O Projeto de Lei dá pistas de como isso é pensado, fala em seu Art. 21 que “[a]s disciplinas de cursos integrados serão lecionadas pelos docentes dos quadros das consorciadas e, em havendo necessidade, por docentes contratados pelo consórcio, nos termos da legislação vigente e em função dos recursos disponíveis”, não se referindo à contratação de técnicos e apontando para docentes com vínculo precário, pois vinculados a recursos do Consórcio, que é efêmero. Por que a migração da contratação de docentes para a de pesquisadores (para facilitar a contratação precária?), estabelecendo categorias e funções diferentes e rompendo com a indissociabilidade de ensino e pesquisa?

Da ambiguidade à heteronomia

Os desdobramentos evidentes do Consórcio não se coadunam com a declaração formal de que cada uma das consorciadas “permanecerá com sua autonomia universitária, como previsto no artigo 207 da Constituição Federal”, como descrito no Termo de Convênio e no Plano de Desenvolvimento³⁵. Onde estaria a autonomia “didático-científica”, sob o peso das áreas estratégicas e prioridades definidas por governos (sob o pretexto de “políticas sociais”) e a iniciativa privada? Onde estaria a autonomia “administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, diante da conjunta captação e gestão de recursos? Como praticar a autonomia com recursos concedidos ao sabor de caprichos de um poder efêmero?

É curioso que se faça a ressalva de que “[o] Con-

sórcio não fere esta autonomia e não propicia ingerência de uma instituição sobre outra”, expressa no Termo de Convênio e no Plano de Desenvolvimento Institucional³⁶, sem considerarmos a ameaça de ferimento da autonomia dessas universidades pelo Governo/ MEC, a iniciativa privada e um coletivo de reitores alçado a uma posição deliberativa, pela prevista incapacidade deliberativa e a superposição de estruturas representativas, e a mediação com o citado governo. Morosidade já prevista, e talvez planejada, pois o Projeto de Lei intentado referia-se, em seu Art. 3º, § 1º, Inciso I, ao ato de ratificação, ou seja, amiúde de confirmação, de autorizações do Conselho Executivo pelos conselhos universitários, evitando prudentemente a expressão mais contundente de aprovação.

Em sua forma definitiva, as gestões do Consórcio serão feitas por um Conselho Diretor, composto por seus reitores, segundo o Termo de Convênio e o Plano de desenvolvimento Institucional³⁷. E como se chegou a essa fórmula singela? Como a LDB prevê “a existência de órgãos colegiados deliberativos” (Art. 56), o Projeto de Lei criava um “Conselho Executivo”, composto por reitores, vice-reitores e pró-reitores. (Art. 8º, Inciso I). Na segunda versão do PL havia outro parágrafo 1º, dobrado, do Art. 8º (em vermelho), retificando a composição do Conselho Executivo, somando aos reitores, vice-reitores e pró-reitores os representantes das classes dos discentes, docentes e técnicos-administrativos. Podem-se notar as dificuldades de estabelecer o caráter desse Conselho (um órgão colegiado?), que teria suas decisões “ratificadas” pelos conselhos universitários das consorciadas (Art. 8º, § 1º, Inciso V).

A minuta de Plano de Desenvolvimento acessada na Universidade Federal de Lavras mantinha o Conselho Executivo nos termos da primeira versão do PL. Na minuta de PDI disponível no Portal da Universidade Federal de São João del-Rei, o Conselho Executivo era dividido em um Conselho Administrativo e um Conselho Consultivo, que seria “composto por representantes dos docentes, dos discentes e do pessoal técnico administrativo de cada uma das universidades”, visando atender a LDB em seu Art. 56, parágrafo único. A solução da versão disponível na Universidade Federal de São João del-Rei, no entanto, não dirime o problema de sobreposição de repre-

sentenças, isso sem falar do dispêndio de energias de criação de um sistema representativo paralelo, em especial considerando as distâncias de até 200 km entre as consorciadas.

Nos termos do PL, o poder do Conselho Executivo seria apenas propositivo, executivo e gestor (Art. 9º, Incisos I, II e IV), entretanto, seria deliberativo quanto ao que dissesse respeito às atividades materiais do Consórcio: “aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços aquisições conjuntas das consorciadas” (Art. 9º, Inciso V). E sabemos como essas bases materiais são poderosas. No caso de criação de um Conselho Consultivo, ele teria como atribuição “orientar as decisões do conselho administrativo”, e não de deliberar. O que leva à questão da conveniência de criar tal estrutura paralela para exercer mera função consultiva. Ainda no PL, também sobre a mobilidade de discentes, o Conselho Executivo é que é deliberativo: “[o] consórcio, por meio de seu Conselho Executivo, estabelecerá critérios para mobilidade de discentes” (Art. 11).

A forma final do solitário Conselho Diretor de Reitores é, portanto, apenas um contornar de complexidades e não o seu enfrentamento. Uma centralização que seria mitigada tão somente pela salvaguarda da aprovação dos conselhos universitários, fórmula pouco confiável se considerarmos as condições materiais já citadas dessa relação, incluindo as distâncias, dinâmicas administrativas e a relação cada vez mais próxima de reitores e governos. Chegou-se à forma restritiva de um conselho de reitores, mediadores que contam com a irrestrita simpatia governamental e de interesses privados, desde que se pautem pela consonância com as políticas públicas e áreas estratégicas “de desenvolvimento”? Suas prioridades e estratégias serão os polos de atração, de direcionamento e controle de recursos.

O discurso político que viabiliza o Consórcio é contraditório, pois o apresenta ora como um projeto de grandes dimensões, em defesa da importância de sua implantação, ora como um mero convênio, contornando as desconfianças de perda de autonomia. A

ideia de integração, de pesquisas e cursos, com a mobilidade de professores, técnicos e estudantes, é sedutora. Pergunta-se, no entanto, se isso é necessário ou eficaz. Para políticas de mobilidade não seria adequada uma política nacional, desenvolvida pela CAPES? E, nesse caso, por que restringir àquelas sete universidades? Quanto a pesquisas e cursos de pós-graduação, não podem ser feitas caso a caso, respeitando a dinâmica de grupos e programas? É desejável, e útil, a criação de uma estrutura burocrática paralela, com um conselho diretor próprio e mais espaços físicos?

Algumas pretensões do Consórcio são quase infantis. Como a de que a mera soma dos patrimônios acadêmicos das sete universidades alçaria-as aos *rankings* acadêmicos internacionais das “melhores universidades do mundo”. Como é evidente que os números acadêmicos não são apenas a soma do que é positivo, mas também das insuficiências, essa preten-

são levou um jornalista, que cobriu o tema, a afirmar, não sem conversas com reitores, que “a tendência é [de] que as áreas de excelência de cada universidade sejam maximizadas em longo prazo, enquanto as de menos destaque sejam suprimidas”³⁸. Princípio justo, mas historicamente pobre, pois nega justamente a maturação das novas e expandidas universidades da região.

Mas, o que encanta o MEC no pretendido Consórcio? A perspectiva de “otimização de recursos”, com a “possibilidade de mais investimentos, com menos despesas”. É louvável

que se busque eficiência com os recursos existentes, oxalá outros o fizessem. Mas soa estranho quando se somam tarefas onde há tantas carências, e que se imagine que tal estrutura burocrática é que venha a proporcionar tal racionalidade. O que mais preocupa é a imbricação dos gastos. A esse respeito, o alto burocrata do MEC, Samuel Feliciano, afirmava, já em outubro de 2010, que “a distribuição de verbas ainda não está definida e dependerá da estrutura que for adotada”³⁹. Estrutura do Consórcio? Ou das universidades? É justo e eficaz que se confundam? E a maximização desses recursos com fins administrativos e políticos, assentada no protagonismo do MEC

O discurso político que viabiliza o Consórcio é contraditório, pois o apresenta ora como um projeto de grandes dimensões, em defesa da importância de sua implantação, ora como um mero convênio, contornando as desconfianças de perda de autonomia.

à custa da autonomia das universidades?

O orçamento de R\$ 20 milhões, sinalizado, foi um chamariz para sedentas comunidades universitárias. Assim como as modalidades de auxílio listadas, como 350 bolsas destinadas à mobilidade acadêmica e possibilidades de auxílio complementar para alunos carentes, 175 bolsas para a Assistência Estudantil, 35 bolsas de mobilidade docente e 70 bolsas para professores visitantes, 35 bolsas para a mobilidade e outras para qualificação em cursos de pós-graduação para técnicos das universidades e 140 bolsas de mobilidade para alunos de pós-graduação⁴⁰. Esses recursos, já necessários ou desejáveis naquelas instituições, não são, para as sete universidades, tão impressionantes, sobretudo se forem, como parece, para os cinco anos previstos. Tornam-se extraordinários na extravagância do Consórcio, como se fossem algo estranhamente desligado dos gastos devidos ao custeio das universidades federais ou como uma oportunidade de ganhar recursos sobre as universidades coirmãs, de uma forma ou de outra, um péssimo aprendizado de financiamento público: ou à mercê de fontes desconhecidas ou a disputa intestina entre coirmãs, apoiada no favoritismo governamental.

Diante das características da proposta apresentada, à qual as sete universidades mineiras foram instadas a aderir, cabe questionar se não seria mais útil exigir a isonomia de financiamento e o cumprimento dos projetos de expansão e REUNI, ao invés de envolver-se em uma disputa fratricida por recursos incertos e nebulosos, e consolidar-se a partir de sua própria dinâmica acadêmica. Até mesmo porque há dúvidas se o Consórcio é necessário para fazer parcerias – como muitas que já são feitas a partir de articulações acadêmicas concretas – ou se ele viria representar a burocratização e a dispersão de energias em ações não originárias da prática acadêmica.

Pretende-se tranquilizar quanto à submersão das universidades, estabelecendo a possibilidade de saída do Consórcio, “a qualquer momento”, por denúncia deste, com a antecedência de apenas noventa dias⁴¹. É crível esse abandono suave depois de cinco ou dez

anos, tempo proposto para a vigência e a renovação, de estruturas equivalentes, procedimentos compartilhados e cursos, laboratórios e relações com o Estado e a iniciativa privada em comum? Certamente o Consórcio não é um mero convênio como querem fazer crer os seus propositores, e que ele transformará as universidades envolvidas em razão direta à profundidade da sua implantação.

Isso é tanto mais grave porque as sete universidades envolvidas, como outras federais no país, vivem um grande e recente processo de expansão, de novos *campi* e cursos, para os quais já faltam recursos, prédios, laboratórios e pessoal, e apresentam dificuldades, naturais, de integração dos novos professores, técnicos e alunos, novos grupos de pesquisa, cursos e demais projetos, muitas vezes trazendo à tona condições que se mostram pouco profissionais e democráticas naquelas instituições. O impacto do Consórcio sobre essas estruturas instáveis pode ser determinante nas suas respectivas formações institucionais.

A liberdade acadêmica deve ser plural e contraditória, e não alugada a mutirões para a solução de problemas não equacionados pelos setores do Estado que lhes são pertinentes, ou atrelada ao pior dos cabrestos: a chantagem material.

Conclusão

Por que não apenas prover os recursos das universidades expandidas, e permitir que se consolidem autonomamente, no ritmo e características próprias das atividades acadêmicas, sob a avaliação, mas não a condução, do MEC? Temos aqui, além do fato de que cumprir com a obrigação de prover o que foi criado prescindir de apelo político, o

segundo encanto do Consórcio para o MEC. O apelo à solução de problemas sociais, do desenvolvimento econômico à cultura⁴², acusa tacitamente as universidades de ineficiência e elitismo. Mais do que isso, questiona a pertinência de sua autonomia, reforçando que se intenta um novo modelo de universidade cuja dinâmica está fora dela.

Não há nenhum mal em pensar a Universidade e propor novos modelos e novas relações com a sociedade. Porém, quando retirada da lógica da ciência, da educação e da cultura, a direção a ser dada às universidades é tomada por forças estranhas ao desiderato acadêmico, pela burocracia governamental e ministerial, que deseja impor os seus programas e

por articulações políticas de atendimento a setores econômicos e sociais. A universidade fica, claro, ao sabor de votos a serem conquistados e de carreiras a serem construídas, sob o argumento demagógico do desenvolvimento e da inclusão.

Assim, rouba-se a autonomia universitária e com ela a perspectiva crítica da ciência e da cultura. A liberdade acadêmica deve ser plural e contraditória, e não alugada a mutirões para a solução de problemas não equacionados pelos setores do Estado que lhes são pertinentes, ou atrelada ao pior dos cabrestos: a chantagem material. A ação da Universidade não pode ser balizada pelo velho método de amansar burro, que alterna a cenoura (verbas e bolsas) e o chicote (a ameaça da penúria), ao alvitre de políticas de governo. A heteronomia, ou seja, a subordinação a uma lógica que lhe é externa, seja diante do governo, em relação a demandas privadas (mesmo as ditas populares) ou mesmo à associação das duas, retira da Universidade a sua essência como o espaço dos embates circunstanciados e da crítica radical.

O Consórcio de Universidades Mineiras Sul-Sudeste não, entretanto, é mera criação regional. Surge como um modelo de nova relação entre as universidades e o governo federal/MEC. Logo as universidades que não quiserem consorciar-se serão excluídas dos milhões orientados para tal prática, e ficarão com as já instaladas carências. Esse Consórcio é mesmo, como apontam os seus criadores, “uma mudança de paradigma”, mas não no campo da integração entre as universidades, e sim, fundamentalmente, na instalação de um novo modelo de relação entre as universidades públicas e o governo.

NOTAS

1. Ver Góis, A. Está em estudo a criação de uma superuniversidade federal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 2010, e Consórcio deve elevar mobilidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2010.

2. O Consórcio foi aprovado no Conselho Universitário da Universidade Federal de São João del-Rei, em 29 de agosto de 2011, com a informação de que, além dela, faltava apenas a aprovação na Universidade Federal de Ouro Preto, a respeito da qual não temos informação até o fechamento deste texto.

3. MEC vai avaliar superuniversidade mineira. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 3 maio 2011.

4. A construção do projeto dos consórcios de sete universidades mineiras. *Portal da Universidade Federal de Viçosa*. Disponível em: <<http://www.consortioifef.ufv.br/?area=oque>>. Acesso em: 8 out. 2011.

5. Universidades mineiras estudam proposta para formação de consórcio. *Portal da Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <http://cap.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=1829>. Acesso em: 23 jul. 2010.

6. Divulgado pela UFJF e pela UFLA em abril de 2011. *Portal da Universidade Federal de Lavras*. Disponível em: <<http://www.ufla.br/ascom/index.php/2011/04/page/2/>>, e *Portal da Universidade Federal de Juiz de Fora* Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2011/04/27/reitores-discutem-acoess-do-consorcio-sul-sudeste-das-universidades-mineiras-para-2011>>. Acesso em: 8 out. de 2011.

7. Coordenador do projeto afirma que o consórcio já é uma realidade para 2011. Portal da Universidade Federal de Alfenas. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/comunicacao/?q=balancoconsorcio>>. Acesso em: 8 de out. de 2011. Reis, H.L. Consórcio das universidades federais do Sul-Sudeste de Minas Gerais. *Portal da Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/gabin/consorcio/historico_proposicao_consorcio.pdf>.

8. Ministério da Educação, reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior, 02 de agosto de 2004.

9. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

10. A minuta de Projeto de Lei teve a sua primeira versão oriunda da burocracia do MEC, e foi alterada pelo proponentes do Consórcio. A primeira versão, de setembro de 2010, está no Portal da *Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/.../anteprojecto_lei_consorcio.pdf>, a segunda, de outubro, pode ser acessada no Portal do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora – MG. Disponível em: <www.sintufefuf.org.br/Minuta_projeto_de_lei_alteracoes.doc>. Acesso em: 8 out. 2011.

11. Ainda que no Art. 35 constasse que ele “obedecerá os princípios do consórcio administrativo, não possuindo personalidade jurídica”.

12. “O Reitor Helvécio Reis da UFSJ manifestou à Secretária Maria Paula Dallari Bucci, da Secretária de Ensino Superior (SESu) do MEC, sua preocupação quanto ao PL que legisla sobre a criação de consórcios entre universidades públicas, procurando reproduzir sua intranquilidade e a de alguns setores da UFSJ em relação a esse documento, e obteve da Secretária a decisão de excluir o PL”. Projeto de Lei (PL) do Consórcio cai. *Portal da Universidade Federal de São João*

del-Rei. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=2068>. Acesso em: 8 jul. 2011.

13. Tivemos duas minutas de PDI em circulação, antes da definição da que embasou as aprovações em conselhos, com diferenças pontuais entre elas. Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio. *Portal da Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/gabin/consorcio/pdi_consorcio_minuta.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2011. E Minuta PDIC. *Portal da Universidade Federal de Lavras*. Disponível em: <http://www.ufla.br/ufla/wp-content/uploads/2011/04/CONSORCIO_minuta-PDIC_versao_18-10-2010.pdf>. Acessado em 1º de junho de 2011. A versão da UFLA dizia que “[o] Consórcio representa uma mudança de paradigma, passando do modelo de competição para um ambiente de cooperação entre as Universidades Consorciadas, preservando autonomia de cada Instituição”.

14. Ver o Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio (PDIC) e o Termo de Convênio (TC). Os documentos que baseiam o Consórcio podem ser consultados no *Portal da Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/reitoria/consorcio_universidades.php>.

15. TC, p. 2, e PIDC, p. 15.

16. *Idem*.

17. TC, pp. 2 e 4, e PIDC, p. 16 e 19.

18. PIDC, pp. 4 e 21, e TC, pp. 2 e 5.

19. Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio. *Portal da Universidade Federal de São João del-Rei*. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/gabin/consorcio/pdi_consorcio_minuta.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2011.

20. PDIC, p. 20.

21. TC, p. 3, e PIDC, p. 17.

22. TC, p. 4, e PIDC, p. 18.

23. TC, p. 3, e PIDC, p. 18.

24. Universidades mineiras dão início a atividades integradas. *Portal do MEC*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16647:universidades-mineiras-dao-inicio-a-atividades-integradas&catid=212&Itemid=86>.

25. PDIC, p. 17.

26. *Lopes dá mais um passo na conquista da multiuniversidade em Caxambu*. Site do Deputado Reginaldo Lopes. Disponível em: <file://F:/CONS%C3%93RCIO/Deputado%20federal%20Reginaldo%20Lopes%20PT-MG.htm>.

27. TC, p. 4, e PIDC, pp. 4, 9, 10-11 e 15.

28. Reitores discutem ações do consórcio de universidades

mineiras para 2011. *Portal da Universidade Federal de Lavras*. Disponível em: <<http://www.ufla.br/ascom/index.php/2011/04/reitores-discutem-acoes-do-consorcio-de-universidades-mineiras-para-2011>>.

29. TC, p. 3, e PIDC, p. 18.

30. TC, p. 3, e PIDC, p. 17.

31. O Núcleo é citado na versão de PDI da UFSJ e delineado na da UFLA. É a versão disponível na UFLA a divulgada em matéria publicada pelo Portal da UFJF que dá como certo o Consórcio. Reitores discutem ações do consórcio de universidades mineiras para 2011...

32. TC, p. 3, e PIDC, p. 17.

33. PDIC, p. 18, e TC, item 36.

34. Projeto de Lei 22-09. Portal da Universidade Federal de Lavras. Disponível em: <http://www.ufla.br/wp-content/uploads/2011/04/CONSORCIO_minuta-PL_versao_13-10-2010.pdf>. Acesso em: 8 out. 2011.

35. TC, p. 1, e PDIC, p. 4.

36. TC, p. 1, e PDIC, p. 5.

37. TC, p. 5, e PDIC, p. 20.

38. Vizeu, R. Reitores de sete instituições lançam projeto de “megauniversidade” em MG. *Folha.com*. <http://www1.folha.uol.com.br/saber/777068-reitores-de-sete-instituicoes-lancam-projeto-de-megauniversidade-em-mg.shtml>.

39. Superuniversidade avança. *Portal da UNB*. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=76714>>. Acesso em: 8 out. 2011.

40. Reitores discutem ações do Consórcio Sul-Sudeste das Universidades mineiras para 2011.

41. TC, p. 6, e PDIC, p. 5.

42. Reitores discutem ações do Consórcio Sul-Sudeste das Universidades mineiras para 2011.



Direitos Autorais





Debate sobre direitos autorais promovido pela ADUFF.

Foto: Andrew Costa

Temática atual, e estreitamente relacionada com o que se faz na academia, o direito autoral literário, artístico e cultural emerge ao primeiro plano do debate.

Assim como a liberdade de um povo para ensinar e aprender, a democratização das comunicações evolui ou involui permeada por ambiguidades entre o reconhecimento do direito moral de sujeitos sociais criativos e o lucrativo monopólio de intermediários comerciais cada vez mais poderosos.

O foco objetivo do conflito entre os polos de interesse tem se manifestado na reformulação da legislação nacional, após a década de 90, em decorrência da chancela brasileira aos acordos internacionais patrocinados pela Organização Mundial do Comércio, que impuseram compromissos aos países signatários sobre propriedade intelectual, com nítida função de controle sobre a circulação do conhecimento e das obras produzidas e não dos direitos dos seus criadores.

A lei em vigor está por ser modificada e os rumores que emanam de gabinetes do Ministério da Cultura, em Brasília, são preocupantes.

Apesar de o sistema atual não proteger os autores, não beneficiar os interessados em ter acesso aos bens culturais e muito menos beneficiar a população em geral, a academia tem evitado entrar nesse embate, talvez porque ainda seja considerada razão de prestígio contar com certos selos editoriais nas produções.

Dois vértices da cadeia da produção literária têm presença importante no meio universitário: muitos dos autores da produção intelectual, e muitos dos “consumidores” de livros. O primeiro grupo em geral precisa lutar muito para divulgar sua produção e não recebe compensação financeira. O segundo grupo adquire livros por preços exorbitantes comparativamente a outros países e é criminalizado pela simples reprodução para uso pessoal.

O terceiro vértice é externo e controla o mercado editorial. Nem mesmo as editoras universitárias e as novas possibilidades de publicação *online* têm sido devidamente aproveitadas para quebrar os monopólios da indústria e da distribuição da produção intelectual.

O conteúdo apresentado a seguir é instigador, para todos buscarem compreender o que está em jogo e tomarem posição no embate em curso.

As controvérsias do direito autoral no Brasil

Elisa Monteiro

A ADUFF promoveu, no Rio de Janeiro, um debate sobre as perspectivas para a reforma da Lei 9.610/98. Especialistas temem mais dificuldade para o acesso de bens simbólicos sem proteção real para os autores nacionais.

Está prevista para entrar na pauta do Congresso Nacional ainda este ano a reforma da Lei 9.610/98, que regula os direitos autorais no Brasil. A legislação nacional vigente foi considerada a quarta pior em termos democráticos* entre 24 países avaliados por entidade internacional de defesa do consumidor. Segundo a pesquisa da Consumers International, divulgada em abril deste ano, os países mais pobres possuem leis mais duras e punitivas sobre os consumidores, criminalizando atividades cotidianas simples como transferência de arquivos para uso pessoal.

Os direitos autorais estão presentes em qualquer obra artística ou científica desde a sua criação. Eles são parte integrante da propriedade intelectual. E, na avaliação de especialistas, sua regulamentação é uma das mais estratégicas para um modelo de circulação de informação democrático.

Para discutir os direitos autorais no Brasil hoje e o que está em jogo a partir da proposta de reforma articulada pelo Ministério da Cultura, o Andes-SN e a Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação (Enecos) reuniram três pesquisadores do tema para um debate na Universidade Federal Fluminense no dia 16 de agosto.

Em comum, os três convidados expressaram receio de que a mudança regulatória contribua para agravar ainda mais o quadro de desigualdade social e elitização do conhecimento no país. Por outro lado, destacaram que o sistema atual não garante a proteção autoral. Para os três, os intermediários e os distribuidores, em geral grandes empresas de comunicação, são, majoritariamente, os beneficiados.

Luiz Moncau, advogado e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalva a mudança na direção da pasta do Ministério da Cultura como fator preocupante. Miguel Said Vieira, especialista em direito autoral, apresenta um pouco da história deste direito e avalia seus limites frente ao desenvolvimen-

to de tecnologias como rede mundial. E Marco Schneider, professor de ética na faculdade de Comunicação da UFF, discute ainda o problema do plágio acadêmico entre estudantes. Confira abaixo a participação editada de cada um sobre o tema.

*Dentre os critérios utilizados pela Consumers International estão o uso educacional, o uso de bibliotecas e a liberdade para compartilhar e transferir informações. O levantamento pode ser encontrado em <http://www.consumersinternational.org>. No Brasil, a entidade contou com o auxílio do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) para a realização da pesquisa

Luiz Moncau (FGV)

Queria agradecer, primeiro, o convite. Acho extremamente importante essa iniciativa do sindicato e do diretório acadêmico porque, realmente, este é um tema que está fervilhando e é também um tema em que há uma disputa bastante tensa. Exatamente por isso é tão importante que mais pessoas conheçam o que direito autoral significa, para que serve e o que está em jogo. Estou muito feliz em estar aqui, compartilhando um pouco do que a gente faz na FGV. Vou dividir a fala em mais ou menos três partes para tentar explicar o que é o direito autoral e para que ele serve, o que está em jogo, atualmente, e o momento em que vivemos.

Vocês, certamente, já ouviram falar sobre a questão da propriedade intelectual. O direito autoral é um ramo da propriedade intelectual. Ou seja, ele protege algumas coisas dentro deste guarda-chuva maior que é a propriedade intelectual. Há coisas que não são direito autoral e que são protegidas por outros institutos. A marca, por exemplo, é protegida pela lei que protege as marcas. As patentes e o desenho industrial são protegidos por outros institutos, constantes da Lei de Propriedade Industrial, que protege entre outras coisas as patentes.

Do lado do direito autoral, o que encontramos são as proteções a todas as criações do intelecto que são artísticas, científicas, acadêmicas etc. Dessa forma, a música é protegida por direito autoral, o cinema é

protegido por direito autoral, as personagens idem. Um exemplo de agora: o Lanterna Verde, seu roteiro, o filme, a trilha sonora e tudo mais inerente a ele é protegido por direito autoral. Pegar uma personagem do Lanterna Verde para fazer outro filme, não pode, porque a personagem é protegida pelo direito autoral. Se eu quiser pegar a personagem e criar uma marca usando o Lanterna Verde, também não posso. Trata-se de marca, não de direito autoral. Mesmo assim, eu teria que pedir autorização a quem detém todos os direitos.

Entendendo isso, a gente começa a ver que o direito autoral está em muito mais espaços na nossa vida do que imaginamos. Muitas pessoas não têm tanta noção de quanto o direito autoral permeia as relações no dia a dia. O conteúdo do site da *globo.com* está protegido pelo direito autoral. Eu não posso fazer qualquer coisa com ele, eu só posso utilizá-lo dentro do que está autorizado ali e na Lei de Direito Autoral. Não vou entrar muito em detalhes porque daria para falar semanas sobre isso, mas só para vocês terem uma noção, o direito autoral protege uma obra desde a sua criação. Então, se eu escrever aqui num guardanapo de papel qualquer coisa, seja um poema ou uma aula, isso já nasce protegido pelo direito autoral.

Eu não preciso registrar esse conteúdo para que ele seja efetivamente protegido. As pessoas registram porque isso ajuda a provar que esse conteúdo é efetivamente delas. Se eu escrever um blog, aquele conteúdo é protegido pelo direito autoral. As pessoas não podem copiar sem a minha autorização. O direito autoral avança sobre muitas coisas, principalmente nessa área da internet. E especialmente, nessa época, em que a gente copia, cola e troca conteúdos o tempo todo.

Ainda sobre conceituação do direito autoral, a ideia que está na base desde o seu surgimento é que ele serve para proteger os criadores e recompensá-los pelo trabalho empreendido na sua criação. Ou seja, como eu dediquei tempo e energia criando meu *post* de blog, seria injusto que outra pessoa pegasse, copiasse e utilizasse ou distribuísse aquele *post*. Na realidade, como o direito autoral surgiu em uma época em que não existiam essas tecnologias todas, esse

exemplo de blog nem é o melhor. O ideal seria falar, conforme na época em que o direito autoral surgiu, em escrever um livro e ninguém poder copiar esse livro ou distribuir esse livro sem a minha autorização.

Na sua origem, o direito autoral teve como justificativa estimular a produção criativa e para que as pessoas, em última instância, tivessem acesso às informações e às criações. Afinal, não adianta nada a gente escrever milhares de livros acadêmicos, se ninguém puder ter acesso para estudar. Não adianta nada a gente compor milhares de músicas, se ninguém puder escutá-las. O direito autoral surge com

O direito autoral surge com uma previsão de equilíbrio, dentro da sua lógica legislativa, para proteger e incentivar as pessoas a criarem e ainda garantir o acesso em alguma medida.

uma previsão de equilíbrio, dentro da sua lógica legislativa, para proteger e incentivar as pessoas a criarem e ainda garantir o acesso em alguma medida. Então não era uma noção unilateral.

Imagino que o Miguel vá falar mais desta parte histórica, mas o que a gente observa é que o direito autoral foi gradativamente, principalmente ao longo do século XX, se expandindo, se

expandindo, se expandindo... E hoje ele abarca uma série de coisas, inimagináveis há 50 anos. Por exemplo, o prazo de proteção que surgiu na Inglaterra, na primeira lei de direitos autorais, era de 14 anos. O prazo hoje é de setenta anos depois da morte do autor. Ou seja, o prazo para a obra do Chico Buarque cair em domínio público e todo mundo poder copiar, utilizar, colocar como fundo num filme etc., ainda nem começou a ser contado. Só vai começar a ser contado setenta anos depois da morte de Chico Buarque. Isso mostra como o direito autoral se expandiu bastante nessa questão do tempo. Os tipos de uso protegidos também foram se expandindo. Hoje, o direito autoral abriga, por exemplo, os *softwares*, uma coisa que não atingia há tempos atrás. O direito autoral foi se expandindo materialmente de modo a cada vez abrigar mais tipos de uso.

Esse é um lado da equação, a proteção. O outro lado da equação é o do acesso. É o lado que muitas vezes fica esquecido... Afinal, o que eu posso fazer com o direito autoral? Vocês acham que se pode copiar um livro para estudar, sem fins lucrativos? Na verdade, não pode. De acordo com a lei dos direitos autorais, no Brasil, hoje só é permitida a *reprodução*,

em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feito por este e sem o intuito de lucro. Observem que há uma série de restrições. Se você for a uma copiadora e pedir para o funcionário copiar, você já está infringindo essa regra porque você não é o copista, e ele tem intuito de lucro. Então esse tipo de cópia, mesmo de pequeno trecho, não é possível. De 1973, quando foi aprovada a última lei de direitos autorais, até 1998, você podia fazer uma cópia integral de qualquer obra sem intuito de lucro. Hoje em dia, você só pode fazer cópia de pequenos trechos. Isso mostra um pouco dessa expansão que eu estou explicando. Eu podia falar de outras coisas também, mas acho que isso é o mais emblemático.

Então, quando a gente fala de direito autoral, estamos falando de muita coisa: filme, artigos acadêmicos e uma série de coisas, todas reguladas pelo mesmo instituto jurídico. E se formos para exemplos concretos, ao falar de direito autoral, na prática, estamos falando de repressão à pirataria; de gestão coletiva e ECAD [Escritório Central de Arrecadação e Distribuição], um termo que está bastante em pauta agora e eu vou explicar um pouquinho sobre isso; estamos falando sobre compartilhamento de arquivos na internet, daquilo que pode ou não pode; sobre proteção ao autor e também sobre democratização da comunicação. Adiante, vou explicar onde é que o direito autoral toca neste ponto.

Meu segundo ponto é *o que está em jogo?* Se direito autoral engloba tudo isso, o que está em jogo quando falamos em direito autoral? Falarei sobre quatro coisas, de maneira bastante superficial, já que não há tempo para se aprofundar muito. Em primeiro lugar, o direito autoral regula a forma como a informação circula. As regras que serão aprovadas agora, na reforma de lei dos direitos autorais, assim como as demais regulamentações sobre a forma como as informações circulam, serão determinantes para dizer qual posição o Brasil vai ocupar na sociedade da informação.

Sabemos que hoje em dia vale muito mais a parte simbólica dos produtos do que sua parte bruta. Ou seja, um tênis *Nike* vale muito mais por causa da marca nele escrita do que pelo próprio custo da sua produção material. A questão da propriedade

intelectual é muito mais importante em termos econômicos do que a parte do custo de produção. Com relação ao direito autoral ocorre a mesma coisa. O conteúdo contido no CD vale muito mais do que o CD em si. O custo de você ter acesso ao bem não é tanto pela produção do bem material, mas muito mais pelo conteúdo que está protegido. Dessa forma, afirmo que o direito autoral será determinante para saber como é que o Brasil vai se situar neste novo contexto. E esse é o primeiro ponto.

Depois, a questão da proteção ao autor ou proteção ao intermediário. A lei de direito autoral, segundo a maior parte dos estudiosos do tema, serve para proteger o autor. No entanto, ela foi se modificando tanto ao longo do tempo que hoje em dia ela traz muito mais benefícios aos intermediários que exploram economicamente as obras do que para o autor em si. Não são poucos os casos de pessoas que cedem o direito autoral e ainda pagam à editora para terem seus livros publicados. Muitas vezes os criadores não recebem ganho econômico nenhum. E o direito autoral, que deveria ser o sustento do criador, na verdade, serve para proteger apenas o produtor do livro. Mas esse é só um exemplo...

Terceiro ponto: o acesso às obras. O direito autoral foi se expandindo ao longo do tempo cada vez mais privilegiando a ideia da proteção, em detrimento à noção do acesso. Em 2011, não podemos fazer uma cópia integral como em 1998, embora hoje em dia seja muito mais fácil fazer uma cópia integral do que em 1973, quando a lei anterior foi aprovada. De maneira que, costume dizer, temos duas engrenagens movendo-se em sentidos contrários. A tecnologia libera, permite que você copie, cole e transfira. Enquanto o direito autoral torna-se cada vez mais rígido, impedindo que você faça esse tipo de uso.

Por último, uma questão ainda importante para se abordar é a da gestão coletiva dos direitos autorais. Quando a gente fala de reforma da lei de direitos autorais, esse é um tema que vem dominando o debate. O ECAD deve ser supervisionado ou não? Essa tem sido a discussão. O papel do Ecad é cobrar taxa da academia de ginástica, do hotel, da rádio, da televisão, das empresas e estabelecimentos que tocam música e repassar o valor para os autores, compositores e intérpretes das músicas. Então, se você quiser fazer

uma festa aqui na UFF, na qual você vai usar música, você tem que pagar ao ECAD os direitos, que serão repassados depois para os autores.

Há questões importantes aqui. Muita gente acha que o ECAD atua de maneira abusiva na hora de cobrar. As empresas de TV, por exemplo, acham isso. As empresas de TV por assinatura acham isso. Cineclubes, que veiculam filmes com música, gratuitamente ou sem fins lucrativos, acabam achando isso, porque muitas vezes não têm condições de pagar o ECAD. Há muitos casos. As rádios comunitárias também são obrigadas a pagar o ECAD. Então, todas essas questões acabam entrelaçadas. Para vocês terem noção, o ECAD cobra pela veiculação da música 2,5% do faturamento bruto de todas as televisões. Então, ele cobra 2,5% do valor que a Globo fatura bruto. E aí, na hora de transferir, ele transfere esses recursos de acordo com a informação passada pelas empresas. No caso dos valores arrecadados de hotéis, academias, onde, via de regra, não é possível saber que tipo de música foi consumida, o ECAD transfere por amostragem os recursos arrecadados. O ECAD atua, então, da seguinte forma: verifica o que tocou mais na TV e no rádio; se concluir que, por exemplo, 5% de tudo que tocou foram músicas da Daniela Mercury, então ele transfere 5% do que arrecadou para o detentor dos direitos da obra da Daniela Mercury.

Nesse ponto, há outro problema que entra um pouco na questão da democratização das comunicações, que é o jabá. Com o jabá, uma música toca mais e coleta mais de Direito autoral. Do que o ECAD coleta, uma parte vai para o autor, mas uma boa parte vai para quem produziu o fonograma. E quem produz fonogramas, na maioria dos casos, são a *Som Livre*, que é da Globo, ou a EMI, ou a Gravadora Universal. Ou seja, as grandes empresas que controlam boa parte do repertório e dos ícones simbólicos a que a gente tem acesso.

Ainda há as reclamações dos artistas que se queixam de não receber, mesmo quando tocam bastante na rádio, no *youtube*, em vários lugares. O pessoal do *funk* carioca, por exemplo, toca bastante no Brasil e

toca bastante fora. O *Rap das Armas* foi um sucesso muito grande fora do Brasil, e o Mc Leonardo, autor da primeira versão da música, que, portanto, tem direito a receber, acha que recebe muito pouco. Talvez porque a música dele tocou pouco nos pontos (rádio e TV) que servem para compor a amostragem do ECAD. De toda forma, o que ocorre é que muitos autores encontram muita dificuldade de bater à porta do ECAD. Reclamam da ausência de clareza e transparência no que se refere aos valores pagos. A discussão em torno da gestão coletiva do ECAD, portanto, é justamente essa.

Por sua vez, o ECAD alega que o direito autoral é um direito privado, que o Estado quer intervir e acabar com direito de autor. E, em minha modesta opinião, não é nada disso. Avalio que o Estado deve intervir para garantir mais transparência e acesso igualitário, para que as associações que compõem o ECAD possam realmente influenciar a forma como ele, o escritório, atua.

Para concluir, eu vou passar para o momento em que vivemos. Nós tivemos durante quase oito anos um ministro da Cultura, que foi o Gilberto Gil, que tinha uma visão sobre o direito autoral bastante alternativa em relação ao que temos no MinC, hoje. A

visão do ex-ministro contemplava essa questão do acesso, entendia que direito autoral não pode criminalizar novas tecnologias. Por exemplo, as redes *Peer-to-Peer*, que muita gente usa para compartilhar música. Contemplava o grau de inovação existente em todos esses sites da internet que servem para armazenamento de arquivos, utilizados em grande medida para a gente baixar coisas, como o *sendspace* e o *hotfilem*, entre tantos outros.

À época, havia uma visão de que direito autoral não podia servir para impedir a criação de novos canais de distribuição ou o acesso das pessoas e que o direito autoral deveria ser garantido e estendido a todos. Gilberto Gil defendia uma visão bastante democrática do conceito de autor. Para ele, autor não é só aquele cara genial que está criando, que é consagrado e que tem o dom divino para se expressar. Autor é todo mundo; todo mundo é autor. E a própria

O que ocorre é que muitos autores encontram muita dificuldade de bater à porta do ECAD. Reclamam da ausência de clareza e transparência no que se refere aos valores pagos.

Foto: Andrew Costa



Debatedores: da esquerda para a direita, Marco Schneider (UFF), Miguel Said Vieira (USP) e Luiz Moncau (FGV).

lógica dos pontos de cultura do MinC dizia isso: incentivar todo mundo, porque todo mundo pode produzir, vai produzir e é capaz de produzir. Sob esta ótica, foi discutida e apresentada pelo Ministério uma proposta que, no meu modo de ver, era bastante progressista no sentido de proteger o autor e garantir acesso às obras. Pela proposta, por exemplo, passaria a ser possível digitalizar uma obra para preservação, algo que não pode hoje, pela lei. O acesso para fins didáticos, como a cópias para estudar, também era algo contemplado.

Então, houve mudança na visão do Ministério da Cultura, a partir da entrada da Ana de Hollanda. O texto final ainda não veio a público. Mas, pelo que sabemos, muitas dessas coisas estão sendo suprimidas. A ministra Ana de Hollanda chegou a afirmar, em um determinado momento, que o ECAD não deveria ser fiscalizado, mas agora voltou atrás. Outro indicativo do posicionamento do atual MinC foi a recepção da visita do Departamento de Comércio dos Estados Unidos aqui, afirmando-se que o Brasil precisa realmente proteger a propriedade intelectual e os direitos autorais, que, via de regra, estão concen-

trados nas mãos da *Warner*, da *Sony* etc. Esse tipo de visão é a que se estabeleceu agora. Esse é o momento em que vivemos.

Daqui a pouco, a lei de direitos autorais vai chegar ao Congresso e teremos de decidir qual a lei de direitos autorais que queremos: uma lei que permita acesso para fins educacionais ou uma lei que não permita; uma lei que coloque a proteção antes do acesso ou que busque o equilíbrio. E trazer esse equilíbrio não é um excluir o outro.

Então, só a título de panorama geral, era isso um pouco do que eu tinha para dizer. Fico aberto para os debates, porque há muitas outras coisas para tratar. Tenho certeza que os outros vão complementar a discussão.

Miguel Said Vieira (USP)

Gostaria de agradecer o convite, para mim é um prazer estar aqui. Diferentemente dos outros dois convidados, eu não sou professor, mas estou fazendo doutorado em uma área que tem relação com direito autoral. E, além de ter feito graduação em filosofia e em comunicações, eu fiz uma especialização em direi-

to autoral. A minha fala tem um caráter um pouco mais político, mas passa por questões históricas também, que ajudarão a explicar a nossa situação atual quanto a direitos autorais.

Queria começar comentando a ideia de que os direitos autorais são direitos que têm um caráter bastante ambíguo, como é o caso de muitos dos direitos que surgiram na passagem do feudalismo para o capitalismo, esses direitos que têm a ver com o pensamento iluminista. O direito autoral, nessa perspectiva, tem um lado que é liberador. O sujeito desse direito é o indivíduo criador, é a pessoa física que adquire uma autonomia legitimada, por exemplo, frente ao soberano. Poderíamos fazer um paralelo, naquela época, com a posse da força de trabalho: quando saímos do feudalismo e o servo passa a ser um sujeito livre, isso significa que ele tinha um direito sobre sua força de trabalho e autonomia.

Só que essa autonomia é formal, porque a extensão efetiva do exercício dessa autonomia será determinada de acordo com as restrições do mercado. Para dar um exemplo, hoje temos a posse da nossa força de trabalho. Mas qual é a nossa autonomia efetiva se temos que escolher entre trabalhar como atendentes de *telemarketing* da Telefônica, como *motoboys*, ou trabalhar, digamos, no crime? Na prática, essa autonomia é bastante restrita.

Até há pouco tempo, colocar as obras criativas em circulação era algo muito caro. Para fazer circular uma mensagem pelo rádio ou por um livro era imprescindível ter acesso a uma infraestrutura, que por ser muito cara, em geral, estava concentrada nas mãos de um pequeno grupo de grandes empresas, intermediários ou investidores. Essa concentração também era favorecida pelo fato de que era muito mais vantajoso produzir e comercializar em escala: quanto mais exemplares de um disco ou livro são vendidos, mais barato sai produzi-lo.

Esse cenário ajudou o florescimento de uma cultura de *best sellers* e *pop stars*; há uma lógica econômica em funcionamento por trás dessa cultura. E se pusermos o direito autoral na equação, forma-se

uma espécie de ciclo vicioso, pois a existência de alguns artistas muito bem sucedidos e de alguns livros que vendem horrores torna mais sedutores os argumentos em defesa de um direito autoral forte. Esses argumentos acenam com a possibilidade de que qualquer pequeno indivíduo criador possa um dia virar um “grande artista”, como aqueles. E afinal, quando você estiver nessa posição, não vai querer que copiem os seus discos e seus livros, não é? Os argumentos vão mais ou menos por aí. E quanto mais bem sucedidos são os *pop stars* em nossa sociedade, mais esse argumento é sedutor para o indivíduo.

Só que esses argumentos escondem duas coisas fundamentais. A primeira é que essa autonomia do autor é só formal para a esmagadora maioria. Ou seja, a chance de um criador que ainda não esteja nos circuitos dos grandes intermediários vir a ser um desses grandes artistas é ínfima, praticamente inexistente. E a segunda é que, no processo de produção e circulação da cultura, a maior parte do lucro gerada será apropriada pela indústria, e não por esses grandes artistas. Se olharmos o quadro geral, quem sai com mais vantagens nessa história são aqueles investidores e intermediários que detinham a infraestrutura que possibilitava a circulação dessas obras. E, por fim, os argumentos

Se olharmos o quadro geral, quem sai com mais vantagens nessa história são aqueles investidores e intermediários que detinham a infraestrutura que possibilitava a circulação dessas obras.

escondem que isso ocorre de forma cada vez mais concentrada: quanto mais essas empresas crescem, mais elas se consolidam e mais têm chance de impor condições de monopólio ou oligopólio sobre a circulação das obras.

Os grandes investidores e intermediários jogam com a ambiguidade de direito autoral e são plenamente capazes de garantir que eles sejam os grandes favorecidos pelas leis de direitos autorais. Isso tem a ver, é claro, com o poder que acumularam nesse período de concentração, que aumenta a força do *lobby* para modificar as leis em favor deles. Isso implica um processo – que o Luiz Moncau mencionou de passagem, e que ocorreu principalmente no século passado – de ampliação dos direitos de propriedade intelectual. Vamos focar o direito autoral neste debate, mas isso também aconteceu nas outras áreas da

propriedade intelectual, talvez até de forma mais gritante.

Como é que essa ampliação se deu no cenário internacional? Ela manifestou-se em três aspectos. Primeiro, em escopo: surgiram novas camadas de direitos. Tomemos o exemplo da música. Em 1961, um tratado internacional – a Convenção de Roma – instituiu um direito adicional sobre as obras musicais. Elas já eram protegidas antes disso, tanto a composição como a execução. A partir da Convenção de Roma, passa a existir um novo direito, que é o direito do produtor que fixa o fonograma. O que esse produtor criou? Ele não criou nada: ele é a pessoa que tem o estúdio, ele é essencialmente a indústria. É como se fosse uma nova camada acrescentada sobre o direito autoral original, dos autores.

Além disso, ainda na ampliação do escopo, novas coisas passam a ser objeto de direito autoral. O *software*, que o Luiz usou como exemplo, foi um dos novos objetos que passaram a ser “protegidos” pelo direito autoral. Poderia ser pior se o *software* fosse protegido por patente, como em alguns lugares ele é. Não há tempo para me aprofundar em explicar por que, mas isso seria muito pior para nós. Apenas para vocês verem o absurdo de aplicar o mesmo direito autoral a *software*, imaginem que quando morrerem os programadores do Windows 95, setenta anos depois disso, nós poderemos usá-lo livremente. Vocês conseguem conceber a utilidade de *software* no domínio público desse jeito? Daqui a uns cem anos? Não faz sentido nenhum, é totalmente inútil. O *software* deveria ter sido enquadrado em um direito *sui generis*, que desse um prazo e tipos de proteção muito diferentes.

Em segundo lugar, o direito autoral ampliou-se também em duração. Como já foi comentado, começou em quatorze anos e hoje no Brasil já é a vida do autor mais setenta anos. Boa parte dessas ampliações deveu-se a negociações diplomáticas nas quais, na prática, os países pobres foram forçados a fazer essas ampliações. Dado importante é que o Brasil escolheu a duração de vida mais setenta anos, mesmo sem que houvesse uma obrigação internacional nesse sentido. A previsão de acordo com os tratados internacionais era a vida do autor mais cinquenta anos. Ou seja, o Brasil deu de graça vinte anos, sem que isso fosse

do nosso interesse. Por conta disso, o Brasil não precisava ter a duração de direito autoral que tem hoje. Podíamos retroceder nessa duração sem estar infringindo os tratados internacionais.

E por fim, outro aspecto que ampliou o direito autoral são as medidas repressivas. Em inglês, é o que se chama de *enforcement*, que poderia ser traduzido como “observância”. Um exemplo disso é a criminalização, isto é, tratar a infração de direito autoral como um crime, como uma ofensa penal. Há um jurista mineiro, o Túlio Vianna, que faz um raciocínio, que acho bastante interessante, de que a infração de direito autoral é uma ofensa civil. Segundo essa leitura, ela é uma dívida não paga, já que ao copiar um disco você apenas deixou de pagar o direito autoral dos titulares. É uma dívida; você não está cometendo um crime. Como é que você vai tratar isso como um crime, que é algo muito mais severo em termos jurídicos?

Alguns marcos históricos importantes dessas ampliações dos direitos autorais: o primeiro é a criação da OMPI [Organização Mundial da Propriedade Intelectual], um órgão da ONU, em 1967. Só que a OMPI nasce sem “garras”, isto é, sem capacidade de punir países que infringissem tratados. Isso muda no marco histórico seguinte, que é o TRIPS [Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights]. O TRIPS é uma parte do tratado da OMC (Organização Mundial do Comércio) que trata apenas de propriedade intelectual. Nesse marco seguinte, se você infringe o TRIPS; se você, por exemplo, diminuísse muito a duração do direito autoral (para menos que vida mais cinquenta anos), os EUA ou qualquer outro país podem impor sanções comerciais. Aí a questão da propriedade intelectual ganha muito mais peso, e toda mudança de direito autoral tem que ser pensada a partir desses parâmetros.

Um parêntese. Eu tinha mencionado que os grandes grupos de investidores e intermediários jogam com essa ambiguidade do direito autoral, e para eles o direito autoral serve mais do que para os criadores. Vou dar um exemplo extremo disso. Eu trabalho como editor de texto *freela*, e algumas empresas – coincidentemente grandes grupos de comunicação que agora são donos de editoras também – têm deixado de contratar esses *freelas* como autônomos e,



Da esquerda para a direita, Marco Schneider (UFF), Miguel Said Vieira (USP) e Luiz Moncau (FGV).

em vez disso, têm passado a fazer contratos de direito autorais. Contratos de cessão: eu cedo os direitos autorais sobre o meu trabalho para usarem a bel-prazer, onde eles quiserem e tudo mais. Por que isso? Porque a relação trabalhista oferece muito mais proteção para o trabalhador do que a relação de direito autorais oferece para o autor. Os grandes grupos sabem que a relação via direito autorais é mais interessante para eles. Nesse sentido, fica evidente que a ampliação dos direitos autorais não é vantagem para o criador, e sim para esses intermediários.

Bom, eu estava pintando esse quadro terrível – e parte dele é mesmo –, mas há um lado que é positivo da nossa situação atual. O cenário mudou bastante com a digitalização e com a internet. O que eu falei sobre a necessidade de acesso a uma infraestrutura muito cara para circular as obras, isso mudou bastante.

Ainda existem problemas de acesso à infraestrutura e, digamos, ao capital intelectual e seus símbolos. É o que poderíamos chamar de exclusão digital, embora esse seja um termo um pouco complicado. Esse problema ainda existe. Mas o problema de ter acesso a um computador e saber usá-lo, apropriar-se dele, é

um problema muito menor do que o de antes, que era ter acesso a uma transmissora que custa um milhão de dólares e que requer uma concessão do Estado. Quero dizer que a escala neste momento é muito menor.

Isso faz com que aqueles grupos detentores de infraestruturas caras deixem de ser tão essenciais para a circulação das obras culturais. Se o criador quiser publicar suas obras de forma independente, agora é muito mais provável que ele seja capaz de fazer isso. O exercício daquela autonomia agora é um pouco mais possível; ele representa bem a ambiguidade do direito autorais, e está na base dessas estratégias chamadas de *copyleft*.

Vocês sabem o que é ou já ouviram falar de licenças *Creative Commons* ou de *copyleft*? No *copyleft* a ideia é a seguinte: o criador usa do direito que ele tem sobre a obra, dado a ele pelo direito autorais, para impor condições sobre o uso e a distribuição dessa obra. E ele pode impor condições do tipo: você que quer usar essa obra, você só terá direito de usá-la e distribuí-la se você, por exemplo, no caso do *software* livre, circular também o código, oferecendo o código para que todos possam estudá-lo e alterá-lo.

Ou, no caso de licenças *Creative Commons* (aquelas com *copyleft*, que no mundo do *Creative Commons* chama-se *share alike*), o criador diz que você só pode redistribuir essa obra se você mantiver as condições originais de uso, que determinam que todos podem reproduzi-la também. No caso do *Creative Commons*, há variações entre as diferentes licenças que eles criaram, mas o princípio é este: o autor usa da prerrogativa que ele tem sobre a obra por ser autor, a prerrogativa que o direito autoral lhe dá, para ele impor condições que são de favorecimento da circulação.

O *copyleft* e o fato de hoje em dia as infraestruturas serem mais acessíveis, mais baratas, na minha visão, se juntam e reforçam uma tendência humana a socializar cultura. Embora seja complicado falar em “tendência humana natural”, acho que nessa dá para se falar: uma tendência a socializar e a produzir cultura. E esses três fatores fazem com que, mesmo não havendo muitos incentivos econômicos, as pessoas produzam cultura sem o intermediário.

Nós temos exemplos disso acontecendo na prática; a *Wikipédia* é um exemplo. Não há grana envolvida na *Wikipédia*. As publicações de acesso aberto e os periódicos acadêmicos livremente reproduzíveis são outro. Você pode tirar cópia, não precisa comprar a edição, é gratuita. Há também uma quantidade enorme de casos de bandas que disponibilizam gratuitamente suas músicas na internet. Enfim, essas coisas estão acontecendo, a despeito do que os economistas diziam: “Não, você tem que ter um incentivo econômico forte para que essas coisas ocorram.”

Na verdade, não é que não exista *nenhum* incentivo econômico. Em boa parte desses casos há o que se rotula, atualmente, de “novos modelos de negócio”. Neles, o criador ganha de outras formas: ao invés de o músico ganhar com a venda de CD, ele ganha no *show*. O autor faz palestras, ou então ele usa publicidade, ou ele pede contribuição voluntária... Só que, usando aquela metáfora do burro e da cenoura, esses incentivos são cenouras muito menores do que aquelas do cenário dos *pop stars*. Não estamos

falando de ficar absurdamente rico como ficaram o Michael Jackson e a Madonna.

E ainda assim, as pessoas produzem cultura. A situação atual tem, então, esse horizonte positivo. A imagem que eu tenho é que as indústrias tradicionais estão tentando tapar com uma rolha esse dique que elas mesmas romperam ao desenvolverem as tecnologias que permitem que os bens culturais sejam livremente reproduzidos: o computador, os CDs e tudo mais. Não é impossível que elas interrompam esse fluxo, só que para fazer isso elas teriam que fazer mudanças muito radicais como, por exemplo, mexer na estrutura da internet. Isso pode acontecer, mas vai requerer uma transformação mais radical do cenário atual e provocaria ainda mais conflitos.

Além disso, hoje há outros atores que estão acumulando poder, já no contexto desse novo cenário, e que podem se opor a isso. O exemplo maior aqui é o *Google*. Eu não quero dizer que com o *Google* vai ser melhor; com ele temos novas questões muito sérias de privacidade, de excesso de publicidade

e mesmo de monopólio. Mas eu sinto que estamos em uma situação em que as placas tectônicas se soltaram e ainda não está muito claro como elas vão se juntar de novo. Esse, então, é um momento em que podemos lutar – e a reforma da lei de direito autoral no Brasil é uma frente de batalha para isso – para que quando as placas se juntarem outra vez tenhamos uma cultura menos mercantilizada e mais democrática. É só isso, obrigado.

Marco Schneider (UFF)

Boa noite, eu também quero agradecer o convite para o evento. Eu não me considero um especialista no assunto, ao contrário dos colegas presentes. Exatamente por isso, não prepararei uma exposição tão organizada. Mas as falas anteriores me fizeram lembrar muitas coisas. E, mesmo como leigo, me sinto em uma posição relativamente privilegiada para falar sobre o tema porque leciono ética e introdução à pesquisa, porque faço parte da comissão de plágio e também porque tenho uma banda.

A imagem que eu tenho é que as indústrias tradicionais estão tentando tapar com uma rolha esse dique que elas mesmas romperam ao desenvolverem as tecnologias que permitem que os bens culturais sejam livremente reproduzidos: o computador, os CDs e tudo mais.

Além disso, eu vivi esse final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o mercado já estava super monopolizado por quatro ou cinco grandes gravadoras. Ao mesmo tempo, estava surgindo a internet como uma alternativa e, me lembro, havia gente deslumbrada propagando que a internet ia resolver tudo. Porém, logo em seguida, o Napster, que era um site de compartilhamento, foi proibido e tirado do ar pela justiça americana, pressionada pela federação de gravadoras.

E eu acompanhei tudo isso muito de perto como músico, e também porque minha graduação em comunicação foi muito em cima disso. A minha dissertação de mestrado trabalhou com a história econômica da indústria fonográfica. E embora eu nunca tenha me detido, especificamente, sobre a questão dos direitos autorais, sempre tangenciei um pouco esse universo.

A primeira coisa é que o direito autoral me remete a minha graduação. Em uma aula sobre direitos autorais, eu tive que apresentar um trabalho. Como na época eu estava muito envolvido com música, no trabalho eu levei um som para sala, uns CDs e demonstrei como Led Zeppelin era uma banda plagiária. Boa parte dos grandes sucessos do Led Zeppelin são blues tradicionais em versões brilhantes; porém, são blues tradicionais. Ou seja, a melodia, a letra e tudo mais que caracteriza o plágio musical está ali. No entanto, os créditos trazem apenas Plant e Page [Robert Plant e Jimmy Page, compositores e, respectivamente, o vocalista e o guitarrista da banda]. Eles não puseram os nomes dos autores de blues, ao contrário do que fizeram outros artistas, como, por exemplo, o The Who.

Quando o The Who gravou, às vezes os mesmos, blues pagou o direito autoral para aqueles velhos negros norte-americanos que, geralmente, viviam na pobreza naquele exato momento. Embora as versões do Led Zeppelin fossem brilhantes, era plágio! E nesse caso, uma coisa muito feia, porque eles enriqueceram à custa da criatividade alheia e não custava nada eles dividirem algo, já que a banda tinha até Boeing [o avião]. Enquanto isso, os autores das músicas estavam, às vezes, pintando parede, em fim de vida.

Disto podemos pensar em outra coisa interessante;

o blues originalmente era uma canção pré-mercantil. Ele era uma tradição rural na qual a autoria era irrelevante. No folclore, e na música popular tradicional, não se sabe quem é o autor. A pessoa se notabiliza por dar uma versão especial àquela velha canção, por vezes, acrescentando uma coisa ou outra. Mas o pessoal não se preocupava e nem sabia que se ganhava dinheiro com isso.

É a partir do momento em que surge uma indústria fonográfica e em que isso passa a valer dinheiro que o direito autoral torna-se uma coisa relevante. Peço licença para uma pequena correção ao que já foi dito, mas não é uma novidade que os músicos hoje passem a viver de shows. Eles sempre viveram de shows. Quem ganha dinheiro com CD é a gravadora. Não estou com as datas exatas na cabeça, mas até onde sei, o *Copyright Act*, a primeira lei específica de direito de propriedade que teria sido promulgada na Inglaterra em 1709, ou seja, no início do século XVIII, tem a ver com o crescimento da indústria tipográfica e a necessidade de proteger seus interesses. Na verdade, ainda no final século XV, já havia surgido em Veneza a figura do “privilegio”, que dizia respeito ao monopólio de determinado editor sobre determinado texto, ou seja, proteção legal contra cópias. Em seguida, tal “privilegio” seria estendido a autores. Então, desde o princípio o direito não era autoral, pois quem ganhava não era o escritor ou o poeta; quem ganhava era o dono da tipografia. Do início até hoje, esse é o grande problema, já tocado aqui pelos colegas da mesa: no direito autoral, quem ganha são os donos dos meios de produção e reprodução da obra.

Recentemente, eu participei de uma banca na qual o pesquisador defendia o *copyleft* e essas novas tendências de liberação do acesso, e o colega da banca, o professor Aníbal Bragança, levantou uma questão interessante. Por um lado, a história do direito autoral demonstra as ambiguidades mencionadas aqui, ambiguidades comuns a todas as grandes conquistas do pensamento liberal. Em tese, ele surge para estimular a criação e para proteger o autor. Contudo, na prática, isso na maioria das vezes, se não sempre, ele se converteu em privilégios para os intermediários, seja o dono da editora, seja o vendedor.

Eu me lembro de que quando trabalhei em um ne-

gócio de livros, há uns anos atrás, ficava impressionado com quanto o autor recebia com a venda dos livros. Uma porcentagem ficava com o editor, outra porcentagem com o distribuidor, outra com o livreiro. A porcentagem do autor mesmo era algo negociável, mas era um padrão de ser uma parte insignificante do valor geral. Um valor mínimo.

Outra lembrança que me vem à cabeça é de quando fazia doutorado na USP e a polícia federal e a civil invadiram a copiadora da ECA [Escola de Comunicação e Artes da USP]. Os alunos não conseguiram pegar cópia de nada, enquanto a ABDR [Associação Brasileira de Direitos Reprográficos] defendia o direito dos editores, com a polícia a sua frente. Salvo engano, a OAB ficou ao lado do movimento estudantil defendendo o cara da copiadora, o Fernando. Até hoje lembro o nome do cara, que depois foi liberado... Eu acompanhei de perto o caso e soube que em outros lugares estavam acontecendo negociações das editoras com os copiadores para que disponibilizassem os arquivos digitais para os alunos, diretamente, por um preço menor.

No trabalho com editoras, testemunhei que as margens de lucro são imensas. Os livros são caros e as editoras argumentam que isso acontece porque livro não vende. Mas o fato é que há muita conversa fiada por detrás da retórica de que tudo isso gira em torno da defesa e do estímulo à criação. Porque, efetivamente, não é isso que acontece, e quem enche os bolsos são os intermediários mesmo.

O Miguel [Said] tocou em um ponto importante quando falou sobre a ilusão do grande artista, do mega star. Realmente, quem vai ser contra essa ideia? Isso me lembra alguns alunos que, em discussões sobre o MST em sala, perguntam: “- E se você fosse o latifundiário, você ia querer que invadissem o seu latifúndio?”. Sempre respondo não, claro que não! Então, vamos conceber um mundo de latifundiários... Daí, podemos ser todos a favor disso...

Antes de entrar na questão do plágio acadêmico, acho que ainda posso contribuir com mais alguns dados. Por exemplo, sobre a história de o autor viver

da sua criação. No campo da música, essa história se desenvolve em paralelo à evolução da indústria fonográfica. As histórias de Mozart e de Beethoven ilustram bem esse processo. Recomendo, para quem se interessar, um livrinho do Norbert Elias chamado Mozart - a sociologia de um gênio. Se eu não me engano, é aí que Elias conta essa historinha.

O pai do Mozart era um músico da corte. À época, um músico da corte tinha um status de chefe de cozinha ou de um grande pasteleiro, figuras cuja sobrevivência era assegurada. Os músicos da corte tinham um padrão de vida razoável, porém, estavam presos à corte.

Já na época de Mozart, começava a se desenvolver o comércio de edições musicais de partituras. Não havia indústria fonográfica; portanto, para se consumir música ou ouvia-se alguém tocando ou comprava-se a partitura para tocar. Paralelamente a isso,

estava surgindo também o negócio dos espetáculos musicais ao vivo, com a venda de ingressos de concertos por meio de empresários. É bom lembrar que, até então, quem ouvia concerto era príncipe, bispo ou nobre que pudesse bancar tais apresentações. Por outro lado, não se tratava de algo lucrativo. O bispo ou o rei pagava aos músicos como seus funcionários, mas não investiam naquilo para vender ingresso e obter lucro. Não era um negócio na

época do pai do Mozart.

Como Mozart viveu em um período de transição, ele, assim como boa parte dos pioneiros, se deu muito mal. Mozart tentou romper com a corte e embarcar nessa história e se deu muito mal financeiramente.

Beethoven, aproximadamente quinze anos depois, se deu muito bem, porque os comércios de partituras e de concertos haviam crescido. De modo que Beethoven nunca esteve preso a uma corte e ainda gozou desse momento de independência podendo viver do seu trabalho e da sua criação. Nesse momento de expansão, havia centenas de gravadoras que precisavam do rico material, acumulando e mesmo criando, para crescerem. E as gravadoras realmente investiam em variedade, em criatividade e em novidade. Talvez a negociação com os artistas se des-

Os livros são caros e as editoras argumentam que isso acontece porque livro não vende. Mas o fato é que há muita conversa fiada por detrás da retórica de que tudo isso gira em torno da defesa e do estímulo à criação.

se de uma maneira mais equilibrada. Mas isso foi uma casualidade, foi um momento muito curto.

Agora, se comparamos os anos 1970 com os 1990, a diferença é brutal. Para quem se lembra disto, no programa do Chacrinha, um artista recebia o Disco de Ouro em reconhecimento de sucesso quando vendia cem mil cópias. Dez ou vinte anos depois, vender cem mil cópias é insignificante. O sujeito precisa então vender três, às vezes, cinco milhões. Embora oitenta mil cópias já representassem lucro, os investidores poderiam se dedicar a qualquer outro negócio, como gado ou mercado financeiro. Então, para o negócio de disco valer, o artista passa a ter a obrigação de vender cinco milhões de discos. Daí entra a questão do ganho de escala, também citado aqui anteriormente.

Resultado, a partir dos anos 1970 e 1980, as gravadoras pequenas foram engolidas pelas maiores, a ponto de, há dez anos [2000], 80% do mercado já estavam concentrados nas mãos de cinco gravadoras. Nessas empresas, o cast de artistas foi reduzido de 100 contratados para 10. No lugar de 100 profissionais vendendo oitenta ou cem mil cópias, passa a haver 10 vendendo três milhões cada um. E foi mais ou menos nessa época que eu parei de pesquisar o assunto, quando a internet estava surgindo como uma novidade...

Mas há problemas também aí. É verdade que a tecnologia barateou a produção e que antigamente era impossível um indivíduo gravar um CD. Mas, por outro lado, no passado, as gravadoras bancavam a gravação, a prensagem e a distribuição dos discos. Elas eram gravadoras! Com esse barateamento, o que aconteceu? A gravadora deixou de ser gravadora, ficou só no nome, e ela se tornou uma agenciadora. O custo de produção do CD, “porque ficou barato”, foi transferido para o artista. O artista passa a ter a obrigação de chegar à gravadora com o CD pronto. E a gravadora, o que faz então? Ela faz o marketing e paga o jabá. Em 1990, quando estava pesquisando o assunto, descobri que custava cerca de US\$ 200 mil a US\$ 300 mil (duzentos a trezentos mil dólares), por mês, para uma música tocar muito nas principais rádios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Uma coisa absolutamente indecente! Ou seja, falar de direito autoral para promover o artista é brincadeira.

Com isso, quero ressaltar que, apesar da ideia de barateamento do custo de produção, este é um barateamento, de fato, relativo. Antes era tão caro que ninguém transferia esse custo para o artista; era tarefa das gravadoras. Agora, como barateou, a classe média pode ter acesso a essa produção; os músicos populares, não sei como passaram a fazer, e as gravadoras venderam seus estúdios. Nenhuma gravadora tem mais estúdio. Ela se tornou simplesmente uma agenciadora.

Sobre a pirataria, gostaria apenas de relatar que sua origem, em pelo menos uma das versões que conheço, está na interferência de uma rádio comercial contra a rádio pública. Não recordo a data exata, mas na Inglaterra era proibida a publicidade comercial na rádio, só que a legislação estabelecia um limite a partir

do mar. Então, uma rádio comercial de um barco estrangeiro um pouco fora deste limite teria irradiado para dentro da Inglaterra propaganda. Ou seja, o primeiro pirateamento teria sido das ondas públicas pelas ondas privadas. Nesse caso, foi a rádio comercial pirata.

Por fim, sobre o plágio na faculdade, assunto sobre o qual me pediram para falar um pouco. Para mim, nesta, a questão legal é a menos importante; embora, se não me engano, o problema

seja enquadrável na lei tipificando crime de alguma maneira. Confesso que eu nunca investiguei a parte legal disso. O que posso dizer sobre o tema é que eu já orientei muitas monografias e fico, sinceramente, escandalizado com plágio em monografia, por várias razões. A primeira delas, porque quando fiz a minha monografia foi a melhor parte da faculdade. A parte que eu mais gostei da minha graduação foi quando pude dizer com a minha própria voz o que pensei sobre aquela história toda que vi no curso. Como é que, na hora que alguém tem esse direito, vai fugir disso? “-Ah, não, quero não. Eu não tenho voz. Eu não sou capaz de falar com a minha própria voz”.

Em primeiro lugar, acredito que a pessoa tenha uma autoestima muito baixa. Em minha opinião, o problema começa com uma insegurança patética.

Não é possível que depois de quatro anos de faculdade um estudante não seja capaz de falar com a própria voz sobre absolutamente nada, que não tenha se interessado por nada, não tenha aprendido nada.

Não é possível que depois de quatro anos de faculdade um estudante não seja capaz de falar com a própria voz sobre absolutamente nada, que não tenha se interessado por nada, não tenha aprendido nada. Se o aluno não tem nada a dizer, então, não pode se formar!

Algo errado está se passando. Ou ele faz uma terapia ou sei lá o quê... De qualquer forma, acredito que isso deve ser punido com muito rigor. Eu não digo prender a pessoa, mas ela não pode se formar. Conheço pessoas que relatam, no maior descaramento, que se formaram comprando monografia. Mas são pessoas que não trabalham com o que se formaram. Pessoas que não exercem a profissão e se formaram de qualquer maneira, nas “coisas”. Mas eu fico impressionado...

Além de o problema de depois de quatro anos o estudante ser incapaz de falar com voz própria, de não ter aprendido ou se interessado por nada, me incomoda profundamente a questão da preguiça, patética e lamentável também. “-Ah, escrever um trabalho de trinta páginas é muita coisa...”. É um absurdo, depois de quatro anos em curso como o de comunicação, argumentar que é muita coisa escrever isso ao longo de meses. E, finalmente, a questão da farsa. De certa maneira, é uma farsa... O estudante está se assumindo como uma farsa.

Sendo condescendente, posso até admitir que numa faculdade nem todo mundo desenvolva pendores teóricos ou reflexivos. Há pessoas mais interessadas no aspecto mais prático da formação profissional, sem dúvida. Contudo, as possibilidades de uma monografia ou de um projeto experimental já contemplam essa possibilidade. Então tá, que os alunos de comunicação façam um documentário, mas façam e assinem o trabalho!

Nesse caso, a coisa foge um pouco dessa macro-discussão que estávamos debatendo antes, porque não envolvem propriamente grandes valores financeiros, grandes interesses econômicos ou aqueles abusos sobre os quais falamos aqui. Mas envolve questões importantes também. Eu às vezes fico assustado com esse problema. Por exemplo, desde que comecei a dar

aula, eu passei a ter mais medo de médico. Quando eu vou ao médico, agora penso como esse maluco se formou? Será que ele é como o aluno que eu tive e que comprou a monografia? Ou o dentista, que coloca troços na sua boca, quando você está com problemas... Como confiar nesse cara?

Às vezes é difícil identificar o plágio, mas quem pesquisa conhece os principais mecanismos. Por exemplo, qualquer coisa que se copie da internet a gente acha. Tão fácil quanto foi copiar é achar. Há casos que chegam a ser engraçados, como o do aluno que paga a outra pessoa para fazer e, geralmente, a pessoa paga copiou da internet. Nesse caso, o estudante faz duplo papel de otário: não passa e ainda morre na grana que pagou.

De vez em quando, acontece de encontrarmos textos que sabemos ser plágio, mas não conseguimos pegar. Até acontece casos de gente que de fato escreve

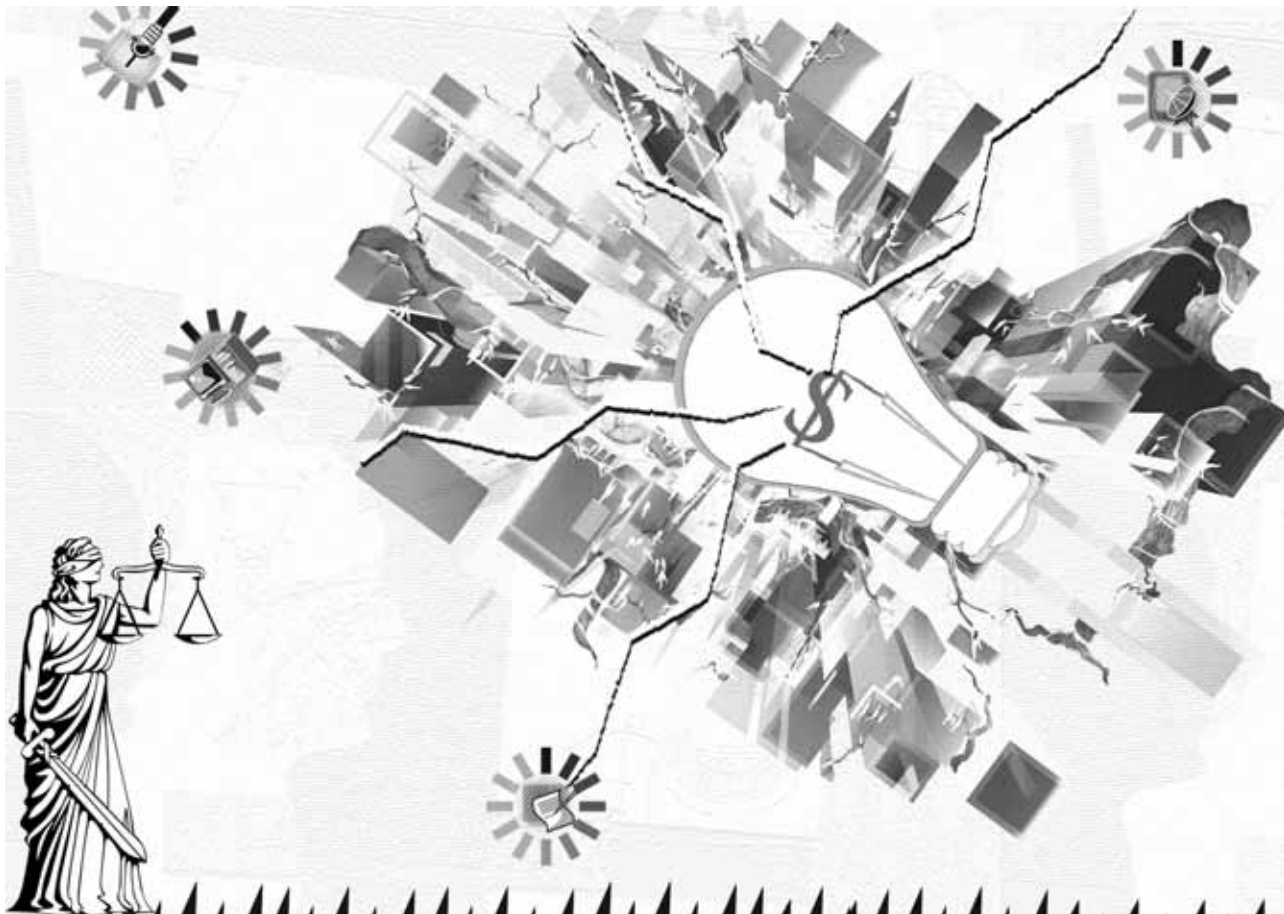
por outras. A gente sabe que não foi tal aluno, mas não há como provar. Nesses casos, o estudante passa; ele conseguiu burlar tudo, mas o que isso prova, além do fato de que ele é uma farsa?

Não se trata de afirmar que o aluno não possui competências ou coisa similar. Encerro com isso; isso é uma polêmica entre professores. Há quem diga que monografia não deveria ser obrigatória, pois nem todo mundo tem essa vocação ou competência. Pessoal-

mente, eu sou contra este raciocínio, acho que deve ser obrigatório. Mesmo que nem todo mundo tenha essa vocação, mesmo que nem todo mundo tenha esse talento especial, não custa nada, uma vez na vida do cidadão ou do indivíduo, depois de pelo menos quatro anos de estudo, ele ter uma experiência de pesquisa um pouquinho mais aprofundada. E mais, ter a coragem de assinar esse trabalho, que, em minha opinião, é muito importante e deveria ser obrigatório.

Para fechar, reafirmo que, na minha experiência pessoal, a monografia foi a parte mais gratificante da graduação. Foi quando, no lugar de reproduzir o que os outros diziam, eu tive a oportunidade de dizer a que vim, porque vim e o que eu aprendi com isso tudo. É isso. **US**

Às vezes é difícil identificar o plágio, mas quem pesquisa conhece os principais mecanismos. Por exemplo, qualquer coisa que se copie da internet a gente acha. Tão fácil quanto foi copiar é achar.



Sobre direitos autorais

José J. Lunazzi

UNICAMP-Instituto de Física
E-mail: lunazzi@ifi.unicamp.br

*”Y al cabo, nada os debo; me debéis cuanto escribo
a mi trabajo acudo, con mi dinero pago
el traje que me cubre y la mansión que habito,
el pan que me alimenta y el lecho en donde yago.”
Antonio Machado, poeta espanhol.*

Resumo: O tema dos chamados “Direitos Autorais” é abordado de um modo geral, mas com ênfase nos direitos de quem não é firma, empresa ou instituição. Consideram-se como falhas na lei atual alguns itens que não contemplam adequadamente a situação de domínio público, por exemplo. E compara-se com direitos de autor de invenções por meio de conceitos que permeiam as leis sobre patentes. Propõe-se uma maior intervenção por setores para garantir esses direitos e uma maior divulgação na discussão sobre o tema para levantar realmente a opinião geral sobre ele. Coloca-se a questão de se realmente existe uma internacionalização desses direitos.

Palavras-chave: Direitos autorais. Direito de reprodução. Patentes. Divulgação do conhecimento. Domínio Público. Registro de propriedade intelectual. Direito de imagem. TV pública. Direito de herança.

Comecemos por analisar o nome “Direitos autorais”. Sugere tratar-se dos direitos sobre uma obra. Porém, como esses direitos são transferíveis, pode tratar-se dos direitos de quem comprou do autor os direitos sobre uma obra, ou de quem os herdou. Quem compra os direitos pode ser uma outra pessoa, mas geralmente é uma empresa. Por isto prefiro me referir a eles como “Direitos editoriais, familiares e autorais a respeito de uma obra”. Que é um tanto longo, mas poder-se-ia abreviar como “Direitos sobre uma obra”, para não dar a impressão equivocada de que está se tratando de defender exclusivamente aos autores. Temos assim os direitos patrimoniais, sendo que existem também os morais (autoria e integridade da obra). Gostaria de usar uma definição mais completa: “Direitos editoriais, familiares, populares e autorais a respeito de uma obra”. Porque quem não é o autor também tem direitos. Quem não é o autor? Todos os demais, o povo. Tanto é assim que está contemplado na lei, quando esta se refere ao “Domínio público”. Não sei se o leitor conhece a lei brasileira a respeito, que não é afinal diferente da maioria das leis ocidentais sobre o tema. Se conhece, pergunto: quem é o mais mal contemplado?

Irei desenvolver um pouco o tema sobre uma perspectiva histórica breve, esclarecendo de início tratar-se de um assunto com muitas nuances complexas.

O ponto de partida tem sido considerar a obra como um produto do autor, sendo uma mercadoria e, portanto, dever-se-ia legislar sobre a obtenção de proveitos consequentes. Filosofias contrárias a esta seriam a anarquista, que considera que não se deve limitar a liberdade do homem, e dentro dessa liberdade está a de se reproduzir e utilizar tudo o que a humanidade tenha feito (para o bem, subentendemos), e a comunista, que coloca ao homem como se devendo à comunidade, que o provê do que necessita e, portanto, cabendo-lhe contribuir para tudo ser regulado pelo Estado.

O anarquismo foi derrotado pelas forças fascistas, democráticas e comunistas na Espanha, em 1938, mas o comunismo existe na China, Rússia e Cuba, notadamente. Entendo que estes países, que têm a maior parte da população mundial, apenas usam leis e critérios de direitos autorais externamente ou em relações com estrangeiros.

No Ocidente, parece existir um forte componente de autorregulação, que vai levando os sistemas de patentes nacionais a serem muito parecidos entre si e com o sistema dos EUA. E os de direitos autorais também. Como podemos entender, por exemplo, o uso da internet, de simples acesso internacional, com leis que não o são? O problema existe, embora pouco se fale dele. De fato, é só refletir um pouco para perceber que na população, mesmo quem tem ensino médio completo, não tem acesso ao conhecimento das leis (como se pode exigir que as cumpram?) e muito menos ao uso efetivo delas, que acaba sendo assunto de advogados.

Bem, após esta visão geral, vamos nos restringir à filosofia que regula nossas leis e aceitar que a produção intelectual possa ser tratada como uma mercadoria. A Lei atual¹, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), fácil de se encontrar em sítio do governo pela internet, indica que os herdeiros dessa propriedade têm direito a usufruí-la, decorridos **setenta anos** da morte do autor.

Prazo que foi aumentado em função de lei anterior, ao que se diz, após consulta popular no governo de Fernando Henrique Cardoso. Consulta popular que, também se diz, aconteceu no governo atual, no ano passado, mas das quais eu, por exemplo, nunca tive notícia. O caro leitor teve? Deixando de lado o fato de eu, pessoalmente, achar esse prazo excessivo, porque entendo que os herdeiros deveriam ter atividade produtiva própria, e o mundo direito a usar e divulgar a obra intelectual da humanidade enquanto ela ainda é atual, surge o empecilho que, mais que uma obstrução, é de fato uma impossibilidade: como pode alguém certificar a data da morte de um autor? Procura-se em todos os cartórios do mundo pelo nome do mesmo, evitando homônimos, e pede-se um atestado, fazendo as traduções legalizadas correspondentes. Fácil, fácil, meu caro João Povo, que por isso não pode fazer uso reprodutivo de nada do que encontra em bibliotecas, arquivos, internet etc. Onde ficaram os direitos do povo, o chamado “Domínio público”? Não se comenta. Apesar disso, após inúmeros conflitos com reprografia nas universidades, a USP decidiu por norma própria liberar o direito de cópia em vários casos, tais como o de livros esgotados há mais de dez

anos, ou indisponíveis no mercado nacional, e outras. Atitude seguida pela UNICAMP na Portaria do reitor da UNICAMP (2010), publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 26/06/2010, fls. 35. Vejo esse como sendo o caminho: reagir contra esse tipo de mordanças que reprimem a humanidade.

Temos ainda o caso de obras que foram realizadas com dinheiro público, como quase todas as pesquisas das universidades e o material veiculado por meios jornalísticos, rádios, TVs públicas etc. Ao que tudo indica, elas estão sujeitas à mesma lei que rege os produtos produzidos privadamente. É justo? E as que tiveram apoio parcial do Estado? Não teria o povo o direito a ler e reproduzir, sem pagar e sem outro ônus que o de indicar a autoria? Por outro lado, quem realiza uma obra intelectual, como pode certificar sua autoria? Existem alguns recursos, que não são nem imediatos, nem fáceis, nem amplamente conhecidos. Um seria por meio da Biblioteca Nacional, outro, da Escola de Belas Artes da UFRJ, e talvez de outros mais. Em minha área de cientista, nunca soube de alguém que tenha registrado um trabalho seu; apenas o submete a publicações estrangeiras, que podem demorar anos em reconhecer a autoria por meio da publicação que indica a data de recebimento, ou negar esse direito por rejeição do artigo. As revistas científicas, geralmente empresas privadas com fins de lucro, ganham assim um poder excessivo. A ideia de que o povo tem direito a ler o trabalho de quem o fez financiado com recursos advindos de impostos levou os EUA a criar um serviço na Cornell University Library (2011), onde qualquer autor tem, em 48 h, seu trabalho publicado em seu sítio www.arxiv.org, que tem reprodução em muitos outros pelo mundo, inclusive no Brasil. Parece muito mais eficaz que o sistema da Biblioteca Nacional, se fosse aceito como registro de autoria. Não deveríamos nos adequar aos tempos? Parece, porém, que as revistas especializadas mais importantes não aceitam esse registro de autoria e rejeitam os artigos de quem antecipa a divulgação. Ouvi dizer que o serviço Arxiv, originalmente destinado a publicar *pre-prints*, isto é, obras já aceitas por revistas, passou a aceitar todo trabalho corretamente escrito justamente por um escândalo em que foi denunciado por um autor que o árbitro de uma revista negou a publicação de um artigo e, no entanto, a fez no seu nome.

Outro tema a comentar é que existe uma reação mundial aos direitos abusivos de propriedade, notadamente depois que a Microsoft, exemplo de grande empresa de informática, passou a colocar uma série de restrições sobre o uso de seus programas, que sempre foram extremamente caros. Por exemplo, que não fossem colocados em mais de um computador. Essa lógica, que equivale a vender um martelo pelo número de pregos em que ele agiu, foi a novidade que muitas empresas adotaram, não sem permitir que a cópia fosse tecnicamente possível para que o programa em questão fosse popular. É como vender uma semente pelo tanto de outras que podem ser obtidas, em se plantando ela, o conhecido caso da Monsanto. Como disse, trata-se de assuntos complexos, mas geraram uma comunidade que realiza os programas de computador e os vende ou dá, sem mais restrição que a de não colocar restrições neles e nos que resultarem como consequência deles, dando continuidade à transmissão dos códigos fonte, os elementos que permitem que uma pessoa possa saber como eles funcionam. É a licença GNU, que tem certamente inspirado outras semelhantes para obras de texto e vídeos, como as Creative Commons, onde se pode escolher entre deixar o uso completamente livre ou com diferentes restrições. Essa devia ser a norma nas instituições públicas em geral, permitindo economizar muito dinheiro e eliminar o receio de que os programas que colocam no computador possam ter operações ou caminhos de acesso somente conhecidos pelo fabricante. Após alguns anos, por exemplo, a urna eletrônica brasileira trocou seu sistema operacional por um de tipo Linux. Lentamente, as escolas públicas do Brasil vão também dando preferência a esses tipos de programas.

Há necessidade de mais liberalização dos direitos, por exemplo, nos direitos de imagem. Enquanto canais de televisão privados reproduzem imagens de qualquer pessoa, inclusive menores, nos noticiários, o uso didático ético e não comercial na escola e na universidade resulta na prática impedido pela necessidade de se contar sempre com autorização escrita das pessoas ou, no caso de menores, dos responsáveis. Isso significa que o uso aberto de imagens em que uma prática educativa está sendo comentada, que pode ter imagens de dezenas de alunos, inclusive

realizadas há muitos anos e com a presença de visitantes, estaria impedido na prática pelo ônus da lei. Isso é algo que as universidades, por exemplo, poderiam resolver da maneira como foi feito com a reprografia, por portarias internas.

Espero que o leitor tenha captado minha inquietação pelo desenvolvimento para um mundo melhor. Um mundo que progride não simplesmente pelas empresas ou instituições que o regem, mas pelas pessoas que criam, dentro ou fora delas, as condições para isso. Historicamente, o homem tem sido explorado. Por exemplo, os músicos, que somente após a renascença começaram a ter o direito de mudar de protetor. Há menos de um século que eles recebem pelas suas obras.

No caso dos inventores, o sistema de patentes parece feito para as empresas e não para eles. Vejamos senão: diria que apenas nos EUA encontramos um número expressivo de patentes depositadas diretamente por inventores. A maioria o faz por meio de advogados, resultando muito caro. Em outros países, praticamente não vemos patentes pessoais. O processo não demora menos de três anos, mas sempre recebe outorga de direitos por somente quinze anos, a partir da data do depósito do pedido. Não é incomum o caso de invenções que somente passam a ser desenvolvidas quinze anos após sua criação. Um exemplo foi o da reprografia xerox, precisamente. A lógica indicaria que se deveria dar o prazo após a primeira produção comercial da invenção. E por que somente quinze anos? Não é propriedade intelectual, como a criação de uma obra artística ou literária? Não se deveria outorgar o direito por vida, com setenta anos após a morte do autor para os herdeiros usufruírem? Isto que parece uma conjura contra a invenção, que, mesmo favorecida pelo ambiente, é resultado de um homem só, de fato vemos que não poderia ser outra coisa: recentemente, os EUA² e, ao que parece, o mundo inovaram dando o direito de patente não para quem inventa senão para quem primeiro registra. Pode? Antigamente uma patente seria invalidada se provado que alguém tinha feito a descoberta antes. Hoje, pode-se copiar, plagiar, legalmente. Deveremos os inventores, dentro ou fora das universidades, trabalhar no maior segredo, demorar a divulgar nossas descobertas, para não ser-


mos furtados legalmente por terceiros, que podem até nos impedir de usar as nossas descobertas? E se quisermos doar uma invenção à humanidade, como fez Santos Dumont quando inventou o avião, facilitando seu desenvolvimento? Não poderíamos. O tema é mais complexo ainda: como fica definida uma invenção, seja tecnológica ou artística? Como diferenciar um original de uma cópia? Os telefones digitais completos da atualidade envolvem mais de 100.000 patentes, está certo isso? O cantor Roberto Carlos, condenado, realmente plagiou parte de uma canção? A sobreposição de janelas no computador, que a Apple quis proteger como invenção, não seria uma consequência óbvia? Afinal, tudo acaba na decisão de juízes, que usam outros homens como técnicos. E homens são falíveis e influenciáveis...

Campinas-SP 2011/10/12

NOTAS

1. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9610.htm>. “A lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 – aspectos contraditórios”. Vanisa Santiago, Conferência proferida no “Seminário sobre Direito Autoral”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 17 e 18 de março de 2003, no Centro Cultural Justiça Federal, Rio de Janeiro – RJ, <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/540/720>
2. “Photonics West talk explains US patent changes”, Paul Davis, 18/11/11, optics.org, publicação do “Institute of Physics”, <http://optics.org/news/2/11/17>.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9610.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2011.
- UNICAMP. **Resolução GR-29**, de 25 de junho de 2010. Portaria do reitor publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, dia 26 jun. 2010, fl. 35. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6112716/dosp-executivo-caderno-1-26-06-2010-pg-35/pdfView>>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- CORNELL UNIVERSITY LIBRARY. Serviço mantido pela Cornell University, EUA, com apoio da National Science Foundation. Disponível em: <www.arxiv.org>. Acesso em: 21 dez. 2011. 



Ensaio Fotográfico



Por **Fritz Nunes**, SEDUFSM (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSM)

Através do REUNI o Governo Lula da Silva prometia ampliação de infra-estrutura e concurso público para docentes, ambos condicionados ao alcance de duas metas básicas: aumento do número de estudantes de graduação (expansão) e alterações (reestruturações) político-pedagógicas nas universidades federais.

As reitorias das universidades federais aderiram ao REUNI e ampliaram de forma irresponsável o número de vagas discentes. Dados do *Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – REUNI* – divulgado pela ANDIFES em 2010 demonstram que em 2006 eram ofertadas 122.003 vagas nos cursos de graduação presencial das universidades federais. Em 2010 foram ofertadas 199.282, configurando um aumento de 77.279 vagas que corresponde a 63% no período de 2006 a 2010.

Apesar do aumento do número de vagas discentes, as universidades sofrem com o corte de verbas para garantir a infra-estrutura necessária para a expansão com qualidade. A situação nas universidades federais ficou ainda mais crítica com o corte de R\$ 3,1 bilhões no orçamento do Governo Dilma para a educação e com a Medida Provisória 525/11 que libera a contratação de 20% dos professores das universidades públicas e instituições tecnológicas de ensino sem concurso público. Com a aprovação da MP, a contratação de docentes em caráter temporário e sem concurso público é estendida aos novos cursos criados dentro do projeto de expansão do ensino superior do governo federal – REUNI.

Alguns dos resultados da expansão e da reestruturação realizadas pelo REUNI: salas de aula superlotadas, aulas em contêineres, turmas sem professores, professores com número excessivo de estudantes e turmas. Faltam laboratórios, bibliotecas e há um número muito restrito de bolsas para a assistência estudantil. Enfim, intensifica-se o trabalho docente, precariza-se a formação, reconfigurando a universidade pública brasileira.

Para ilustrar as consequências dessa reestruturação, damos continuidade ao ensaio fotográfico iniciado na edição anterior. Condições objetivas de trabalho docente e de formação profissional dos estudantes no contexto de implantação do REUNI são reveladas pelas imagens deste ensaio: os efeitos desse modelo de expansão, que ocorrem de sul a norte do país, são exemplificados na UFPR (campus Palotina); na UNIPAMPA (Campus de Bagé-RS), na UFSM (Centro de Ensino Superior do Norte do RS, em Frederico Westphalen e Palmeira das Missões), e na UFCG (no campus de Sumé e em Cuité).

De um extremo a outro do país o quadro é lamentável e tem levado à organização de manifestações de estudantes, de docentes e de técnico-administrativos; entre estas a ocupação de reitorias pelos estudantes.

Para o ANDES/SN o ano de 2012 promete muitas lutas em defesa da expansão com qualidade!

Fotos: Guilherme Mikami



Laboratórios tiveram que ser improvisados em espaços que antigamente eram banheiros.

Tanques de pesquisa tiveram que ser instalados de forma improvisada, ao relento.



Laboratório de anatomia e patologia animal da Medicina Veterinária tem um sistema para exaustão do formol totalmente precário, gerando efeitos ao ambiente e à saúde.

Muitos dos equipamentos comprados para o campus de Palotina não foram instalados e ocupam espaços nos corredores dos prédios.



A Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Rio Grande do Sul, é um exemplo importante da expansão promovida pelo governo Lula. Criada em 2006 no formato de múltiplos campi, espalhando-se por 10 municípios entre a região sul e a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a instituição foi administrada inicialmente de forma partilhada entre a UFPEL e a UFSM.

Logo no início, as dificuldades foram imensas, conforme relato do presidente da Sesunipampa, professor Daniel Nedel. Em estudo ainda em fase de conclusão, a diretoria da seção sindical constatou que no primeiro ano da universidade (2006) a evasão docente foi “alarmante”, a tal ponto que em um dos campi – Caçapava do Sul – chegou a 100%. Ainda hoje, a rotatividade de professores é alta.

Em Bagé, maior estrutura da Unipampa, falta espaço para abrigar todos os professores e a assistência estudantil é insuficiente, pois não há Casa de Estudante ou Restaurante Universitário. Para fazer um lanche a qualquer hora do dia, quem quiser que recorra às barraquinhas do lado de fora do prédio da universidade.

Fotos: Daniel Nedel



Acesso ao prédio da Unipampa, em Bagé, é feito ainda por estrada sem calçamento e esburacada.



Local para lanche de professores, estudantes e servidores da Unipampa em Bagé.



Insalubre: alimentos são vendidos em meio ao pó e trânsito de animais.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aprovou a participação da instituição no REUNI em uma sessão do Conselho Universitário protegida pela Polícia Federal, em 7 de dezembro de 2007. Em quatro anos de expansão, a universidade previa um acréscimo de estudantes em mais de 60%, somando o campus de Santa Maria com as extensões, entre elas, o Centro de Ensino Superior do Norte do RS (Cesnors), que se localiza nos municípios de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Entretanto, o número de docentes assim como a infraestrutura da expansão estão bem aquém do planejado.

A situação chegou a um ponto crítico que, no início de setembro de 2011, 200 estudantes da UFSM, incluindo alunos dos campi do Cesnors, ocuparam a reitoria da instituição durante duas semanas. Eles reivindicavam a contratação de professores, mais recursos para assistência estudantil e melhoria na infraestrutura física.

Arquivo/SEDUFMS

Arquivo/SEDUFMS



Em votação do REUNI na UFSM, em dezembro de 2007, a Polícia Federal guarneceu o prédio da reitoria e permitiu que apenas membros do Conselho Universitário adentrassem.

Reitoria da UFSM: estudantes e todos os que discordavam da votação do REUNI foram impedidos pela polícia de entrar no prédio.

Fritz Nunes



Em setembro de 2011, estudantes da UFSM ocuparam a reitoria e obrigaram o reitor Felipe Müller (microfone) a responder pauta que incluía a falta de professores.

A expansão na Universidade Federal de Campina Grande (Paraíba) é outro exemplo de precariedade e, ao mesmo tempo, de descaso com o uso do dinheiro público. No início de 2011, foi inaugurada uma Central de Aulas na UFCG. Menos de um ano depois, o prédio de vários andares já apresenta infiltrações, as carteiras dos alunos já se encontram em processo de rápida deterioração. Faltam elevadores e corrimãos nas escadas.

No campus de Sumé, apenas um portal foi inaugurado até o momento, enquanto em Cuité, um fato que seria engraçado, se não fosse trágico: a construtora que fez o trabalho “esqueceu” de tirar os postes do meio da rua.

Fotos: Fred Oliveira



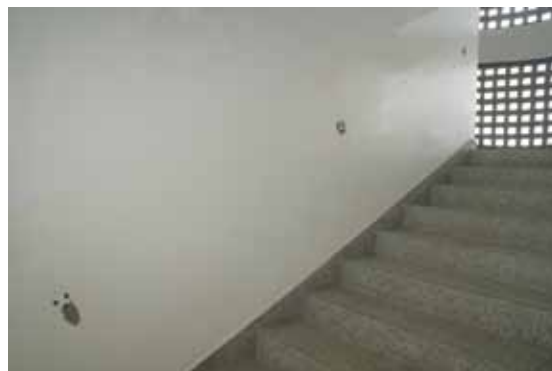
No local em que deverá ser uma Central de Aulas, por enquanto, apenas um pórtico foi instalado.



Em poucos meses, carteiras dos alunos já se encontram em estado avançado de deterioração.



Em Cuité, a empresa construtora foi tão “cuidadosa”, que até os postes ficaram no meio da rua.



Em prédio do REUNI na Federal de Campina Grande, faltam até corrimãos nas escadarias.



Debates Contemporâneos



Fátima, o salazarismo e o colonialismo¹

Waldir José Rampinelli

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: rampinelli@globo.com

Resumo: O artigo analisa como a I República (1910-1926), em Portugal, defendeu e implementou a tese de um Estado laico e moderno. No entanto, “as aparições de Nossa Senhora de Fátima” foram utilizadas pela Igreja para se contrapor às ideias liberais desse Estado e, posteriormente, Fátima apoiou o salazarismo e condenou o comunismo. A religião foi usada para convencer as pessoas a prestar apoio ao Estado Novo (1933-1974), que por sua vez defendeu o colonialismo no ultramar com a finalidade de expropriar suas riquezas.

Palavras-chave: Fátima. Salazarismo. Colonialismo.

Introdução

A revolução portuguesa, que pôs fim à Monarquia, começou na noite de 3 de outubro de 1910, sendo a República proclamada no dia 5 pela manhã. Inicialmente parecera que a ten-

tativa havia fracassado, chegando um oficial general republicano a cometer suicídio, enquanto outros se refugiavam em lugares seguros. Lisboa, porém, não estava apenas controlada por grupos civis que impediam que as tropas leais ao rei saíssem às

ruas para reprimir o movimento, como também se encontrava organizada para o processo de mudança de governo. Bastou que alguns navios fizessem manobras, desembarcando marinheiros no Terreiro do Paço – centro da capital –, para que as tropas monárquicas se sentissem ainda mais debilitadas. O rei, que havia fugido para Mafra, ao receber a notícia da queda da Monarquia, tomou o rumo do exílio, para a Inglaterra. Foi dito na época que a República havia sido proclamada por telégrafo.

O marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito do Brasil, em viagem à Europa, chegara a Portugal em 1º de outubro a bordo do couraçado São Paulo. A convite do governo lusitano, ficou alguns dias em Lisboa, instalando-se no palácio de Belém. O rei D. Manuel II homenageou-o com um banquete em 2 de outubro e o visitou a bordo no dia seguinte, tendo eclodido a revolução logo em seguida. Hermes embarcou na tarde do dia 4 e na manhã seguinte o navio deixava uma Lisboa convulsionada. Em 22 de outubro, o Brasil, contrariando sua estratégia de aguardar a evolução dos acontecimentos, dava seu aval à nova República, já que a Argentina o fizera também nesse mesmo dia. Buenos Aires retribuía a Lisboa a gentileza de Portugal ser o primeiro país a reconhecer a independência da Argentina (MAGALHÃES, 1999, p. 79-80).

As forças da Carbonária, composta por estratos sociais muito distintos dos membros do diretório do Partido Republicano, foram fundamentais para que o movimento se tornasse vitorioso, sendo, no entanto, postergadas na formação do Governo Provisório. A I República (1910-1926) logo enfrentou um forte conflito de classe entre o republicanismo conservador e ordeiro e o populismo revolucionário e ousado, porém carente de organização (SARAIVA, 1999, p. 350).

O governo provisório de Teófilo Braga, embora não dispusesse de uma nova constituição, realizou reformas progressistas, tais como a lei de família, do divórcio, da separação entre Igreja e Estado e da criação das universidades de Lisboa e do Porto. A Constituição Republicana, de agosto de 1911, adotou

o sistema político bicameral, quase permitindo um parlamentarismo, tanto que a permanência dos governos dependia da confiança dos deputados e senadores. O Partido Republicano, que comandou o novo regime, logo se dividiu em duas correntes: a) a tendência, que exigia reformas radicais, por meios igualmente radicais, como, por exemplo, uma política anticlerical, e b) a ala que cobrava mudanças brandas, com métodos de conciliação e apoiada pela burguesia. Enquanto a primeira corrente desembocava na formação do Partido Democrático, por sua vez, a segunda criava o Evolucionista e o Unionista.

Quando começa a Primeira Grande Guerra (1914-1918), as forças políticas portuguesas se encontram divididas, passando o Partido Democrático a defender a entrada do país no conflito como um mecanismo eficaz para proteger o império colonial do ultramar (Inglaterra e Alemanha já estavam decididas em repartir entre si as colônias lusitanas) e para alinhar Lisboa no contexto europeu, dentro de uma perspectiva de progresso nacional. Na base dos partidos, os que pertenciam a grupos de esquerda pregavam o apoio aos Aliados², ditos os representantes da causa da liberdade; enquanto os ligados à direita defendiam a Alemanha, símbolo da autoridade e da ordem. Premido por um incidente com Berlim, Portugal se junta aos

Bastou que alguns navios fizessem manobras, desembarcando marinheiros no Terreiro do Paço – centro da capital –, para que as tropas monárquicas se sentissem ainda mais debilitadas.

Aliados, enviando soldados à França e também para Angola e Moçambique, já que essas colônias faziam fronteiras com possessões alemãs. A vitória dos Aliados deu a Lisboa o direito de – na Conferência da Paz – garantir o reconhecimento de suas colônias africanas e de receber indenizações de guerra pagas pela Alemanha (SARAIVA, 1999, p. 352-353).

As forças que se opuseram à entrada de Portugal na guerra desencadearam um golpe de Estado, em fins de 1917, assumindo o poder com Sidónio Pais, assassinado um ano depois. Em seu breve governo, Pais se reaproximou da Igreja devolvendo-lhe alguns privilégios suprimidos. O período que segue, de 1920 a 1926, é uma fase muito agitada da I República, tendo a pequena burguesia o poder em suas mãos³. Em 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa rebelou-

se em Braga, com o apoio das tropas do Norte⁴, chegando no mês seguinte a Lisboa e instaurando a ditadura militar (1926-1933). O povo, que assistira à divisão das forças progressistas, não se levantou em defesa da República, que terminava de forma melancólica.

A I República e o laicismo

Os vários governos que compuseram a I República (1910-1926) – a maioria deles com uma matriz ideológica democrático-liberal, positivista, dessacralizadora, maçônica e jacobina – formularam leis que separavam o Estado da Igreja Católica, adotando, ao mesmo tempo, normas anticlericais. No próprio mês da revolução, o chefe republicano expulsou as ordens religiosas, fechou os conventos e confiscou os seus bens. Mais tarde, essas medidas foram complementadas por decretos e portarias laicizadoras, tais como a abolição do ensino religioso nas escolas, a proibição aos padres de ministrar aulas e de usar trajes eclesiásticos em público, a anulação do caráter católico nos atos civis, a adoção da lei do divórcio e do princípio do casamento como um ato meramente laico, a transformação da maioria dos dias santificados em jornadas normais de trabalho, a supressão da cadeira de Direito Eclesiástico e o encerramento do curso de Teologia na Universidade de Coimbra, a proibição às Forças Armadas de participarem em solenidades de caráter religioso e, por fim, a introdução da lei do registro civil obrigatório para os nascimentos, os casamentos e os óbitos. O conflito político, filosófico, ideológico e cultural tendia a crescer entre um Estado laico e uma Igreja tradicionalista e contrarrevolucionária.

Nesse implacável combate (cujo início remonta ao século anterior, ou mesmo ao tempo de Pombal) confrontavam-se, afinal, duas ideologias: uma de matriz católica ultramontana – o “clericalismo” – que defendia a confessionalidade do Estado, sustentava a dogmatização do poder temporal dos papas, rejeitava as ideologias e filosofias da civilização moderna oitocentista e pretendia “reconquistar

Portugal para o cristianismo; e um outro sistema de ideias racionalistas e antiromanistas, plasmado pelo republicanismo então dominante (que controlava na época o aparelho de Estado), o qual interpretava o mundo e os destinos da nação segundo uma lógica de matriz demoliberal, positivista, laica e anticlerical (TORGAL, 2002, p. 18-19).

A hierarquia da Igreja Católica considerou a *Lei de Separação* uma “hostilidade formal”, quando não uma verdadeira “declaração de guerra”, chegando o Vaticano à ruptura das relações diplomáticas com Portugal, em 1913, reatadas em 1918.

A Primeira Grande Guerra causou atritos entre o Estado e a Igreja, pois enquanto o poder espiritual defendia, por meio de orações e penitências, o fim

do conflito e o regresso dos soldados portugueses, o temporal o aprovava com a finalidade de garantir a manutenção das colônias africanas e de facilitar a inserção de Lisboa na Europa. A crise econômica interna e a consequente instabilidade política que assolava Portugal contribuíram para que o povo se abrigasse no refúgio católico-religioso como solução para seus problemas, desconsiderando as decisões do Estado. A Igreja passa, então, a enfrentar um Estado republicano, laico, anticlerical e herdeiro de tradições iluministas, regalistas e liberais de décadas

anteriores, o qual estava empenhado em implementar um regime de secularização ou de estatização do cristianismo.

Nesse contexto, surgem “as aparições de Fátima”, que vão de 13 de maio a 13 de outubro de 1917, acontecendo no treze de cada mês para três pastorinhos pobres na Cova da Iria e emitindo mensagens contra as políticas nacionais e internacionais da I República, agravando as tensões já existentes entre Estado e Igreja. A Senhora, que se apresenta como uma personagem do reino sobrenatural, ordena que o povo português reze incessantemente o rosário para afrontar os duros problemas domésticos. Passa a ditar normas internas, dando a entender da inutilidade do governo Republicano na solução da crise

Surgem “as aparições de Fátima”, que vão de 13 de maio a 13 de outubro de 1917, acontecendo no treze de cada mês para três pastorinhos pobres na Cova da Iria e emitindo mensagens contra as políticas nacionais e internacionais da I República.

econômica, fazendo o mesmo em relação à política internacional, quando afirma, na “aparicação” de 13 de outubro, que a guerra está prestes a terminar. É uma clara intervenção na estratégia da República, dizendo que a entrada no conflito fora um grande equívoco, quando para o governo representava um grande acerto.

Os jornais republicanos, à época, criticam “as aparições” mostrando ser verdadeiras manipulações da Igreja Católica para recuperar espaço perdido por conta das reformas da I República. O *Debate* denuncia os acontecimentos como “um novo conto do vigário”, atribuindo a responsabilidade à reacionária seita dos jesuítas e sugerindo um “correctivo de marmeleiro” para os responsáveis desta “descabelada patranha”. Já O *Mundo* alerta para o analfabetismo e a ignorância que tomam conta da população, sendo esse um terreno para a cultura da credence e do fanatismo beatificador dos povos. Por fim, pede aos verdadeiros republicanos liberais que não se limitem a ironizar os fatos, mas tentem por todos os meios organizar uma campanha de propaganda contra o clero e contra o reacionarismo católico, que estão se valendo do evento para tirar proveito próprio (TORGAL, 2002, p. 48).

No local das “aparicações”, a pedido da Senhora, construiu-se uma pequena capela com recursos angariados entre a população pobre e com os serviços gratuitos prestados por alguns pedreiros. Na noite de 5 para 6 de março de 1922, a “Capelinha das Aparicações” foi dinamitada, possivelmente pelos republicanos anticlericais e radicais, que consideravam os fatos uma criação do clero com o intuito de aumentar o poder da Igreja. A destruição do oratório, cuja reconstrução começa em dezembro do mesmo ano, teve um efeito contrário, pois reavivou a propaganda nacional em torno das “aparicações”, marcando a passagem definitiva das peregrinações de alguns milhares de fiéis para dezenas deles. Atos de desagravo foram realizados por todas as partes, dando a entender que o responsável seria o governo republicano e laico.

O Golpe de Estado de 28 de maio de 1926,

que derrotou a I República e impôs uma Ditadura Militar (1926-1933), aproximou-se da Igreja, abrindo caminho para o reconhecimento oficial das “aparicações”. Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria – que tem jurisdição sobre a Cova da Iria – inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja. No ano seguinte, em 13 de outubro, o mesmo prelado publica a *Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima*, na qual declara “dignas de crédito as visões das crianças da Cova da Iria”, aprovando oficialmente “o culto a Nossa Senhora de Fátima”. As décadas de 1930 e 1940, que oficializam a veneração à Virgem de Fátima, correspondem, igualmente, à instalação e à afirmação do Estado Novo português, cuja existência, pro-

vavelmente, seria impossível sem o apoio oficial da Igreja Católica⁵. As instituições estadonovistas vão se associar estreita e ativamente à Fátima. Se na I República predominou o anticlericalismo, no Estado Novo venceu o nacionalismo católico-clerical, avançando para um universalismo anticomunista. Foi a Igreja Católica que impôs Fátima e não Fátima que se impôs a ela.

Por outro lado, esta nova atitude da hierarquia maior da Igreja Católica veio revelar-se, igualmente, como um verdadeiro trunfo contra a República de 1910. E contra a liberdade. Contra a autonomia individual. E contra todas as outras Igrejas não católicas. Contra a maçonaria. E contra a laicidade e a cidadania, então incipientes (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

Salazar e o nacionalismo católico

António de Oliveira Salazar, que assumiu a pasta das Finanças em 27 de abril de 1928 e tornou-se presidente do Ministério em 5 de julho de 1932 (cargo este que, com a Constituição de 1933, leva o nome de Presidência do Conselho), permaneceu nele até 27 de setembro de 1968. A longevidade desse regime esteve calcada em uma rígida centralização de poder que Salazar denominava de *saber durar*.

Os jornais republicanos, à época, criticam “as aparições” mostrando ser verdadeiras manipulações da Igreja Católica para recuperar espaço perdido por conta das reformas da I República.

Salazar, príncipe do Estado, e Cerejeira⁶, príncipe da Igreja, defendiam publicamente a separação entre os dois reinos, mas atuavam em perfeita harmonia no controle do povo português.

Afinal, se à Igreja Salazar oferecia a reposição e a manutenção de um estatuto perdido na I República, a Salazar a Igreja garantia bases políticas, sociais, e ideológicas para a fundação e a manutenção do Estado Novo. É exatamente esta colaboração mútua, evidentemente instrumentalizada de acordo com os interesses de cada um – Salazar precisava do apoio político dos católicos, e Cerejeira defendia-se de um eventual regresso ao anticlericalismo –, que permite afirmar a interdependência da Igreja Católica em Portugal com o salazarismo – 1932-1968 (MATOS, 1999, p. 309).

O *Diário da Manhã*, jornal oficial do regime, apresenta o salazarismo como uma “dádiva da Divina Providência”. Publicou, em 13 de maio de 1939, um longo artigo no qual dizia que o movimento de 28 de maio de 1926 e a posterior “ação construtiva de Salazar” não teriam sido possíveis caso o milagre de Fátima não tivesse feito ressurgir a alma dos portugueses. No entanto, caberá a Cerejeira sacralizar a Salazar e a todas as decisões que seu governo venha a tomar em política interna e externa. Recorria ao sistema de cartas para enviar suas mensagens ao Presidente do Conselho, sendo algumas delas muito significativas.

A primeira carta é de 1945, quando Salazar vive um momento de dificuldade pessoal e está preocupado com as primeiras eleições de deputados à Assembleia Nacional a que a oposição concorre, ainda que com enormes limitações práticas. Salazar, então, retira-se para sua terra natal, uma estratégia utilizada quando queria demonstrar algum descontentamento. Cerejeira enviou-lhe uma carta pessoal, agregando à sua um extrato de uma missiva que havia recebido da Irmã Lúcia, “a vidente” de Fátima. Na mensagem, o cardeal amigo não apenas se preocupa em consolar o ditador, como escreve: “escuso de dizer que isto que ela [refere-se à Irmã Lúcia] diz, o não diz dela mesma, mas por indicação divina (segunda ela deixa entender)”. A concepção de que Salazar tem missão sobrenatural se concretiza quando a “vidente” explica

que “[...] o Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria, [...] a ele é que será concedida a luz e graça para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade” (ANTT, 1945). Portanto, nenhuma contestação pode ser feita ao chefe de governo, principalmente nesses tempos de pós-Segunda Guerra Mundial, quando os ventos da descolonização começam a tomar conta da opinião internacional.

A carta da “vidente”, anexada à sua própria pelo cardeal, entra no assunto da política interna quando afirma que “é preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram efeito de falta alguma de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados” (Ibidem). E apresenta Portugal como um povo eleito ao comentar que “já o bom Deus ao prometer a graça da paz à nossa nação nos anunciou vários sofrimentos, pela razão de que nós éramos também culpados. E na verdade bem pouco nos pediu, se olharmos para as tribulações e angústias dos outros povos” (Ibidem). E termina com uma preocupação alimentar ao falar que “depois é preciso dizer a Salazar que os víveres necessários ao sustento do povo não devem continuar a apodrecer nos celeiros, mas serem-lhe distribuídos” (Ibidem). Esses pensamentos não deixam de ser uma explicação e, ao mesmo tempo, uma justificativa para a crise econômica que vivia o país, lembrando a condição de povo eleito por Deus, já que outros passavam por situações piores.

A segunda carta é de 1954, quando a crise com a União Indiana se acentua chegando à ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, cabendo ao Brasil o papel de representar os interesses portugueses junto aos indianos. Cerejeira se dirige a Salazar dizendo que “confio em Deus (que tanto tem estado ao teu lado em transes bem difíceis para a Pátria), confio que salvará a Índia Portuguesa. Eu não posso duvidar que és o “eleito” da sua Providência, que tem sido para Portugal verdadeiramente miraculosa” (ANTT, 1954). Tem-se aqui a explicação clara e prática da doutrina do destino manifesto.

A terceira carta é de 1955, quando as discussões na IV Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito do colonialismo aumentam a pressão sobre Portugal, obrigando-o a se explicar sobre

a existência das colônias do ultramar⁷. Cerejeira, que acabara de chegar de São Vicente, comunica que no *Te Deum* que presidira “não me esqueci de dar graças também por aquele a quem a Igreja em Portugal deve a situação pública que tem e por quem Deus tem operado tão grandes coisas. Esse és tu” (AN-TT, 1955). É uma crítica ao laicismo da I República e um ato de louvor ao ditador pela imposição do nacionalismo católico.

A quarta carta é de 1959, quando a guerra colonial se avizinha e passará a exigir do povo português um tremendo dispêndio econômico, como também um alto custo em vidas humanas. Cerejeira chega a confessar que “já ofereci, na Santa Missa, o cálix do Sangue de Cristo, para que Deus te guarde e avivente e faça feliz na terra e no céu, ao mesmo tempo que dava graças por tudo o que, por teu intermédio, Ele tem maravilhadamente operado em Portugal” (AN-TT, 1959). Prevê tempos duros e difíceis, por isso “possa a homenagem espontânea, nacional, do dia nacional glorioso de hoje tornar-te doce o cálix amargo que mãos ingratas te têm oferecido” (Ibidem).

Por fim, há a carta de 1961, na qual o cardeal Cerejeira hipoteca apoio “divino” a Salazar quando da tentativa de um golpe de Estado pelo ministro da Defesa – general Júlio Botelho Muniz –, ajudado por altos comandos militares, que tentava derrubá-lo, por discordância com a política interna e devido à concepção da estratégia ultramarina. Tal movimento, por ocorrer no mês de abril, ficou conhecido como *Abri-lada*. Cerejeira não perde a oportunidade para dizer que “escrevo-te neste dia, escolhido por Deus, para o teu grande destino. E não esqueço que há pouco tomaste resolução de tal grandeza, que excedem (me parece a mim) todos os que nestes trinta e três anos tens tomado. É Portugal que tomaste nas tuas mãos, contra o Mundo” (AN-TT, 1961).

A tentativa de golpe foi revertida por Salazar, que chamou para si a pasta da Defesa. Na verdade, era uma prática política do ditador autonomear-se ministro de qualquer setor quando surgisse uma crise ou seus serviços se fizessem necessários.

Fátima e o fascismo português

As instituições do Estado Novo vão se associar diretamente com Fátima, tornando-se a Cova da

Iria não apenas um local de presença constante de ministros do governo, como também um centro de peregrinação para os legionários que buscam reafirmação ideológica para sua atuação. A Ação Católica Portuguesa (1933), cuja padroeira é a Senhora dos Pastinhos, juntamente com a Pia União dos Cruzados de Nossa Senhora de Fátima (1934), têm como objetivo a recristianização do país por meio da dinamização de obras de formação, da ação religiosa, da educação, do ensino, da imprensa, da assistência e da beneficência para evitar que “a civilização sem Deus imposta à Rússia pelos bolcheviques corrompesse a nação portuguesa”. Já a Legião Portuguesa (1936), uma força civil paramilitar de camisa verde e continência romana, se apresenta com a “patriótica” missão de defender o regime da ameaça de invasão de doutrinas “subversivas” comunistas e anarquistas, enquanto a Mocidade Portuguesa (1936) busca o apoio da juventude para o regime por meio de sua arregimentação.

O ensino da história como mecanismo ideológico é largamente utilizado pelo Estado Novo. O Decreto nº 21.103, de 1932, no seu artigo 3º enuncia que “deve ser objeto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal,” buscando fortalecer alguns fatores fundamentais da vida social, entre eles, “a fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional” (VICENTE, 1998, p. 30).

Fátima e Aljubarrota [8], a pátria e a figura de Salazar, a fé e o Estado Novo identificam-se numa mesma manifestação da providência divina. Uma quadra (depois suprimida) do hino da “Ave Maria” fazia uma clara alusão ao “remédio providencial” que António de Oliveira Salazar representava para o país – “Achou logo a Pátria/ Remédio a seu mal/ E a Virgem Maria/ Salvou Portugal”- (PEREIRA, 2000, p. 42)

A grande peregrinação de 13 de maio de 1931, presidida pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, tem um significado todo especial, já que, por conta de um voto transmitido por Lúcia a D. José Alves Correia da Silva, a nação portuguesa foi solenemente consagrada ao Sagrado Coração de Maria.

A Guerra Civil espanhola, que começa em 1936, é vista pelos nacionalistas católicos portugueses como um grande perigo para seu país, tanto que a Igreja e o Estado Novo a rotulam de uma “ameaça comunista”. Fátima não só é chamada a abençoar a cruzada franquista contra a República espanhola, como também o Estado Novo aprofunda o fascismo e, ao mesmo tempo, presta ajuda aos espanhóis.

A Guerra Civil de Espanha assinala um período de nítida crispação fascizante, repressiva e até de índole ideologicamente totalizante por parte do Estado Novo. Sob a “ameaça vermelha”, a PVDE [Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado] registra os números mais elevados de prisões políticas de toda a história; inaugura-se o sinistro campo de concentração do Tarrafal; impõe-se a *declaração anticomunista* para o acesso à função pública; surgem as organizações milicianas com as suas camisas verdes, a saudação romana e as paradas militares – a Legião Portuguesa e, para a juventude escolar, a Mocidade Portuguesa; o novo Ministério da Educação Nacional de Carneiro Pacheco traça o seu ambicioso plano para a “reconversão das almas”; intensifica-se a aproximação com as instituições políticas e policiais da Alemanha hitleriana e da Itália fascista, secundada, aliás, a nível diplomático e comercial; exacerba-se o culto do “chefe” que passa a dirigir todas as principais pastas do Governo; a “propaganda nacional” e a censura orquestram a imprensa, as artes, e o cinema num discurso nacionalista, anti-comunista e pró-franquista exaltado. E até a nova política de defesa, saída dos debates estratégicos e da reorganização das Forças Armadas em 1936 e 1937, rompendo com a sua tradição atlântica, se reorienta num sentido “continental” e de prevenção do “perigo espanhol” (ROSAS, 1998, p. ix).

Em 1937, os bispos portugueses publicaram uma carta coletiva denominada de “O comunismo e alguns problemas da hora atual”, e no ano seguinte fizeram uma grande peregrinação nacional à Cova da

Os soldados portugueses, enviados à guerra colonial contra os africanos que lutavam pela sua libertação, passavam pela Cova da Iria, antes de embarcarem, para pedir a proteção da Senhora de Fátima.

Iria para comemorar a vitória do general Francisco Franco. Fátima tornou-se a resposta divina ao ateísmo comunista do século XX, tal como Lourdes fora a reação ao racionalismo do XIX.

Nossa Senhora de Fátima passou a ser a padroeira da Guerra Fria, da diplomacia portuguesa e um nome a ser invocado na luta contra o comunismo internacional. A Rússia, símbolo do mal e nome que lembra o ateísmo, precisava ser convertida ao cristianismo.

O nome Rússia jamais fora invocado nos interrogatórios realizados a Lúcia e aos seus companheiros depois das aparições. Mas, de repente, a Rússia parece assumir um papel fulcral na “mensagem” de Fátima. A resistência ao comunismo é um dos alicerces morais do regime salazarista, e a cruzada contra o bolchevismo irá assumir um papel fulcral no pontificado de Eugenio Pacelli, que sucede, em 1939, a Pio XI. A questão da conversão da Rússia acaba assim por se tornar no elemento central de todo o fenômeno de Fátima (PEREIRA, 2000, p. 44).

O Papa João XXIII se manifestara contrário à forte exploração anticomunista de Fátima em um encontro com o embaixador português António Faria, no Vaticano. Ao relatar a conversa para seu chefe imediato em Lisboa, diz o diplomata:

[O] Santo Padre falou de Fátima e aludiu [à] conveniência [de] não se tentar fazer dizer Irmã Lúcia, atualmente [no] convento [de] Coimbra, mais do que ela estaria em condições de dizer (isto a propósito [de] referências por vezes feitas a eventuais atitudes [da] Rússia relacionadas com pretensas declarações em que se mencionava [a] data [de] 1960) matéria esta muito delicada que exigia toda a prudência⁹.

Fátima e o colonialismo

Os soldados portugueses, enviados à guerra colonial contra os africanos que lutavam pela sua libertação, passavam pela Cova da Iria, antes de embarcarem, para pedir a proteção da Senhora de Fátima na sua missão de manutenção do império de

ultramar. Faziam o mesmo quando regressavam da África, e muitos deles, mutilados pelo conflito, desfilavam diante da Virgem agradecendo por terem sobrevivido. Verdadeiras procissões com muletas e em macas. Os governantes aproveitavam o evento para justificar o conflito. Mário de Oliveira chega a se perguntar:

E que dizer do papel de Fátima e do papel da Senhora de Fátima, nos tristes e amargurados anos da ditadura e da PIDE [Polícia Internacional e Defesa do Estado], em Portugal, e, sobretudo, nos dolorosos anos da Guerra Colonial em África? Teria sido possível suportar, durante tantos anos, e sem nenhuma revolta popular, três frentes numa guerra dessas, sem a Senhora de Fátima, sem as peregrinações nacionais a Fátima, sem as promessas à Senhora de Fátima? Quantos cordões de ouro, quantos anéis e pulseiras, quantas velas compradas e queimadas estupidamente, quantos milhares e milhares de contos em ofertas de promessas religiosamente cumpridas por militares e suas famílias é que, durante esses trágicos anos de Guerra Colonial, não entraram nos cofres do Santuário de Fátima? (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

E continua:

Entretanto, nem a Senhora de Fátima, nem a sua vidente ainda viva alguma vez foram capazes de dizer uma palavra que fosse contra o verdadeiro genocídio que era a Guerra Colonial, nem sequer uma palavra de solidariedade e de verdadeira simpatia pelos povos africanos que lutavam pelo mais que legítimo direito à sua autonomia e independência. Pelo contrário, sempre Fátima, em todo esse tempo, deixou nos militares portugueses e seus familiares a ideia de que Maria de Nazaré, a mãe de Jesus, era também a mãe dos portugueses, mas de maneira nenhuma, era igualmente a mãe dos africanos (Ibidem, p. 107).

As intervenções do governo português em relação

à atuação da Igreja Católica quase sempre tiveram por referência a questão colonial. O subvencionamento do culto e do clero pelo Estado, assim como a expulsão de padres e freiras que questionassem o processo colonial, são apenas dois exemplos de como o regime salazarista mantinha um severo controle dos trabalhos religiosos no país e no ultramar. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao

O subvencionamento do culto e do clero pelo Estado, assim como a expulsão de padres e freiras que questionassem o processo colonial, são apenas dois exemplos de como o regime salazarista mantinha um severo controle dos trabalhos religiosos no país e no ultramar.

fazer um *relato de conversa* que tivera com o Núncio Apostólico Mons. Fustenberg, comenta que perguntara ao representante da Santa Sé que destino teria sido dado a um *memorandum* entregue na Secretaria do Concílio por organizações terroristas anti-portuguesas “contendo as mais atrozes acusações e alegações contra Portugal”. Ao que o embaixador do Vaticano respondeu prontamente que “apenas soubera do caso, se precipitara para a Secretaria do Concílio e sustara a circulação do *memorandum*”. E concluiu dizendo que “só uns três ou quatro prelados tiveram conhecimento do fato. Tudo se passara discretamente e

o caso não tivera a menor repercussão no Concílio”¹⁰.

Nesse mesmo *relato de conversa* o embaixador do Vaticano trata do assunto do Bispo do Porto, contando ao ministro dos Negócios Estrangeiros que se havia empenhado junto àquele prelado, como também o fizera o cardeal Cerejeira, com a finalidade de que o mesmo renunciasse a sua diocese. Como não conseguisse demover D. António Ferreira Gomes, que pelo contrário continuava com sua atuação política e ademais muito bem informado de tudo o que acontecia nas ditaduras ibéricas, falou que o mesmo dava a impressão de que não “se acha[va] em estado perfeitamente normal”. Ao que Salazar sublinhou com seu lápis azul esta afirmativa. Portanto, é o próprio representante oficial do Vaticano a cunhar de demente um de seus bispos que ousara questionar o autoritarismo do governo, no afã de agradar ao regime¹¹.

Por fim, Nogueira falou ao Núncio que a “descolonização”, tal como estava sendo praticada, significaria a morte do cristianismo na África. E a verdade

histórica “é que só pela mão do Ocidente se tem o Cristianismo expandido pelo Mundo”. No começo de 1961, uma Nota Pastoral sobre o Ultramar Português considera as colônias “uma herança” que fora “confiada pela Providência” ao Portugal nacionalista-católico. A Nota reafirma a missão evangelizadora e civilizadora de Portugal, ao mesmo tempo que “sofre ao ver que ela não é compreendida, nem apreciada, e que se procura mesmo contestá-la” (CEREJEIRA, 1936, p. 387, vol. VI).

Em outra conversa com o embaixador do Vaticano, Franco Nogueira reclama de uma foto onde aparecem três pessoas conversando, sendo uma delas o Arcebispo de Leopoldville, a outra o Núncio Apostólico no Congo e, por fim, Holden Roberto, este último considerado um terrorista pelo governo de Lisboa. Ao que o diplomata do Vaticano, ao olhar novamente a foto, comentou: “em todo o caso, repare que os Bispos mostram a maior circunspeção”¹².

Esse *relato de conversa*, aparentemente sem grande importância, revela o grau de dependência e servilismo do embaixador do Vaticano diante do chefe da diplomacia portuguesa. Na verdade, a Santa Sé apreciava o trabalho de Salazar por considerá-lo um “homem providencial que viera para salvar Portugal do abismo em que ia despenhar-se”. Por isso, nada melhor que dar veracidade às aparições de Fátima (RAMPINELLI, 2004, p. 115).

Fátima, o salazarismo e o colonialismo foram mecanismos político-ideológico-fascistas que serviram para oprimir o povo português dentro de uma concepção nacional-católica implantando um regime corporativista coadjuvado por uma Igreja autoritária, como também um meio de apropriação externa do excedente econômico extraído das colônias do ultramar. Tão importante foi essa junção de dominação que Salazar, prevendo o seu fim, imaginava igualmente a desintegração do Portugal que começava no Minho e terminava no Timor. Chegou a dizer que gostaria de não estar vivo para ver tudo isso. No entanto, a Revolução dos Cravos que viria provou todo o contrário.

NOTAS

1. A pesquisa em Portugal foi feita com o apoio da CAPES.

2. Os Aliados, também denominados de *Tríplice Aliança*, estavam compostos, inicialmente, pela França, Grã-Bretanha e Rússia. Mais tarde houve a incorporação de outros países, entre eles, Portugal. Já os adversários eram chamados de *Potências Centrais*, fazendo parte a Alemanha e a Áustria-Hungria, havendo, posteriormente, a junção de mais Estados.

3. A única exceção fora o curto governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos (22/11/1924 a 11/02/1925), que defendia as reformas bancária e agrária e não permitia que a força pública perseguisse a população.

4. O regime republicano nunca obteve o consenso popular. Ao legalizar a separação entre Igreja e Estado, agradava aos portugueses urbanizados enquanto enfurecia as populações ruralizadas, principalmente as do Norte do país. Por isso Salazar defendia, durante o Estado Novo, um Portugal que fosse “horta e pomar da Europa”.

5. O discurso sobre as “aparições” não permaneceu linear e imutável, mas se adaptou à conjuntura de cada época. Em 1917, com a Primeira Grande Guerra em curso, Fátima pede a recitação do rosário com o intuito de pôr fim ao conflito e restabelecer a paz no mundo; na década de 1920, quando ainda vigorava a I República, a mensagem da Cova da Iria toma um caráter nacionalista, antiatista e messiânico; por fim, nos anos 1930, Fátima apoia o regime nacional-católico fascista português e, no plano externo, condena o “comunismo internacional”, tanto na vizinha Espanha como na distante URSS.

6. Cerejeira e Salazar estudaram juntos no Seminário diocesano de Viseu, tomando, mais tarde, cada qual rumo distinto, sem no entanto perder de vista a concepção de um Estado nacional-católico.

7. Portugal pretendia ser membro da ONU desde a sua fundação, em 1945. Porém, sua candidatura foi recusada por motivos ideológicos e colonialistas. No entanto, quando se apresentou a oportunidade, juntamente com o ingresso de outros países europeus, Lisboa aceitou, sem grande entusiasmo, participar desse organismo mundial. Na realidade, desde a sua entrada – 14 de dezembro de 1955 – até a Revolução de Abril de 1974, as relações do governo português com a ONU foram difíceis, tensas e às vezes tempestuosas, diante da oposição crescente dentro da instituição ao colonialismo. Os diplomatas portugueses acreditados em Washington eram unânimes em afirmar o isolamento cada vez maior de seu país naquela entidade.

8. Batalha travada entre portugueses e castelhanos, em 14 de agosto de 1385, tendo as forças lusitanas, com apenas 7.000 soldados, sob o comando do general D. Nun'Álvares Pereira, vencido os inimigos que formavam um exército com 30.000 combatentes. Aljubarrota é a vitória mais representativa do povo português na luta pela independência do país.

9. Telegrama da Embaixada Portuguesa no Vaticano (confi-

dencial). Ministério dos Negócios Estrangeiros - MNE, 7 jul. 1961.

10. Conversa com o Núncio Apostólico (secreto). AN-TT/AOS, 10 dez. 1962.

11. Ibidem.

12. Conversa com o Núncio Apostólico (secreto). AN-TT/AOS, 3 out. 1963.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (AN-TT). Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 13 nov. 1945.

_____. Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 31 jul. 1954.

_____. Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 22 jan. 1955.

_____. Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 28 abr. 1959.

_____. Arquivo Oliveira Salazar (AOS). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 27 abr. 1961.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Obras pastorais**. 7 vols. Lisboa: União Gráfica, 1936.

MAGALHÃES, José Calvet de. **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

MATOS, Luís Salgado. **Cerejeira**. Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

OLIVEIRA, (Pe.) Mário. **Fátima nunca mais**. Porto: Campo das Letras, 1999.


PEREIRA, Carlos Santos. “Fátima na cruzada do século” In: **História**, n. 29, p. 38-46, Lisboa, 2000.

ROSAS, Fernando (Org.). **Portugal e a guerra civil de Espanha**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 20 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

TORGAL, Luís Filipe. **As “aparições de Fátima”**: imagens e representações. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

VICENTE, António Pedro. “O cerco à embaixada da República espanhola em Lisboa (maio a outubro de 1936)”. In: ROSAS, Fernando (Org.). **Portugal e a guerra civil de Espanha**. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 



O Estado brasileiro e a barbárie que já dura séculos

Paulo Henrique Costa Mattos

Professor do Centro Universitário Unirg (Universidade da Região de Gurupi)

E-mail: phcmattos@ibest.com.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é demonstrar que a política de reforma agrária e desconcentração da terra no Brasil não se tornou realidade em séculos justamente por causa das características do nosso capitalismo, e porque o Estado Brasileiro sempre esteve a serviço de uma elite econômica e política do país que impõe tecnologias de poder com uso da violência institucional e privada, marcada pela pistolagem, grupos de extermínio no campo e nas cidades, impunidade e expansão econômica que perpetua um modelo econômico dependente e subalterno à monocultura e ao agronegócio, explora a mão de obra e gera intencionalmente a inoperância das políticas públicas no passado e no presente.

Palavras-chave: Violência. Pistolagem. Reforma Agrária. Agronegócio.

Qualquer análise da realidade agrária brasileira que busque analisar a questão da posse da terra, do início do século XX até hoje, encontrará uma história continuada de conflitos, de sangue, exploração, trabalho escravo, humilhação e dominação, mas também de resistência, persistência, luta, organização e pressão social.

O sonho de milhões de trabalhadores rurais, de ter ou voltar a ter um pedaço de chão como instrumento de sua liberdade, não se tornou possível em mais de um século de sofrimento justamente por causa das características do nosso capitalismo, marcado pelo monopólio da terra e uma expansão econômica que prescindiu a democratização da propriedade privada, da criação de um amplo mercado consumidor interno e da constituição de relações de trabalho minimamente justas.

A estrutura agrária brasileira, ao possibilitar a concentração da propriedade da terra nas mãos de uma elite que detém o poder político, permite ao longo dos séculos que essa elite imponha políticas contra a desconcentração da terra. Isso de um lado cria os conflitos e assassina os trabalhadores para dar continuidade à sua expansão fundiária; de outro, perdura continuamente as desigualdades sociais e econômicas.

Num cenário de histórico secularmente desigual e violento, marcado por políticas e leis que frequentemente só beneficiam os grandes proprietários de terras vinculados aos governos e regimes políticos nada populares, ainda assim as crescentes manifestações dos trabalhadores rurais obrigaram que o Estado criasse órgãos e políticas fundiárias para desconcentrar a posse da terra, mesmo que de uma forma incipiente.

Desde meados da década de 1950 até hoje, as políticas fundiárias no Brasil sempre se configuraram como resposta às pressões dos trabalhadores do campo por melhores condições de vida, terra e dignidade, raramente sendo uma iniciativa apenas do governo federal preocupado com as condições de baixa qualidade de vida ou violências acontecidas na zona rural.

Mas em cada movimento de resistência e luta, em cada conflito fundiário se multiplicaram os despejos violentos, as ameaças e intimidações, os crimes dos

assassinos de aluguel e a barbárie. Barbárie essa que frequentemente tem por trás interesses econômicos e o envolvimento inclusive de pessoas jurídicas, consideradas empresas acima de qualquer suspeita.

Segundo Santos José (2000, p. 3), de 1964 a 1996, nas centenas de conflitos no campo, em todo o país, foram identificadas o envolvimento de 18 empresas estrangeiras, cerca de 14 bancos e 348 empresas nacionais. Portanto, a presença de empresas capitalistas no campo brasileiro também se manifesta por seu envolvimento em conflitos sociais, violência nas relações de trabalho – expressa pelo desrespeito às normas trabalhistas, trabalhadores reduzidos à condição análoga à de escravo e até crimes de pistolagem.

A história da pistolagem no Brasil como uma “tecnologia de poder” se intensificou e ganhou um capítulo mais dramático e sanguinário a partir da década de 1980, com as reivindicações democráticas contra a ditadura militar, com a luta pela reforma agrária, pela autonomia sindical, assistência social, emprego e constituição de representações político partidárias dos trabalhadores. Como ainda vivíamos um período ditatorial e havia um conluio entre o latifúndio, os poderosos e o regime militar, o uso da pistolagem, dos assassinos de aluguel, virou uma prática corriqueira para se evitar a concretização das reivindicações dos trabalhadores do campo.

O jornalista Cavalcanti (2006) escreveu e editou o livro *O Nome da Morte*, no qual conta a história de um pistoleiro profissional (Júlio Santana) da região amazônica que já matou 492 pessoas. Santana atuou na região Araguaia-Tocantins desde 7 de agosto de 1971, quando, aos 17 anos, matou pela primeira vez, até agosto de 2006, quando, aos 52 anos, decidiu “aposentar-se” como matador de aluguel para viver como sitiante em uma cidade próxima a Palmas, capital do Tocantins.

Cavalcanti (2006), ao traçar minuciosamente a trajetória do pistoleiro, descobriu que em 35 anos de “vida profissional” ele “trabalhou” para o Exército e as forças de repressão e combate à guerrilha do Araguaia, inclusive baleando com um tiro no braço o então comunista José Genoino e assassinando com um tiro na cabeça Maria Lúcia Petit da Silva, a primeira guerrilheira militante do PCdoB a ser morta numa emboscada. Depois matou homens, mulheres,

crianças, jovens e idosos a serviço de prefeitos, deputados, fazendeiros, agiotas, empresários, garimpeiros e quem mais pudesse pagar.

Júlio Santana era um pistoleiro sem fronteiras e matou em todo o Brasil militantes partidários, sindicalistas, agricultores, funcionários públicos, bancários, empresários, trabalhadores em regime de escravidão, religiosos, comerciantes, fazendeiros e uma porção de outras pessoas. Ele possuía também um caderno com 487 mortes catalogadas, todas com anotações pormenorizadas dos “trabalhos” feitos, com data, local, quem havia encomendado o serviço e quanto havia pago.

Foi por causa dessa organização e anotações minuciosas que o jornalista Cavalcanti conseguiu comprovar os homicídios mais hediondos do pistoleiro, como o caso de um garoto de 13 anos, que ele matou com um tiro na cabeça em fevereiro de 1978. O menino era filho de um casal de trabalhadores escravizados em Paragominas (PA), que havia fugido da fazenda onde trabalhava e ameaçava denunciar o fazendeiro. Também comprovou uma chacina de seis agricultores que o pistoleiro comandou em Pimenta Bueno (RO), em junho de 1987 e o assassinato do sindicalista Nativo da Natividade, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de

Carmo do Rio Verde. Esse crime, cometido em outubro de 1985, teve como mandante o prefeito da cidade, Roberto Pascoal, que, inclusive, foi mais um dos que ficaram impunes, pois o prefeito foi julgado como mandante do homicídio mas absolvido por falta de provas.

O mais impressionante da história do pistoleiro Júlio Santana é que em 35 anos de atuação ele foi preso uma única vez, em 11 de maio de 1987, quando, ao matar a esposa de um farmacêutico em Tocantinópolis (TO), cidade vizinha Porto Franco (MA), onde morava na época, foi preso vestido com uma farda da Polícia Militar. Isso só aconteceu porque populares ouviram os gritos da mulher antes de ser morta e o detiveram, entregando-o ao então delegado de Tocantinópolis, Estevão Gomes. Mas,

segundo Cavalcanti, como o delegado era corrupto, no outro dia o pistoleiro foi solto, logo após sua mulher entregar ao delegado uma moto Honda 125 cilindradas nova, que possuía. Em retorno, o delegado entregou-lhes até o Boletim de Ocorrência, para que não constasse sequer que o pistoleiro havia sido detido.

A história do pistoleiro Júlio Santana narrada pelo jornalista Cavalcanti (2006) só demonstra como a segurança pública no Brasil é ineficiente, como funcionam as relações de poder que permitem a total impunidade e utilidade de aberrações como a desse pistoleiro – que em mais de três décadas jamais foi alcançado pelas mãos da justiça, e como a corrupção dilacera o Estado brasileiro.

Por isso mesmo a pistolagem é um dos aspectos da violência no campo que envolve diversas camadas dominantes, que vão desde empresários, fazendeiros, grileiros, madeireiros e outras pessoas de poder econômico que agem com a conivência, apoio e auxílio de uma parcela dos membros das forças policiais e outras autoridades do Estado. Esses agentes públicos, que deveriam zelar pela ordem, igualdade jurídica, segurança pública e controle social sem privilégios, sem corrupção, falsificações de documentos, conluio entre poderosos, desrespeitos à legislação

e relações de trabalho, são movidos pela ganância, poder, dinheiro, prestígio e reproduzem as relações de dominação e violência no espaço agrário brasileiro, inclusive contribuindo com a liquidação física de centenas de pessoas envolvidas em conflitos fundiários.

A pistolagem é um tipo de crime que se repete continuamente no Brasil porque ainda encontra a cumplicidade de autoridades públicas e a certeza da impunidade daqueles que contratam os pistoleiros ou bandos armados para praticar homicídios e chacinas como uma forma de impor sua força e resolver conflitos. Ela é um recurso muito usual porque em várias regiões do país ainda “compensa” para os criminosos os resultados alcançados. Por isso mesmo, para Barreira (1993), sociólogo da Universidade Federal do Ceará:

A pistolagem é um tipo de crime que se repete continuamente no Brasil porque ainda encontra a cumplicidade de autoridades públicas e a certeza da impunidade daqueles que contratam os pistoleiros ou bandos armados para praticar homicídios e chacinas como uma forma de impor sua força e resolver conflitos.

[Na violência privada] tem que haver pistoleiro, que é quem executa o homicídio chamado “serviço”, e o mandante da ação, que é quem paga pelo “serviço” realizado. [...] Esse dado marca a continuidade e a reprodução da violência física no meio rural e representa a complexa rede de relações sócio-políticas, em que o pistoleiro é a ponta final de um grande iceberg. [...] O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos, autores intelectuais, e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia (BARREIRA, 1993, p. 39).

A partir das afirmações de Barreira (1993) podemos perceber também que, justamente por causa de uma complexa rede de relações sociopolíticas, o pistoleiro no Brasil não é só o assassino de aluguel do campo, contratado por fazendeiros para “resolver” os conflitos fundiários. Ele está cada vez mais presente no meio urbano, trabalhando para os grupos criminosos organizados, a exemplo das milícias e traficantes, pequenos comerciantes insatisfeitos com a falta de segurança pública, políticos que resolvem calar seus adversários para manter o poder.

O pistoleiro é assim uma das peças da engrenagem do poder. É um dos responsáveis pela demonstração de poder privado e político que contrata esse tipo de “profissional” para assegurar seus interesses, demonstrar seu poder, intimidar e calar seus desafetos. Segundo Barreira *apud* Pinsky (1999, p. 48), existem três tipos de pistoleiro. O primeiro, tradicional, tem um único padrão (em geral, um fazendeiro) que o paga com sustento e proteção. O segundo tipo é o ocasional. “É alguém que cometeu o primeiro crime no campo e vai para a periferia das cidades. De vez em quando é lembrado pelos intermediários, muitas vezes ex-pistoleiros, para executar um serviço”, explica ele. O último figurino é o do pistoleiro profissional, que vive de matar. Ao contrário dos antigos, é pouco conhecido e falado e não age em um único lugar. Assim como ocorre com o matador ocasional, é acionado por um intermediário que cuida também de arrumar proteção. “Essa proteção às vezes é dada por acordos espúrios entre os mandantes e os órgãos de segurança com certa conivência da Justiça”, acusa o estudioso¹.

O pistoleiro é um tipo de profissional típico de uma sociedade onde as relações sociais são marcadas pela falta de uma democracia consistente e um Estado autoritário, que também às vezes incentiva a eliminação física daqueles grupos sociais considerados incômodos, como expressam atualmente a violência estatal sob pretexto de manter a ordem pública em comunidades pobres, a exemplo dos morros do Rio de Janeiro ou, no passado recente, com o massacre de militantes políticos de esquerda na ditadura, o massacre dos presos do Carandiru (1989), massacre de Corumbiara, em Rondônia (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), quando policiais mataram dezenas de pessoas por estarem reivindicando direitos sociais e políticos.

Santos José (2000):

Trata-se de tecnologias de poder que se exercem sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos - seja pelos “crimes por encomenda” atirados pelo “sistema da pistolagem”, seja pelas “chacinas” de grupos sociais - provocar um efeito de demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder eficiente, cruel e alimentada pela impunidade. [Um] “sistema de pistolagem”, o qual envolve distintos atores sociais e expressa a vigência de um particular código de conduta: tem que haver pistoleiro, que é quem executa o homicídio chamado “serviço”, e o mandante da ação, que é quem paga pelo “serviço” realizado. [...] O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos, autores intelectuais, e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia (SANTOS JOSÉ, 2000, p. 3-4)

O uso da violência física no Brasil tem raízes profundas que vêm desde a escravidão e é um costume social produzido no cerne do excesso de poder, que sempre teve no Estado autoritário um protagonista ou um aliado preferencial das elites que praticam esse tipo de violência e fomentam a existência até de um mercado privado.

Novamente Barreira (1993) nos alerta:

O uso da violência tem como aliado o autoritarismo do Estado Nacional, conjugado com práticas cli-

entelistas e patrimonialistas do poder local. Os órgãos de segurança pública aparecem claramente, e sem nenhuma mediação, a serviço das classes dominantes, com o aval da “legalidade” dada por parte do Estado. A organização policial e seus exercícios ilegais são construídos visando à defesa da ordem social vigente, da proteção do patrimônio privado e da segurança das classes dominantes. No meio rural, estas práticas são mais socializadas na proteção da grande propriedade rural e no combate à organização política dos trabalhadores agrícolas. No meio urbano estas ações aparecem na batalha contra os movimentos sociais urbanos organizados, na postura diante dos pobres, negros e favelados. Estes hábitos são exercidos sem nenhuma separação do público e do privado, sendo o comando originado, em grande parte, do poder privado (BARREIRA, 2004, p.12).

Assim o Estado brasileiro tem ao longo dos tempos tratado as questões sociais como caso de polícia e, para defender a propriedade e os interesses privados de uma minoria, usa o “excesso de violência”. O lugar de autoridade e de uso “legítimo da violência” se perde nos meandros da corrupção, da incapacidade de investigar e punir ações em que os agentes públicos geram violências graves e desproporcionais aos fatos e acontecimentos, evidenciando que o Estado brasileiro é forte com os fracos e fraco com os fortes, justamente porque na maioria das vezes a autoria de suas ações visa atender aos interesses minoritários dos donos do capital e dos grupos políticos que estão no poder.

É por isso que, frequentemente, quando os agentes da lei são flagrados em atos de violência excessiva, argumentam que estão “cumprindo ordens superiores”. E quando os comandos das Polícias e os governos são questionados a respeito de quem deu a ordem para qualquer ato bárbaro, como foi o assassinato do garoto Juan Moraes, no Rio de Janeiro, sempre afirmam, preocupados com a opinião pública: “todas as medidas para que os responsáveis

não fiquem impunes serão adotadas”, além do já surrado argumento de que “o governo do estado atuará de forma firme e competente para identificar os responsáveis pelo excesso de violência e transgressão da disciplina”, ficando sempre a população com a nítida sensação de que os policiais “agem por instinto”, ao contrário do discurso do Estado, que sempre afirma que seus agentes agem de forma racional e com ampla capacitação.

Na verdade existe uma guerra civil não declarada

Existe uma guerra civil não declarada no Brasil, que vem matando todos os anos no país milhares de pessoas no campo e nas cidades, à qual o Estado não consegue pôr fim porque grande parte de suas ações estão comprometidas pela corrupção, por compromissos espúrios com os poderosos ou pela falta de uma política pública de segurança que funcione efetivamente.

no Brasil, que vem matando todos os anos no país milhares de pessoas no campo e nas cidades, à qual o Estado não consegue pôr fim porque grande parte de suas ações estão comprometidas pela corrupção, por compromissos espúrios com os poderosos ou pela falta de uma política pública de segurança que funcione efetivamente. É assim que, segundo o sociólogo Adorno (1998), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, nas grandes cidades existem pelo menos três tipos de exércitos em ação: o primeiro deles é composto pelos justiceiros que não agem somente sob encomenda, à moda dos pistoleiros, e que fazem seu “trabalho” quase sempre de maneira individual, rondas pelos bairros pobres –

no vácuo do policiamento preventivo que deveria ser feito pelas polícias militares.

O segundo exército das batalhas urbanas são os grupos de extermínio, os antigos esquadrões da morte, muitos deles tendo como integrantes policiais, e que eliminam até mesmo pessoas que são apenas suspeitas de algum crime. Mais ideológicos, esses grupos praticamente substituíram a figura do justiceiro dos anos 1990. Eles são produto da insatisfação das alas “duras” da polícia com a Justiça e com as políticas de respeito aos direitos humanos, públicas ou não governamentais.

Por último, o terceiro exército é composto pelas próprias forças policiais, que no Brasil tem alguns dos maiores índices de morte em confrontos com supostos bandidos do mundo, que às vezes não pas- sam de cidadãos sem antecedentes criminais e que

simplesmente são mortos por serem negros, pobres, favelados ou terem algum tipo de protagonismo social.

Em qualquer instituição social há homens justos, corretos, incorruptos e dedicados ao trabalho, mas também há aqueles que utilizam de suas funções para alcançar interesses escusos, enriquecimento ilícito, favorecimentos a grupos econômicos e governos, o que termina por gerar descréditos, ressentimentos, propagação da violência, monstruosidades e barbáries, como as relatadas no livro *O Nome da Morte*.

No Brasil, a inoperância de muitas políticas públicas e o mau funcionamento dos poderes, a exemplo do Poder Judiciário, que embora tenha juízes, promotores, desembargadores e ministros altamente comprometidos com a efetivação da Justiça e do respeito à vida, também tem aqueles envolvidos em vendas de sentença, concessão de liminares imprudentes, uso dos cargos públicos para enriquecimento ilícito, nepotismo e favorecimentos pessoais aos detentores do poder econômico.

No Tocantins, por exemplo, quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado (Willamara Leila, presidente do TJ, Carlos Sousa, vice-presidente do TJ, Liberato Costa e Amado Cilton) foram afastados pela Corte do Superior Tribunal de Justiça por suspeita de envolvimento e participação direta em esquemas de corrupção de venda de sentenças, manipulação de autorização para pagamento de precatórios e concessão de *habeas corpus*.

Investigações do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal apontam para uma presumível formação de quadrilha envolvendo desembargadores, advogados e funcionários do Tribunal de Justiça do Tocantins para favorecer homicidas, traficantes, fazendeiros, que movimentou, segundo o relatório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mais de R\$ 100 milhões de reais. Entretanto, o mais impressionante das investigações da Política Federal é o envolvimento de um dos desembargadores, Liberato Costa Póvoa, com magia negra, supostamente para “fechar o corpo” e se proteger dos inimigos. Em um *e-mail* interceptado pela Polícia Federal e destinado a um pai de santo, o desembargador encomenda trabalhos de feitiçaria contra cinco ministros do STJ, que estavam com processos em que o desem-

bargador pretendia sair vencedor.

Santos José (2000, p. 4), tentando mapear as faces da violência e o papel de membros das forças policiais, das políticas públicas e do próprio Poder Judiciário na reprodução contínua de comportamentos que favorecem a multiplicação de atos injustos e a violentos, principalmente no campo e contra as populações mais carentes e desprotegidas socialmente, a exemplo dos trabalhadores rurais, faz o seguinte relato:

Podemos localizar a violência política na qual reencontramos aqui o Estado como agente da violência, através de alguns instrumentos: primeiro a ação da Polícia Civil e Militar. Por outro lado, uma parcela dos membros do Poder Judiciário detém responsabilidade pela generalização da violência no campo, como pode ser exemplificado por vários elementos: primeiro, a emissão de títulos em áreas de posse, pois, a maioria dos latifundiários não possuem sequer posse direta, com títulos falsos e, muitas vezes, inexistentes. Em muitos casos, os próprios cartórios registram imóveis sem levar em consideração a posse legítima, via usucapião, por parte dos lavradores. (SANTOS JOSÉ, 2000, p. 4)

Ainda de acordo com Santos José (2000), um segundo instrumento para localizar essa violência diz respeito à falsificação de títulos e “grilagem”, na qual tanto estão agindo os falsificadores quanto são responsáveis os oficiais de Registro de Imóveis, que coonestam essa prática. Um terceiro elemento diz respeito à decisão dos membros do Judiciário. Uma parte considerável dos juízes preferem conceder liminares de plano, ou seja, sem qualquer cautela, baseadas simplesmente na versão dos proprietários, que sustentam a sua posse em simples títulos dominiais. Um quarto elemento reforçador do papel de membros do Judiciário como agentes da violência diz respeito à omissão de processos criminais, pois entre 1964 e 1988 foram registrados cerca de 2.100 assassinatos, de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosas, religiosos e outros profissionais ligados aos movimentos populares no campo. Nesse período, apenas 60 casos foram levados a julgamento².

Conforme Santos José (2000), temos uma face da violência ainda que seria específica das regiões de co-

lonização de novas terras, a violência programada: um efeito das relações de poder exercidas pelas agências públicas e privadas de colonização, ao nível do próprio espaço social de relações que se constituiu naquelas regiões. Trata-se de uma irracionalidade ecológica, agrônômica e econômica, imanente à racionalidade político-ideológica dos programas de colonização. Nesse plano, as populações das regiões de colonização vêm cada vez mais utilizando a categoria “abandono” quando se referem à presença das agências estatais nos programas de colonização; mas, até mesmo nos assentamentos do I Plano Nacional de Reforma Agrária, implantados desde 1985, reconhece-se a mesma situação.

Todo esse conjunto de práticas, comportamentos, ações eivadas de desigualdade social, só confirmam a assimetria de poder entre as classes, frações de classe e grupos sociais, permitindo que a morte espreite nas cidades, mas principalmente no campo, todos aqueles que por senso de justiça e necessidade lutem por um pedaço de terra, lutem contra a exploração ou denunciem o roubo do dinheiro público, a ineficiência da política ambiental e da reforma agrária. As vidas ceifadas, as trajetórias interrompidas e as palavras silenciadas, de milhares de lutadores sociais por todos os cantos do Brasil por pistoleiros e mandantes, quase sempre vencem, porque há a conivência do Estado, de autoridades governamentais e desinteresse de que a justiça por fim se imponha.

Se pegarmos apenas o período entre 1985 e 1995 como um recorte histórico para explicitar a negação continuada de efetivar a reforma agrária, veremos que essa foi uma época em que ao mesmo tempo havia uma modernização conservadora da agricultura e um aprofundamento das relações capitalistas, como uma tentativa de impor um novo padrão de acumulação de capitais, também se generalizaram os conflitos e assassinatos no campo, como uma forma de evitar a própria ação em todo território brasileiro dos trabalhadores e suas organizações, que vinham também aumentando a pressão social sobre o Estado e a luta

pela terra e democratização.

Conforme Martins (1991), deve-se registrar que nesse período de aumento expressivo de assassinatos continuados de lideranças camponesas, também houve um grande número de assassinatos de crianças, pois essas frequentemente acompanhavam os pais nas áreas de conflitos, nas roças, nos acampamentos e áreas de trabalho.

Martins (1991), relatando uma ação de pistoleiros, afirma o seguinte:

É tal a intimidade e a identificação dos bandidos

como as autoridades, principalmente com a polícia, que não raro, para demonstrar força nesses momentos, os criminosos a ela aludem. É que, invariavelmente, o chamado sindicato do crime age acobertado pelas autoridades locais, delegados de polícia, juizes, polícias militar e federal. [...] A história de Sebastião e Clésio não difere da desses outros camponeses, centenas deles, vitimados por quadrilhas, bandos de criminosos, a serviço dos grandes grileiros e proprietários de terra. Além dessas crianças, que como Clésio, foram assassinadas juntamente com seus pais, há ainda aqueles outros, abortados, pequenos companheiros seus, impedidos mesmo de nascer, abortados ou nascidos

mortos, em conseqüência do abalo emocional sofrido pelas mães. Esses pequenos companheiros de Clésio, promessas de vida abortadas, ex-futuros camponeses, nem chegaram a figurar nas estatísticas que procuram dar conta da violência no meio rural (MARTINS, 1991, p. 44-46)

A ocorrência das mortes no campo, principalmente entre 1985 e 1995, denota a brutalidade do quadro de “modernização da agricultura brasileira”. Mas as mortes de crianças em acampamentos de colonos e trabalhadores sem-terra expressam a precariedade da vida das famílias em acampamentos de lona à beira de estradas ou em fazendas e, principalmente, a covardia do chamado sindicato do crime, como bem designa Martins, que age acobertado pelas autoridades.

Até o fim do terceiro governo pós-ditadura, no início de 1995, ainda não tinha sido possível benefi-

As vidas ceifadas, as trajetórias interrompidas e as palavras silenciadas, de milhares de lutadores sociais por todos os cantos do Brasil por pistoleiros e mandantes, quase sempre vencem, porque há a conivência do Estado, de autoridades governamentais e desinteresse de que a justiça por fim se imponha.

ciar milhões de trabalhadores pobres, parceiros, arrendatários, posseiros, sem-terras, assalariados e semi-assalariados, desempregados e marginalizados com uma reforma agrária que propiciasse uma vida digna e uma reversão dos indicadores sociais negativos, embora a reforma agrária sempre tenha sido uma necessidade real engendrada pelo processo da estrutura agrária da economia e constituísse, em essência, na solução de um conjunto de contradições ou tensões acumuladas historicamente no país.

O assentamento de trabalhadores em projetos de colonização ou pela política de reforma agrária sempre foi algo moroso, burocrático e ineficiente, demonstrando que o Estado nunca agiu de forma a realmente querer beneficiar os despossuídos da terra e propiciar a qualidade de vida a partir do direito de propriedade e mudança da estrutura agrária do país.

O professor Oliveira (2001) explicita dados que comprovam isso:

De 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1995, foram assentadas cerca de 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou um política de acesso à terra aos camponeses (OLIVEIRA, 2001, p. 200).

Diante dessa situação de praticamente inoperância do Estado, no que tange à reforma agrária, só restou aos trabalhadores rurais e sem-terra a “ousadia” da luta e a coragem de buscar por seus próprios meios um pedaço de chão. Mas o preço tem sido muito caro, pois a violência para com aqueles que se insurgem contra a miséria e exclusão social é total, não havendo um só espaço geográfico do Brasil onde não ocorram assassinatos, agressões, ameaças e desrespeitos motivados por questões agrárias.

O fato mais assustador diante desse quadro contínuo de atrocidades, de violência física, social e econômica, de cerceamento dos direitos de cidadania, falta de reforma agrária e de políticas que venham resolver a situação degradante do campo, é o grau de impunidade dos que cometem os crimes, dos grandes proprietários de terras que mandam matar lideranças sindicais e partidárias, ambientalistas, re-

ligiosos, trabalhadores rurais ou qualquer pessoa que ouse questionar suas práticas nocivas. Assim, a pistolagem, a “grilagem”, o contrabando de madeira, o desmatamento ilegal, entre outras violências, são práticas antigas no campo brasileiro.

A intensidade e ferocidade com que essas violências são praticadas dependem das relações de forças na política e do tipo de governo que está à frente do país no momento, dos que dão mais ou menos respaldados aos que assassinam opositores, são aliados ou representam diretamente as forças políticas conservadoras – em sua grande maioria latifundiários, madeireiros, grandes produtores rurais. Entre 1985 a 1996 a violência no campo explodiu porque os que a praticavam tinham a certeza de encontrar a conivência de quem estava à frente dos governos. Por isso, as localizações geográficas das maiores violências estavam situadas principalmente nas áreas de expansão das fronteiras capitalistas da Amazônia Legal, mas também presentes nas regiões Nordeste, Centro-Sudeste e Sul. Vejamos a explicitação disso em um mapa organizado por Oliveira (2001), com dados da Comissão Pastoral da Terra (*página ao lado*).

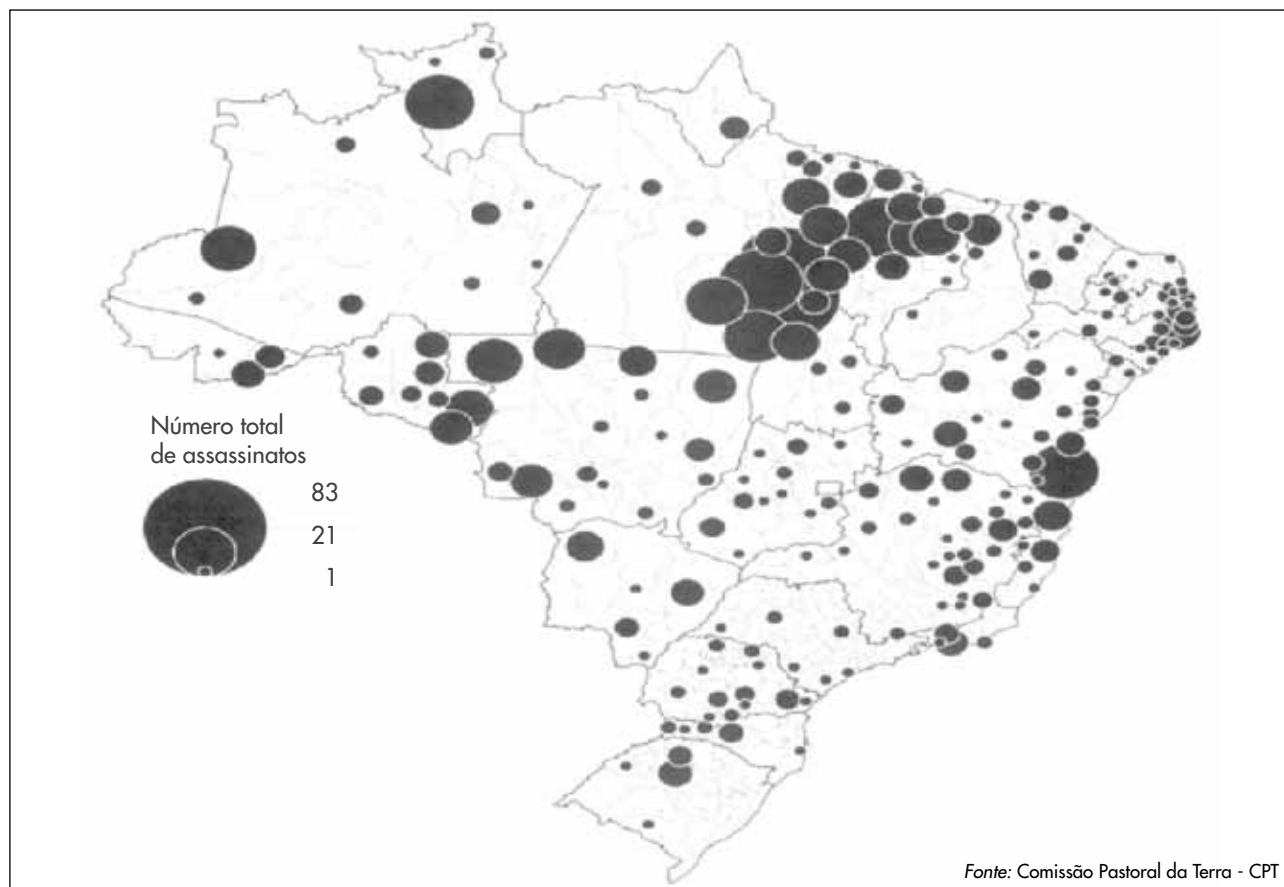
Nesse mapa percebemos de forma clara o quanto os conflitos e mortes no campo estavam generalizados por todas as regiões brasileiras, e como a falta de uma reforma agrária gera em todo território nacional um processo brutal de violência no campo, que atinge populações tradicionais, posseiras, ribeirinhas, que há décadas continuam sendo agredidas, e ainda assim lutam por seus direitos. Até porque essa é a única opção, ou lutam ou morrem, e mesmo que também corram o risco de morrer na luta, esse é o risco que para eles vale a pena, pois sabem que só a luta pode garantir uma vida melhor.

Conforme Paula e Nóbrega (2009):

O campo brasileiro possui duas configurações. De um lado, o agronegócio representando uma falsa modernidade e progresso; de outro, o campo em conflito. Neste último, dividem a cena pequenos produtores que se organizam em movimentos sociais, sem pressa lutam pelos seus direitos e não desistem, pois acreditam que só a luta garantirá no futuro a realização dos sonhos do passado. Contudo, as elites – por quererem manter as heranças advindas do passado – enfrentam com violência essas

Mapa 1

Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996



populações do campo em defesa do patrimônio substantificado na propriedade privada (PAULA; NÓBREGA, 2009, p. 3).

O agravamento dessa violência, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, fez com que nos últimos 25 anos fossem assassinadas 1.614 pessoas em decorrência de conflitos no campo. Somente entre 2000 e 2010, foram assassinadas 401 pessoas em todo o país, sem contar que, no mesmo período, 1.855 pessoas em todo o país foram ameaçadas pelo menos uma vez. Desse total, 207 pessoas foram ameaçadas mais de uma vez, sendo que 42 acabaram sendo assassinadas e 30 chegaram a sofrer tentativa de assassinato³.

É o que destaca Oliveira (2007, p. 154):

Neste momento, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam e matam estão em liberdade enquanto aqueles que lutam por um direito que a constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos. [...] é

a subversão total do direito a justiça (OLIVEIRA, 2007, p. 154).

Essa subversão total do direito à justiça, como bem afirma Oliveira (2007), fica mais explícita quando percebemos que das centenas de casos de homicídios, somente 91 foram julgados e resultaram na condenação de 21 mandantes e 72 executores, evidenciando o caráter institucional da violência no campo, que favorece a interpretação de leis que elevam a propriedade privada acima do direito à vida e ainda favorece a colocação do aparato público a favor do latifúndio, como se este tivesse direito de vida e morte sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais⁴.

O sociólogo Lince (2011), também analisando essa situação, afirma:

Tratados a leite gordo, os herdeiros da violência secular do latifúndio vão continuar aprontando, da ponta engomadinha até a cauda envenenada. Donatário de capitania, senhor de engenho, latifundiário, grande fazendeiro, ruralista, os nomes

mudam, mas a mentalidade é a mesma. São tiranos de baração e cutelo, donos de gado e gente, portadores de uma arrogância consolidada em cinco séculos de latifúndio. Em pleno século 21, a hegemonia dos reacionários nos faz lembrar Oswald de Andrade. Na mesma década do século passado, falando sobre realidades vindas de séculos anteriores, ele escreveu um poema que parece mais atual do que nunca. O título, ao modo da época, é “Senhor Feudal”. São quatro breves versos que resumem o que continua valendo: “Se Pedro Segundo/Vier aqui/Com história/Eu boto ele na cadeia”. Os donos da terra se julgam donos de tudo e não aceitam qualquer limite para seu arbítrio absoluto: não precisam de licença para matar e desmatar (LINCE, 2011, p.2).

Assim temos um comportamento histórico dos setores privados e institucionais que não conseguem resolver os conflitos sociais e agrários a partir de soluções jurídicas, ampliações dos direitos sociais, fim da secular arrogância autoritária – que sempre busca soluções violentas das questões sociais, pelo uso da força, da repressão, da pistolagem ou medidas ineficientes e paliativas –, e que só fazem acumular ressentimentos e engendrar novos casos de violações dos direitos humanos e barbárie.

Uma evidência dessa violência institucional que estimula o assassinato e a violação dos direitos humanos é a prática da mídia que, defendendo os interesses dos grandes proprietários rurais, costuma tratar os movimentos sociais como baderneiros, causadores de desordem, invasores perigosos e agitadores radicais e inconsequentes, causadores de violência e agressões armadas, mostrando sempre suas ferramentas de trabalho (enxadas, foices, facões etc.) como armas.

Também não é raro que trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais sejam processados por formação de quadrilhas que invadem sedes de fazendas, plantações e propriedades para roubar, danificar e destruir. Dessa forma, inúmeros juízes decretam mandados de prisão preventiva, ordens de despejos ou ações policiais arbitrárias, como se a questão social fosse sempre caso de polícia.

Um exemplo explícito disso é o caso do líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), José Rainha,

com atuação na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, que, segundo Oliveira (2007, p. 201), é uma região que desde 1957 vem sendo ocupada ilegalmente por fazendeiros que possuem mais de um milhão de hectares terras que deveriam voltar ao controle do Estado. José Rainha foi preso por diversas vezes acusado de formação de quadrilha, perturbação da ordem pública e até de um suposto assassinato, de forma arbitrária e claramente como uma forma de perseguição.

Na mesma região do Pontal do Paranapanema, diversos outros camponeses pobres e sem-terra também foram presos acusados de roubo de gado e, por estranha coincidência, todos ativistas do MST. Parece claro que a tática usada pelos representantes do Estado é a estratégia da guerra de baixa intensidade, defendida por Margaret Thatcher e Bush pai, que prevê a necessidade de criminalizar, desmoralizar, isolar e anular os “inimigos” internos, demonstrando que em tempos de globalização de mercados, de sofisticação tecnológica e de alta competitividade, não se mundializam apenas as práticas econômicas, mas também a formas de repressão e combate às forças sociais que podem representar ameaças aos interesses do grande capital.

O também coordenador nacional do MST, Jaime Amorim, foi por diversas vezes perseguido e preso em Pernambuco. Em 2006, quando uma de suas prisões preventiva foi revogada pelo STJ, a própria superintendente do INCRA naquele Estado, Maria de Oliveira, comemorou a revogação ao lado de Amorim e dirigentes do MST, quando disse:

Não há lucro para o governo nem para a sociedade com a prisão de pessoas que estão trabalhando e resgatando o País. Esse processo de perseguição é visivelmente contra os trabalhadores rurais organizados no País, visa desarticular os movimentos sociais e impedir o próprio avanço da reforma agrária (DIANNI, 2006).

A reforma agrária é o caminho para contenção da barbárie brasileira no campo e a efetivação da promoção social do campesinato, todavia, essa política pública não pode limitar-se a uma mera distribuição de lotes de terras entre os pobres do meio rural, pois só isso, ao invés de levar justiça social, romper com o

ciclo da violência e com a estrutura fundiária, termina por garantir a reprodução da miséria e o descrédito do Estado. Assim, além de promover uma política de reforma agrária como política de desenvolvimento, o governo teria que privilegiar a agricultura de base familiar e formular uma estratégia para a geração de mais e melhores empregos na área rural, com aumento de produção, de produtividade e do salário real dos trabalhadores. O que temos no campo brasileiro hoje está longe disso.

Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que uma reforma agrária que fosse implementada como política de desenvolvimento econômico e social deveria reunir condições para a implantação conjunta de duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola. A política fundiária refere-se ao processo de apropriação e redistribuição da terra, que deveria ser além de legal, justo, estatal e focado na criação de condições para que o cliente da reforma agrária tivesse ao seu favor um conjunto de formulações legislativas especiais que regulassem o uso da terra, favorecendo, inclusive de forma ampla e efetiva, que terras usadas para o tráfico e para o trabalho escravo fossem confiscadas e imediatamente usadas para a reforma agrária.

Muitas dessas políticas já estão hoje definidas nos códigos legais, mas são letras mortas e servem para que a elite latifundiária aponte para a política pública de reforma agrária como algo que não funciona, não tem capacidade de modificar a estrutura agrária e o acesso a outros meios de produção (animais, instrumental agrícola etc.). Por tal razão, a paisagem rural brasileira continua marcada por formas históricas de propriedade que impedem o avanço das transformações estruturais e o desenvolvimento natural da economia com suas decorrências para o mercado interno e elevação do padrão de vida da população brasileira.

Até meados dos anos de 1990, a questão da Reforma Agrária era concebida como uma política de desenvolvimento, tendo um forte debate acerca

do que eram terras produtivas e improdutivas, desapropriações e desenvolvimento sustentável, eliminação do latifúndio enquanto uma questão central ao avanço nacional. Mas nesse período o agronegócio tornou-se a base de sustentação da política econômica do governo, baseada na obtenção de superávits primários a partir, principalmente, da exportação das *commodities*, o que garantia saldos positivos na balança comercial, mantendo a política econômica, que tinha como um de seus objetivos cumprir os compromissos com o capital financeiro.

Dessa forma estabeleceu-se a válvula de escape dos grandes proprietários agrícolas para mudar o foco do debate a respeito da desapropriação dos latifúndios, saindo da percepção quase consensual da sociedade brasileira de que era preciso fazer a reforma

O agronegócio tornou-se a base de sustentação da política econômica do governo, baseada na obtenção de superávits primários a partir, principalmente, da exportação das *commodities*, o que garantia saldos positivos na balança comercial, mantendo a política econômica, que tinha como um de seus objetivos cumprir os compromissos com o capital financeiro.

agrária. Com o apoio dos grandes veículos de comunicação, a ação dos grandes proprietários agrícolas e do setor financeiro surtiu efeito fazendo, inclusive, com que vários setores da sociedade brasileira chegassem a ter ojeriza da reforma agrária não só como política econômica, mas também como política social. Isso facilitou para que as entidades que lutam por Reforma Agrária passassem a ser criminalizadas e vistas como arruaceiras que impedem o desenvolvimento nacional.

A consolidação da aliança política entre o governo, grandes proprietários agrícolas, o setor financeiro e a grande mídia, todos a favor do papel fundamental do agronegócio e de sua “eficiência” para a economia brasileira, abriu um novo período da questão agrária no Brasil, permitindo a produção do paradigma do capitalismo agrário, que, enquanto corrente teórica, considera que os problemas relacionados à questão da terra, do campo e da cidade, do capital e do trabalho familiar, serão resolvidos pelo desenvolvimento do próprio capitalismo. Dentro dessa visão de mundo, não há questão agrária e no máximo o Estado deve executar uma política de reforma agrária como política de assistência social, para os pobres e miseráveis que ainda vivem no campo e

não tem como se inserirem no mercado ou na vida urbana.

Dessa forma, a questão da reforma agrária deixou de ser uma política fundamental para o desenvolvimento nacional, e até mesmo para os trabalhadores rurais, pois, na nova concepção, o avanço do capitalismo no campo faria o “milagre” de fazer o Brasil avançar rumo ao desenvolvimento econômico sem precisar fazer a reforma agrária. Além disso, outras políticas públicas compensatórias dariam conta de resolver as carências e necessidades dos sem-terra de forma mais eficiente e com menos potencial de conflitos.

O que se pretende com essa nova visão a respeito da reforma agrária é demonstrar que o latifúndio, apesar de seu caráter de produção monocultora, não deve ser mais considerado um entrave ao desenvolvimento da economia brasileira, e, por sua própria dinâmica, agora ligada ao agronegócio, alcançou a capacidade de ser benéfico e condutor do progresso do país. Todavia, o que podemos perceber é que ele continua gerando uma economia com fortes empecilhos a um verdadeiro progresso, capaz de integrar e promover socialmente amplos setores da sociedade brasileira.

A penetração capitalista no campo continua reproduzindo a velha postura predatória, dependente, concentradora de renda, que emprega métodos atrasados de produção e de relações de trabalho que não respeitam a legislação trabalhista e os seres humanos, e o que se pretende agora é desconstruir a identidade e a capacidade dos trabalhadores rurais de serem protagonistas e agentes de mudanças a partir da luta e da reforma agrária como uma política que atinja o latifúndio e a estrutura agrária do país.

O que se evidencia de novo nesse contexto é a capacidade do capitalismo de conciliar as suas novas formas de exploração com as velhas formas de acumulação de capitais e espoliação do trabalhador. As mais avançadas formas de produção, de propriedade, de relações trabalhistas coexistem sem problemas com os arcaísmos e o atraso no campo. As grandes massas trabalhadoras rurais continuam exploradas

intensamente pelas novas e velhas formas de ação da classe latifundiária.

A verdade é que o processo de modernização da agropecuária, desde meados de 1970, vem provocando uma reviravolta no campo e fazendo com que o latifúndio se renovasse, mas nem por isso deixando de existir. O que aconteceu foi que, de um sistema latifundiário e oligárquico atrasado, passou-se para uma economia com tecnologia intensiva e novas formas de produção. Relações atrasadas de produção (quase feudais para alguns teóricos) foram substituídas por uma agronomia moderna, onde o profissionalismo fez com que capatazes cedessem lugar aos gerentes, onde os antigos “coronéis” vira-

ram empresários e os latifúndios modernizaram-se e se transformaram na propriedade produtiva capitalista.

Assim destacado, fica parecendo que a moderna produção agropecuária não pode mais, em nenhuma hipótese, ser considerada latifundiária. Pior ainda, apoiados nos números da produção agrícola e nas divisas geradas pela exportação de suas mercadorias, os ruralistas tentam justificar a existência dessas grandes propriedades, inserindo-as no agronegócio e argumentando que não há mais terras improdutivas, portanto, também a reforma agrária já

não é mais necessária.

Contudo, um olhar atento sobre os números da economia agrícola, as mortes de trabalhadores por conflitos agrários e os dados alarmantes sobre o desmatamento na região amazônica e do cerrado, põem por terra os argumentos que sustentam a inexistência dos latifúndios no país. Apesar dos latifúndios atuais buscarem se confundir com as grandes empresas rurais, dedicadas à produção de grãos, culturas permanentes ou gado, eles continuam existindo.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra, hoje 62,4% da área do total dos imóveis rurais no país é improdutiva. Isso acontece porque a terra tem importância por seu valor de mercado. O proprietário ganha produzindo em uma propriedade rural, mas também ganha deixando-a parada, esperando a especulação imobiliária cumprir seu papel, aumentando o

Um olhar atento sobre os números da economia agrícola, as mortes de trabalhadores por conflitos agrários e os dados alarmantes sobre o desmatamento na região amazônica e do cerrado, põem por terra os argumentos que sustentam a inexistência dos latifúndios no país.

valor do hectare, principalmente com a expansão da frente agrícola ou com a instalação de alguma infraestrutura do governo⁵.

Ainda existe, em todo o Brasil, um altíssimo grau de concentração fundiária e, embora o discurso dos capitalistas tenha se modernizado e se utilize dos “bons números da produção” agrícola nacional em favor apenas do agronegócio e da difusão da imagem de latifúndios modernos e lucrativos, essa é uma operação para esconder a verdade e omitir que a existência do latifúndio continua não permitindo a redução das desigualdades sociais porque expulsa o homem do campo e mantém a concentração de oportunidades de geração de renda nas mãos de poucos.

O mais estarrecedor de todos os latifúndios, que nada tem de auspicioso e promissor, é exatamente o latifúndio constituído a partir das terras públicas, aquele constituído na base da falsificação de documentos de propriedades, expulsão de antigos moradores e “grilagem” das terras devolutas. Hoje são quase 170 milhões de hectares de terras devolutas (públicas) cercadas sem que o Estado brasileiro seja capaz de retomá-las, até porque os órgãos públicos não sabem, ou não querem saber, com precisão, quem é proprietário de fato dessas terras, inclusive o próprio INCRA tem grandes dificuldades para analisar as cadeias dominiais das fazendas. Dessa maneira, os milhões de hectares de terras ocupadas ilegalmente e improdutivas não são disponibilizadas para a reforma agrária, embora a desapropriação esteja garantida por lei⁶.

Segundo Feijó (2010), dia após dia o Brasil continua sua trajetória de se reconverter em um país meramente produtor de matérias-primas e produtos primários para atender os interesses dos países capitalistas centrais. Nossa economia está fragilizada, o parque industrial é pouco competitivo, apresentando poucas perspectivas expansionistas em suas relações comerciais, fazendo com que a participação brasileira no comércio internacional, estagnada desde os anos 1980, não ultrapasse 1% do movimento mundial nas trocas globais. Sendo que, internamente, os

negócios internacionais brasileiros representam apenas 8,9% do PIB, num patamar que se mantém desde os anos 1990.

O Brasil, desde o início dos anos 1970, exporta apenas como alternativa à recessão interna, isso porque a política de fomento às exportações não priorizou a formação cultural das empresas para atingir o mercado externo como extensão do interno, enviando para o exterior apenas o excedente da produção. Pelo contrário, a presidente Dilma continua reforçando ainda mais a condição do Brasil grande produtor de *commodities*, como minério de ferro, grãos, carne bovina, algodão, suco de laranja, café e outras mercadorias de baixa agregação de valor, com intuito de alcançar o superávit primário e continuar pagando os juros da dívida pública, que já ultrapassa em muito a assustadora casa de um trilhão de reais. E isso implica em manter apoio total aos grandes produtores rurais, ao latifúndio monocultor em detrimento da manutenção da política de reforma agrária como uma política residual e de assistência social.

O governo da presidente Dilma está cumprindo o triste figurino do PT enquanto novo partido da ordem e persistindo na trajetória dos governos anteriores marcados pela corrupção, privatizações e agenda conservadora. Dilma, em poucos meses, anunciou a privatização dos mais importantes aeroportos do Brasil, cortes de R\$ 50 bilhões no orçamento, irrisório aumento de menos de 6% do salário-mínimo, congelamento dos concursos públicos, negociatas do governo para tentar salvar, novamente, o ministro chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, de denúncias de enriquecimento ilícito e corrupção, também presentes nas obras do PAC, na transposição do Rio São Francisco e no Ministério da Cultura.

Somando-se a esse quadro nebuloso, ainda temos a retirada do *kit* de educação anti-homofóbica, à semelhança do que havia feito em 2005, com a discussão sobre a descriminalização do aborto, para proteger o PT do escândalo do mensalão, a falta de anúncio de

O mais estarrecedor de todos os latifúndios, que nada tem de auspicioso e promissor, é exatamente o latifúndio constituído a partir das terras públicas, aquele constituído na base da falsificação de documentos de propriedades, expulsão de antigos moradores e “grilagem” das terras devolutas.

uma política consistente de reforma agrária e também as denúncias do Ministério Público contra a liberação para construção da usina de Belo Monte. Toda essa política vacilante e agenda antiambiental terminaram por abrir espaço para aprovação de um Código Florestal que beneficia grandes produtores rurais, propicia mais destruição das florestas e favoreceu a morte de ativistas ambientais na Amazônia, como produto direto do aumento dos conflitos no campo, decorrentes da corrida pelo desmatamento provocada pela expectativa do novo Código Florestal.

Todo esse conjunto das ações governamentais da presidente da República caracteriza um verdadeiro estelionato eleitoral, principalmente porque a então candidata Dilma Vana Rousseff passou a campanha inteira acusando os tucanos de privatistas e de não respeitarem os direitos sociais, a defesa do meio ambiente e contribuírem para a violação dos direitos humanos, justamente tudo o que agora está praticando, inclusive virando moeda de troca no balcão das negociatas políticas sujas que enriquece a cúpula petista e transforma o país em refém dos interesses das grandes empresas e do capital. Essa foi pelo menos a lição que a “segunda renúncia” de Palocci deixou, seguindo a cartilha de José Dirceu e Erenice Guerra.

Está mais do que evidente que não será possível sair da iniquidade, da insustentabilidade e da injustiça, dos problemas condicionados pela expressão de continuidade do modelo globalizante e neoliberal no Brasil. O governo Dilma, em poucos meses, já demonstrou a que veio e que também não terá capacidade nem disposição de lutar por soluções para a superação da pobreza e violência, rural e urbana. É mais um governo que não tem disposição de reverter o modelo econômico atual, nocivo ao país, e tampouco construir novas condições institucionais baseadas na cooperação, na solidariedade, na ética, no respeito ao patrimônio público, à vida e à diversidade, visando acumular capital social, um novo sistema de valores comuns fundamentados em princípios compartilhados de confiança e dignidade.

Dilma é a continuidade da velha política entre o

governo, grandes proprietários agrícolas, o setor financeiro e a grande mídia, todos a favor da continuidade da velha e servil postura do Brasil diante do capitalismo internacional, a postura secular que nos impede de ser uma potência industrial, que impede uma verdadeira reforma agrária no país e que gera uma desvalorização sistemática de nós mesmos, que se tornou patológica no governo Lula e agora no governo Dilma se transformará numa tragédia social, com mais assassinatos no campo, com mais violência rural e urbana e ampliação da crise ética.

Infelizmente a primeira mulher presidente do Brasil está conduzindo o país pelo velho sendeiro de uma construção histórica que não tem nada de novo, apenas mais concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos, mais poder nas mãos dos sanguessugas que sempre venderam o Brasil aos interesses externos, sempre alimentaram as desigualdades sociais e econômicas. A antiga guerrilheira comunista, que acreditava na desapropriação de bancos para financiar a causa revolucionária, agora expropria o povo com a continuidade da exploração que já dura séculos.

A presidente Dilma, em seus primeiros meses de governo, ao se aproximar ainda mais dos setores políticos conservadores, da velha imprensa tradicional, ao incentivar a alta dos juros para estimular a entrada de dólares na economia (que já vem atrás de rendimentos estratosféricos) e fazer diversos movimentos em direção ao “centro técnico de gestão da economia”, ao cortar verbas para gastos sociais, ao não fazer a reforma agrária, ao retomar as privatizações e a alegria dos banqueiros e do grande capital está garantindo, para os próximos anos, dias turbulentos e a certeza que ainda há espaço para a luta socialista.

A História, com seu olhar dialético, continua nos dizendo para termos a certeza de que o que parece impossível hoje pode ser real amanhã, o que parece indestrutível agora pode perecer muito rapidamente devido às suas próprias contradições. Essa é uma velha lição. Há cerca de 2.300 anos, o filósofo grego, Heráclito de Éfeso, foi o primeiro a chamar a atenção

A História, com seu olhar dialético, continua nos dizendo para termos a certeza de que o que parece impossível hoje pode ser real amanhã, o que parece indestrutível agora pode perecer muito rapidamente devido às suas próprias contradições.

para a perene mobilidade de todas as coisas:

Nada permanece imóvel e nada permanece em estado de fixidez e estabilidade, mas tudo se move, tudo muda, tudo se transforma, sem cessar e sem exceção. [...] Não se pode descer duas vezes ao mesmo rio e não se pode tocar duas vezes uma substância mortal no mesmo estado, mas por causa da impetuosidade e da velocidade da mudança, dispersa-se e recolhe-se, vem e vai. [...] não existe nada que perdure para sempre, a única coisa constante é a própria mudança (REALE, 1999, p.64).

O velho Heráclito de Éfeso também percebeu, nos primórdios da civilização, por meio de sua metáfora do rio, que tudo é apenas aparentemente o mesmo, quando, na realidade, existe um fluxo perpétuo de todas as coisas. Isso é o mesmo que dizer que a mudança pode acontecer de forma lenta ou rápida, pacífica ou violenta, traumática ou educativa, isso depende de muitos fatores, mas ela sempre virá, mesmo que seja uma barbárie que já dura séculos.

NOTAS

1. Entrevista do Sociólogo César Barreira à Revista *Época*, nº 35, de 18/01/1999.
2. Dados divulgados pela CPT Nacional em Nota Pública Após Audiência Com a Ministra dos Direitos Humanos, Goiânia, 31/05/211.
3. Dados divulgados pela CPT Nacional em Nota Pública Após Audiência Com a Ministra dos Direitos Humanos, Goiânia, 31/05/211.
4. Dados da Revista *Carta Capital*, ano XVI, nº 648, de 01/06/2011, p.23.
5. Nota Pública da CPT, Goiânia, 31/05/211.
- 6 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, in: *A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro, Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária*, Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Volume 15, nº 43, São Paulo, Setembro-Dezembro de 2011, p. 58.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio, **Gerenciamento Público da Violência Urbana: a justiça em ação**, in: *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 1998.

BARREIRA, César, in: **Pistolagem Política: a morte por encomenda**, Revista *Reforma Agrária*, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), nº1, volume 23, Campinas, São Paulo, janeiro/abril de 1993.

_____. **Questão de Política, Questões de Polícia: a segurança pública no Ceará**, Revista *O Público e o Privado*, nº 4, Editora da Universidade Estadual do Ceará, julho/dezembro de 2004.

CAVALCANTI, Klester. **O Nome da Morte**, Editora Planeta do Brasil, São Paulo, 2006.

DIANNI, Cláudia. In: Entrevista Com Maria de Oliveira-Superintendente do INCRA-PE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 20 out. 2006.

FEIJÓ, Carmem Aparecida, CARVALHO, Paulo G. M. de e ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de. **Ocorreu Uma Desindustrialização no Brasil?** IEDI (Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial), 2010.

LINCE, Leo, in: **Licença Para Matar e Desmatar**, Fundação Lauro Campos, São Paulo, junho de 2011.

MARTINS, José de Souza & outros, **O Massacre dos inocentes – A criança sem infância no Brasil**, Editora Hucitec, São Paulo, 1991.


OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, in: **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**, Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Volume 15, nº43, São Paulo, setembro/dezembro de 2001.

_____. In: **Modo de Produção Capitalista, agricultura e Reforma Agrária**, Labur Edições, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ffch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_ariovaldo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

PAULA, Cristiano de Quaresma de; NÓBREGA, Michelle Rodrigues, in: **O Fim do Direito a Vida e a Violência Impune no Campo Brasileiro**, XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

PINSKY, Luciana, in: **Eles Contam Cadáver**, Revista *Época*, edição 35, de 18/01/1999, Editora Globo, São Paulo, 1999.

REALE, Giovanni. **Das origens a Sócrates**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999. Volume I. (História da Filosofia Antiga).

SANTOS JOSÉ, Vicente Tavares dos, in: **Conflitos Agrários e Violência no Brasil: Agentes Sociais, Lutas Pela Terra e Reforma**, Anais Seminário Internacional Pontifícia Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia, agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2011. 



Quando as lésbicas entram na cena do cotidiano: uma breve análise dos relatos sobre mulheres com experiências amorosas / sexuais com outras mulheres na heterossexualidade compulsória

Suely Aldir Messeder

Prof.^a da Universidade do Estado da Bahia.

E-mail: suelymesseder@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar cenas do cotidiano de mulheres que têm experiências amorosas/sexuais com outras mulheres. No desenrolar do artigo serão descritas e analisadas cinco cenas que trazem à tona como a matriz da heterossexualidade compulsória prescreve e normatiza os atos performativos que se encerram em corpos sexuados masculinos e femininos, cujo conteúdo deve seguir a coerência entre gênero, sexo e desejo. As cenas nos envolvem em cenários distintos, quer seja em lugares de grande circulação, quer seja em lugares íntimos. Por fim, busca-se esclarecer o quanto a visibilidade política em ser mulher e lésbica não significa uma essência materializada em corpos sexuados, mas sim uma forma de ser cúmplice no ato de positivar politicamente a imagem de nós mulheres com experiências amorosas/sexuais com outras mulheres.

Palavras-chave: Mulheres lésbicas. Ato performativo e heteronormatividade.

Introdução

Neste artigo será mantido o tom coloquial, uma vez que foi originado para apresentá-lo na mesa intitulada SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS MULHERES, SEXUALIDADE E LESBOFOBIA, realizada no decorrer do I SEMINÁRIO NACIONAL DE MULHERES – ANDES-SN, ocorrido no período de 30 de junho a 01 de julho no Ceará.

Antes de adentrarmos nos relatos sobre as mulheres que têm experiências amorosas/sexuais com outras mulheres, quero apresentar-me como uma categoria política, ou melhor, como mulher, lésbica, nordestina, baiana e afrodescendente. E, mais especificamente, esclareço que ocupo um lugar nesta mesa por conta da minha trajetória profissional, cuja construção ocorre via o desejo, pelo qual não pretendo abrir a mão: situar-me na ciência. Ao longo desta narrativa explicarei por que não quero sair desta posição. Muito embora, esta ciência reivindicada seja a ciência que deseja a blasfêmia, é o cortejo sem cerimônias do conhecimento difundido no Manifesto do Cyborgue, evocado na voz de Haraway (1991).

Para ser mais coerente com o ofício da antropologia, tentarei compreender cinco cenas que nos reportam ao fenômeno sociocultural: a experiência amorosa/sexual entre mulheres. As cenas são depreendidas em espaços de grande circulação: restaurantes e cinemas. Em espaços mais reservados: na sala de estar e no consultório ginecológico. Devo esclarecer que as categorias – público e privado – foram intencionalmente não empregadas para descrever os locais das cenas descritas, para que pudéssemos cotejá-las de forma analítica, como nos ensina a teoria feminista. Com isto, sublinho o emblema da política feminista, o privado é político, sobretudo quando costumamos escutar de forma bastante uníssona dos/as guardiões/ãs da heteronormatividade: “Os seus lençóis não me interessam”. Esta frase foi expressa por um promotor de justiça que ministrava uma palestra no evento intitulado “Reflexos Jurídicos da Homoafetividade”, promovido pela Universidade Católica de Salvador. O promotor advogava a posição contrária à especificidade da união homoafetiva, legalizada pelo Supremo Tribunal.

Vejamos, a seguir, as cenas que nos revelam o

quanto nossos lençóis nos constituem enquanto seres portadores de direitos políticos. Abaixo, descrevo a primeira cena.

Cena I

No restaurante, Celi e Carol encontram-se. Ambas caminham para se cumprimentar; uma delas, no afã de querer beijar na boca, insinua o ato; a outra, constrangida, dá a sua face. Ao saírem do restaurante, direcionam-se aos seus carros. Dirigem-se a um mesmo caminho, a casa de número 51. Alojamos seus carros na garagem. Seguem em direção à porta. Entram na casa, abraçam-se e desmancham-se em beijos ávidos na sala. Depois de um tempo, inicia-se um diálogo ressentido: – Por que não permitiu que a minha emoção fluísse no restaurante? Era apenas um beijo inocente. Então, é retrucada por Celi: – Porque não quero ser apontada na rua. Carol questiona: – É por isso que nos escondemos e ocultamos o nosso amor? Celi responde: – Acho que isso é melhor para nós. O silêncio reina por alguns instantes. Daí, Carol retoma a fala: – Não sei se para nós, sinto-me mal por ter um amor invisível.

Nesta cena depreendemos o constrangimento de se mostrar como casal lésbico de classe média em espaços de grande circulação. As duas protagonistas atuam como se estivessem sendo perscrutadas pelo olhar panóptico. Elas se encarceram e regulam seus atos performativos sob as normas da matriz heterossexual. Mas, possivelmente não conseguem, porque algo escapa, sobretudo porque o ato repetido é sempre um simulacro. Vejamos a segunda cena.

Cena II:

No shopping de Salvador, na sala do cinema, assistíamos: Vick Cristina em Barcelona. Envolve-me na atmosfera cinematográfica, imbuída de um lugar e de um tempo. Então, no decorrer do filme, as protagonistas beijam-se. Bruscamente, sou deslocada da cena, uma voz feminina ecoa por detrás da minha poltrona: – Arg!!! Que nojo!!!!

Mais uma vez a matriz da heterossexualidade compulsória é acionada, a interjeição – que nojo!!! – é prescritiva da norma. A cena é movida pelo aparelho cinematográfico e, como alerta Lauretis (1994), estamos diante de um aparelho ideológico da

tecnologia do gênero, cuja interpelação dos sujeitos engendrados assume, por vezes, uma cumplicidade com outras representações de gênero que nos mostram corpos sexuados possíveis de se relacionarem na ruptura da suposta continuidade do gênero, sexo e desejo sexual. Eram duas mulheres femininas beijando-se; se, por um lado, esta cena representa o fetiche masculino, por outro lado, desconserta e desloca os desejos de corpos sexuados na divisão masculino e feminino.

Ambas as cenas não revelam a existência de essências lésbicas, mas sim, de atos performativos que se desenrolam por desejos possíveis, mas que devem ser cerceados por uma norma ideal consagrada hegemonicamente. Se, de um lado, não existem essências lésbicas, do outro, tampouco existem essências heterossexuais, mas sim, atos prescritos que se imaginam como leis naturais. Vejamos a terceira cena.

III Cena:

Na consulta ao ginecologista, o médico indaga: Você tem vida sexual ativa? Em seguida complementa a questão: Você faz uso de anticoncepcional? A sua paciente, constrangida, engole a saliva e retruca: Não tenho vida sexual ativa.

O roteiro médico possui procedimentos heteronormativos. A mulher não possui a condição de interlocutora, ela retoma o seu lugar de paciente e passiva, sem escolhas, e se põe na clausura do armário, diante da autoridade médica. Vejamos a identidade fixada da mulher lésbica no discurso médico, do século XIX, cujo conteúdo perpetua-se nos imaginários mais atuais:

Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902), neuro-psicólogo alemão, professor de psiquiatria e neurologia de la Universidad de Viena hacia fines del siglo XIX, considerado el fundador de la moderna patología sexual, fue, a su vez, el referente médico internacional de una línea biologicista. En *Psychopathia sexualis* (1886) describió y clasificó las desviaciones sexuales como “trastornos psíquicos”, es decir, los concibió como enfermedades y no como delitos. Para él, las mujeres eran “menos

Ambas as cenas não revelam a existência de essências lésbicas, mas sim, de atos performativos que se desenrolam por desejos possíveis, mas que devem ser cerceados por uma norma ideal consagrada hegemonicamente.

sexuales” y requerían menos satisfacción sexual que los hombres. El “aberrante amor lésbico” era menos habitual que el homosexualismo masculino y se lo encontraba en cárceles y entre prostitutas, pero era una “perversión”, imagen que introdujo para referir que la elección de una pareja del mismo sexo generaba una dupla estéril. Preocupado por esos actos “contra natura”, destacó la importancia del coito para la salud femenina, aunque consideró el clítoris como potencial fuente de perversión. Aunque sus ideas fueron refutadas, continuaron vigentes durante el período de entreguerras (RAMACCIOTTI e VALOBRA, 495, 2008).

Na citação acima verificamos que a relação sexual entre duas mulheres era considerada desnaturalizante, e a ênfase recaía na ideia de que as mulheres eram menos sexuais do que os homens. Seguindo Ramacciotti e Valobra (2009), verificamos que, para Krafft-Ebing, a relação entre duas mulheres era menos corriqueira do que entre os homens e, provavelmente, ocorria entre as prostitutas e nas prisões. Com efeito, a escolha do casal do mesmo sexo feminino revela-se como duplamente estéril, tendo como receituário para a saúde feminina o coito; em contrapartida, o clítoris como fonte de perversão. Ainda, na linha da invisibilidade da relação sexual entre duas mulheres, ou melhor, da possível existência material de algo patológico nestas relações, vejamos a relação entre a endocrinologia, anatomia constitucional, raça e psique:

En esta línea, cabe referir el trabajo de George Henry quien tempranamente conectó endocrinología, anatomía constitucional, raza y psiquis. Relacionó la menstruación y los ciclos de ovulación con cambios emocionales y psíquicos de las mujeres, llegando a sostener que las irregularidades menstruales se asociaban con esquizofrenias, narcisismo y homosexualidad. Señaló que algunos caracteres secundarios de masculinización - como el exceso de bello púbico o en la areola - se conectaban a la demencia precoz femenina. Según él, en la homosexualidad femenina existían disfunciones anató-

micas visíveis: a morfologia genital e constitucional de las homosexuales era distinta a la de las heterosexuales. El himen era más amplio, los labios mayores y menores crecidos y protuberantes, el clítoris más eréctil, aumentado y acompañado de cuerpos más voluminosos o “masculinizados” y algunas disfunciones tiroideas. Henry intentó demostrar el modo en que las lesbianas conseguían goce en la relación sexual. Así identificó el “genital mutual rhythmic pressure” por medio del cual graficó cómo el contacto de un clítoris con otro, la estimulación manual o cilindros que imitaran un falo o doble falo podían provocar el orgasmo. Señaló que era más difícil lograr esa satisfacción que en la relación heterosexual, su modelo de goce. No obstante, el tribadismo cuestionaba el orgasmo sólo por penetración vaginal y marcaba la importancia que el mismo tenía para la mujer y la posibilidad de obtenerlo con prescindencia del pene (RAMACCIOTTI e VALOBRA, 495, 2008).

Neste momento, presenciemos a formulação da coerência de gênero, sexo e desejo. A ciência reforça a patologia da mulher lésbica, sobretudo das mulheres masculinizadas, muito embora fixe o desejo na coerência do gênero, ou seja, o desejo deverá ser heterossexual, porque se formula no eixo: aqueles/as que possuem o modelo masculino devem ter o seu desejo direcionado ao modelo feminino e vice-versa. Desta forma, re-produz-se a heterossexualidade compulsória na tecnologia do gênero – os corpos devem ser sexuados em masculino e feminino. O prazer pelo sexo, os quereres entre as pessoas são dimensões negadas ideologicamente nesta economia simbólica da matriz da heterossexualidade compulsória. Felizmente, no interior da esfera biomédica, na década 1970, a APA (Associação Psiquiátrica Americana) retirou a homossexualidade como transtorno mental do seu DSM (Diagnóstico e Estatística de Transtorno Mental). Na década de 1990, no CID (Classificação Internacional de Doença) foi removida a homossexualidade de seu catálogo.

Ao seguirmos com as descrições nos deparamos

com a CENA IV, na qual verificaremos as afirmações da atriz e deputada estadual Myriam Rios (PDT-RJ) sobre as lésbicas¹. Em um discurso na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em 21 de junho de 2011, ela se posicionou contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acrescenta a orientação sexual às formas de discriminação puníveis no Estado e insinuou que uma babá lésbica poderia praticar pedofilia contra suas filhas. Vejamos a sua fala:

Digamos que eu tenha duas meninas em casa e contrate uma babá que mostra que sua orientação sexual é ser lésbica. Se a minha orientação sexual for contrária e eu quiser demiti-la, eu não posso. O direito que a babá tem de querer ser lésbica é o mesmo que eu tenho de não querer ela na minha casa. Vou ter que manter a babá em casa e sabe Deus até se ela não vai cometer pedofilia contra elas. E eu não vou poder fazer nada.

No discurso supracitado, apreciamos a atriz como a guardiã mais sensata da heteronormatividade. A sua sensatez assenta-se em sua escandalosa presunção e arrogância. Segundo a deputada, a homossexualidade e heterossexualidade estão em oposição, ou seja, são binárias. De um lado, estamos diante de babás lésbicas, cujas condutas são prescritas por manter relações sexuais com crianças. Do outro, estamos diante de babás heterossexuais, cuja conduta é maculada pela matriz da heterossexualidade compulsória. A deputada evoca o discurso hipotético da sagrada família heterossexual, com filhos e filhas heterossexuais no mundo ideal desprovido de violência contra crianças. Quando nos debruçamos no mundo da prática jurídica e no mundo

Quando nos debruçamos no mundo da prática jurídica e no mundo da pesquisa científica nos deparamos com inúmeros casos de crianças abusadas sexualmente por uma rede de parentesco, cuja conduta sexual, em sua grande maioria, revela-se como heterossexual.

da pesquisa científica nos deparamos com inúmeros casos de crianças abusadas sexualmente por uma rede de parentesco, cuja conduta sexual, em sua grande maioria, revela-se como heterossexual.

Passamos então para a V Cena, desenrolada em finais de janeiro de 2010, no decorrer do Congresso promovido pela ILGA (INTERNATIONAL LES-

BIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION) em Curitiba. Lá, um número significativo de lésbicas reúne-se para discutir sobre uma agenda comum dentro do movimento lésbico. E, no decorrer do debate, todas concordam que nós, lésbicas, precisamos garantir na agenda mínima de ações a questão da visibilidade como uma necessidade premente do Movimento Lésbico.

Tanto o depoimento da deputada quanto a agenda do movimento social lésbico revelam o quanto a lógica da resposta para o Estado necessita da construção de uma identidade política reivindicativa, para que os grupos subalternizados construam uma imagem positiva de si. A heteronormatividade, racializada, sexista e classista ergue-se na invenção de si e constrói sua imagem positiva. Ela constrói-se na imagem do sagrado, afasta-se do profano. Constrói-se no Apolo versus o Dionísio, acorrenta os exus, exorciza as sexualidades. Daí, constata-se que a afirmação da identidade relaciona-se com a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Neste caso específico, somos a “outra” que permanecemos, muito embora sejamos indispensáveis. A identidade lésbica é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. E, assim, a heterossexualidade acabou por se tornar a norma, passou a ser concebida como ‘natural’. Então, nós, a “outra”, o que faremos em nós, em nossos discursos? Reinventamo-nos na mesma lógica? Seremos assépticas em nossas construções? Criamos mitos de origem românticos? Construimos outro/a inimigo/a? Seremos meras cópias, em nossas repetições, ou andaremos nos interstícios?

Considerações finais

Os relatos supracitados revelam que não existe uma essência de ser lésbica; ou seja, não existe uma mulher lésbica verdadeira e uma mulher lésbica falsa. Mas sim, planos discursivos que nos levam a uma matriz discriminatória que nos acomete, enquanto vítimas estruturais. Os grupos subalternizados são constantemente insultados pelos seus *habitus* corporificados. Então, começamos a nos indagar: Por que

se busca naturalizar a superioridade entre os seres humanos? Por que a demonização do outro/a? Por que se busca a classe, raça, gênero e a prática sexual como um caminho discriminatório? Por que se busca hierarquizar os marcadores socioculturais? Por que necessitamos destas hierarquias? Será possível o giro na matriz heterossexual compulsória, racializada e capitalista? Será que conseguiremos entender a materialidade dos corpos negros, dos corpos lésbicos, dos corpos pobres como discursos? Será que os nossos corpos colonizados e encapsulados nos revelarão saídas em suas práticas e em suas irrupções? Será que em nossas possíveis agências aplaudiremos a construção de novos modelos? Será que em nossos Estados nacionais aplaudiremos novos sujeitos de direitos sem privilégios? Será que os corpos abjetos irão se insurgir e entrar na zona inteligível?

A identidade lésbica é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade.


Aqui, não encerro as minhas indagações, mas, como costume concluir o curso em antropologia, declaro que possuímos quatro formas de conhecimento. Numa generalização grosseira, apresento como situo as quatro formas. A primeira forma constrói-se em nosso cotidiano, denomina-se senso comum ou linguagem ordinária. É aquela que nos domina, sobretudo, quando nos encontramos na inocência, quando nós aceitamos a naturalidade das coisas, quando simplificamos o entendimento do mundo, quero crer que este estado não tem nada que ver com as nossas inquietudes infantis; muito pelo contrário, é justamente quando nos acomodamos nas explicações hegemônicas. A segunda forma de conhecimento tem que ver com o religioso, e certamente não está dissociado do primeiro. Este conhecimento requer um ato de fé. É formulado por axiomas indubitáveis. É completamente fechado no armário. É uma visão de mundo que nos preenche em nossa existência, e em nossa solidão. O terceiro conhecimento é promovido pelo movimento social. Ele constrói-se na relação com o mundo e em nosso desespero pela vida digna. Falo do movimento orgânico, cujo conteúdo reivindicativo tem que ver diretamente com a nossa perda de dignidade. O quarto, talvez o mais incômodo, é aquele que

blasfema e põe sob suspeita o assentado, o normativo. É aquele que nos permite andar nos interstícios. É o conhecimento desejoso do enlace com o inimaginável, com o movimento e com o trânsito. É no caminhar pela utopia que desejamos deslegitimar o discurso hegemônico fabricado na matriz heteronormativa, sexista e racializada, cujo conteúdo insulta e despreza a todos nós que, de alguma forma, somos considerados/as excrementos, quer seja pela gordura, quer seja pela classe, quer seja pelo gênero, quer seja pela prática sexual, quer seja pela cor, quer seja pela deficiência; enfim, quer seja por qualquer coisa que não nos enquadre no ideal do universal criado para atender a uma suposta normalidade.

NOTA

1. Depoimento de Miriam Rios gravado durante a reunião no plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5208521-EI7896,00 Em+video+Myrian+Rios+diz+que+baba+lesbica+poderia+ser+pedofila.html>. Acesso em: 30 de julho de 2011.

REFERÊNCIAS

- HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza.** Cátedra. Madrid, 1991.
- LAURETIS, T. de. **A tecnologia do gênero.** Holanda, H. B(ed.). Tendências e impasses. Rocco. Rio de Janeiro, 1994.
- RAMACCIOTTI, K. I.; VALOBRA, A. M. El campo médico argentino y su mirada al tribadismo, 1936-1955. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2008, vol.16, n.2, pp. 493-516. 

MST perde **Egídio Brunetto** em novembro de 2011. Egídio foi um ser humano muito especial. Filho de camponeses sem terra, trabalhou desde a infância na roça, envolveu-se com a Pastoral da Terra na região de Xanxerê, em Santa Catarina, e se transformou em militante do MST desde a década de 80. Leia, abaixo, o poema de **Ademar Bogo** em homenagem a Egídio.

Fotos: Wilson Dias/ABr



ELE PREFERIU SÓ SER HUMANO

Nas lutas por conquistas nascera pobremente,

Um fiapo de espírito preso a um corpo torto;

Não pretendia mais do que a frente via,

Nem se apegava ao pouco que juntava.

Tornou-se ele em si em meio aos outros

Um figurante, um jovem, um campeador...

Queria um pouco do muito que importava,

E o que importava tornava-se valor.

Aprendera a sonhar, a sorrir, a fazer graça...
Das próprias deficiências trazidas como herança
Tornou-se astuto e ao mesmo tempo o fruto
De uma colheita pelas suas mãos feitas.
Que belos rastros marcou pelo caminho
Formando linhas de solas em fileiras.
Se o céu com lágrimas desmanchar o exemplo,
Cada pisada marcada será uma bandeira.

Tornou-se homem formado em meio ao gênero;
Paciente e calmo plantava nas consciências,
Sobre as barreiras queria formar as sementeiras
Para os cultivos dos braços combativos.
Não pretendeu ser mais do que cresceu;
Cresceu rasteiro como o oceano.
Se em seu lugar comum seria brilhar,
Ele ao passar quis ser somente humano.

Deixa-nos e leva-nos ao raciocínio,
Ao pensamento do tudo praticado,
Como quem diz: tudo o que disse, fiz;
Mas há fazer ainda por dizer.
E se amanhã nas frentes levantadas
Brilhar o sol com raios vencedores,
Brilha por ti por sempre ter estado
À frente, ao lado, da prática dos valores.

Ademar Bogo

28/11/2011

Fonte: Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12711>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

OBJETIVOS E NORMAS DA REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais.

Objetivos

Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;

Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;

Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;

Divulgar as lutas, os esforços de organização e realizações do ANDES-SN;

Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;

Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas enviados a Universidade e Sociedade serão submetidos à Editoria Executiva e a conselheiros *ad hoc*. Universidade e Sociedade reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1- Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 – Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, contendo um breve título e a referência completa da obra resenhada – título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago.de 2002);

1.5 - As notas se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações, contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu mini-currículo (cerca de 10 linhas), no final do texto e informar endereço completo, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 – O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados em disquete (acompanhados ou não da respectiva cópia impressa) e que não forem aceitos para publicação não serão devolvidos;

7 – Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas a dois exemplares.